

ERASMO PEIXOTO DE LACERDA

**ENTRE PERIÓDICOS E O CORDEL:
A PRIMEIRA REPÚBLICA A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES
DO CANGACEIRO ANTONIO SILVINO – RECIFE-PE (1900-1918)**

DOURADOS - 2022

ERASMO PEIXOTO DE LACERDA

**ENTRE PERIÓDICOS E O CORDEL:
A PRIMEIRA REPÚBLICA A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES
DO CANGACEIRO ANTONIO SILVINO – RECIFE-PE (1900-1918)**

Tese de Doutorado em História, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perli.

DOURADOS - 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L131e Lacerda, Erasmo Peixoto De

ENTRE PERIÓDICOS E O CORDEL: A PRIMEIRA REPÚBLICA A PARTIR DAS
REPRESENTAÇÕES DO CANGACEIRO ANTONIO SILVINO – RECIFE-PE (1900-1918)
[recursoeletrônico]/Erasmo Peixoto De Lacerda. – 2022.

Arquivoemformatopdf.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perli.

Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1.cordel. 2.jornal. 3.cangaço. 4.AntonioSilvino. 5.República.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados.Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ERASMO PEIXOTO DE LACERDA

**ENTRE PERIÓDICOS E O CORDEL:
A PRIMEIRA REPÚBLICA A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES DO CANGACEIRO
ANTONIO SILVINO – RECIFE-PE (1900-1918)**

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador:

Dr. Fernando Perli (PPGH-UFGD) _____

2ª Examinadora:

Drª. Rosilene Alves de Melo (UFCG / ProfHistória URCA) _____

3º Examinador:

Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG / PPGH-UFRN) _____

4º Examinador:

Dr. Eudes Fernando Leite (PPGH-UFGD) _____

5º Examinador:

Dr. Fabiano Coelho (PPGH-UFGD) _____

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.*

Carlos Drummond de Andrade

Em memória de Maria Lúcia de Souza Leite, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Ainda na Educação Básica, tendo aulas com a professora Dra. Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa, por volta de 2004, me apaixonei pela disciplina e decidi tornar-me professor de História. Na graduação, em 2008, além das questões próprias à sala de aula, a pesquisa passou a me seduzir. Fazer História, produzir o conhecimento histórico propriamente dito, parecia-me uma admirável e apaixonante ação. Foi este encantamento que colocou a pós-graduação em meu horizonte.

Processo árduo e espinhoso, a escrita histórica é recompensadora. Ainda que individual e solitária, ela é, tal como a humanidade sobre a qual se debruça, um objeto coletivo. Ainda que só, esta se realiza a partir do diálogo constante, consigo mesmo e com todos aqueles que o circundam. Situação que justifica os agradecimentos, uma vez que, ainda que de forma apartada, uma tese não se faz sozinho.

Agradecimento especial ao professor Dr. Fernando Perli, meu orientador. À sua maneira, me amparou, indicou possibilidades e instruiu quanto às escolhas e caminhos. Depositou confiança e me deixou confiante. O levarei para a vida e espero, seguramente, que nossos caminhos se encontrem.

Gratidão que se estende a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, dentre os quais destaco aqueles que participaram diretamente da minha caminhada no programa: dr. Linderval Augusto Monteiro, dra. Nauk Maria de Jesus, dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz e dr. Leandro Seawrighth Alonso.

Reconhecimento especial ao sempre disposto e atencioso Wallace Gomes de Lima.

Aos professores dr. Eudes Fernando Leite, dr. Fabiano Coelho e dra. Rosilene Alves de Melo por participarem de minha banca de qualificação e defesa, realizando excelente trabalho, com apontamentos significativos e olhar apurado para a pesquisa. Estendo este agradecimento ao dr. Francisco Firmino Sales Neto pela disponibilidade apresentada e contribuições enriquecedoras.

Às amigas Gislaine Martins Leite e Mona Mares Lopes da Costa Bento e aos amigos Everson da Silva Bataioli e Matheus Ostemberg Benites da Silva, pelas inúmeras horas de conversa e diálogo, flutuando entre assuntos descontraídos e sérios, sobre as pesquisas individuais e a vida pessoal, os sonhos e anseios, os temores e medos. O longo percurso entre Coxim, onde resido, e Dourados, onde cursamos as disciplinas, eram encurtados pela amizade e companheirismo.

Ao amigo Roberto Rodrigues Furtado e sua família, por abrir as portas de sua casa e oferecer-me pouso.

Às pessoas que a vida constituiu laços de irmandade – Carlos Alberto Coutinho de Souza, Katiuse Jaqueline Freitas da Silva e Luiz Carlos Bento.

Aos meus familiares, pelo apoio e suporte. À minha mãe, Maria Lucia de Souza Leite, a base de tudo, ausência sempre presente. A meu pai, Antonio Mauro Peixoto de Brito. Aos meus irmãos, Fagner Peixoto de Lacerda e Luanna Peixoto de Lacerda, fontes de inspiração. Aos meus sobrinhos e sobrinhas e suas demonstrações de afeto que muito ensinam. À minha sogra, Silvana de Alencar Ferreira Meza, e meu sogro, Jobson Simenes Meza. À todas as minhas cunhadas e cunhados. A convicção em mim depositada funcionava como importante e necessário impulso.

De forma singular, àquela que me acalmou quando me sentia desorientado, me dando um Norte, minha companheira, amiga e amada esposa, Heygla Ferreira Meza Peixoto. Sua presença ao meu lado amenizou tão fatigada caminhada. Obrigado por suportar os momentos que a tese exigia reclusão e distanciamento, compreender meus sonhos e ajudar, à sua maneira, que se tornassem realidade.

Agradecimento final à minha maior tese em construção, meu filho Raul Peixoto Meza. As manhãs são muito mais lindas com o som da sua voz a me chamar. Seu sorriso é meu combustível. Com você, a melodia se completou.

Sem cada um de vocês – contribuindo a seu modo, com suas possibilidades – esta travessia não seria factível. Com vocês compartilho minha alegria!

RESUMO

Esta tese analisa as representações do cangaceiro Antonio Silvino construídas em Recife-PE, nas duas primeiras décadas do século XX, entrecruzando leituras do tempo relacionadas à jovem República. Em um mesmo espaço e tempo – a capital pernambucana, entre 1900 e 1918 –, olhares para a República foram expostos a partir da figura de um sujeito que vivia da prática de crimes no sertão de Pernambuco e estados vizinhos. Para efetivar a análise das múltiplas vozes, tomamos como objeto as representações construídas na imprensa periódica – os jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província* – e na literatura – a obra do poeta Leandro Gomes de Barros. Suportes distintos, com suas especificidades, fincados em experiências e expectativas em relação ao regime político vigente, construirão interpretações do real tendo o cangaceiro Antonio Silvino como mote. Evidentemente, estes distintos “olhares” para o cangaço, que acabam por construir a habitual visão dual pautada no bom/mau-bem/mal, são representações deste fenômeno social e, como tal, possibilitam enxergar as sociabilidades daqueles que as produzem e consomem uma determinada forma de pensar e dar a ler uma realidade determinada. Nesse sentido, é analisado periódicos de posições políticas diametralmente opostas, ligados ou contrários à oligarquia estadual dominante, e o uso deliberado da figura do cangaceiro Antonio Silvino por estes, como arma nas disputas políticas estaduais; do mesmo modo, é analisado a literatura de Leandro Gomes de Barros e o uso do cangaceiro como arquétipo de homem ideal, saudoso monárquico e representante de um código moral em vias de desaparecimento frente à modernização apregoada pela República. Diante desse quadro amplo de investigação, buscou-se compreender estes múltiplos olhares para o regime republicano, tendo o cangaceiro Antonio Silvino como personagem de fundo. Defendemos a tese, ao final, de que as experiências e expectativas relacionadas à República dos produtores das representações do cangaceiro Antonio Silvino construíram estas múltiplas visões sobre um mesmo objeto.

Palavras-chave: cordel; jornal; cangaço; Antonio Silvino; República.

ABSTRACT

This thesis analyzes the representations of the bandit Antonio Silvino built in Recife-PE, in the first two decades of the 20th century, intertwining readings of time related to the young Republic. In the same space and time – the capital of Pernambuco, between 1900 and 1918 –, views towards the Republic were exposed from the figure of a subject who lived from the practice of crimes in the hinterland of Pernambuco and neighboring states. In order to carry out the analysis of the multiple voices, we took as object the representations built in the periodical press – the newspapers *Diário de Pernambuco* and *A Província* – and in literature – the work of the poet Leandro Gomes de Barros. Different supports, with their specificities, based on experiences and expectations in relation to the current political regime, will build interpretations of the real having the cangaceiro Antonio Silvino as a motto. Evidently, these different “looks” at the cangaço, which end up building the usual dual vision based on good/bad-good/evil, are representations of this social phenomenon and, as such, make it possible to see the sociabilities of those who produce and consume them in a different way. a certain way of thinking and giving a reading of a certain reality. In this sense, periodicals of diametrically opposed political positions are analyzed, linked or contrary to the dominant state oligarchy, and the deliberate use of the figure of the cangaceiro Antonio Silvino by them as a weapon in state political disputes; in the same way, the literature of Leandro Gomes de Barros is analyzed and the use of the cangaceiro as an archetype of ideal man, nostalgic monarchist and representative of a moral code in the process of disappearing in the face of modernization proclaimed by the Republic. In view of this broad framework of investigation, we sought to understand these multiple views of the republican regime, having the bandit Antonio Silvino as a background character. We defend the thesis, at the end, that the experiences and expectations related to the Republic of the producers of representations of the cangaceiro Antonio Silvino built these multiple visions about the same object.

Keywords: cordel; newspaper; cangaço; Antonio Silvino; Republic.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Gravura em zinco, representando Antonio Silvino, presente na capa do folheto <i>Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros</i> , publicado entre 1910 e 1912	79
Imagem 02 – Representação cartográfica com as principais cidades de Pernambuco onde Antonio Silvino atuou no cangaço	83
Imagem 03 – Representação cartográfica com a área de atuação de Antonio Silvino na Paraíba	83
Imagem 04 – Imagem de reportagem de capa do <i>Jornal do Recife</i> , publicada em 02 de Dezembro de 1914 com o título <i>Odysséa de um bandido – prisão de Antonio Silvino – o destemido alferes Theophanes e seus companheiros de armas</i>	87
Imagem 05 – Cabeçalho do Diário de Pernambuco, na edição 02/1908	96
Imagem 06 – Cabeçalho do jornal <i>A Província</i> , na edição 01/1909	97
Imagem 07 – Trecho de “As novas aventuras de ArseneLupin”, de Maurice Leblanc, publicado em formato de folhetim no jornal <i>A Província</i>	100
Imagem 08 – Peças publicitárias. À esquerda, publicação do jornal <i>A Província</i> , à direita, do jornal <i>Diário de Pernambuco</i>	103
Imagem 09 – Capa do folheto <i>A cura da quebradeira</i> , publicado em 1915	170
Imagem 10 – Fotografia presente na reportagem de capa do <i>Jornal Pequeno</i> , intitulada “Antonio Silvino” e publicada em 01 de Dezembro de 1914	171
Imagem 11 – Capa do folheto de Leandro Gomes de Barros, <i>Antonio Silvino, no jury</i> , publicado em 1915	172
Imagem 12 – Ilustração do cangaceiro Antonio Silvino na contracapa do folheto <i>O nascimento de Antonio Silvino</i> , provavelmente publicado entre 1910 e 1912	173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Antonio Silvino nas edições do jornal Diário de Pernambuco	123
Gráfico 02 – Antonio Silvino nas edições do jornal A Província	124
Gráfico 03 – Os títulos das notícias	125
Gráfico 04 – Críticas diretas e indiretas ao governo no jornal A Província	126
Gráfico 05 – Críticas diretas e indiretas ao governo no Diário de Pernambuco	130
Gráfico 06 – Inserções de Antonio Silvino nos jornais <i>Diário de Pernambuco</i> e <i>A Província</i> entre 1902 e 1906	132
Gráfico 07 – A construção da personagem	186

SUMÁRIO

Lista de Imagens	10
Lista de Gráficos	11
Introdução	14
Capítulo I	
Tecendo o quadro do tempo: a Primeira República	29
1.1. O fenômeno do cangaço	31
1.1.1. Antonio Silvino: o sujeito histórico e a compreensão do cangaço	36
1.2. A República e a construção de um “novo” Brasil	38
1.2.1. Os primeiros anos da República	49
1.3. Recife no início da República: reformas urbanas, transformações sociais e exclusão	55
1.3.1. Olhares sobre a República: os periódicos recifenses	59
1.3.2. Outro olhar sobre a República: a literatura de Leandro Gomes de Barros	63
1.4. O sertão pernambucano no início da República	73
1.5. Antonio Silvino: na República, o governador dos sertões	78
1.5.1. O noticiário faz o show: a prisão de Antonio Silvino como vitória do Estado	85
1.6. Considerações finais	88
Capítulo II	
Jornais, editores e rivalidades políticas: a construção de representações do cangaceiro Antonio Silvino nos periódicos <i>Diário de Pernambuco</i> e <i>A Província</i>	90
2.1. A linha editorial: entre o público a alcançar e os correligionários a legitimar	92
2.1.1. Os leitores de periódicos em Pernambuco: aproximando-se do público	93
2.1.2. Dois periódicos de destaque na cena política de Pernambuco: proprietários e agentes sociais envolvidos	104
2.2. Entre o antigo e o novo, o bárbaro e o civilizado: as representações de	112

Antonio Silvino	
2.2.1. Um panorama da presença de Antonio Silvino: o cangaceiro como mote noticioso	120
2.2.2. Os testemunhos de Rio Preto e Baliza e o cangaço como arma política	136
2.2.3. Os crimes de Antonio Silvino: narrativas sobre o bandido, descrições da disputa política	142
2.3 Considerações finais	147
Capítulo III	
Um herói contra o projeto republicano de modernização: as representações do cangaceiro Antonio Silvino a partir dos folhetos do poeta Leandro Gomes de Barros	150
3.1. A literatura produzida por Leandro Gomes de Barros e seu público	152
3.1.1. Leandro Gomes de Barros: a pessoa, o poeta	158
3.1.2. O poeta e a cultura compartilhada com o público: o Cordel como repositório cultural	162
3.1.3. Ao encontro de leitores/ouvintes: edição, distribuição, divulgação e leitura de folhetos	165
3.1.4. O público leitor/ouvinte do poeta Leandro Gomes de Barros	180
3.2. Antonio Silvino na literatura de Leandro Gomes de Barros	184
3.2.1. Bases culturais de uma representação: o código de honra e a heroificação de Antonio Silvino	187
3.2.2. A épica cangaceiresca a partir das representações de Antonio Silvino na poesia de Leandro Gomes de Barros	197
3.2.3. Bases históricas da representação de Antonio Silvino	222
3.2.4. Antonio Silvino prisioneiro: o herói desnudado	224
3.3. Considerações finais	234
Considerações Finais	236
Referências	244
Bibliografia	245
Fontes	256

INTRODUÇÃO

O cangaço é um tema fascinante. Saber sobre sujeitos que desafiavam a lógica e, com armas nas mãos, viviam e enfrentavam um meio natural e humano extremamente hostil é algo cativante. Esta é, certamente, a representação que povoa as mentes, construída ao longo do século XX a partir da literatura e do cinema¹, além de outras manifestações artísticas. O sertão, apresentado enquanto espaço privilegiado para denunciar a desigualdade no Brasil e a inoperância do Estado, assim como o homem sertanejo, o forte, que se adapta a situações nas quais seria impossível sobreviver, são os motores destas representações².

Desde a década de 1920, calcula-se a existência de cerca de cinquenta obras fílmicas tendo o cangaço como tema principal, número que se eleva ainda mais se as produções que apresentam o cangaço como tema secundário forem contabilizadas³. Considerando o difícil acesso às pesquisas acadêmicas, é compreensível a solidificação de um determinado aparato representacional, que idealiza o cangaço e os cangaceiros⁴. Este, no entanto, apresenta dificuldade de sobreviver diante de pesquisas mais aprofundadas.

Para além do cinema, o cangaço tem sido tema constante na academia, em uma diversidade de olhares das Ciências Humanas. Um dos primeiros trabalhos a tratar do cangaço, ainda que sem o caráter acadêmico descrito anteriormente, e o primeiro a dedicar ao menos uma parte ao cangaceiro Antonio Silvino, sujeito que é o objeto desta pesquisa, foi escrito pelo folclorista Gustavo Barroso, que publicou, em 1917, *Heroes e Bandidos*. A obra transformou-se em fonte para outros pesquisadores, mas, em si, apresenta as marcas metodológicas da geração de folcloristas, preocupados com as ideias de povo, nação e a constituição de uma identidade nacional. Fazendo uso de vasto acervo de folhetos de Cordel, sem uma análise dos mesmos, a obra apresenta imprecisão quanto aos acontecimentos apresentados, além de dificilmente fornecer a indicação das origens da informação.

Outras obras, ainda distantes de um olhar histórico para o fenômeno, apresentadas por Marianne Wiesebron⁵, entre elas *Beatos e Cangaceiros. História real, observação pessoal e impressão psicológica de alguns dos mais celebres cangaceiros do Nordeste*, de Xavier de

¹ *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, na literatura, e *O cangaceiro* (1953), de Lima Barreto, segundo Dalila Carla dos Santos, são marcos na construção e solidificação de uma representação sobre o sertão, o sertanejo e o cangaceiro.

² SANTOS, Dalila Carla dos. *Na trilha do cangaço: as representações das relações de gênero nos filmes Corisco e Dadá e Baile Perfumado*. Dissertação (Mestrado), Salvador-BA: Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/Universidade Federal da Bahia, 2012b, p. 29-32.

³ CARNEIRO, Gabriel de Campos. *No rastro dos cangaceiros: em busca de novas trilhas para a apreensão de um movimento social*. Dissertação (Mestrado em História), Brasília-DF: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade de Brasília, 2010, p. 32.

⁴ CARNEIRO, 2010, p. 30.

⁵ WIESEBRON, Marianne. *Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional*. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 24, n. 2, p. 417-444, jul./dez, 1996.

Oliveira, publicada em 1920; *Factores do Cangaço de 1910 a 1930*, de Manoel Candido, de 1934; e *Um sertanejo e o sertão*, obra memorialística de Ulysses Lins de Albuquerque, publicada em 1957, trarão olhares para a questão.

Será, no entanto, a partir da publicação de *Rebeldes Primitivos*, em 1959, e *Bandidos*, em 1969, do historiador britânico Eric Hobsbawn, que o tema do banditismo conquista seu espaço nas análises históricas. Hobsbawn desenvolveu a ideia do *banditismo social*, colocando-a como um fenômeno universal e sem recorte cronológico específico, ao observar semelhanças entre bandidos rurais em diferentes lugares do mundo. Para ele, esse banditismo social advém de problemas com a terra, as estruturas do poder local e com a desintegração das estruturas tradicionais frente à entrada do capitalismo no campo.

Desde que iniciou suas análises, Hobsbawn tornou-se um divisor de águas nos estudos sobre o tema: por um lado, multiplicaram-se análises que se aproximavam de sua abordagem; por outro, logo apareceram críticas⁶. É perceptível a presença de generalizações, sem observar as especificidades locais, com o intuito de construir um modelo universal para a análise do banditismo rural; também é possível perceber a utilização de fontes literárias – como o Cordel, no caso brasileiro – de modo um tanto ingênuo; por fim, ressaltar a ausência de um olhar mais profundo para as relações sociais que permeiam as zonas em que os banditismos ocorrem.

No Brasil, o jornalista Rui Facó, em 1963, possivelmente sem ler a obra de Hobsbawn, enveredou-se por interpretação semelhante em *Cangaceiros e Fanáticos*. Fortemente marcado por uma visão marxista dos processos históricos, interpretava os cangaceiros como rebeldes que iam à luta contra as injustiças constantes no sertão, sendo, portanto, uma manifestação primeira de um movimento que se transformaria em “formas modernas” de luta pela transformação social.

Durante os anos 1960 e 1970, outros trabalhos seguiram a mesma linha: o enquadramento do objeto em concepções teóricas prévias⁷. A partir de Frederico Pernambucano de Mello, com a publicação de *Guerreiros do Sol: o banditismo no Nordeste do Brasil*⁸, as interpretações sobre o cangaço iniciam um processo de renovação na historiografia brasileira, deixando de lado a visão

⁶ Anton Blok foi um dos principais interlocutores críticos à obra de Hobsbawn. O debate entre eles foi apresentado em dois artigos: WIESEBRON, Marianne. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 24, n. 2, p. 417-444, jul./dez, 1996; e FERRERAS, Norberto O. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina. *História* [online], São Paulo, v. 22, n. 2, p. 221-226, 2003.

⁷ Destacamos a historiadora Maria Christina Matta Machado que, após morte precoce, teve uma série de artigos publicados na *Revista de História*, de São Paulo, entre os anos de 1973 e 1974, sob título *Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro*, assim como a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, com *História do Cangaço*.

⁸ MELLO, Frederico Pernambucano. *Guerreiros do Sol: o banditismo no Nordeste do Brasil*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1985.

romântica do banditismo, fortemente marcada nas representações artísticas do mesmo, e partindo para uma análise histórica através de uma maior amplitude de fontes e métodos.

Em sua obra, desenvolve a ideia de que haveria, no interior do cangaço, três formas de manifestação: o cangaço-meio de vida, o cangaço de vingança e o cangaço-refúgio. Em todos eles, o cangaceiro não é um justiceiro social, mas um sujeito histórico com suas vivências e escolhas. Nesse contexto, desenvolve o conceito de *escudo ético*, segundo o qual cangaceiros como Antonio Silvino faziam uso do mesmo para permanecer, mesmo após alcançar a vingança desejada, afirmando que o revide ainda não estava pleno e, portanto, prosseguia na vida de crimes por uma questão de honra.

A partir de então, novos olhares passaram a ser lançados para o cangaço. Número considerável destas pesquisas possui, como objeto, Lampião, o mais famoso dos cangaceiros. As pesquisas relacionadas especificamente a Antonio Silvino⁹, seu predecessor em fama, todavia, acontecem em número muito inferior – possivelmente pela maior distância temporal e menor quantidade de fontes de pesquisa para acesso à sua realidade. Na labuta de garimpar trabalhos acadêmicos encontramos as dissertações de Marcos Alexandre Rinaldi Rosa¹⁰, Rômulo José Francisco de Oliveira Junior¹¹, Deuzimar Matias de Oliveira¹², e as teses de Simão Pedro dos Santos¹³ e de Felipe Gonçalves Figueira¹⁴.

Marcos Alexandre Rinaldi Rosa aproxima-se do olhar de Hobsbawn, partindo para uma análise comparativa de duas experiências de banditismo, no Brasil e no México. Rômulo José Francisco de Oliveira Junior, por sua vez, consegue trazer, em alguma medida, doses de inovação, na medida em que se propõe a fazer uma biografia do cangaceiro Antonio Silvino, desde seu

⁹ O fascínio com o tema nos aproximou do cangaceiro Antonio Silvino, predecessor de Lampião e sob o qual tivemos contato a partir da obra do poeta Leandro Gomes de Barros, fonte de pesquisa desde a graduação. Nesta tese, o cangaço apresenta-se como eminentemente masculino, uma vez que, para o período, a participação feminina estava vedada, ressalva feita diante da reflexão necessária e urgente do apagamento das mulheres na História, a qual não desejamos participar.

¹⁰ ROSA, Marcos Alexandre Rinaldi Rosa. *O banditismo social em regiões periféricas do Brasil e do México na segunda metade do século XIX: Antonio Silvino e Pancho Villa*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina), São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina/Universidade de São Paulo, 2008.

¹¹ OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José Francisco. *Antonio Silvino: “de Governador dos Sertões a Governador da Detenção” (1875-1944)*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional/Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

¹² OLIVEIRA, Deuzimar Matias de. *Nas trilhas do cangaceiro Antônio Silvino: tensões, conflitos e solidariedades na Paraíba (1897-1914)*. Dissertação (Mestrado em História), Campina Grande-PB: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

¹³ SANTOS, Simão Pedro dos. *Dedos cravejados de brilhantes, chapéus de estrelas carregados: a épica dos cangaceiros na Literatura de Cordel*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas/Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas/UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

¹⁴ FIGUEIRA, Felipe Gonçalves. *Representações do cangaço: entre prosa romanesca e folheto popular (1876-1918)*. Tese (Doutorado em Letras – Literatura Comparada). Niterói-RJ: Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura/Universidade Federal Fluminense, 2018.

nascimento, passando por seus anos de atuação no cangaço, o tempo enquanto prisioneiro da casa de detenção, em Recife, até fechar a escrita biográfica com sua morte, na cidade de Campina Grande, sem grandes holofotes. Em uma escrita fluida, o pesquisador traça um retrato das diferentes faces que Antonio Silvino apresentou no decorrer de sua existência, defendendo a tese de que, de algum modo, era um sujeito com alguma forma de consciência política¹⁵. Fechando as dissertações citadas, Deuzimar Matias de Oliveira, em outro caminho, coloca como foco a atuação do bando de Antonio Silvino no estado da Paraíba, abordando as estratégias tomadas diante das tensões e conflitos próprios da forma em que viviam pelo sertão, essencialmente as alianças realizadas, ora com fazendeiros, ora com políticos locais, ora com a população pobre, sempre seguindo as necessidades de manter a sobrevivência própria e de seus parceiros de bando. Deuzimar Matias de Oliveira, de certo modo, busca fugir da romantização, apontando redes de sociabilidades que nada tinham de “consciência política” ou “luta contra os poderosos”, desmistificando o herói popular.

As duas teses, ambas no campo da literatura, apresentam enfoque distinto. Simão Pedro dos Santos demonstra a presença de uma matéria épica nos cordéis que tem o cangaço como tema, passando por autores do início da produção sistemática deste gênero literário, como Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista, até poetas da atualidade. Felipe Gonçalves Figueira, por outro lado, analisa as representações dos cangaceiros Cabeleira, Jesuíno Brilhante e Antonio Silvino a partir de obras de Franklin Távora, Rodolfo Teófilo e Leandro Gomes de Barros, escritores de diferentes estilos literários e localizados física e temporalmente em lugares distintos, na busca por traçar um quadro geral sobre o assunto.

Diferentes enfoques, a partir de uma diversidade de lentes teórico-metodológicas, que contribuem para a ampliação do olhar para a personagem de Antonio Silvino. Esta tese manifesta a pretensão de contribuir com este cenário, apresentando como principal objetivo a análise das representações construídas sobre o cangaceiro Antonio Silvino em um mesmo espaço e tempo, a cidade de Recife nas duas primeiras décadas do século XX – mais precisamente até 1914, quando da prisão do cangaceiro –, utilizando como fonte duas modalidades de suporte impresso distintos: os periódicos, sendo dois, o *Diário de Pernambuco* e o jornal *A Província*; e a literatura produzida pelo poeta Leandro Gomes de Barros.

¹⁵ Julgamos necessário uma observação. A dissertação de Oliveira Junior possui uma semelhança com esta tese: periódicos recifenses e cordéis como fonte histórica. As semelhanças, no entanto, param por aí; isso por que os objetivos são totalmente distintos, uma vez que a dissertação citada propõe uma biografia, enquanto esta pesquisa propõe um olhar para as representações produzidas sobre o cangaceiro Antonio Silvino, durante seu período de atuação, tendo como eixo de análise a relação destes produtores com a República.

Recife, o espaço de produção das fontes centrais desta pesquisa, experienciava na virada do século XIX para o XX um contexto de transformações. A cidade experimentava, junto à chegada da República, um expressivo aumento populacional – que, consigo, acometia uma série de problemas sociais, advindos de uma urbe não preparada para a quantidade de pessoas que recebia – e uma proposta de modernização da cidade, de caráter eugênico e excludente.

No interior do estado, no entanto, nas zonas sertanejas, outro cenário se apresentava: a ausência do Estado – aparecendo de modo inseparável do domínio particular e, portanto, de modo ineficiente e incipiente –, a pobreza, as secas e as disputas familiares fomentavam a existência de bandos de cangaceiros – bandidos que viviam do produto de seus roubos –, sendo um deles liderado por Antonio Silvino.

Da capital pernambucana, leituras do mundo sertanejo, e do cangaço em específico, eram produzidas a partir dos olhos e filtros de quem não vivenciava aquela realidade. Jornais recifenses noticiavam, regularmente, com pitadas de opinião, ações do bando de Antonio Silvino. Em outra esfera, também na capital, o poeta Leandro Gomes de Barros, com sua bagagem cultural sertaneja – mas sendo um “retirante” na capital – publicava folhetos tendo o referido cangaceiro como mote. Suportes distintos, produzidos de maneiras e com interesses diferentes, assim como para públicos dessemelhantes, engendravam representações sobre o cangaceiro Antonio Silvino. Fincadas no tempo e lugar em que eram produzidas, se apresentam como uma possibilidade rica para compreendermos as relações sociais que permeavam a cidade.

Deste emaranhado de situações expostas emana a tese desta pesquisa, a saber: múltiplas representações convivem em um mesmo espaço e tempo delineado, uma vez que diferentes aspectos de uma sociedade, tais como as questões de cunho cultural, político e econômico, produzem temporalidades diversas que coabitam um mesmo espaço temporal e forjam leituras da realidade, materializadas em representações diversas sobre o mesmo objeto. Ou seja, as representações dos periódicos, em espectros políticos opostos, e da literatura de Leandro Gomes de Barros, ainda que produzidas na mesma cidade e período histórico, revelam a existência de múltiplos espaços e tempos no interior da cidade de Recife, que possibilitam a elaboração de uma diversidade de representações históricas para se compreender as primeiras décadas do século XX e, em especial, Antonio Silvino.

A hipótese que levou ao problema desta pesquisa emana do tempo presente e, de algum modo, ajuda-nos a dar sentido à experiência humana contemporânea¹⁶. Personagens de relevo no cenário político brasileiro atual – como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o atual presidente Jair Messias Bolsonaro – são representados positiva e negativamente, a depender dos grupos que enunciam. A interpretação da realidade, a partir da conjunção das esferas do passado-futuro, produzem múltiplas leituras sobre o presente, situação que pode ser observada a partir do cangaceiro Antonio Silvino, personagem importante no início do século XX e que foi representado de maneiras distintas, a depender do comunicador.

O tempo, categoria fulcral na ciência histórica, apresenta-se, portanto, como elemento crucial nesta tese, a partir da noção de pluralidade de tempos históricos. De tão basilar, por vezes o tempo se esconde das lentes dos historiadores que, naturalizando-o, não dedicam, no ínterim de uma pesquisa, olhar de análise. Cabe-nos, assim, refletir sobre ele, buscando aprofundar a compreensão quanto à operacionalização desta categoria.

Entre o tempo físico – natural, eterno, constante e homogêneo – e o tempo filosófico – humano, mortal, mutável, irreversível e heterogêneo – uma distância se constrói, tornando-os inconciliáveis. A História enquanto ciência deve, no entanto, produzir um novo conceito de tempo, que transcenda a concepção física e filosófica, trabalhando na construção de uma ponte entre as duas perspectivas. O historiador, deste modo, segundo Paul Ricoeur, produz um novo tempo, mediador entre o da natureza e o da consciência: “o tempo coletivo das sociedades”¹⁷.

Entre os muitos instrumentos deste novo tempo, produzido pelo historiador, encontra-se o calendário¹⁸. É justamente este artifício que permite o tempo vivido – humano, impossível de ser organizável e narrável – ser transformado no tempo coletivo das sociedades e, conseqüentemente, ser organizado e narrado em uma sequência de mudanças e transformações. A partir de um marco zero, o calendário seria um mediador entre o tempo natural – contínuo e linear – e o humano – acontecimento, apontado a partir do marco inicial –, apresentando-se como uma costura que permite a existência da narrativa histórica de modo inteligível, posto que configura a existência de passado, presente e futuro.

¹⁶ As carências de orientação na experiência do tempo, ou interesses, podem ser entendidas como “o ponto de partida que o pensamento histórico toma [...] antes de se constituir como ciência” (RÜSEN, 2001, p. 30). Seguindo esta concepção, a partir perspectivas de interpretação, métodos e formas de representação, o conhecimento histórico adquire uma função de orientação do agir humano, retornando como resposta na vida prática (RÜSEN, 2001, p.164). Sobre esta questão ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

¹⁷ REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e “Annales”: uma articulação possível. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte-MG, v. 23, n. 73, 1996, p. 230-233.

¹⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas-SP: Papyrus, 1997, p. 180.

A ação do historiador de inserir o tempo coletivo das sociedades no tempo-calendário, por sua vez, só pode ser feita por meio de vestígios humanos. São estas evidências da existência humana, indícios da experiência temporal e marcas do passado encontradas no presente que possibilitam a construção, por parte do historiador, de uma intriga, uma composição sistematizada de experiências humanas díspares, transformadas em uma síntese compreensível por meio da narrativa¹⁹. Sem os vestígios, portanto, o tempo-calendário perderia o sentido para a História.

Todavia, o tempo-calendário pode ser um instrumento, mas não torna a complexa experiência humana no tempo um elemento compreensível em si. Por certo, datar e inserir o recorte escolhido dentro de um todo é relevante, mas o pensamento histórico supera tal condição, posto que é o componente humano que interessa ao historiador. É neste sentido que Reinhart Koselleck avança, pensando o tempo histórico a partir de duas categorias centrais: campo-da-experiência e horizonte-de-expectativa.

O tempo, para a História, seria, portanto, um elemento inteligível a partir da tensão entre estes dois polos, o passado e o futuro encontrados no presente. Na relação entre o campo da experiência – “o passado atual, no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”²⁰, um passado existente no presente – e o horizonte de expectativa – o futuro no passado, aquilo que se espera, deseja e almeja – se constituiria o tempo histórico, ou seja, “da tensão da experiência e da expectativa que pode ser deduzido algo como a temporalidade histórica”²¹. Assim, a história engendraria as experiências vividas e as expectativas futuras dos que vivem, de modo que, uma vez que são múltiplos os que vivem e conseqüentemente múltiplas as experiências e expectativas, plural é o tempo histórico no interior de um mesmo recorte no interior do tempo-calendário.

Esta reflexão sobre o tempo histórico é, em alguma medida, o eixo norteador desta tese, dividida em três capítulos. Assim sendo, o primeiro capítulo, intitulado *Tecendo o quadro do tempo: a Primeira República*, marca o objeto central da pesquisa no interior do tempo-calendário, as duas primeiras décadas do século XX, espaço temporal didaticamente conhecido, no Brasil, como Primeira República, contextualizando-o na sociedade em que se encontra inserido, a cidade de Recife.

Neste sentido, apresentamos, inicialmente, o cangaço enquanto fenômeno social específico e o cangaceiro Antonio Silvino enquanto personagem histórico capaz de jogar luz à compreensão do

¹⁹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 21-42.

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUCRio, 2006, p. 309.

²¹ KOSELLECK, 2006, p. 312.

cangaço em si. Na sequência, entendemos o surgimento da República no Brasil, tentando verificar o crescimento das ideias, a partir de movimentos não propriamente sistematizados, em Pernambuco, e gradativamente organizados no restante do país. Os primeiros anos da República em Recife, observados a partir da acomodação de forças oligárquicas no poder, será olhado a partir das lentes periódicas e da literatura de Leandro Gomes de Barros, situação que nos leva a pensar como foram os primeiros anos da República brasileira no sertão, local de atuação de Antonio Silvino, chamado de o “governador dos sertões”, ao qual retornamos, com a espetacularização de sua prisão pela imprensa periódica, indicando sua relevância no contexto em questão.

Esta visão panorâmica, inserindo o objeto no “quadro do tempo”, permite a compreensão da existência de tempos sobrepostos, argumento que a pesquisa, de algum modo, se propõe a refletir. No entanto, as “datas seriam pontas de iceberg”²² que orientam a navegação no mar do tempo, mas necessitando de um olhar mais profundo para compreender a realidade que se observa. Assim, no segundo e terceiro capítulos serão abordados, a partir de suportes distintos – os jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província*, documentos periódicos, e a literatura do poeta Leandro Gomes de Barros –, diferentes representações do cangaceiro Antonio Silvino, particularizando estes tempos diversos que povoavam a Recife do início do século XX. Uma vez que a história é feita por meio de vestígios, cabe nos atermos nestes.

Os periódicos *Diário de Pernambuco* e *A Província*, produzidos em Recife no início do século XX – aos quais tivemos acesso por meio da Hemeroteca Digital presente no sítio virtual da Biblioteca Nacional²³ –, apresentavam como característica a vinculação a facções políticas pernambucanas. O *Diário de Pernambuco*, adquirido, em 1901, por Francisco de Assis Rosa e Silva, líder da oligarquia que dominou a política estadual entre 1896 e 1911, funcionava, neste período, como uma espécie de órgão de imprensa oficial do governo. O jornal *A Província*, por sua vez, era o órgão oficial do Partido Liberal – nos tempos do Império –, congregava intelectuais de grande influência política na região – tais como José Mariano Carneiro da Cunha, José Maria Albuquerque Melo, Joaquim Nabuco e outros – e se colocava como folha oposicionista à oligarquia dominante.

A opção por estes periódicos, especificamente, não foi aleatória. A escolha de um jornal de cada espectro político – deixando de fora o situacionista *Jornal do Recife* e o oposicionista *Jornal*

²² BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempos”. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 19.

²³ O espaço para pesquisa de periódicos pode ser acessado por meio do link <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Pequeno, que aparecerão na tese, com menos intensidade – leva em consideração o tempo e a grande quantidade de material para análise, sem deixar de olhar para os lados em disputa. Optamos por trabalhar com todas as edições que, de alguma forma, tratavam do cangaceiro e construir, a partir de nosso olhar, seções no interior destes – tais como depoimentos de cangaceiros, polêmicas entre jornais, notícias de crimes, entre outras –, uma vez que nem todas as publicações apresentam claramente uma seção. As publicações destes periódicos não eram, no entanto, perenemente regulares. Tendo acesso a edições do *Diário de Pernambuco*, sem interrupções de comercialização, no período de atuação do cangaceiro e que o mesmo aparece noticiado, em edições entre os anos 1902 e 1911; com a derrota da oligarquia Rosa e Silva e o tenso clima político em Recife, entre tentativas e novas pausas, o retorno regular acontece apenas em 1914. *A Província*, por sua vez, temos edições regulares entre os anos 1900 e 1906, não constando no arquivo da Hemeroteca Digital os anos de 1907 e 1908 e retornando em 1909 a diante.

As fontes analisadas também são escolhas do historiador. Escolhemos, portanto, trabalhar com dois periódicos de espectros opostos na arena política pernambucana. Apenas dois, levando em consideração a quantidade de material para análise, diante do curto espaço de tempo destinado ao desenvolvimento de uma pesquisa de doutoramento na cultura acadêmica brasileira. Estes dois, especificamente, pois, além de serem de polos políticos distintos, apresentavam como característica comum o uso de uma certa “memória social” de longa data como meio de garantir confiabilidade jornalística aos editoriais, além de demonstrarem certa rivalidade e concorrência pelo público.

Esta memória social derivava do caráter histórico de ambos. Fundado em 1825, o *Diário de Pernambuco* se vangloriava de ser “o Jornal mais antigo em circulação na América Latina”. O jornal *A Província*, por sua vez, fundado em 1872, exaltava sua presença, narrando e participando, dos principais acontecimentos da história pernambucana e nacional. Esta área de periódicos históricos na imprensa recifense lhes concedia moral e credibilidade editorial. Como tal, disputavam um público semelhante, apresentando publicação diária idêntica, inclusive aumentando para sete edições na semana no mesmo dia, em 09 de maio de 1910, apontando para a concorrência entre ambos.

Desta forma, para além das questões relacionadas ao tempo para a pesquisa, a escolha justifica-se por serem jornais de matrizes políticas opostas – aumentando o campo de visão na análise proposta –, possuindo elementos em comum, essencialmente o uso de uma “memória social” relacionada à imprensa pernambucana e os movimentos que apontam para um antagonismo direto, uma concorrência concreta entre *Diário de Pernambuco* e *A Província*.

Portanto, o material disponível destes periódicos, ainda que com suas interrupções, fornecem uma documentação extensa, rica e variada para a análise das representações construídas pela imprensa periódica escrita, em Recife, sobre o cangaceiro Antonio Silvino. Com a presença de representações construídas pela situação e pela oposição, acreditamos ser possível construir um quadro mais amplo das representações construídas sobre o cangaceiro Antonio Silvino na imprensa escrita recifense, assim como os usos políticos destas no interior das lutas entre as facções políticas que disputavam o poder em Pernambuco, no início da República.

O segundo capítulo, intitulado *Jornais, editores e rivalidades políticas: a construção de representações do cangaceiro Antonio Silvino nos periódicos Diário de Pernambuco e A Província*, trabalha, portanto, a partir de dois eixos: a linha editorial, entre o público a alcançar e os sujeitos proeminentes em sua constituição, e as representações do cangaceiro como arma na luta pelo poder político em Pernambuco. Em um primeiro momento, compreende os locais de fala dos periódicos, condição essencial para a compreensão das representações construídas, ponto de análise posterior.

A literatura do poeta Leandro Gomes de Barros, por sua vez, completa o arcabouço documental desta pesquisa. A opção pela obra deste poeta, especificamente, também não foi ao acaso. Havia dois poetas de Cordel escrevendo sobre o cangaceiro Antonio Silvino no período em que este estava atuando no cangaço: Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista. Este segundo, importante nome da primeira geração de cordelistas, escreveu inúmeros folhetos sobre o cangaceiro, datados entre 1904 e 1919. Nestes, Silvino conta sua vida, em primeira pessoa, cronologicamente abarcando acontecimentos entre 1896 e 1912²⁴. Certamente, sua obra deve ser estudada, tanto por sua relevância para a construção do Cordel enquanto gênero literário, quanto pelas especificidades de sua produção.

Francisco das Chagas Batista, no entanto, vivia na capital paraibana, enquanto Leandro Gomes de Barros vivia na capital pernambucana. Portanto, é este recorte espacial, a cidade de Recife, que justifica a opção deliberada. Tal como os periódicos *Diário de Pernambuco* e *A Província*, Leandro Gomes de Barros escreve, edita e publica seus folhetos a partir da experiência temporal própria da capital de Pernambuco nas primeiras décadas do século XX, elemento central para a investigação empreendida.

Na tese, fizemos a opção de trabalhar a análise dos textos literários em duas frentes: a primeira, de modo mais geral, buscando entender a produção, difusão e consumo deste segmento

²⁴ TERRA, Ruth Brito Lêmos. *Memória de lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893 a 1930)*. São Paulo: Global, 1983.

literário; a segunda, de modo mais específico, um olhar para as narrativas que tinham o cangaceiro Antonio Silvino como tema central.

Neste sentido, trabalhamos com setenta folhetos e cento e vinte oito narrativas presentes no interior destes, produzidas entre os anos 1906 e 1918, coletados no sítio virtual da Fundação Casa de Rui Barbosa²⁵. Apenas quatro destes folhetos não foram produzidos em Recife, sendo estes os que, entre os que tivemos acesso, foram publicados em 1906. Este conjunto mais amplo possibilitou a análise das especificidades da literatura de Leandro Gomes de Barros, a cultura em que o poeta se encontrava inserido e aproximar-se das características gerais do público do mesmo.

No universo de publicações, doze folhetos e quinze narrativas, todas publicadas em Recife, entre os anos 1907 e 1918, tinham o cangaceiro Antonio Silvino como elemento central ou de grande relevância na narrativa. Este material oportunizou encontrarmos vestígios da luta pela defesa de um código de honra, que, para o poeta, parecia se desmantelar, e a construção da heroificação da personagem, representando este lado do combate.

É neste caminho que foi construído o terceiro capítulo, fechando a tese, intitulado *Um herói contra o projeto de modernização: as representações do cangaceiro Antonio Silvino a partir dos folhetos de Leandro Gomes de Barros*, abordando inicialmente as especificidades da literatura a ser analisada para adentrar na especificidade cultural que produzia uma leitura específica do mundo e, conseqüentemente, representações do cangaceiro em foco.

Documentos periódicos e literários, material essencial desta pesquisa, exigem um olhar cauteloso do historiador. Não se trata de reproduzir o que está exposto, mas de compreender as ideias e valores intrínsecos que os discursos carregam consigo. Para tanto, torna-se essencial entender as particularidades do suporte em que estes são apresentados e os estatutos de produção discursiva de cada um destes, assim como o contexto social dos mesmos, observando as ligações do texto com o mundo que o rodeia. Trata-se de não cair na “abstração dos textos”, usando a terminologia utilizada por Roger Chartier, e de preocupar-se com as conexões entre a publicação, o horizonte de expectativas e as sociabilidades que produzem os discursos.

Certamente, se fazem necessários certos cuidados específicos, essencialmente buscando não compreender o que se narra enquanto fato objetivo. Problema essencial para ser enfrentado frente às fontes jornalísticas, mas também diante das literárias, é a compreensão de que se encontram inseridas no campo político-ideológico, de modo que as informações veiculadas “denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação”, de maneira que na produção de discursos ocorre o

²⁵ No interior deste site há uma seção para Literatura em Verso e uma página específica para o acervo do poeta Leandro Gomes de Barros, que pode ser visto em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/leandro.html>.

processo de decisão, em que “organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro”²⁶.

Assim, é importante salientar que a tese se ancorou no aporte teórico-metodológico oferecido pela história cultural. Esta trouxe, para o horizonte de preocupações dos historiadores, uma ampliação dos problemas, objetos e fontes passíveis de análise histórica²⁷. É neste cenário que obras literárias e textos da imprensa se transformam em fontes profícuas para o estudo das atividades humanas, possibilitando a existência do problema proposto nesta e em outras tantas pesquisas que se debruçam sobre a literatura e os periódicos para compreender a humanidade em seu tempo.

A narrativa literária não é uma fonte prodigiosa para a extração de datas e acontecimentos. Sua qualidade encontra-se na possibilidade que ela confere ao historiador para alcançar as sensibilidades, valores e razões de determinada época. Nesse caminho, a produção de Leandro Gomes de Barros pode ser entendida como a escrita de um leitor do lugar em que vive, tornando-se “um registro – privilegiado – de seu tempo”²⁸. O poeta faz uso, em determinados momentos, de personagens e acontecimentos reais para construir sua narrativa, no entanto, quando o faz não está preso ao real; faz uso do mesmo, mas com liberdade criativa sobre este. Assim, “imagens pictóricas, discursos poéticos e lendas são representações do mundo que se oferecem ao historiador como portas de entrada ao mundo das sensibilidades da época que as engendrou”²⁹, sendo uma fonte privilegiada para o historiador, “porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam”³⁰. Isso porque a literatura se constrói a partir do tempo e lugar em que se encontra inserida, sendo um produto da cultura que lhe permite existir como tal.

A imprensa escrita também se apresenta como documentação rica para apreender as representações construídas em determinado espaço e tempo. Assim como a literatura, os periódicos constroem narrativas, produzem discursos, selecionando e escolhendo o que será ou não notícia. Desse modo, de maneira um tanto óbvia, não é um transmissor imparcial e neutro, mas antes um veículo para formação de “condutas e práticas sociais”³¹. Esses “arquivos do cotidiano registrando

²⁶ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, nº 4. São Paulo: Educ, 1985, p. 90.

²⁷ BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 09-16.

²⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, Pelotas, n. 14, p. 31 - 45, set. 2003, p. 40.

²⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 30, 2002, p. 56.

³⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História&literatura: uma velha – nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006, p. 07. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acesso em: 21 de Janeiro de 2018.

³¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 40.

a memória do dia a dia”³² podem ser transformados em fonte para o conhecimento de múltiplas facetas da experiência vivida no passado.

Assim, nos dois suportes impressos antes citados, não é o real que se apresenta, mas as representações do real construídas no tempo, tornando-se evidente a importância, para esta tese, da perspectiva de Roger Chartier no interior da história cultural, sendo central o conceito de representação para o desenvolvimento da mesma. Segundo Chartier, trilhar o caminho das representações é buscar entender “como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”³³, sendo “estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrável”³⁴.

Em vista disso, o conceito de representação tornou-se fundamental para o entendimento de como os sujeitos e grupos sociais interagem com o mundo que os rodeia, uma vez que é a partir delas que se torna possível entender o mundo que os cerca. As representações, no entanto, não têm aspiração de neutralidade, mas antes aspirações universalizantes – pois buscam impor uma autoridade, legitimar uma visão social – e, por isso, estão em conflito com outras formas de representação. Assim, ela torna possível perceber as lutas simbólicas pela hegemonia de uma maneira de enxergar o mundo no interior de uma sociedade, lutas não mais pautadas na força bruta, mas tendo “as representações por armas”³⁵, materializadas nos discursos e práticas dos diversos grupos que habitam uma realidade social.

Assim, propomos a compreensão das representações da personagem Antonio Silvino, durante os anos em que atuou no cangaço – portanto, entre 1897 e 1914 –, na cidade de Recife, nos periódicos *Diário de Pernambuco* e *A Província* – entre os anos 1900 e 1911 – e na literatura produzida pelo poeta Leandro Gomes de Barros – entre 1906 e 1918, ano em que se encerra a sua produção. Ambos os suportes são fontes privilegiadas para apreender as representações, de modo que o uso de um e outro, simultaneamente, possibilitaria vislumbrar representações construídas por grupos sociais distintos, circunscritos em um mesmo espaço e tempo.

Com isso, fechamos o arco aberto pela concepção de tempos plurais. As representações do cangaceiro Antonio Silvino produzidas pelos jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província*, envolvidas na disputa pelo poder político em Pernambuco, apresentam a perspectiva de ser a facção

³² ZICMAN, 1985, p. 90.

³³ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 16.

³⁴ CHARTIER, 1990, p. 17.

³⁵ CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, jul./dez. 2011, p. 20.

política melhor indicada para guiar Pernambuco pelo caminho da modernidade desejada, elaborando um cangaceiro que simboliza o atraso e a barbárie e que, por tal, deve ser combatido. Por sua vez, as representações construídas pelo poeta Leandro Gomes de Barros, comercializadas em livretos de baixo custo, pautadas em uma concepção moral específica e na defesa de uma cultura idealizada que, na concepção do poeta, estaria em vias de desintegração frente à modernidade trazida pela República, engendram a experiência e a expectativa, gestando um cangaceiro anti-republicano, herói daqueles que defendem um código de honra específico.

De modo evidente, portanto, a Primeira República, o tempo-calendário que circunscreve a tese, é um elo que interliga as representações construídas sobre o cangaceiro Antonio Silvino, nos diversos suportes analisados. Não se trata, no entanto, de priorizar o político ante o cultural, em uma relação hierárquica. A proposta desta tese é pensar justamente como elementos da cultura – como um código moral defendido ou uma modernidade ansiada – são agenciados em uma disputa pela hegemonia das representações e, conseqüentemente, pela vitória de seu horizonte de expectativas.

Deste modo, os tempos plurais, representados aqui como produções enxergadas a partir dos periódicos e da literatura, circunscritos no tempo-calendário, o momento de acomodação oligárquica na Primeira República, são o esqueleto desta tese, que busca aprofundar o olhar para o período a partir de múltiplas vozes, em um movimento de compreender a coexistência de representações diversas e a luta destas pela sua perpetuação.

CAPÍTULO 1

TECENDO O QUADRO DO TEMPO: A PRIMEIRA REPÚBLICA

“Desde que entrou a República
Que o nosso país vai mal
Pois o lençol da miséria
Cobriu o mundo em geral
Deixando a mão entregue
À palmatória e ao punhal”.

Excerto de *O punhal e a palmatória*, folheto de Leandro Gomes de Barros encontrado por Ruth Terra (1983) no acervo do Fundo Villa-Lobos.

“Ciência dos homens no tempo”, nas palavras de Marc Bloch³⁶, a História apresenta como objetivo primordial entender como sujeitos históricos pensaram e agiram a partir da atmosfera temporal que lhes garantiu pensar e agir. Segundo este pensamento, indivíduos constroem-se conforme as possibilidades e necessidades de seu contexto e momento em que vivem. A situação temporal e espacial do objeto, em História, apresenta-se como elemento de grande importância.

No entanto, esta historicidade não caminha entrelaçada com a temporalidade do mundo físico. Diferentes aspectos de uma sociedade, tais como a cultura e a economia, produzem múltiplas temporalidades que coabitam o mesmo espaço temporal cronológico, de modo que o tempo, na História, no interior de um mesmo recorte de duração, se reveste de heterogeneidade.

A existência de múltiplos tempos e múltiplos olhares permeará esta tese, de modo que o presente capítulo objetiva adentrar nesta diversidade temporal existente no período que optamos por chamar de Primeira República³⁷, construindo um painel que contextualize o objeto em questão. Para tal, iniciaremos apresentando o cangaço e o cangaceiro Antonio Silvino, fenômeno social e personagem histórico que servem de pano de fundo para a pesquisa e que foram elementos marcantes do período abordado.

A partir de então, buscaremos contextualizar este período, o início da República, com o intuito de apontar as questões temporais antes expostas, apresentando as transformações que possibilitaram sua ascensão, os conturbados primeiros anos do regime, sua estabilização a partir da política dos governadores – empreendida pelo presidente Campos Sales –, assim como a realidade republicana em Recife, capital de Pernambuco, e nos sertões, palco de atuação de Antonio Silvino e outros tantos cangaceiros.

Este quadro amplo e geral, proposto neste capítulo, objetiva perceber a existência de variados tempos, em espaços distintos, de algum modo presentes nesta pesquisa. Enquanto fenômeno social, o cangaço se desenvolveu nas zonas sertanejas. As representações sobre o cangaceiro Antonio

³⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001, p. 55.

³⁷ Fizemos a opção deliberada de falar em Primeira República e não “República Velha”. Os termos aparecem como sinônimos, em boa parte da bibliografia consultada, sem maiores questões. Acreditamos, no entanto, que as expressões utilizadas no conhecimento histórico também são carregadas de História. Neste sentido, a identificação deste período da história republicana brasileira como “velha” foi realizada por partícipes do governo provisório liderado por Getúlio Vargas, a partir de 1930; com esta conceituação, indicavam que eles eram os políticos de uma “nova” República, enquanto os “carcomidos”, como eram chamados por eles os políticos antecessores, eram exemplares da “República Velha”. Segundo Alzira Alves de Abreu, “a experiência republicana de 1889 a 1930 é até hoje vista por alguns sob um prisma negativo”, sem atentar-se para a complexidade vivenciada. Deste modo, acreditamos que a opção pelo vocábulo “Primeira República” diminui a incursão em juízos de valores e trabalha no sentido de compreender determinado tempo histórico, multifacetado e historicamente situado. Tal reflexão fora desenvolvida, entre outras leituras, pelo contato com: ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. FGV, CPDOC, 2015.

Silvino, objeto desta tese, no entanto, encontram-se fincadas em Recife. Todos estes espaços experienciavam, por sua vez, em suas especificidades, a Primeira República.

Ao fim, retornamos ao personagem histórico, apontando-o como agente histórico relevante no vasto sertão nordestino, nos primeiros anos republicanos. Conclui-se o capítulo abordando a prisão do cangaceiro Antonio Silvino, indicando como este acontecimento se transformou em espetáculo noticiado nos periódicos locais, que garantiram grandes reportagens e coberturas para o que se apontava como a vitória da força do Estado contra aqueles que o desafiavam.

Espera-se, deste modo, ambientar o contexto em que estas heterogêneas representações foram construídas sobre o fenômeno do cangaço e o cangaceiro Antonio Silvino, no interior de um mesmo espaço e tempo cronológico – Recife, capital do Pernambuco, nos primeiros anos da República, essencialmente entre os anos de domínio da oligarquia Rosa e Silva no estado.

1.1. O fenômeno do cangaço

Vivenciando o auge entre os anos de 1890 e 1940, o cangaço pode ser entendido como um fenômeno ligado aos bandoleiros – bandidos errantes – que transitavam em vários estados, no limite entre o sertão e o agreste do Nordeste do Brasil³⁸, praticando crimes. Inicialmente, os cangaceiros faziam uso do argumento de vingança pela honra, mas os roubos e saques se transformavam em meio de vida: o banditismo como profissão. Ou seja, bandidos nômades que, organizados em grupo, tinham a vida de crimes como profissão, subsistindo a partir dos crimes cometidos.

Pelo que se tem notícia, a palavra “cangaço” aparece na literatura em *Cenas Populares*, de Juvenal Galeno, publicado em 1871 e, logo depois, é utilizada por Franklin Távora em *O Cabeleira*, de 1876, romance histórico baseado na vida do cangaceiro de mesmo nome. No *Dicionário de vocábulos brasileiros*, publicado por Henrique de Beaurepaire Rohan, em 1889, no Rio de Janeiro, aparece o primeiro verbete para o termo, entendido como “conjunto de armas que costumam conduzir os valentões”. Deste modo, parece-nos, em consonância com Luiz Bernardo Pericás³⁹, que

³⁸ O Nordeste, tal qual o conhecemos hoje, não era uma realidade à época da atuação de Antonio Silvino no cangaço – entre a última década do século XIX e o início do XX. Pelo contrário, a divisão regional do Brasil era realizada em estados do Norte e estados do Sul. Durval Muniz de Albuquerque Júnior em sua obra *A Invenção do Nordeste e outras artes* (2009), defende a ideia de que o Nordeste, enquanto região, foi uma construção discursiva desenvolvida a partir da década de 1920, fazendo uso do discurso da seca enquanto elemento aglutinador, sublinhando as semelhanças entre os estados assolados pelo fenômeno natural e, dessa forma, eclipsando as diferenças existentes entre eles e mesmo no interior de cada um. Tal discussão, de forma mais aprofundada, pode ser vista em minha dissertação de mestrado, intitulada “*Que povo é esse?*”: Leandro Gomes de Barros e seus leitores (1900-1920), defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD).

³⁹ PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 14.

o termo já era utilizado desde meados do século XIX e, certamente, no início da República, estava muito bem difundido, aparecendo em documentos do Estado, periódicos e cordéis do início do século XX.

Possivelmente, a etimologia do vocábulo está ligada à palavra “canga” e seus dois significados: instrumento de tortura utilizado durante a escravidão e instrumento colocado sob os bois para o transporte de cargas. Hipoteticamente, cangaço estaria ligado ao jugo pela força ou à indumentária dos mesmos, cheio de apetrechos para carga. Independente desta questão, os cangaceiros eram aqueles que percorriam o sertão, em bandos armados, saqueando e vivendo de seus roubos⁴⁰.

O surgimento do fenômeno do cangaço, na segunda metade do século XIX, tem relação com o contexto vivenciado na região que hoje corresponde ao Nordeste do Brasil⁴¹, quanto ao sistema político, jurídico, econômico e social. Afligia o sertão, território de atuação dos bandos de cangaceiros, a pobreza, a seca, a presença do poder público mesclado à cultura local, as brigas entre famílias, os abusos de poder por parte da polícia, a violência e injustiça por meio dos coronéis e líderes políticos regionais, o código cultural de honra que justificava a vingança, a fragilidade das instituições jurídicas, entre outras tantas coisas⁴².

O sertão, a parte das províncias do Norte do Brasil assolada pelas estiagens, é a faixa territorial distante da costa marítima, marcada pelo clima semiárido, com pouca chuva e duas estações, não muito bem definidas: uma seca e quente; outra chuvosa e quente⁴³. Este espaço não é

⁴⁰ PERICÁS, 2010, p. 13-16.

⁴¹ Utilizaremos o termo Norte, no decorrer da tese, diante do risco de cair em anacronismo ao referir-se à região como Nordeste. Ressaltamos que, no período em análise, a divisão regional brasileira era entre províncias do Norte e do Sul, sendo aquele um amplo espaço territorial brasileiro, ou mais precisamente, as “[...] onze províncias setentrionais da Bahia ao Amazonas” (SILVEIRA, 2009, p. 153). Percebe-se, deste modo, que a região não pode ser entendida como algo natural, sem a participação humana na sua definição. Em realidade, ela é “[...] dinâmica, historicamente construída e interage com o todo social e territorial” (CASTRO, 1992, p. 33). Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em sua obra *A Invenção do Nordeste e outras artes*, defende a ideia de que o Nordeste, enquanto região, foi uma construção discursiva desenvolvida a partir da década de 1920, surgindo “como a parte do Norte sujeita às estiagens”, sendo, portanto, “[...] em grande medida, filho das secas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 88.). Elemento discursivo utilizado por políticos e outros interessados no olhar público para o local, a seca é o ponto aglutinador das províncias enfraquecidas após o declínio econômico da região, sublinhando as semelhanças e eclipsando as diferenças entre os estados assolados por este fenômeno natural. Para aprofundar tais questões, ver: CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. João Pessoa: Universitária, 2009; e ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009. Ciente e em concordância com estas reflexões, optamos pelo uso do termo Norte.

⁴² DOMINGUES, Petrônio. O “Corisco Preto”: cangaço, raça e banditismo no Nordeste brasileiro. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, 2017, p. 04.

⁴³ BURITI, Catarina de Oliveira; AGUIAR, José Otávio. Natureza e cultura nos domínios de Clio: as secas e outras representações das paisagens semi-áridas na historiografia ambiental. *Cadernos de História*, Belo Horizonte-MG, v. 10, lmn° 13, jan/jun 2018, p. 84-85.

homogêneo, mas apresenta, de modo geral, vegetação baixa e espinhenta, com solo pedregoso e seco. Neste cenário árido e espinhoso desenvolveu-se o cangaço enquanto fenômeno histórico e social⁴⁴.

Muito antes de seu auge, ocorrido durante a Primeira República, inúmeros exemplos podem ser entendidos como pré-cangaceiros, entre eles os casos de salteadores holandeses ou bandeirantes paulistas que se desgarravam de seus grupos e viviam de crimes na região, no século XVII, assim como o pernambucano Cabeleira, que atuou no século XVIII, e o baiano Lucas da Feira, que agiu na primeira metade do século XIX. Ainda que apresentassem semelhanças com os cangaceiros da virada do século XIX para o XX, estes sujeitos não apresentavam similaridade com a organização e cultura que marcou esse tipo específico de bandidos. Precusores, mas não cangaceiros, o que levou Luiz Bernardo Pericás a chamá-los de pré-cangaceiros⁴⁵.

Enquanto fenômeno histórico, o cangaço não pode ser confundido com outras formas de banditismo rural que se desenvolveram em outras partes do Brasil e do mundo, simultaneamente ou não. A generalização proposta por Eric Hobsbawm, em *Rebeldes Primitivos*, de 1959, e, principalmente, em *Bandidos*, de 1969, onde incluiu o cangaço como uma forma de banditismo social, deve ser vista com cuidado.

O historiador inglês teve o mérito de trazer o tema de bandidos rurais, com viés de luta de classes, para o centro de uma discussão histórica. No entanto, sua tentativa generalizante de encontrar aspectos comuns entre bandidos de espaços e construções históricas distintas por meio de uma concepção teórica pré-definida e com fragilidade em relação às fontes utilizadas, possui suas limitações. Para ele, esses bandidos teriam em comum a defesa da população pobre, pelos quais nutria apreço, sendo uma espécie de protesto social pré-político.

Ainda que questões políticas e econômicas, no interior de um espaço marcado pela desigualdade de acesso à terra – principal meio para garantia da subsistência – tenha sido um fator relevante para o florescimento do cangaço na região, estas não foram as únicas questões. Tal simplificação empobrece a riqueza do fenômeno, necessitando de um olhar mais amplo.

O sertão, região em que o fenômeno se desenvolveu, é fortemente marcado por uma cultura de violência. As guerras sertanejas, expressão utilizada pela antropóloga Luitgarde Oliveira

⁴⁴ Uma discussão sobre questões geográficas relacionadas aos períodos de chuva, à vegetação e aos rios pode ser verificada em: DE' CARLI, Caetano. *A família escrava no sertão pernambucano (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Brasília-DF: Programa de Pós-Graduação em História Social/Universidade de Brasília, 2007, p. 24-25.

⁴⁵ PERICÁS, 2010, p. 17.

Cavalcanti Barros⁴⁶, eram uma constante na sociedade que ali se desenvolvera, marcada pela presença da arma, no que Jorge Mattar Villela⁴⁷ chamou de “o povo em armas”. Ainda que discursos externos apregoassem a necessidade de desarmar a população, para o fortalecimento das estruturas do poder republicano, era inconcebível retirar o direito de uso de armas chancelado pela cultura local que, combinado aos laços de solidariedade a chefes políticos – e à disponibilidade para o uso das armas quando o julgamento apontasse a necessidade –, transformavam a violência em um aspecto corriqueiro.

Por outro lado, a própria força armada estatal disseminava a violência. Aqueles que se colocavam na luta contra os cangaceiros, chamados de forças volantes, não tinham o apreço da população. Cometiam crimes bárbaros e, por vezes, faziam uso da força para obrigar a venda ou expulsar donos de terras, em benefício de fazendeiros poderosos. Há relatos de corrupção entre oficiais das volantes, que vendiam armas e munição para os próprios cangaceiros⁴⁸.

A arbitrariedade da polícia também era questão, seja atacando ou prendendo alguém, apenas por questões pessoais. Os policiais, imersos culturalmente, facilmente misturavam o civil e o militar, o público e o privado, sendo a regra e não a exceção. Autoridades legais, de patente alta, como delegados e subdelegados, usavam o posto e situação para enriquecimento pessoal, como, por exemplo, por meio do alargamento de propriedades⁴⁹. Vistos como produtores de desordem, “as perseguições, a subordinação ao poder dos coronéis, a corrupção, o facciosismo e as brutalidades desnecessárias”⁵⁰ construíram uma imagem negativa, para a cultura sertaneja, dos soldados.

A violência era, portanto, traço cultural de parte significativa do sertão, região possuidora de um código de honra próprio, herança ibérica ressignificada por uma espécie de classe média, que tinha nome, pequenas propriedades, mas não o prestígio de outrora. Este grupo social, no sertão, se apegava ao seu pedaço de terra, às glórias ancestrais e à defesa de um nome honrado, tendo orgulho de não serem trabalhadores que vendem sua mão de obra para outro, tampouco emigrantes. Neste contexto social, em que a propriedade adquire condição de destaque, sua defesa era imperativo, ainda que com a vida.

⁴⁶ BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Antropologia da Honra: uma análise das guerras sertanejas. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza-CE, v. 29, n. 1/2, 1998, p. 160.

⁴⁷ VILLELA, Jorge Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

⁴⁸ VILLELA, 2004, p. 93-94.

⁴⁹ VILLELA, 2004, p. 70-75.

⁵⁰ MELLO, Frederico Pernambucano de. Aspectos do banditismo rural nordestino. *Ciência e Trópico*, Recife-PE, v. 2, n. 1, jan./jun. 1974, p. 86.

A Igreja Católica, por sua vez, atuava ostensivamente na difusão cultural de uma moral específica. As principais características desta podem ser resumidas em cumprimento das leis, proteção à honra da família, obediência à Igreja Católica, respeito aos mais velhos, caridade, sobriedade e modéstia no vestir e respeito aos bens alheios⁵¹. A religião, importante difusora de valores, disseminava o conceito de certo e errado, o que era permitido ou não.

Nesse contexto social e cultural, mistura de cultura de violência e código de honra, floresceu bandos de cangaceiros. Ainda que absorvidos no ambiente que viviam, entravam no cangaço por diferentes motivos: fazer uso do mesmo como profissão e meio de vida, como instrumento de vingança ou como refúgio para crimes cometidos. A partir disso, Frederico Pernambucano de Mello desenvolve o conceito de “escudo ético”, apontando que os cangaceiros faziam uso do discurso de vingança – em uma sociedade em que, culturalmente, o roubo é mais grave que o homicídio – para justificar suas ações.

Os cangaceiros não seriam, portanto, ladrões comuns, mas vingadores da honra pessoal ou familiar, utilizando o escudo ético como artifício mental a dar vida, presença e atualidade a causas por vezes inexistentes ou que perderam o valor, com o fim de encobrir moralmente a permanência de seus efeitos⁵². A vingança era moralmente aceita e, por vezes, esperada, sendo considerado “frouxo” aquele que não respondesse à altura uma afronta à honra⁵³.

Unia-se à cultura de violência e ao código de honra sertanejo, o ambiente político e institucional. A união do poder econômico com o poder político, e as disputas entre grupos para o domínio do mesmo, em uma sociedade extremamente desigual, favorecia a ocorrência de conflitos. Enquanto bandidos profissionais, os cangaceiros se fortaleciam e usavam esta situação. Deuzimar Matias de Oliveira, em sua dissertação, enfoca a atuação do bando de Antonio Silvino no estado da Paraíba, apontando estratégias tomadas diante das tensões e conflitos próprios da forma em que viviam pelo sertão, essencialmente as alianças realizadas, ora com fazendeiros, ora com políticos locais, ora com a população pobre, seguindo as necessidades de manter a sobrevivência própria e de seus parceiros de bando. Desse modo, aproximavam-se de setores da elite pela possibilidade lógica de associação para negócios⁵⁴.

⁵¹ BARROS, 1998, p. 161-162.

⁵² MELLO, 1974, p. 72-77.

⁵³ VILLELA, 2004, p. 176.

⁵⁴ OLIVEIRA, Deuzimar Matias de. *Nas trilhas do cangaceiro Antônio Silvino: tensões, conflitos e solidariedades na Paraíba (1897-1914)*. Dissertação (Mestrado em História), Campina Grande-PB: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

Esse contexto mais amplo apresenta uma explicação para a existência de bandidos nômades, organizados em bandos armados, a viver de seus crimes no sertão das províncias do Norte, com auge de atuação nos primeiros anos da República brasileira. Nessa conjuntura emerge a figura de Antonio Silvino.

1.1.1. Antonio Silvino: o sujeito histórico e a compreensão do cangaço

Batizado como Manoel Baptista de Moraes, provavelmente nascido em 2 de novembro de 1875, na Fazenda Colônia, município de Afogados da Ingazeira, estado de Pernambuco, era descendente de famílias importantes da região: os Brilhantes, família de sua mãe, Balbina Pereira de Moraes, e os Cavalcanti Ayres, por parte de seu pai, Pedro Baptista Rufino de Almeida⁵⁵. Não há muitas informações sobre sua existência antes de enveredar-se pela vida de crimes, o que nos leva a crer que, possivelmente, viveu como os demais sertanejos. Uma vida comum, entre o trabalho no campo, feiras, festas e ritos religiosos.

Sua vida mudou, no entanto, de forma drástica, quando seu pai foi assassinado em 3 de janeiro de 1897. Dois periódicos recifenses descreveram o acontecido de formas distintas: o *Jornal do Recife* apresenta o relatório da polícia para o caso, segundo o qual Pedro Rufino de Almeida Baptista ameaçou Manoel Ramos, inimigo de longa data, tendo esse último procurado ajuda do subdelegado, que partiu para a casa de Pedro a fim de capturá-lo; vendo tal situação, Pedro tentou fugir, ao que se travou uma briga em que o mesmo acabou morto⁵⁶. Outra narrativa, no entanto, é apresentada pelo jornal *A Província*, descrevendo o acontecido como “um crime hediondo e que causou a indignação de todos quantos o testemunharam”⁵⁷.

As narrativas distintas revelam muito sobre o caráter da imprensa daquele período: o *Jornal do Recife* apoiava o governo, enquanto *A Província* fazia oposição⁵⁸. As informações presentes nos jornais moviam-se conforme a necessidade do grupo pertencente, o que torna possível a ideia de que o assassinato fora motivado por disputas de poder e terra, em um conflito entre Pedro Baptista, o Baptistão, e o Coronel Luís Antônio Chaves Campos, chefe político de Afogados da Ingazeira. Baptistão discutira com o Coronel por conta de um bebedouro para o gado, no limite entre as fazendas – na época, os limites territoriais não eram muito precisos e a água, escassa no sertão, era

⁵⁵ DANTAS, Sergio Augusto de Souza. *Antonio Silvino: o cangaceiro, o homem, o mito*. Natal: Cartgraf, 2006, p. 22.

⁵⁶ *Jornal do Recife*, 30 de janeiro de 1897.

⁵⁷ *A Província*, 28 de março de 1897.

⁵⁸ WIESEBRON, Marianne L. Cangaço e Política: a época de Antonio Silvino na imprensa. *Anos 90*, Porto Alegre-RS, v. 4, n. 6, 1996, p. 82.

essencial naquele exato lugar para o gado –; Coronel Chaves mandou desmanchar o bebedouro, dando início à guerra entre ambos. O crime foi realizado em uma emboscada armada por Desidério Ramos e Manuel Ramos, delegado da cidade. Dias depois, Dona Balbina, mãe de Manoel Baptista de Moraes, também foi assassinada⁵⁹.

Esta narrativa é exemplar para a cultura local: uma disputa por terra gera uma guerra familiar, resolvida por meio da violência e do uso de armas, tendo o assassinato como indicativo de como, por vezes, a força policial, pública, usava a força para fins privados, agindo em defesa dos interesses do líder político local.

A família procurou os meios legais. A justiça, no entanto, caminhava abraçada aos detentores do poder político e econômico. Sob conselho do juiz da Comarca de Flores, os assassinos se entregaram e foram aprisionados na Casa de Detenção do Recife, com novo julgamento marcado. No dia do juri, a escolta policial responsável pelos prisioneiros foi atacada e os mesmos fugiram⁶⁰. Nada mais foi feito para penitenciar os assassinos de Pedro Baptista.

Se a justiça não ocorrera por meios legais, Manoel Baptista de Moraes, revoltado com a situação, resolveu fazê-la com as próprias mãos. Poucos dias depois, encontrou pelo caminho Manoel Ramos Cabeceira, sobrinho do assassino de seu pai; com dois tiros certos, cometeu seu primeiro crime⁶¹. O ainda jovem Manoel passa a ser perseguido por Francisco Braz, um dos chefes de polícia; em combate corpo a corpo, o policial acaba morto a facadas⁶².

A situação se complica cada vez mais; Manoel Baptista de Moraes passa a ser constantemente açoitado. Tendo consciência que o tio, Silvino Ayres Cavalcanti de Albuquerque, havia entrado para o cangaço após a morte de seu pai, Idelfonso Ayres, em 1866, Manoel decide fazer o mesmo. Busca refúgio no bando liderado por seu tio.

Entre 1897, quando entrou no bando de seu tio, Silvino Ayres, até 1914, quando foi vencido pela polícia e, então, preso, Manoel Baptista de Moraes teve o cangaço como meio de sobrevivência. Já em 1898 tornou-se chefe do bando, após a prisão de seu tio; adotou, possivelmente em homenagem, o nome de Antonio Silvino e, assim chamado, tornou-se conhecido na região, conseguindo viver dos ganhos da vida de bandido e da habilidade para escapar das perseguições policiais. Chamado diversas vezes, pelos jornais de Recife, de “célebre cangaceiro”,

⁵⁹ OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José Francisco. *Antonio Silvino: “de Governador dos Sertões a Governador da Detenção”* (1875-1944). Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional/Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010, p. 50-51.

⁶⁰ BARROSO, Gustavo. *Almas de lama e aço*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930, p. 82.

⁶¹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p. 73.

⁶² OLIVEIRA, 2011, p. 66.

era um bandido notável, famoso e singular. Características que o levaram a ser notícia constante nos jornais e mote frequente para poetas de Cordel⁶³, onde sua vida foi narrada, em estrutura épica, transformando-o em mito, símbolo da coragem e da valentia sertaneja.

A partir deste breve relato biográfico é possível perceber muitas das questões elencadas anteriormente como elementos chave do cangaço. Antonio Silvino era filho de famílias importantes na região e teve o pai assassinado em uma briga que tinha a posse da terra como motivo principal. A mistura entre o poder econômico e político levou à ineficiência da justiça e, diante disso, movido pelo código de honra e cultura de violência em que se encontrava inserido, usou a vingança como expediente. Diante da necessidade, refugiou-se no cangaço, onde ficou por aproximadamente dezessete anos, fazendo daquela forma de vida o seu ofício, mas utilizando o “escudo ético” como protetor moral.

Tal como o cangaço, Antonio Silvino transformou-se em elemento significativo dos primeiros anos da República no Brasil, principalmente nos estados em que atuou. República que se desabrochava e dava seus primeiros passos, em uma construção histórica de exclusão social e manutenção de privilégios.

1.2. A República e a construção de um “novo” Brasil

A República, no Brasil, esteve presente, desde o período colonial, no plano das ideias, e até mesmo em revoltas que terminaram sem êxito em seu intuito original. Guerra dos Mascates (1710), Conjuração Mineira (1789), Conjuração Baiana (1798), Revolução de Pernambuco (1817), Confederação do Equador (1824) e Insurreição Praieira (1848), são alguns exemplos de luta contra o regime monárquico que deixaram no ar o tom republicano na América Portuguesa, mas que foram, de certo modo, silenciadas, ressignificadas e condenadas ao esquecimento durante o Império e até mesmo a República⁶⁴.

⁶³ Leandro Gomes de Barros, poeta de Cordel contemporâneo de Antonio Silvino, publicou, em Recife, ao menos 17 folhetos tendo o cangaceiro como personagem, aos quais citamos: *Antonio Silvino no jury: debate de seu advogado*, *Antonio Silvino o rei dos cangaceiros*, *Antonio Silvino se despedindo do campo*, *Os cálculos de Antonio Silvino*, *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, *A confissão de Antonio Silvino*, *Os defensores dos inocentes de Garanhuns*, *Exlcamações de Antonio Silvino na cadeia*, *A ira e a vida de Antonio Silvino*, *As lagrimas de Antonio Silvino por Tempestade*, *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, *Morte de Tempestade (Antonio Felix)*, *O nascimento de Antonio Silvino*, *As proezas de Antonio Silvino*, *O sonho de Antonio Silvino na cadeia em que lhe apareceram as almas de todos que elle matou*, *Todas as lutas de Antonio Silvino* e *A visão de Antonio Silvino*.

⁶⁴ STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Os processos políticos ocorridos nos continentes americano e europeu ao final do século XVIII ecoaram em parte da elite letrada da América Portuguesa. A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789, tornaram-se inspiração, transformando-se em ideias adaptadas à realidade vivenciada, conforme os anseios dos grupos envolvidos. No período colonial, eles eram grandes proprietários de terras e escravos mantendo as estruturas tradicionais de produção e o sistema de clientela e patronagem, que os liberais europeus visavam destruir, abandonando, no entanto, a obediência à coroa e suas limitações ao livre comércio. Em um primeiro momento, o liberalismo brasileiro era, portanto, uma ideologia contrária à situação de colônia portuguesa, mantendo-se, no entanto, conservadora em relação às questões sociais⁶⁵. Na segunda metade do século XIX, latifundiários, essencialmente os cafeicultores do Oeste Paulista, inspiravam-se no modelo estadunidense, com o federalismo e liberalismo que, aqui, “adquiria um caráter de consagração da desigualdade”⁶⁶. Setores da população urbana, por sua vez, identificavam-se com o modelo francês, mais precisamente o jacobinismo e suas ideias de liberdade e igualdade, enxergando o Império como o Antigo Regime nos trópicos.

Se o ideal republicano, na Colônia, tinha como força motriz a revolta contra a metrópole, com a Independência, ou a proximidade da efetivação da mesma, transforma-se em oposição aos rumos do país, que caminhava pela opção monárquica, com um imperador descendente da coroa portuguesa e com centralização do regime. Pernambuco, especificamente – espaço privilegiado para esta pesquisa –, foi palco de uma série de revoltas neste período, de caráter liberal, com forte teor federalista e, em alguma medida, nativista.

As três citadas anteriormente, em 1817, 1824 e 1848 podem ser entendidas como marcos temporais de revoltas que ansiavam pela construção de uma nação, independente e com caracteres republicanos. A primeira delas, a Revolução de Pernambuco, uniu as elites políticas locais – contrariadas com a política da Corte Portuguesa que se instalara no Rio de Janeiro em 1808 e cobrava altas taxas de impostos – e os sujeitos despossuídos, que amargavam difíceis condições de vida. Diferentemente de outras revoltas de caráter semelhante, esta conseguiu tomar o poder na

⁶⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 136-137.

⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 27.

Província, ainda que brevemente, e apresentou a ousadia de proclamar uma república autônoma e independente no interior do imenso império português na América⁶⁷.

A instituição de um Governo Provisório, em 7 de março de 1817, registrou o primeiro governo no território português na América formado unicamente por nativos, com esforço de construção de um programa jurídico que levasse em consideração as especificidades locais⁶⁸. A vitória real, massacrando os revoltosos, no entanto, colocou um fim na aventura separatista e republicana vivenciada em Pernambuco. Os anos seguintes ficaram marcados pelo clima de tensão, com forte repressão levada à cabo sob liderança do governador da província de Pernambuco, Capitão-General Luís do Rego Barreto; violência e tensão que, no entanto, não foi capaz de apagar a experiência republicana vivida⁶⁹.

É possível entender a Revolução de 1817 como a semente que frutificou em 1824, na proclamação da Confederação do Equador. Na primeira, as ideias de república, federalismo e separatismo são esboçadas; na segunda, ganham corpo e robustez, se consolidando e efetivando⁷⁰. Existindo, no entanto, entre os dois marcos temporais da luta pernambucana, a autonomia experienciada em 1821.

A eclosão de um movimento liberal, de caráter constitucionalista, na cidade de Porto, em Portugal, no ano de 1820, exigindo o retorno imediato de D. João VI, assim como da Corte, para Lisboa e sua subordinação a uma carta constitucional influenciaria a lógica política na América Portuguesa, notícias significativas para os grupos que viveram a Revolução Pernambucana de 1817⁷¹.

O resultado prático do movimento do Porto, em terras luso-americanas, foi a demissão dos governadores das Províncias e a formação de Juntas Provisórias, eleitas pelas Câmaras locais, fato pouco comum e que garantia maior autonomia administrativa provincial. Esta breve autonomia experimentada entre 1821 e 1822, em Pernambuco, ajudam a compreender a ideia de que a

⁶⁷ CABRAL, Eurico Jorge Campelo. *O Liberalismo em Pernambuco: as metamorfoses políticas de uma época (1800-1825)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2008, p. 164.

⁶⁸ CABRAL, 2008, p. 147-148.

⁶⁹ CABRAL, 2008, p. 164-166.

⁷⁰ ALARCÃO, Janine Pereira de Sousa. *O saber e o fazer: República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de História no Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006, p. 100-101.

⁷¹ CABRAL, 2008, p. 165-171.

Independência do Brasil significava um retrocesso político, no olhar liberal, federalista e constitucionalista⁷².

A figura de D. Pedro I como Imperador do Brasil apontava, para os liberais pernambucanos, como uma separação parcial em relação a Portugal. A feição centralizadora e autoritária do novo Estado nacional, escancarada com os altos impostos cobrados pelo governo do Rio de Janeiro, com a dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 e posterior outorga da constituição, em 1824, acirrou os ânimos em Pernambuco⁷³. Os rumores da prisão do presidente da Junta Governativa de Pernambuco, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, levaram ao início do movimento, que rapidamente se espalhou.

Proclamada em 02 de julho de 1824, a Confederação do Equador teve a adesão das províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, constituindo um novo país, com governo federativo e republicano, manifestando elevado sentimento anticolonialista e autonomista⁷⁴. A pouca capacidade de defesa, uma vez que boa parte dos senhores rurais optaram por não abraçar mais uma aventura revolucionária em Pernambuco, fez com que a Confederação tivesse uma duração efêmera, dominando a região por 72 dias. Depois de derrotadas pelas forças centralistas, os confederados foram impiedosamente julgados, com muitos brasileiros sentenciados à morte⁷⁵. A vitória daqueles que desejavam a unidade territorial e um governo centralizador para manutenção da ordem levou os homens de confiança do Imperador ao governo da Província, ficando alijados do poder decisório os liberais, em suas diferentes facetas.

Os anos de 1817, 1821 e 1824 em Pernambuco apontam, portanto, para a Província enquanto um centro de contestação, primeiro à Lisboa e, posteriormente, ao Rio de Janeiro, tendo sido solo fértil para ideias liberais, essencialmente o desejo federalista, que em determinados momentos se revestia de republicanismo, mas que não tinha esta bandeira como elemento principal. É possível pensar, neste sentido, que uma Monarquia Constitucional, com autonomia das Províncias, teria sido um caminho aceitável para os liberais pernambucanos, mas que, diante da centralização do poder, viam-se às voltas com revoltas e tentativas revolucionárias.

A Insurreição Praieira, iniciada em 1848, trouxe de volta as ideias liberais enquanto propulsoras de movimentos revoltosos. Jovens simpatizantes da Confederação, em 1824, tornaram-

⁷² CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.18, n.36, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200014. Último acesso em: 14 de Julho de 2020.

⁷³ ALARCÃO, 2006, p. 15-17.

⁷⁴ ALARCÃO, 2006, p. 18-21.

⁷⁵ CABRAL, 2008, p. 204-205.

se liberais veteranos, 24 anos depois, tendo, durante o período regencial, retomado a participação no aparato governamental, ao ponto de, em 1844, ter vencido as eleições em Pernambuco⁷⁶. A disputa entre dois grupos políticos, de um lado a oligarquia dos Cavalcantes e de outro os liberais agrupados no Partido Praieiro, na busca pelo domínio dos benefícios que estar ao lado do Império lhe garantiria, em uma rede clientelista, aparece como um dos motores para o movimento de 1848 que, em sua grandiosidade, ofusca pequenos conflitos ocorridos anteriormente e que desembocaram no mesmo.

Poucos anos antes, em 1845, a ascensão dos praieiros ao governo estadual resultou em uma reestruturação na ocupação dos cargos públicos, principalmente ligados à polícia, demitindo-se agentes ligados à oligarquia até então dominante e substituindo-os por proprietários de terra aliados. Na sequência, estes novos delegados passaram a atacar engenhos de adversários, com pretextos legais de recolhimento de armas do estado que estavam em suas mãos, gerando uma série de conflitos no interior da província de Pernambuco⁷⁷.

A situação instável levou à organização de uma resistência oposicionista, frente às arbitrariedades dos praieiros. Passaram da resistência individual para a coletiva, inclusive com ataques. A vitória política da oligarquia Cavalcanti, unida a este contexto de enfrentamentos, levou à Insurreição de senhores do engenho ligados aos praieiros. Os políticos, por sua vez, buscaram angariar apoio da população pobre de Recife e Olinda, diante da efervescência vivenciada neste contexto urbano. Problemas econômicos, essencialmente problemas de abastecimento de itens básicos de alimentação e o desemprego, eram catalisadores desta camada da população. Os praieiros souberam fazer uso destas questões em seus discursos, inflamando a população por meio da ideia de nacionalização dos pequenos estabelecimentos comerciais, predominantemente dominado pelos portugueses⁷⁸.

À questão econômica, unida à proposta de nacionalização do pequeno comércio, aflorou o antilusitanismo, ligado ao florescimento de um sentimento nacional, e que marca uma série de episódios, esparsos, de violência contra portugueses, em Pernambuco e outras províncias do Império⁷⁹. Deste modo, ainda que não seja possível falar sobre os praieiros como representantes dos

⁷⁶ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; e CÂMARA, Bruno Dornelas. A Insurreição Praieira. *Almanack Braziliense*, nº 8, nov. 2008, p. 06.

⁷⁷ CARVALHO, 2008, p. 18-21.

⁷⁸ CARVALHO, 2008, p. 24-30.

⁷⁹ DIAS, Maria Odília Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos G. (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 179.

anseios deste segmento social, a confluência de interesses levou à união dos grupos no contexto da Insurreição Praieira, luta contra o domínio da oligarquia Cavalcante no poder da província⁸⁰.

Entre os documentos produzidos durante a revolta, o “Manifesto ao Mundo”, escrito pelo líder popular Borges da Fonseca, destacou-se como o de maior alcance. Pontuava, entre outras coisas, a defesa nativista, com tom nacionalizante relacionado ao direito ao trabalho, unido a elementos liberais da estrutura constitucional, como o direito ao voto livre e universal, a independência dos poderes, a extinção do poder moderador e, por conseguinte, a efetivação do ideário federativo na organização do Estado⁸¹.

A derrota dos revoltosos decretou o fim do Partido Praieiro em Pernambuco e o declínio dos liberais em escala nacional. O ideário federativo e reformas de caráter democrático perderam espaço. A derrota da Insurreição Praieira, portanto, marcou a consolidação do Império e a vitória definitiva do projeto centralizador, garantindo estabilidade ao imperador D. Pedro II. As correntes políticas liberais e conservadoras, que disputavam o poder no Império, iniciam uma aproximação, eclipsando suas diferenças para vencer alas mais radicais, que propunham transformações sociais mais significativas. O Império conseguiu estabilizar-se e equilibrar os interesses destes grupos que, na prática, pouco se diferenciavam.

Tais revoltas colocavam Pernambuco como província de vanguarda liberal, em âmbito nacional, situação que se arrefeceu na segunda metade do século XIX. O ideário liberal e republicano, a partir de então, perdeu capacidade de mobilização. Essas revoltas da primeira metade do século XIX – entre as quais as que aconteceram em Pernambuco e que tratamos anteriormente –, no entanto, apesar de trazer a República em seu escopo discursivo, em si não apresentavam um caráter nacional para serem caracterizadas enquanto movimento republicano organizado. A República apresentava-se mais como alternativa ao governo do que à forma do mesmo, estando mais ligada à concepção federalista de Estado nacional⁸².

Era, nas palavras de Emília Viotti da Costa, um “republicanismo utópico”⁸³, na medida em que não apresentava um corpo de ideias sistematizadas, tampouco um grupo organizado ou planejamento revolucionário, constituindo-se, portanto, como um republicanismo romântico. Tal situação começa a se alterar a partir de 1870, com a publicação, no jornal *A República*, do

⁸⁰ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*, nº 45, v. 23, 2003, p. 230-231.

⁸¹ CARVALHO, 2003, p. 217.

⁸² LEITE, Fabio Carvalho. *1891: a construção da matriz político-institucional da República no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional e Teoria do Estado) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Direito, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003, p. 11.

⁸³ COSTA, 2010, p. 480-481.

Manifesto Republicano, fato que levou à fundação de diversos grupos republicanos no Centro-Sul e a fundação do Partido Republicano no Brasil, ainda que sem grande adesão e profundidade nacional, representando uma tentativa de organização formal deste corpo de ideias que voltava a ganhar prestígio diante das transformações econômicas e sociais vivenciadas no país⁸⁴.

Entre os muitos grupos, os paulistas – que tinham, em suas fileiras, muitos fazendeiros do Oeste Paulista, desejosos do olhar do Estado para suas ambições –, destacam-se como os moderados, que queriam uma república não revolucionária, que conseguiria mudanças por meio das leis, sem comprometer a ordem social. O principal ponto de crítica era a centralidade do poder e dos tributos, sendo o federalismo um aglutinador político, com diversas províncias querendo maior autonomia político-administrativa⁸⁵.

Entre as transformações econômicas e sociais que possibilitaram o fortalecimento do republicanismo no Brasil, na segunda metade do século XIX, encontra-se o aumento da importância dos centros urbanos, diante do florescimento de um mercado interno. Anteriormente, tais espaços não possuíam grande importância, sendo ambiente propício para clientelismo e patronagem, pautado nos latifundiários. A gradativa substituição, ainda que lenta, do trabalho escravo pelo livre, muito influenciada pela imigração com patrocínio estatal, apresenta-se como elemento social novo. O crescimento das linhas férreas, por sua vez, favoreceu a comunicação, o traslado e a economia cafeeira do Oeste Paulista, contribuindo para a mudança destes fazendeiros para as cidades que, diante de uma nova elite econômica, vivenciou melhoramentos em infraestrutura e condições de sociabilidade. Um aumento da industrialização, que seria sentida de forma mais profunda apenas no século XX, garantiu uma maior dinamicidade para alguns centros urbanos, abarcando trabalhadores livres que se transformavam em mercado consumidor para a produção industrial, beneficiada pela melhoria no setor de transportes. Estas novas condições, em algumas regiões do Brasil, produziam novos sujeitos e agentes históricos, com novos interesses e demandas, divergentes dos tradicionais, representados pelo regime monárquico⁸⁶.

A erosão do Império, portanto, ocorre no bojo destas transformações econômicas e sociais, estando ligada à ascensão dos cafeicultores do Oeste Paulista, que se organizaram em torno do Partido Republicano Paulista. Estes fazendeiros fizeram uso de um velho produto, mantiveram-se agroexportadores, mas deram novo ânimo à produção, por meio da aplicação de técnicas modernas.

⁸⁴ COSTA, 2010, p. 480-481.

⁸⁵ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Quem é o dono da república em Pernambuco?* Disputas de poder e o governo Barbosa Lima (1889-1996). Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2014, p. 26.

⁸⁶ COSTA, 2010, p. 253-261.

A fama da qualidade da terra para plantio atraiu investidores, que precisavam enfrentar o problema da mão-de-obra – com o fim do tráfico de escravos, o preço dos cativos subiu consideravelmente, fazendo com que somente fazendas já bem estabelecidas tivessem poder econômico para tal – e de logística para distribuição, por conta da serra enquanto obstáculo natural para chegar aos portos. A saída encontrada pelos cafeicultores do Oeste Paulista foi a imigração europeia e a construção de uma ferrovia, inicialmente com capital inglês e, posteriormente, com recursos locais, para vencer a necessidade de transpor a serra do mar⁸⁷.

O desenvolvimento econômico da zona cafeeira do Oeste Paulista construiu uma diferenciação em relação aos cafeicultores do Vale do Paraíba. Os primeiros pautavam-se na mão-de-obra livre, em um caráter empresarial, com enfoque nas descobertas científicas para o aumento produtivo e aperfeiçoamento das técnicas de beneficiamento do café. No Vale do Paraíba, por sua vez, apegavam-se às formas tradicionais de produção, pautadas no trabalho escravo, e viam-se em decadência econômica⁸⁸. A diferença de mentalidade aguçava a disputa, a partir da percepção da distância entre o poder econômico e político: os que detinham, tradicionalmente, os poderes políticos estavam em decadência econômica, enquanto os que detinham o poder econômico tinham pouca força política. Segundo José Murilo de Carvalho, referindo-se aos cafeicultores do Oeste Paulista, “o Império tornara-se um empecilho ao dinamismo desses setores”⁸⁹ e, em seus últimos anos, os republicanos paulistas já estavam suficientemente organizados, contando com 25% da preferência do eleitorado estadual⁹⁰.

Ainda assim, a baixa adesão às ideias, em nível nacional, indica que não se deve supervalorizar a organização partidária. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul contavam com clubes republicanos com relativa organização. Mas não era a realidade na totalidade nacional. Em Recife, outrora vanguarda das revoltas federalistas e republicanas, por exemplo, apenas no final do Império, entre 1887 e 1889, o movimento começou a ganhar viabilidade, mas em número muito inferior. A penetração dos ideais republicanos foi limitada, com clara disparidade regional: apenas 11% das células republicanas encontravam-se nos estados do Norte, enquanto que 44% das mesmas estavam concentradas em São Paulo e Minas Gerais,

⁸⁷ CAVALCANTI, 2014, p. 20-22.

⁸⁸ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 150.

⁸⁹ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados da República*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 46.

⁹⁰ CAVALCANTI, 2014, p. 26.

justificando, em alguma medida, o papel destacado que estes estados exercerão com o novo regime⁹¹.

Ao lado dos anseios federalistas, o abolicionismo se transformara em importante e, talvez, o principal aglutinador da oposição ao regime monárquico. No entanto, como indica Emília Viotti da Costa, a concepção, muito presente na historiografia tradicional sobre o advento da República no Brasil, de que a abolição tornou a coroa insustentável porque lhe retirara o apoio dos fazendeiros escravistas é apenas parcialmente verdadeira⁹².

Em Pernambuco, a campanha abolicionista ganhou força a partir de 1880, com a fundação de associações defensoras da causa por toda a província, mas com prevalência na capital⁹³. Ainda que registrando uma quantidade populacional de sujeitos escravizados, em relação à totalidade nacional, extremamente baixa – as onze províncias do Norte possuíam apenas um quarto da população escravizada do Império do Brasil –, o clima favorável no país incentivava os mesmos a buscarem liberdade por vias judiciais ou mesmo fugas⁹⁴. Entre os grupos políticos, como os liberais, mantinha-se a luta pela sobrevivência do regime escravista, ligados aos grandes proprietários e visando sua própria sobrevivência política⁹⁵.

Parecendo um caminho inevitável, a Lei Áurea pode ser entendida como uma tentativa de fazer o regime imperial ganhar sobrevida, mas afetara, essencialmente, os setores menos dinâmicos da economia nacional⁹⁶. Festejada em diferentes locais da província pernambucana, assim como do país⁹⁷, a abolição tornou-se mais um ingrediente para angariar descontentes com o Império.

Deste modo, o conjunto das transformações econômicas e sociais, em que a abolição e a organização partidária republicana eram alguns dos componentes, inviabilizou a continuação do Império. Mesmo não sendo o fator preponderante, fortaleceu as hostes republicanas, com a submissão dos então fazendeiros escravocratas à influência das novas ideias⁹⁸. Ainda assim, as ideias republicanas não conseguiam, no Brasil, ganhar corações e mentes da população,

⁹¹ CAVALCANTI, 2014, p. 29.

⁹² COSTA, 2010, p. 456.

⁹³ CASTILHO, Celso. Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888. Tese (Doutorado em História) - University of California. Berkeley. Berkeley, 2008, p.155.

⁹⁴ SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. *Os significados do 13 de Maio: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893)*. Tese (doutoramento em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, Campinas-SP, 2014, p. 79-85.

⁹⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-88. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, nº 23, 2005, p. 20.

⁹⁶ COSTA, 2010, p. 456-457.

⁹⁷ SANTOS, 2014, p. 87.

⁹⁸ CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 263.

impossibilitando mobilização massiva para a implantação do novo regime. Muito pelo contrário: a Monarquia caiu quando atingia o ápice de popularidade no seio da população pobre⁹⁹.

Sem a mobilização popular, setores republicanos, sob liderança do paulista Quintino Bocaiúva, passaram a defender uma aliança com os militares para a implantação da República. O ideal republicano já havia penetrado no exército brasileiro, principalmente entre os mais jovens e oficiais subalternos. Os “bacharéis de farda”, como eram chamados, tinham nível superior pelo exército, sendo ótima chance para os provenientes da pequena burguesia rural e sujeitos de segmento social menos favorecido. Os estudos na Escola Militar combinavam formação técnica e filosofia positivista, sob influência do professor Benjamin Constant, sendo, no entanto, uma assimilação pobre do conteúdo filosófico, pautando-se em aspectos autoritários e valorização de uma ditadura republicana para garantir a ordem e o progresso. Essa concepção filosófica garantia, contudo, a visão de que o Exército possuía “uma missão a cumprir, de regenerar e proteger os destinos da nação”¹⁰⁰.

Essa geração de “bacharéis de farda” era, em grande medida, resultado de uma lei publicada em 1850, que tornou mais rigorosa a promoção ao oficialato, deixando de privilegiar os filhos da elite e passando a funcionar de modo mais profissional e racional, por meio de tempo de serviço ou mérito. Em 1889, aproximadamente metade dos generais brasileiros era fruto da lei de 1850. Os oficiais subalternos, jovens, egressos da Escola Militar, encampavam de forma mais efusiva as fileiras positivistas, que contava ainda com muitos oficiais graduados, que compactuavam com a ideia de que os militares eram “puros” e “patriotas”, a salvação da nação.

A primeira conspiração, frustrada, unindo militares e civis para colocar fim ao regime monárquico, ocorreu em 1887. No ano seguinte, nova conspiração não recebeu entusiasmo dos líderes republicanos, receosos de um golpe militar. Mas o caminho estava bastante claro: sem os militares, os civis republicanos não conseguiriam tomar o poder. A República brasileira, portanto, nasceu com a marca do Exército¹⁰¹.

Percebendo o clima de tensão e insegurança, a Monarquia, a partir do Ministério de Ouro Preto, iniciado em julho de 1889, iniciou uma série de reformas buscando aplacar as críticas e aproximar-se dos anseios de grupos insatisfeitos. Para os republicanos, elas pareciam insuficientes. Para os mais conservadores, assustadoramente radicais. Neste cenário, o governo monárquico já não conseguia manter uma base de apoio e sustentação. Em 11 de novembro, ilustres antimonarquistas

⁹⁹ CARVALHO, 2004, p. 29-30.

¹⁰⁰ CAVALCANTI, 2014, p. 38.

¹⁰¹ COSTA, 2010, p. 485-487.

se reuniram a fim de convencer Deodoro da Fonseca a aderir ao movimento e, quatro dias depois, um golpe militar derrubou a Monarquia e, mesmo sem a maioria dos republicanos terem ciência da conspiração, proclamou a República.

Se muitos dos civis que participavam do movimento republicano não estavam sabendo do que estava acontecendo, a situação se agravava ainda mais quando se pensa na extensa parcela da população que não se envolvia com este escopo de ideias. No Rio de Janeiro, epicentro dos acontecimentos, a percepção de que se tratava da derrubada de um regime passou longe da perspectiva popular. Vislumbravam “uma parada militar liderada por Deodoro”, a qual seguiram pelas ruas, na curiosidade de descobrir as motivações¹⁰².

O acontecimento não foi um processo revolucionário, um abalo às estruturas do “Antigo Regime”, tampouco “uma ruptura do processo histórico brasileiro”. O país continuou extremamente desigual, tanto economicamente quanto politicamente, com acesso restrito à cidadania e aos rumos da República que, logo, para garantir estabilidade, viu-se novamente nas mãos das oligarquias regionais.

A historiadora Emília Viotti da Costa sintetiza:

O movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano, conservavam, entretanto, profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime, quando as contradições eclodiram em numerosos conflitos, abalando a estabilidade do regime¹⁰³.

Enquanto o objetivo era derrubar a Monarquia, as diferenças entre os grupos que almejavam o regime republicano eram suplantadas. Uma vez proclamada a República, as divergências voltavam à evidência. O desafio, agora, era fazer o mundo das ideias se materializar na prática cotidiana, construindo um novo regime. As diversas concepções de como realizar tal feito, resultarão em embates pelo domínio dos rumos da República brasileira.

¹⁰² CARVALHO, 2017, p. 55-56.

¹⁰³ COSTA, 2010, p. 491.

1.2.1. Os primeiros anos da República

Entre as concepções de repúblicas, três podem ser observadas de modo mais sistemático. A primeira delas, a dos cafeicultores do Oeste Paulista, organizados em torno do Partido Republicano Paulista desde 1873, simpatizavam com o modelo estadunidense, a partir de uma definição individualista do pacto social, tendo uma postura liberal a partir da absorção das ideias do darwinismo social de Spencer, assim como a defesa do federalismo, concepções que asseguravam uma base teórica para seus interesses. Por outro lado, setores urbanos que se posicionaram pela república – profissionais liberais, professores, estudantes, jornalistas e outros – se aproximavam do modelo francês, especificamente o jacobinismo revolucionário, apegando-se, de modo abstrato e sem demonstração plausível de como colocar em prática, as noções de igualdade, liberdade e participação política, buscando, de certo modo, favorecer seus interesses, com maior liberdade quanto às oportunidades de ascensão. Contraponto aos modelos estadunidense e francês, a versão positivista oferecia uma saída prática, tendo os militares sendo atraídos à mesma. Os republicanos do exército vislumbravam a necessidade de um estado forte, intervencionista, para possibilitar a passagem de um regime para outro, apostando, portanto, em uma “ditadura republicana” que fosse capaz de levar o país ao progresso¹⁰⁴.

Inicialmente, após o golpe militar que resultou na proclamação da República, os militares assumiram o comando do Estado. Buscando manter-se no poder, causaram instabilidade política, na medida em que não conseguiam acomodar os diferentes grupos que desejavam o poderio e buscando distâncias das oligarquias que até então dominavam o comando político no país. Tal instabilidade estava ligada à ausência de uma nova cultura administrativa: os municípios estavam sem poder, orbitando os Estados, que com o federalismo instituído com a constituição de 1891, adquiriram grande poder, suficiente para incomodar o ideal de ditadura republicana defendido pelos militares positivistas no poder.

A constituição de 1891, ao garantir amplos poderes aos entes federados, demonstrava uma vitória, em primeiro plano, do modelo estadunidense. Construiu, no entanto, uma desigualdade representativa, uma vez que os estados menos populosos tinham menor número de representantes na câmara dos deputados. Na prática, este amplo federalismo, com desigualdade representativa, garantiu o poder para os estados com economias mais sólidas, essencialmente São Paulo, Minas

¹⁰⁴ CARVALHO, 2017, p. 25-30.

Gerais e Rio Grande do Sul, estando Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro em um segundo escalão e os demais gravitando em torno dos mais influentes.

A esperança de que a República garantiria maior participação democrática foi se esmorecendo. As regras eleitorais promulgadas em 1881, na parte final do Império, foram mantidas, com uma alteração: eliminou-se a condição de renda e permaneceu a de analfabetismo. Esta última imposição já bastava para a não ampliação massiva do eleitorado, ainda mais quando combinada com a retirada, da carta constitucional, da obrigatoriedade de o Estado fornecer instrução primária. Neste sentido, a República não estava obrigada a alfabetizar as pessoas e mantinha os analfabetos como sujeitos sem direitos políticos, enquanto cidadãos inaptos para tal função¹⁰⁵. A República, constitucionalmente, ratificou a ideia do individualismo no pacto social e o federalismo pautado na “lei do mais forte economicamente”.

Em outra esfera, Deodoro da Fonseca, então presidente, com pouca habilidade política, nomeou para a presidência estadual figuras militares, deixando as oligarquias de lado. O acirramento ficou claro na primeira eleição para presidente, em que Deodoro venceu por pequena margem o paulista Prudente de Moraes. Para vice, foi eleito o Marechal Floriano Peixoto, apoiado pela oposição e com mais votos do que o presidente. No legislativo, tanto entre deputados quanto em senadores, a maioria era oposição, de modo que Deodoro era o presidente legalmente eleito, mas encontrava-se em total isolamento político, sem apoio e forças. Diante desta situação, ouvindo as ideias do Barão de Lucena, influente político pernambucano, Deodoro resolveu dissolver o congresso e reformar a constituição, para tentar garantir maiores poderes à União e ao Executivo, uma tentativa de golpe que concedesse amplos poderes ao presidente. O apoio de praticamente todos os governadores, com exceção do mandatário do Pará, fez com que explodissem revoltas, que culminaram com a renúncia do presidente em 23 de novembro de 1891. O regime tinha mudado, mas o modo de fazer política pouco se alterara.

Floriano Peixoto, vice-presidente, assumiu o cargo e, com apoio nos estados, destituiu os governadores colocados por seu antecessor. Os paulistas, economicamente fortes e politicamente influentes, viam em Floriano a única possibilidade de manter a República, enquanto o presidente percebia que sem eles não se sustentaria no poder. No auge da crise, os apoios de São Paulo e Minas foram essenciais, esperando, no entanto, que teriam papel relevante no processo de sucessão presidencial. Em 1893, lançaram a candidatura de Prudente de Moraes, com ampla base de apoio; Floriano, encurralado, teve que aceitar.

¹⁰⁵ CARVALHO, 2004, p. 37-45.

Candidato único, o paulista venceu a eleição, tornando-se, em 1894, o primeiro presidente civil. Prudente de Moraes deu início ao processo de encerramento das turbulências do início da República, promovendo um governo que buscava interligar união, parlamento e forças estaduais, além de reduzir a máquina burocrática, inflada de militares. Retirando a intransigência dos militares e seus ideais de “ditadura republicana”, o primeiro governo civil alcançou êxito em acalmar os ânimos, partilhando o poder com setores influentes da sociedade brasileira.

Será, no entanto, seu sucessor, Campos Sales, o responsável por avançar neste processo, por meio do que chamou de política dos governadores. A República, no Brasil, buscando afastar-se do centralismo monárquico que marcou o Império, instituiu, a partir da constituição de 1891, um fortíssimo federalismo, concedendo amplos poderes aos Estados, que poderiam se organizar de forma independente; unindo esta situação a um presidencialismo frágil, no campo institucional, as relações entre o Executivo e o Legislativo era um dos principais entraves dos primeiros anos republicanos. É nesse contexto que Campos Sales buscará uma solução sistêmica para organizar o país e garantir governabilidade em nível federal.

A constituição, em si, não foi capaz de estruturar um regime político coeso, de modo que “as relações entre Executivo e Legislativo, no desempenho da ordem republicana, terão sua estabilidade derivada não da Constituição, mas de um pacto não escrito”, cujo articulador foi Campos Sales”¹⁰⁶. O “pacto oligárquico” foi um arranjo político para dirimir a força oposicionista nos Estados, independente de que lado estas estivessem, gerando um legislativo com menos propensão às tensões. O expediente para conseguir este arranjo foi a alteração do Regimento Interno da Câmara, impondo ao Congresso uma nova conduta no reconhecimento dos eleitos: só seriam diplomados aqueles pertencentes à situação¹⁰⁷.

Com esta modificação, Campos Sales garantiu a deputados e governadores uma estabilidade de seus grupos no poder estadual, iniciando o processo de dominação oligárquica nos estados e sendo a base do que viria a ser chamado de política dos governadores. Sua implantação, na prática, garante “condições de eternização nos governos estaduais”¹⁰⁸. No esquema da política dos governadores, cabia aos estados conseguir os votos e dirimir os conflitos internos. Não importava

¹⁰⁶ LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 97.

¹⁰⁷ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 183.

¹⁰⁸ LESSA, 1999, p. 151-152.

como os governos estaduais eram eleitos, se havia fraude ou violência, o importante era estar alinhado ao governo central, deixando o governo federal livre para governar¹⁰⁹.

Por outro lado, a força da oligarquia estadual estava em acomodar os coronéis nos municípios. Assim desenvolveu-se o coronelismo¹¹⁰. Historicamente, para Victor Nunes Leal, o coronelismo é o resultado de um fato político e uma conjuntura econômica. A substituição do centralismo imperial pelo federalismo da República, que criou o governador como instância de poder estadual – substituindo o presidente de província, escolhido e removido facilmente pelo Imperador e seu gabinete –, concedeu grandes poderes a estes; o governador passou a ser eleito, de modo que em torno dele orbitavam os coronéis, recebendo benesses e o dando sustentação, ao mesmo tempo em que o domínio da política estadual dava sustentação ao governo federal. Ao lado deste fato político encontra-se a decadência econômica dos fazendeiros e conseqüente enfraquecimento político frente aos seus dependentes; o Estado entra, portanto, como forma de garantir a manutenção de um certo poder do coronel, acabando por se sobrepor à este. O Estado ganha corpo e força.

Assim, o federalismo criou os governadores. Para ter governabilidade, a política dos governadores destruía a possibilidade de oposição nos Estados, que se organizavam a partir da dominação dos coronéis locais:

o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo¹¹¹.

O coronelismo é, portanto, a estrutura de organização política própria da Primeira República. Governadores, representantes do poder público, alimentavam o poder privado dos coronéis no interior – garantindo a designação dos mais variados cargos e a promoção de melhoramentos na localidade – em troca do voto das zonas de dominação deste; a manutenção de um determinado grupo, uma oligarquia, no poder estadual, solapava a oposição, possibilitando estabilidade e governabilidade para o governo federal. É, portanto, uma complexa “rede de relações que vai desde

¹⁰⁹ LESSA, 1999, p. 158.

¹¹⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹¹¹ CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Dados, Rio de Janeiro, n. 2, 1995, p. 2, disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos”¹¹², uma rede de favores e favorecimentos, tendo os governadores como motor principal.

Em Pernambuco, o governo estava vinculado ao oligarca Francisco de Assis Rosa e Silva, entre os anos de 1896 e 1911. Iniciou sua carreira no período imperial, caminhando junto aos membros do Partido Conservador, mas transformou-se em figura influente e de relevo na política pernambucana e nacional na virada do século XIX para o XX, já no período republicano, tendo sido eleito deputado provincial e federal, senador e vice-presidente da República, no governo de Campos Sales.

O pai de Francisco de Assis Rosa e Silva, o comerciante português Albino José da Silva, participou ativamente da política imperial em Pernambuco, construindo redes de clientelismo¹¹³ e constando como um dos maiores patrocinadores do Partido Conservador. Usou este expediente para encaminhar a vida econômica e política dos filhos. Francisco, o mais novo entre os dois irmãos recém formados na Escola de Direito do Recife, demonstrou maior aptidão para a carreira política almejada pelo pai, criando novas facilidades para o seu caminho, como o casamento com Maria das Dores Araújo, filha de um diplomata português, o que lhe garantiu ainda mais prestígio entre a elite econômica em Recife¹¹⁴.

Aproximando-se do Partido Conservador, com o prestígio herdado do pai e ampliado com o matrimônio, Francisco de Assis Rosa e Silva conseguiu ser o candidato mais votado, já em sua primeira eleição, tornando-se deputado provincial. Já neste momento iniciou o processo de construção de sua imagem política, querendo vender-se como legislador exemplar, preocupado com questões que afetavam a vida das pessoas, como em sua participação no Comitê de Força Policial, e com o equilíbrio orçamentário, a partir da não criação de novas despesas¹¹⁵.

Desejava, no entanto, ir além e, a cada nova eleição disputada e novo cargo obtido, construía estratégias para ampliação de sua rede de apoio, pautando-se, sempre, na ótica do clientelismo¹¹⁶,

¹¹² CARVALHO, 1995.

¹¹³ O clientelismo é, por vezes, confundido erroneamente com o coronelismo. Este encontra-se presente no interior do coronelismo, sendo parte integrante do sistema de organização política assim denominado, mas existindo em múltiplos momentos da história política brasileira. Pode-se dizer, de modo geral, que trata-se de “um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1995).

¹¹⁴ ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. *A República oligárquica de Pernambuco: montagem e declínio de Francisco de Assis Rosa e Silva*. Tese (Doutorado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2017, p. 27-28.

¹¹⁵ ZACARIAS, 2017, p. 29.

¹¹⁶ ZACARIAS, 2017, p. 28-32.

tecendo relações que expandiam sua influência. Tornou-se deputado federal e vivenciou a experiência de retornar à sua terra sob eloquente recepção popular, em 1886¹¹⁷.

Com a proclamação da República, trilhou seu caminho de destaque, como representante pernambucano e porta-voz do Norte na Assembleia Nacional Constituinte. Após uma pausa na vida política, para a tentativa de tratar a esposa em Paris, Rosa e Silva voltou à cena em 1893, no contexto de tentativa de criação de um partido nacional, o Partido Republicano Federal, que reunira grandes nomes da política brasileira e consagrou o pernambucano como líder do partido, no Norte¹¹⁸.

Em um contexto nacional complicado, com o governo militar de Floriano Peixoto, igualmente complexo em escala local, pela atuação autoritária do florianista Barbosa Lima no poder Executivo de Pernambuco, Francisco de Assis Rosa e Silva foi ampliando ainda mais sua rede de domínio, inclusive realizando acordos com antigos opositores. Um destes acordos foi com o próprio governador que, temendo revoltas populares diante de suas ações truculentas nas ruas de Recife, indicou Rosa e Silva para acalmar os ânimos na cidade¹¹⁹.

Em troca, Barbosa Lima não se opôs ao sucessor no cargo, Correia de Araújo, indicado por Rosa e Silva e eleito governador de Pernambuco em 1896. Iniciava assim, oficialmente, o seu domínio no poder estadual, situação que garantiu a eleição consecutiva de seus afilhados políticos Correia de Araújo, Sigismundo Gonçalves, Gonçalves Ferreira e Herculano Bandeira. Considerado o líder oligárquico do que viera a ser chamado de oligarquia rosista, seu grupo se manteve no poder por ao menos 16 anos ininterruptos, hegemonia que se encerrou no contexto das campanhas salvacionistas¹²⁰, pressões e tensões que misturavam apoio militar e popular para destituir grupos dominantes e que, em Pernambuco, resultou na vitória do General Dantas Barreto em 1911, depois de semanas de confrontos, em Recife, impulsionados pela derrota eleitoral declarada¹²¹.

Neste caminho de consolidação republicana mediante a aliança pelo poder com grupos estaduais, o ideal democrático que vinha junto com a República foi se esvaindo diante da força das

¹¹⁷ ZACARIAS, 2017, p. 33.

¹¹⁸ ZACARIAS, 2017, p. 44-45.

¹¹⁹ ZACARIAS, 2017, p. 51.

¹²⁰ SILVA, Lucas Victor. *O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*. Tese (Doutorado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2009, p. 91.

¹²¹ Uma discussão aprofundada sobre a ascensão, consolidação e declínio da oligarquia rosista pode ser conferida na tese de Audenice Alves dos Santos Zacarias, citada anteriormente e referenciada na sequência: ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. *A República oligárquica de Pernambuco: montagem e declínio do domínio de Francisco de Assis Rosa e Silva*. Tese (Doutorado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

oligarquias regionais¹²². A política dos governadores concedeu estabilidade à Primeira República, garantindo o domínio local oligárquico, alcançado a partir da dominação dos coronéis do interior de cada Estado. Democraticamente frágil, a República brasileira, ainda que a seu modo, alcançou estabilidade.

1.3. Recife no início da República: reformas urbanas, transformações sociais e exclusão

Em Pernambuco, de modo mais evidente em sua capital, Recife, assim como em outras regiões do país, a queda do regime monárquico e instauração da República, por meio de um golpe militar, não tiveram resistência e luta. O telégrafo trazia as notícias do Rio de Janeiro, informando a deposição do ministério Ouro Preto e a proclamação da República, acontecimentos que seriam publicados, em pequenas notas de caráter informativo, nos principais periódicos da capital¹²³.

Sem abrangência nacional, a república recém instaurada inicia-se no Rio de Janeiro e vai, mesmo sem participação efetiva, espalhar-se pelo restante do país. O golpe militar de 1889, que proclamou a República com a participação de um pequeno grupo, não apresentava penetração em nível nacional. As pessoas comuns não tinham em seu horizonte de preocupações a República ou o federalismo. Para setores da elite econômica, política e social, a mudança dos regimes de governo alteraria muito pouco da estrutura da sociedade brasileira¹²⁴.

Na cidade de Recife, nas proximidades do golpe, desenrolava uma luta entre os membros da elite política local, sem grandes ligações com os acontecimentos e disputas que se desenrolavam em algumas das províncias do Sul. Certamente estava presente entre os políticos locais o sentimento de que a Monarquia, enquanto regime, já não tinha força para manter-se, mas a superação desta, caminhando para o republicanismo, não era um objeto de desejo imediato, no horizonte dos mesmos¹²⁵.

Acontecimentos que se desenrolaram na capital federal, o Rio de Janeiro, mas que tiveram ínfimo eco em Recife. Distante das tomadas de decisões, os pernambucanos – em número não muito grande – que estavam cientes da situação política e econômica não teriam se surpreendido.

¹²² CAVALCANTI, 2014, p. 45-63.

¹²³ CAVALCANTI, 2014, p. 64.

¹²⁴ ZACARIAS, Aldenice Alves dos Santos. *Legalidade e autoridade: a implantação da República no estado de Pernambuco (1889-1893)*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2009, p. 30.

¹²⁵ SALVARI, Fábio Maurício. *Setembro de 1889, tramas de uma primavera recifense: os casos Chrispim e Ricardo Guimarães*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Católica de Pernambuco, 2019, p. 31-36.

Uma pequena parcela dos recifenses, entusiastas da República, se dirigiu ao Consulado da França, onde cantaram a Marselhesa e deram vivas ao novo regime. De acordo com Robert Levine, sobre o acontecimento de 15 de novembro, o “povo em geral, mostrou pouco interesse”¹²⁶.

A partir da proclamação, grupos políticos¹²⁷ que até então lutavam pelo domínio político estadual passam, a partir das folhas dos jornais, a protagonizar uma disputa, com viés de construção narrativa dos acontecimentos, visando a exaltação de um grupo e o descrédito de outro. No entanto, para além das questões políticas, a cidade de Recife, em si, vivenciava uma série de transformações.

As cidades, essencialmente as capitais de província, ganharam importância após a independência, uma vez que se transformaram em centros de decisão política e administração pública, situação que levou à transferência de inúmeros fazendeiros para tais centros, onde fixavam residência. A ampliação da presença de uma elite econômica na capital pernambucana, por si, já introduzia transformações e melhoramentos na urbe. O fim do pacto colonial, por sua vez, possibilitou uma progressiva integração do país com o mercado internacional, que exigia melhoramentos na infraestrutura nacional e adequações ao sistema capitalista de comércio¹²⁸.

Por outro lado, Recife, enquanto cidade portuária que orbitava em torno do açúcar – principal produto exportador de Pernambuco –, sofria constantemente com as crises relacionadas a este artefato. Ainda que tenha vivido um processo de renascimento produtivo, no início do século XIX, na virada do século encontrava-se em total colapso, chegando a exportar, no quinquênio 1901/1905, um terço do que exportara em 1830, crise causada pelo crescimento da produção de açúcar de beterraba em outros países, vendido a preços muito mais baixos que o de cana. A perda de importantes mercados consumidores foi um revés significativo para a economia local. Por outro lado, o atraso tecnológico na produção e a dificuldade de modernizar o processo produtivo, por conta da própria estagnação, atrapalhavam o desenvolvimento econômico, uma vez que dificultava a competição em um mercado aberto para a competição internacional¹²⁹.

Recife encontrava-se aprisionada a esta questão: nascida junto ao porto e, portanto, dependente da economia açucareira, a cidade vivia forte crise econômica. Se, por um lado, a crise

¹²⁶ LEVINE, Robert. *A velha usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 123.

¹²⁷ Sobre os embates entre os grupos políticos dos “leões” e “cachorros” quanto ao domínio do poder político em Pernambuco, ver: ZACARIAS, Aldenice Alves dos Santos. *Legalidade e autoridade: a implantação da República no estado de Pernambuco (1889-1893)*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

¹²⁸ SILVA, Alberto César Rodrigues da. *O Recife nas páginas dos jornais: planejamento urbano e discursos sobre a cidade (1927-1933)*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2014, p. 20-22.

¹²⁹ SILVA, 2014, p. 22-23.

açucareira era um entrave, o declínio da economia escravista favorecia o deslocamento de capital para outros setores, como no desenvolvimento, ainda que tímido, de um setor fabril; por outro lado, a entrada de capital estrangeiro foi preponderante para o desenvolvimento urbano, uma vez que tais investimentos apareciam ligados à esfera urbana e fabril.

O investimento estrangeiro possibilitou a instalação de indústrias têxteis, nos arredores das cidades. Conseqüentemente, um alto fluxo migratório, com sujeitos do interior buscando novas oportunidades na capital pernambucana, promoveu um crescimento vertiginoso do número de habitantes¹³⁰. Outros possíveis fatores que podem ser destacados quanto ao massivo êxodo rural vivenciado na virada do século foram tentativas de modernização da indústria da cana e as esporádicas, mas constantes, secas do sertão.

As usinas de açúcar, com o apoio do regime republicano, empreendiam uma modernização da produção açucareira na região, levando, no interior de Pernambuco, à formação de uma nova elite canavieira, com caráter mais industrial e empreendedor que, com apoio estatal, passou a superar, em produção, os engenhos tradicionais¹³¹. Esta, por sua vez, contribuirá para a diminuição dos pequenos proprietários, os quais não conseguiam concorrer no mercado frente aos grandes latifúndios e se transformavam em pequenos fornecedores de cana-de-açúcar para a elite local. Com o tempo, quando endividados, perdem suas terras, tendo assim que emigrar para as cidades, sendo Recife um dos principais locais de chegada dos retirantes advindos do interior. As secas que atingiam o sertão – sendo as principais, na segunda metade do século XIX, as dos anos de 1877-1879, 1888-1889, 1898 e 1900 –, por sua vez, levavam inúmeras famílias a largarem tudo o que tinham e migrarem para outros locais, buscando sobreviver em condições mais favoráveis¹³².

A cidade presenciava um contexto de exponencial crescimento populacional: em 1872, Recife possuía, segundo o recenseamento, 116.671 mil habitantes, saltando, em 1920, para 238.843 mil¹³³. Recife não se encontrava preparada para tal, tornando evidente a insuficiência da infraestrutura quanto à habitação, circulação de pessoas e saneamento. A cidade crescia não só em números, mas em problemas sociais:

¹³⁰ SILVA, 2014, p. 24-25.

¹³¹ CAMPOS, Zóia Vilar. *Doce Amargo: produtores de açúcar no processo de mudança – Pernambuco (1874-1941)*. São Paulo: Anablume, 2001, p. 40-42.

¹³² ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, Culturas e Confrontos: As camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN; Editora da UFRN, 1998, p. 42-43.

¹³³ Recenseamento de 1920 (4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias). Volume IV, 1ª parte. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio – Directoria Geral de Estatística. Realizado em 1º de setembro de 1920. p. X.

Na primeira década do século as mudanças eram visíveis no novo quadro social da cidade: o aumento da população, a extensão das manchas de mocambos e pensões insalubres nas áreas residenciais da cidade, a mendicância, o abandono dos menores nas ruas, o recrudescimento das condições sanitárias, os altos números da mortalidade [...] ¹³⁴.

Ganhava destaque a questão habitacional e a proliferação de mocambos, local de moradia daqueles que não tinham condições econômicas para um lugar melhor: “ocupando áreas de mangue, alagados, praia, beira mar e marés, os mocambos do Recife compunham um total de 16.347 habitações, segundo estimativas do recenseamento de 1913 – representando 43,3% do total de edificações da cidade” ¹³⁵.

Nesse contexto, os mocambos passam a ser alvo do higienismo médico local, como evidenciado no Congresso Médico em Pernambuco, onde se indicou que estas habitações e seus habitantes eram questão de “salubridade pública”. Passa-se a construir, no início do século XX, um projeto político de modernização da capital, com o propósito de transformá-la, deixando-a aos moldes das cidades europeias ¹³⁶, sendo necessário a implantação de transformações urbanas e culturais a fim de torná-la “civilizada” ¹³⁷.

A higienização pública passa a ser um dos focos principais para fazer com que Recife alcance essa sonhada “europeização civilizatória”. Para obter êxito em tal empreitada, prédios – sejam eles pensões, oficinas ou casas –, considerados empecilhos, eram demolidos. Todos aqueles que “[...] não se enquadravam nos referenciais dos novos tempos” ¹³⁸ deveriam, assim, ser varridos para os arredores da cidade, longe do centro, criando extensas regiões periféricas, destino para aqueles que migravam em direção à capital.

¹³⁴ ARRAIS, 1998, p. 43.

¹³⁵ SILVA, 2014, p. 33-34.

¹³⁶ Esses propósitos de modernização partilhavam de uma ideologia eurocêntrica, segundo a qual “[...] o Ocidente assume a função de uma cultura padrão, detentora de uma série de características essenciais em termos das quais as outras sociedades podem ser tratadas como deficientes”. Para ver uma discussão sobre o tema, ver: BORTOLUCI, José Henrique. Formas e Categorias do pensar eurocêntrico. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 5, p. 170-201, dez. de 2008.

¹³⁷ De acordo com Pires e Ramos, a modernização conservadora, tal como a ocorrida em Recife no início do século, é uma revolução social vinda de cima, partindo de um pacto econômico social entre a elite governante e as elites regionais. Ela busca estabelecer uma nova ordem mais próxima do capitalismo e, no caso brasileiro, voltado para a exportação de produtos fundiários e matéria prima. Ver: PIRES, Murilo Jose de Souza; RAMOS, Pedro. *O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil*. In: *Revista Econômica do Nordeste (REN)*, V. 40, nº 03, Julho/Setembro de 2009, p. 411-424. Não se trata, propriamente, de uma “revolução”, mas antes um acomodamento das elites econômicas aos parâmetros civilizatórios do capitalismo europeu.

¹³⁸ SILVA, Edivânia Alexandre da. “*O mundo está as avessas*”: relações, tensões e enfrentamentos religiosos nos folhetos de Leandro Gomes de Barros – Recife (1900-1920). Dissertação (mestrado em História), Salvador-BA: PPGH-UFBA, 2007, p. 34.

Enquanto o sonho da modernidade, expresso nas reformas urbanas, produzia zonas periféricas, gerava também, entre as classes mais abastadas – industriais, banqueiros, comerciantes e profissionais liberais –, novos padrões de sociabilidade, pautados em novos valores, hábitos e gostos. Tentando apresentarem-se como modernos, buscavam romper e condenar tudo o que se aproximasse do Antigo Regime brasileiro¹³⁹.

Em um cenário de transformações políticas, econômicas e sociais, a cidade de Recife experienciou os primeiros anos da República. Neste espaço, congregavam-se, ainda que involuntariamente, personagens diferentes, com perspectivas distintas sobre suas vivências na cidade e no regime político que se iniciara no país.

1.3.1. Olhares sobre a República: os periódicos recifenses

Os primeiros anos da República em Pernambuco foram de turbulência política, com mudanças constantes no quadro dirigente, provenientes tanto de disputas entre grupos regionais quanto de intervenções promovidas pelo governo federal, situação que só veio a alterar-se com a acomodação das oligarquias no poder político estadual, junto ao governo central, processo iniciado com Prudente de Moraes e aprofundado com Campos Sales¹⁴⁰. Nesse contexto, os jornais da capital pernambucana serviam de tribuna para as disputas políticas.

Os grandes jornais em circulação na cidade de Recife, assim como em grande parte do país, estavam ligados a essas oligarquias ou grupos políticos, que buscavam inserir-se na dinâmica do poder da nova ordem estabelecida, ou a elas faziam obstinada oposição. Serviam, portanto, para diferenciar os grupos existentes, com o importante papel de construir representações positivas de apoiadores ou negativas de políticos adversários.

Os periódicos construíam suas narrativas, selecionando e escolhendo o que seria ou não notícia, como e quando seria noticiado. Ainda que os jornais passassem, entre o final do século XIX e início do XX, por um processo de transformação, deixando de possuir um aspecto artesanal e romântico para converter-se em um negócio empresarial, com foco na venda publicitária e na

¹³⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁴⁰ Sobre estas disputas nos primeiros anos da República em Pernambuco, ver as dissertações de Aldenice Alves dos Santos Zacarias, intitulada *Legalidade e autoridade: a implantação da República no estado de Pernambuco (1889-1893)*, e de Henrique Soares Cavalcanti, *Quem é o dono da república em Pernambuco?* Disputas de poder e o governo Barbosa Lima (1889-1996).

ampliação do público consumidor¹⁴¹, a concepção de neutralidade e imparcialidade jornalística não se encontrava no horizonte de preocupações dos periódicos da cidade¹⁴².

Quatro periódicos, em Recife, durante os primeiros anos da República no Brasil, tinham circulação constante e poderiam ser considerados como grande imprensa, sendo eles: *A Província*, publicado, com algumas pausas, entre os anos de 1872 e 1933; *Jornal Pequeno*, publicado entre 1899 e 1955; *Jornal do Recife*, publicado entre 1859 e 1938; e o *Diário de Pernambuco*, com sua primeira publicação em 1825, mantendo-se até os dias atuais¹⁴³. Ainda que se inserisse na lógica de mercado e fazendo uso de técnicas industriais – como divisão do trabalho, modernização da produção, entre outros elementos próprios da transformação em jornal empresarial –, suas linhas editoriais estavam intimamente ligadas à condição de situacionista ou oposicionista¹⁴⁴.

Diário de Pernambuco e *Jornal do Recife* eram situacionistas, ligados à oligarquia de Francisco de Assis Rosa e Silva, dominante no estado entre 1894 e 1911. O *Diário de Pernambuco* era de sua propriedade, desde 1901, e funcionava como órgão oficial do estado, além de espaço privilegiado para as articulações políticas e partidárias¹⁴⁵. O *Jornal do Recife*, por sua vez, era de propriedade de Sigismundo Gonçalves, parceiro político e mentor de Rosa e Silva.

No outro espectro, *A Província* e *Jornal Pequeno* colocavam-se como imprensa oposicionista. O jornal *A Província*, tradicional periódico recifense, era o órgão oficial do Partido Liberal, congregando intelectuais de grande influência política na região, tais como José Mariano Carneiro da Cunha, José Maria Albuquerque Melo, Joaquim Nabuco e outros. *A Província* fazia oposição, durante o regime monárquico, ao Partido Conservador e, com o advento da República, travou ferrenhos debates com o *Jornal do Recife*, formado por antigos liberais, a quem acusavam de lutar por uma república oligárquica. O *Jornal Pequeno*, que chegou a ser o periódico com maior tiragem em Recife, também se consolidou como oposição ao domínio da oligarquia Rosa e Silva¹⁴⁶.

Como explicitado na introdução, fizemos a opção deliberada por trabalhar com um periódico de cada espectro político – levando em consideração, metodologicamente, o tempo e a extensa

¹⁴¹ LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 149-150.

¹⁴² LINS, A. M. Grego ; LIRA, A. P. A. A imprensa recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX. In: MELO, José Marques de. (Org.). *Síndrome da Mordaza: mídia e censura no Brasil*. São Bernardo do Campo - SP: Metodista Editora (Universidade Metodista de São Paulo), 2007.

¹⁴³ NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife-PE: Imprensa Universitária-UFPE, 1966.

¹⁴⁴ SILVA, Lucas Victor. *O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*. Tese (doutorado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2009, p. 90.

¹⁴⁵ ARRAIS, 1998, p. 152-153.

¹⁴⁶ SILVA, 2009, p. 92-93.

quantidade de material para análise –, tendo sido escolhidos o *Diário de Pernambuco* e *A Província*¹⁴⁷. A opção pelos dois periódicos anteriormente citados, no entanto, não foi aleatória; a percepção da importância da imprensa para o domínio das narrativas sobre o presente, assim como veículo para atrair adeptos, parece ter motivado a aquisição do *Diário de Pernambuco* pelo político pernambucano Francisco de Assis Rosa e Silva, em 1901.

No meio das turbulências políticas em nível federal, no contexto da Revolta da Armada, o grupo político ligado a Rosa e Silva, em Pernambuco, adquire maior espaço, tornando-se hegemônico, a partir de 1896, e dominando a máquina administrativa e eleitoral¹⁴⁸. Relevância política que perdurou por cerca de 16 anos, apresentando significativa importância na organização oligárquica da jovem República¹⁴⁹, seu domínio encontrou no *Diário de Pernambuco* – mesmo antes de ser efetivamente sua propriedade, mas principalmente quando esta está consumada – o espaço privilegiado para defender-se de ataques dos adversários, assim como atacá-los.

O jornal *A Província*, por sua vez, o escolhido entre os oposicionistas, se declarava, abertamente, como o “órgão oficial do Partido Liberal”. Fundado, em 1872, por José Mariano, líder abolicionista, liberal, que, nos anos 1880, se aproximara das ideias republicanas e, no início do novo regime, tornara-se figura proeminente nos primeiros anos da República em Recife¹⁵⁰, o periódico se notabilizara como a principal voz em oposição à oligarquia Rosa e Silva¹⁵¹.

Logo após a independência, ainda sem compreender por completo os acontecimentos, os periódicos não identificam filiação do movimento desenrolado no Rio de Janeiro com os grupos políticos locais. O *Diário de Pernambuco*, em especial, opta por discutir a legalidade e moralidade das ações de 15 de novembro, colocando o Imperador como vítima de um golpe, uma conspiração militar criminosa¹⁵². Os demais jornais também preferiram a opção por discurso semelhante, sem posicionar-se, no calor do momento, a favor do movimento¹⁵³.

Não demorou muito, no entanto, para o *Diário de Pernambuco* e o grupo político a ele ligado iniciarem um processo de tentar alinhar-se com a nova ordem política, afirmando que, no interior, as adesões não paravam de aumentar e que não restava outra opção que não fosse a de declarar-se

¹⁴⁷ Um periódico situacionista e outro oposicionista, acreditamos, possibilita, para a nossa análise, a construção de um quadro mais amplo sobre as representações construídas sobre o cangaceiro Antonio Silvino, assim como os usos deste personagem com fins políticos, no xadrez das lutas pelo poder em Pernambuco, no início da República.

¹⁴⁸ CAVALCANTI, 2014, p. 205-206.

¹⁴⁹ CAVALCANTI, 2014, p. 220.

¹⁵⁰ A dissertação citada anteriormente, de Henrique Soares Cavalcanti, possibilita uma boa compreensão da participação de José Mariano e dos marianistas, como eram chamados seus correligionários, nos primeiros anos da República em Pernambuco.

¹⁵¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 324.

¹⁵² *Diário de Pernambuco*, 16 de novembro de 1889.

¹⁵³ ZACARIAS, 2009, p. 37-39.

apoiador, uma vez que a proclamação do novo regime era fato consumado¹⁵⁴. Passado o susto do primeiro momento, a ideia agora era apontar como o *Diário de Pernambuco* estava ligado ao antigo Partido Conservador, dissolvido junto à proclamação, e como estes estavam intimamente ligados com a abolição da escravatura e a “revolução” republicana, menosprezando o jornal *A Província*, colocando-o como inimigo histórico da República¹⁵⁵.

O periódico opositor *A Província*, por sua vez, inicialmente também cauteloso, com o passar dos dias e a progressiva compreensão da irreversibilidade dos acontecimentos, assumem como estratégia trabalhar a partir dos discursos produzidos pelo *Diário de Pernambuco*, com o intuito de apresentar inconsistências e, assim, construir outra narrativa, em que os liberais aparecem com participação destacada¹⁵⁶.

Nas folhas dos jornais, durante os primeiros anos da República, a disputa se desenvolvia, portanto, como meio de construir representações positivas dos aliados, indicando seu papel de importância nos acontecimentos passados e, conseqüentemente, na organização e implantação do regime republicano. Os periódicos eram, por conseguinte, armas de grupos políticos e suas páginas se configuravam enquanto espaço de luta “pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre <<poderes públicos>> (as administrações do Estado)”¹⁵⁷.

Uma vez estabelecida a hegemonia da oligarquia Rosa e Silva no poder político pernambucano, define-se que, entre as facções em disputa, as divergências quanto à concepção de República e organização do estado são menores do que a batalha pelo domínio da política local. Neste sentido, *A Província*, enquanto opositora, criticava os altos gastos governamentais, apresentados no planejamento orçamentário, em 1906, citando, inclusive, custos elevados com forças policiais, mesmo esta demonstrando, corriqueiramente, na concepção do periódico, total ineficiência no combate aos cangaceiros, no interior¹⁵⁸. Em outro momento, ironiza a tentativa de constituir um imposto interestadual, propondo uma reflexão sobre a necessidade dos impostos garantirem a segurança, no interior do estado, daqueles que o pagam e, mesmo assim, precisam conviver com os cangaceiros e seus saques ou “impostos” paralelos¹⁵⁹.

¹⁵⁴ *Diário de Pernambuco*, 18 de novembro de 1889.

¹⁵⁵ *Diário de Pernambuco*, 23 de novembro de 1889.

¹⁵⁶ ZACARIAS, 2009, p. 48-49.

¹⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 174.

¹⁵⁸ *A Província*, 22 de maio de 1906.

¹⁵⁹ *A Província*, 08 de outubro de 1903.

No *Diário*, por sua vez, os elogios eloquentes à atuação do Executivo estadual eram a norma, contando com publicações oficiais do Estado indicando esforços incansáveis para a captura de bandidos e, sempre que possível, eximindo o governo estadual dos insucessos, quanto à captura do bando de Antonio Silvino, jogando a culpa, por exemplo, na própria população¹⁶⁰.

Pululam nas páginas dos periódicos, polêmicas entre *Diário de Pernambuco* e *A Província*. Acusações de uso da máquina pública, da força policial, ou de desmandos de chefes municipais ligados ao governo aparecem no segundo¹⁶¹ – que indicam, além de lugar de pouso concedido para os cangaceiros, o auxílio dado por subdelegados aos “impostos” cobrados por Antonio Silvino –, do mesmo modo que o primeiro publica defesa de governadores que ocuparam o cargo e são ligados ao grupo¹⁶², atacando na mesma moeda, informando a proteção concedida pelos opositores ao cangaceiro e seu bando, como meio de atingir a situação ao atrapalhar a captura dos bandoleiros¹⁶³.

De qualquer modo, sejam as críticas desenvolvidas pela folha *A Província*, ou a defesa intransigente dos ocupantes do Executivo realizada pelo *Diário de Pernambuco*, não eram projetos de governo, em si, o fio condutor dos embates transcorridos nas folhas periódicas. Assuntos dos mais variados eram encaminhados para o sentido de menosprezar ou exaltar grupos políticos. Os temas transformavam-se em combustível para a batalha política pelo domínio estadual.

O cangaço, fenômeno presente como motor das análises nesta tese, fora muito utilizado como munição nestas disputas¹⁶⁴. As representações construídas nestes periódicos sobre o cangaceiro Antonio Silvino são, deste modo, mais elementos de disputa política do que uma ideia de apresentação factual dos acontecimentos. A análise sobre elas, portanto, possibilitarão ampliar a compreensão sobre as disputas pelo poder da República em Pernambuco.

1.3.2. Outro olhar sobre a República: a literatura de Leandro Gomes de Barros

Comumente, afirma-se que a população assistiu “bestializada” à proclamação da República. Sem participação, teria permanecido apática, sem falar ou atuar politicamente¹⁶⁵. Pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento têm buscado relativizar tal posicionamento, indicando que o não

¹⁶⁰ *Diário de Pernambuco*, 10 de março de 1904.

¹⁶¹ *A Província*, 18 de novembro de 1906.

¹⁶² *Diário de Pernambuco*, 09 de abril de 1910.

¹⁶³ *Diário de Pernambuco*, 14 de setembro de 1909.

¹⁶⁴ Em capítulo específico sobre o tema, buscaremos aprofundar os olhares para as polêmicas entre os periódicos, assim como o uso de depoimentos de cangaceiros presos, ataques a personalidades do interior, entre outras questões pertinentes.

¹⁶⁵ CARVALHO, 2004.

reconhecimento de determinados sujeitos enquanto atores políticos acabavam por silenciar vozes que não pertenciam à elite intelectual brasileira. Vozes silenciadas, porém, não inexistentes. Leandro Gomes de Barros¹⁶⁶, poeta que, na virada do século XIX para o XX, escrevia, imprimia e vendia folhetos de baixo custo, posteriormente conhecidos como Cordel, pode ser entendido como uma dessas vozes que existiam e se posicionavam diante dos rumos que a República tomava no Brasil¹⁶⁷.

Nascido em 19 de novembro de 1865, em Pombal, no interior da Paraíba, e falecido em 04 de março de 1918, Leandro Gomes de Barros vivenciou a Monarquia e a República no Brasil. Sua obra, publicada entre os anos de 1893 e 1918 – a partir de 1907, morando em Recife –, portanto abarcando o período da Primeira República, possui como um dos elementos-chaves a expressão de posicionamentos sobre o tempo presente, de modo que a República aparece como mote privilegiado para sua produção poética, fazendo uso da sátira enquanto estratégia discursiva.

A sátira, elemento de difícil conceituação¹⁶⁸, pode ser entendida enquanto um discurso com “o ímpeto de defender a norma pela ridicularização do desvio”¹⁶⁹, de modo que se apresenta como manifestação empenhada na proteção de um determinado tipo ideal de ser e existir em uma sociedade, conforme a concepção do enunciador. Nesse sentido, Leandro Gomes de Barros faz uso da sátira, em suas narrativas, como forma de criticar as transformações vivenciadas na sociedade após o advento da República e de seu ideal de modernização.

O sentimento de decepção e desencanto com a República era o principal motor da produção humorística no início do século XX, ao menos em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo os registros cômicos “uma forma privilegiada para representar as condições de possibilidade das vivências e das sociabilidades cotidianas no país”¹⁷⁰. Em Recife, no entanto, Leandro Gomes de Barros, com suas

¹⁶⁶ Falaremos sobre o mesmo, de modo mais aprofundado, em um capítulo específico.

¹⁶⁷ Os trabalhos de Ivone Maya (2006) e Francisco Cláudio Alves Marques (2014b) trabalham, com perspectivas distintas, o poeta Leandro Gomes de Barros enquanto uma voz de oposição ao regime republicano. Ver: MAYA, Ivone Ramos da Silva. *O poeta de cordel e a primeira República: a voz visível do popular*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em História Política, Bens Culturais e Projetos Sociais), Rio de Janeiro: FGV-RJ, 2006; e MARQUES, Francisco C. Alves. *Um pau com formigas ou o mundo às avessas: a sátira na poesia popular de Leandro Gomes de Barros*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2014b.

¹⁶⁸ Uma discussão mais aprofundada sobre a definição de sátira pode ser vista em: ROCHA, Rejane Cristina. *Da utopia ao ceticismo: a sátira na literatura brasileira contemporânea*. Tese (Doutorado em Estudos Literários), Araraquara-SP: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2006.

¹⁶⁹ ROCHA, Rejane Cristina. *Da utopia ao ceticismo: a sátira na literatura brasileira contemporânea*. Tese (Doutorado em Estudos Literários), Araraquara-SP: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2006, p. 18.

¹⁷⁰ SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: República – da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 297.

narrativas satíricas, não apresentava sentimento de decepção, mas, antes, pautava-se em um saudosismo monárquico.

A derrubada do Império não foi um clamor popular. A alta popularidade da família real, percebida nas celebrações populares pela abolição e pelo aniversário do Imperador, ainda em 1888, apontam na direção inversa. Em realidade, durante as primeiras décadas da República, a população mais pobre identificava-se com o regime deposto e sonhava com a restauração monárquica¹⁷¹. Leandro Gomes de Barros encontrava-se inserido neste aparato mental, entendendo a Monarquia como uma época de ouro que a República destruiu.

Tal posicionamento pode ser verificado nas duas primeiras estrofes da narrativa *A morte do bicheiro*:

No tempo da monarchia
Os homens tinham capricho,
Os pobres tinham dinheiro
Que botavam até no lixo.
Homem não pagava imposto
Mulher não jogava bicho.

Então chegou a republica
Trouxe logo o desespero
Rico não teve mais paz
Pobre não viu mais dinheiro,
Ganha três, um para casa
Dois para imposto e banqueiro¹⁷².

Os versos apontam claramente a visão de que a República trouxe consigo a destruição da vida econômica e moral. Ao mesmo tempo em que aponta para o empobrecimento, indica também o aumento de impostos e o lucro de banqueiros, essencialmente estrangeiros que inseriram capital neste segmento, assim como alterações na posição feminina na sociedade. Para o poeta, “no tempo da monarchia” a vida era melhor.

Em outra narrativa, *Um pau com formigas*, o poeta acrescenta mais indícios de sua concepção sobre o regime republicano:

Então depois da republica
Tudo nos causa terror
Cacete não faz estudo
Mas tem carta de doutor

¹⁷¹ CARVALHO, 2004, p. 29-31.

¹⁷² BARROS, L. G. *A morte do bicheiro*, 1913-1914.

A cartuxeira é a lei
O rifle governador¹⁷³.

A República trouxe consigo, para o poeta, além das questões anteriormente apresentadas, o medo e o uso da força pelos que possuem o poder. A posição do poeta vai de encontro com a fama de “sangrenta Recife”, no início do século XX, apelido adquirido pelo fato de que “os presidentes [...] do Estado usavam a política estadual e a guarda civil para proteger-se, punir os adversários e neutralizar as forças federais, potencialmente hostis”¹⁷⁴.

A violência do Estado para benefícios particulares pode ser vista, no interior de Pernambuco, no caso do assassinato do pai de Antonio Silvino, apresentando no início deste capítulo, em que a justiça legalmente constituída pelos poderes republicanos agiu em benefício do chefe político local, envolvido com o crime, fato que teria contribuído para a entrada do mesmo no cangaço. Anos depois, em outra esfera, a acusação, no jornal *A Província*, de que no povoado de Macapá o cangaceiro Antonio Silvino teria contado com o auxílio de um soldado da polícia, designado diretamente pelo subdelegado, para executar sua “coleta de impostos”, indicia que, mesmo que não fossem os presidentes do Estado que atuavam, diretamente, alianças eram feitas com o cangaceiro em determinados lugares, garantindo o saque longe dos amigos do governo¹⁷⁵. Neste sentido, durante a Primeira República a legalidade era usada, por aqueles que dominavam o poder político, para a proteção dos amigos e a punição dos adversários.

Outras críticas a serem observadas, intimamente ligadas com a República, tratam da questão das eleições e dos impostos. A história das leis eleitorais inicia com a Constituição outorgada em 1824, com eleições indiretas, com voto censitário para maiores de 25 anos, excluindo-se as mulheres – até 1932 – e os escravos, tampouco libertos ou criminosos pronunciados. A legislação era alterada continuamente, mas sem mudar significativamente. Em 1881, a Lei Saraiva inseriu o voto direto, mudando a legislação eleitoral; em contrapartida, reduziu ainda mais o número de eleitores. A retirada dos analfabetos do grupo de eleitores possíveis significou uma queda no percentual da população apta a exercer o direito de voto – em 1872, o número chegava a cerca de 10%, caindo para aproximadamente 1% a partir de 1881¹⁷⁶.

A Legislação Eleitoral dos primeiros anos da República não produziu grandes alterações, tendo a Lei Saraiva como norte. Tanto o alistamento de eleitores aptos quanto a apuração dos votos,

¹⁷³ BARROS, L. G. *Um pau com formigas*, 1910-1912.

¹⁷⁴ LEVINE, 1980, p. 148.

¹⁷⁵ *A Província*, 25 de outubro de 1904. *A Província*, 26 de Outubro de 1904.

¹⁷⁶ WIESEBRON, Marianne Louise. Processos eleitorais na teoria e na prática no século XIX. Dois municípios pernambucanos no Brasil de 1880 a 1900. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1999, p. 56-60.

que não sofreram alterações, eram etapas facilmente fraudáveis do processo eleitoral, essencialmente desde a institucionalização da política dos governadores¹⁷⁷, a partir do governo Campos Sales. As eleições eram, portanto, uma peça teatral com final conhecido por todos¹⁷⁸.

Leandro Gomes de Barros não deixa as eleições passarem despercebidas nas narrativas relacionadas ao seu tempo, abordando, entre outras coisas, a coerção dos eleitores, as fraudes eleitorais e o voto enquanto mercadoria. Unindo o profano e o sagrado, o poeta construiu a narrativa *A Ave Maria da Eleição*, onde faz uso de trechos da oração católica, no último verso de cada estrofe, para satirizar práticas recorrentes e que podiam ser vistas nos dias das eleições. Entre as estrofes 5 e 7 podemos observar:

Os eleitores com medo
Das espadas dos alferes
Chegavam a se esconderem
Entre as mulheres

Os candidatos chegavam
Com um ameaço bruto
Pois um voto para elles
É bem ditos fructos

O mesario do governo
Pegava a urna contente
E dizia eu me gloreio
Do teu ventre¹⁷⁹.

De forma direta, a narrativa escancara a coerção nas eleições e a fraude nas urnas, sob responsabilidade de um mesário escolhido pelo grupo situacionista no processo eleitoral. Em *As promessas do governo*, por sua vez, o poeta retrata a relação entre candidato e o eleitor pobre:

Esses homens da politica,
Eu sei bem elles quem são,
Só conhecem o eleitor,
Na vespera da eleição,
Depois disso o eleitor
Não tem valor de um tostão.

¹⁷⁷ Convencionou-se chamar deste modo o arranjo político que garantia o controle dos votos pelos governadores, por meio dos “coronéis”, e a validação de suas eleições pelo governo federal, mediante apoio. Tal situação garantiu “estabilidade” política para o federalismo proposto no regime republicano por meio da impossibilidade de existência de uma oposição organizada. Esta discussão pode ser vista em: LEAL, 1997, p. 270-274.

¹⁷⁸ DAVALLE, Regina. Federalismo, política dos governadores e fraudes eleitorais na República Velha. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul-RS, v. 2, n. 4, jul./dez., 2003, p. 225-246.

¹⁷⁹ BARROS, L. G. *A Ave Maria da Eleição*, 1907.

[...]

Vote commigo, diz elle,
Que lhe darei minha usina,
Ganhar isso n'uma hora,
É melhor que tirar mina,
Dar tanto assim a um amigo,
O senhor não imagina.

[...]

Nesse tempo o candidato
Trata o pobre por amigo,
Lhe offerecendo seus prestimos
Dizendo conte commigo,
Depois que houver eleição,
Tem o pobre esse inimigo.

Quando algum d'elles conhece
A votação arriscada,
Diz ao eleitor pobre,
A você não falta nada,
Vote commigo e depois,
Conte com seu camarada.

[...]

Pensa o eleitor comsigo:
É muito grande vantagem,
A pobresa para mim,
Ha dias está de viagem,
Daqui a 5 ou 6 mezes,
Eu tenho uma carruagem¹⁸⁰.

De modo explícito, o poeta insere em sua narrativa a questão do “voto mercadoria”, em que a troca de favores, em diferentes níveis da segmentação social¹⁸¹, é a tônica do processo eleitoral, junto ao seu caráter de coerção pela violência e possíveis fraudes eleitorais. Na percepção do poeta, indicada em *O Dezréis do Governo*, o resultado nunca é positivo para a população em geral:

Antes de haver eleição
Sò vê-se é promettimento
Dizerem tudo melhora
Muda-se o regulamento

¹⁸⁰ BARROS, L. G. *As promessas do governo*, 1910-1912.

¹⁸¹ Digo isso pensando na situação da política de governadores, onde o coronel garantia votos para uma oligarquia estadual, que por sua vez estava ligada a um grupo na escala federal. Cada uma dessas esferas – desde o eleitor – ganhavam benefícios na vida privada, a partir da posição na causa pública. Relacionado à esta discussão, ver: LEAL, 1997, p. 275-287.

A melhora é augmentarem
Do que está sento por sento¹⁸².

O poeta enxerga, portanto, o processo eleitoral como uma farsa do regime republicano, promovida para garantir a manutenção daqueles que estão no poder, enquanto o restante da população sofreria com as políticas do governo. Em suas narrativas, aparece destacado a política de impostos. Impostos, seca e fome: três elementos que, nas narrativas do poeta, aparecem interligados, o que pode ser visto nas estrofes 2, 3 e 4 de *A crise actual e o augmento do sello*:

No sertão não houve inverno
No sul também não choveu
Nos brejos mais na catinga
Nem sereno apareceu
Está de uma forma este anno
Que nem o sapé nasceu.

O governo vendo isso
Disse ao povo estou disposto
Se o anno for todo ceco
Não chover até agosto
Eu mando romper a banca
Augmento mais o imposto

A ceca ataca o sertão
A crise circula a praça
Tanto que eu creio que este anno
Sobe tudo na fumaça,
Só ficará no Brasil
O imposto e a desgraça¹⁸³.

Sem rodeios, o poeta aponta a falta de vontade e de representação política, uma vez que o interesse dos governantes não é solucionar os problemas que afligem os sujeitos representados. A seca, maltratando o sertão e os sertanejos; a resposta do governo, ainda que a situação fique pior, é o aumento da cobrança de impostos¹⁸⁴.

Contraponto crítico aos rumos que a República brasileira tomava, essencialmente em seu lugar de fala, Recife, a capital pernambucana, a seca aparece como mote poético. Fenômeno natural causava desequilíbrio na sociedade sertaneja, devastando plantações e criações, fazendo proliferar a

¹⁸² BARROS, L. G. *O Dezréis do Governo*, 1907.

¹⁸³ BARROS, L. G. *A crise actual e o augmento do sello*, 1915.

¹⁸⁴ Nesta narrativa, o poeta parece referir-se ao Imposto do Selo, ou Estampilha, antecessor do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), aplicado a vários produtos, que garantiu um controle da União sobre a circulação de mercadorias e gerou um vertiginoso crescimento na arrecadação dos tributos.

fome e o êxodo rural. Fenômeno social, para o poeta é falta de vontade política para solucionar o problema. Vontade política que faz uns morrerem de fome, enquanto outros engordam – essencialmente a arrecadação federal de impostos.

A proclamação da República acelerou ainda a transformação de valores tradicionais, no campo da moral e dos costumes¹⁸⁵. Em Recife, o início do século XX viu a inserção de novidades modernas. Estas também figuraram nas narrativas do poeta, como em *Casamento a prestação*, onde apresenta as novidades que estão causando, na concepção do poeta, a desestruturação da sociedade:

O atraso do Brazil
É esta desunião
Cinema jogo de bichos
Automoveis e balão
Esses seguros de vida
E negócio a prestação¹⁸⁶.

A modernização europeizante, sonhada pelas elites, passava aos olhos do poeta como a destruição de valores que estruturavam o mundo¹⁸⁷, que se apresentava às avessas¹⁸⁸. Marca clara deste mundo bagunçado seriam as transformações relacionadas ao papel feminino na sociedade. A moda francesa tomou conta das boutiques em Recife e tinham a simpatia das mulheres do novo século. Em *O Bataclan Moderno* vemos a posição do poeta:

Mundo velho desgraçado
Teu povo precisa um freio,
Para ver se assim melhora
Este costume tão feio
De uma moça simi-nua
Andar mostrando na rua
O suvaco a perna o seio.

[...]

Antigamente uma moça
Quando fazia um vestido
Gastava quase oito metros
P'ra ele sair comprido
Não punha os braços de fora

¹⁸⁵ CARVALHO, 2004, p. 27.

¹⁸⁶ BARROS, L. G. *Casamento a prestação*, 1913-1914.

¹⁸⁷ Uma discussão sobre as relações sociais e tensões vivenciadas na cidade de Recife, no início do século XX, tomando como base a produção do poeta Leandro Gomes de Barros, pode ser vista em: SILVA, Edivânia Alexandre da. “*O mundo está as avessas*”: relações, tensões e enfrentamentos religiosos nos folhetos de Leandro Gomes de Barros – Recife (1900-1920). Dissertação (mestrado em História), Salvador-BA: PPGH-UFBA, 2007.

¹⁸⁸ Expressão utilizada pelo poeta na narrativa *O Mundo as avessas*, provavelmente publicado entre 1917 e 1918.

Porém o contrário agora,
Assim tem acontecido.

Hoje porém com três metros
As vezes com dois e meio
Faz uma moça um vestido
Que seja bonito ou feio
Porque a moda MODERNA
É até em cima da perna
E decotar todo o seio¹⁸⁹.

O destaque para moda moderna, escrita em caixa alta, pode ser indicativo da revolta frente à modernização dos costumes e abandono da moral defendida pelo poeta. Tal situação é aprofundada no folheto *As saias calções*, onde o poeta ridiculariza um tipo de saia, vinda da moda francesa, usada por mulheres no início do século XX e indicando, novamente, que “o mundo está as avessa”, com “homem raspando bigode/e mulher vestindo calça”¹⁹⁰.

Críticas severas à desagregação dos valores tradicionais, influenciada pelos ares civilizatórios, com uma almejada modernização aos moldes europeus, trazidos pela República, assim como ao novo regime e suas facetas não democráticas relacionadas às eleições e aos impostos. Leandro Gomes de Barros não era propriamente um militante, mas inseria-se na mentalidade comum daqueles que enxergam o período monárquico como uma era de ouro.

A narrativa *Os martírios de Genoveva*¹⁹¹, história que se pretende exemplificar os atributos de uma mulher virtuosa, é uma adaptação baseada em uma lenda medieval sobre Genoveva de Bramant, esposa de Louis II, duque da Bavária¹⁹². A apropriação colore a narrativa com as cores do mundo vivenciado pelo poeta e, no interior da mesma, após o casamento e chegada de Genoveva ao castelo do marido, é possível perceber, a partir de uma conversa entre ela e o esposo, uma concepção do bom monarca:

¹⁸⁹ BARROS, L. G. *O Bataclan Moderno*, s/d.

¹⁹⁰ BARROS, L. G. *As saias calções*, 1911.

¹⁹¹ Esta narrativa encontra-se imersa numa discussão sobre sua autoria. Encontramos um folheto de 1958, atribuindo a narrativa a Manoel Pereira Sobrinho. Outro folheto, de 1974, atribui a narrativa a Leandro Gomes de Barros e João Martins de Athayde, sabendo, no entanto, que o segundo poeta comprou os direitos dos folhetos do primeiro, após sua morte, e suprimia o nome de Leandro, em suas edições. As narrativas baseiam-se na mesma história, mas foram escritas de forma distintas. Na obra *Literatura Popular em Verso – Estudos*, de 1986, livro que reuniu importantes estudiosos do tema ligados à Fundação Casa de Rui Barbosa, coloca a autoria entre João Martins de Athayde e Leandro Gomes de Barros, partindo da observação em diferentes catálogos (1986, p. 447). Nesse sentido, acreditamos na plausibilidade da atribuição de autoria a Leandro.

¹⁹² FERREIRA, Kelly Cristina Medeiros. Literatura e Sociedade em Os Martírios de Genoveva e Os Sofrimentos de Alzira de Leandro Gomes de Barros. *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato-CE, v. 7, n. 2, dez., 2018, p. 134.

Pedi depois ao marido
Que aumentasse o ordenado
De todos os subditos
Até do menor criado
E diminuísse o imposto
Que estava demasiado

[...]

Seus subditos exclamavam:
Feliz a nação que tem
Chefes assim como esses
Q'ê transformam o mal em bem
Velho desejou ser moço
Para ajudá-los também¹⁹³.

Neste excerto, vemos a concepção de um governante, no caso um casal da realeza, que enxerga as necessidades de seus súditos e, de modo paternalista, tenta melhorar a vida de todos, que o amam por isso. Levando em consideração a proximidade do poeta com o apreço pelo regime Monárquico, parece uma alusão a como, na concepção do poeta, a República não olhava para os cidadãos, enquanto o bom monarca garantiria a transformação do mal em bem. Tal discurso inseria-se, ainda, na crença sebastianista¹⁹⁴ – de origem lusitana, surgida no século XVI, e que se solidificou nos estados do Norte do Brasil por meio de missionários jesuítas – de que um rei, a figura mística de D. Sebastião amalgamada a São Sebastião, retornaria e colocaria fim aos governos injustos, garantindo uma vida melhor para seus súditos.

Recife, portanto, no início da República vivenciava uma atmosfera efervescente, cheia de transformações e aspirações de aproximação da forma de vida europeia. Da capital, periódicos posicionavam-se conforme a conveniência, buscando construir narrativas sobre os rumos da República que favorecesse o grupo político com o qual possuíam ligação. Na mesma cidade, com as lentes de quem não estava nos centros de decisão do regime, mas que tinha voz para fazer-se ouvido pelo vasto público consumidor de sua poesia, Leandro Gomes de Barros indicava a objeção de parte da sociedade ao regime republicano – expondo a falsidade das eleições, a política de impostos que muito pesava sobre os que pouco tinha e, sob seu ponto de vista, a degradação moral trazida pela República, por meio do abandono de hábitos e costumes tradicionais –, que abraçava um saudosismo monárquico.

¹⁹³ BARROS, L. G. *Os mártiros de Genoveva*, editado pelos filhos de José Bernardo da Silva, 1974.

¹⁹⁴ Para ter acesso a discussões mais aprofundadas sobre o sebastianismo, ver: HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Longe da capital, no sertão e agreste pernambucano, onde se desenvolveu o fenômeno do cangaço, a experiência temporal era totalmente distinta. A modernidade ainda engatinhava para chegar naqueles rincões. A República que, para muitos intelectuais desencantados, nos grandes centros, era vista como uma caricatura do que deveria ser, se chocava com a cultura local, que muitas vezes se impunha sobre o código de leis, vindo de fora, distante de suas realidades.

1.4. O sertão pernambucano no início da República

Como dito no início deste capítulo, entende-se o sertão como a parte do Norte do Brasil que convive com períodos de estiagem, marcado pelo clima semiárido, com vegetação própria e rios exauríveis. Para além das questões geográficas, a historicidade do sertão, respeitando sua heterogeneidade, revela traços distinguíveis.

A pecuária bovina foi o motivador para a ocupação territorial. Tal prática transformou-se na principal atividade econômica do sertão, praticada por todos os grupos sociais, desde escravos e pequenos produtores até os grandes latifundiários. Posteriormente, por conta da adaptação ao clima quente e à demanda do mercado internacional, o algodão, entre o final do século XVIII e o século XIX, transformou-se em uma das principais mercadorias de exportação da região, alterando, de certa forma, o modo de produzir na região, inserindo conceitos do capitalismo agrário, essencialmente a plantação para o maior lucro possível. Nesse sentido, as produções bovina e algodoeira na região quebram a concepção de isolamento regional, uma vez que tais produtos eram enviados para outras regiões: o algodão para o mercado internacional e o gado para as zonas litorâneas, constituindo-se, assim, em importante fator de integração cultural¹⁹⁵.

Por outro lado, um dinâmico mercado interno se desenvolveu baseado no excedente de produção agrícola, criatória e artesanal, por meio da cultura de feira¹⁹⁶. A agricultura, a criação de animais – principalmente bodes e cabras – e a produção artesanal de utensílios – roupas, ferramentas, mobiliários, entre outras coisas – eram realizadas no sertão para fins de consumo próprio. A dificuldade de transporte para outras regiões e o alto custo do mesmo, no entanto, inviabilizava a comercialização do excedente produtivo em outras regiões, constituindo-se motor para um mercado interno sertanejo¹⁹⁷.

¹⁹⁵ DE' CARLI, 2007, p. 26-30.

¹⁹⁶ As feiras, elemento de destaque na paisagem sertaneja, construíam-se próximos a vilarejos que se caracterizavam enquanto polo comercial regional e ponto de encontro entre sujeitos das localidades próximas, viajantes, tropeiros e vaqueiros.

¹⁹⁷ DE' CARLI, 2007, p. 39-43.

Enxergada por olhares “estrangeiros”, externos ao ambiente cultural, enquanto terra sem lei, não civilizada e onde tudo se resolve na faca, as análises voltadas para o sertão têm sido tradicionalmente olhadas a partir do prisma dual que coloca como opostos sertão e litoral, tradição e modernidade, barbárie e civilização¹⁹⁸. Frederico Pernambucano de Mello, por exemplo, indica que a violência no sertão está ligada a uma “antiga e quase intocada tradição cultural, mumificada entre nós pelo isolamento em que permaneceram os sertões do Nordeste até décadas atrás”¹⁹⁹. Tendemos a discordar de tal posição, uma vez que, como apontamos anteriormente, as interações culturais ocorriam com frequência – por conta da venda e transporte de gado para as regiões litorâneas e açucareiras, pela presença de agentes da legalidade estatal, assim como quando da inserção do algodão enquanto produto agroexportador –, colocando em dúvida as noções de “intocada tradição cultural” e “isolamento”.

As especificidades da sociedade que se desenvolveu no sertão construíram uma civilização com leis próprias, pautadas em seu ambiente cultural. Deste modo, pode-se entender que a violência, marca cultural, não significa ausência de leis ou civilização, mas o modo como a ordem era estabelecida e mantida a organização social. Era parte da cultura de uma civilização, presente na “legislação extra-oficial” que este ambiente cultural estabeleceu.

O código de honra sertanejo, apresentado no início deste capítulo, garantia o uso da violência com amparo moral. Por outro lado, Jorge Mattar Villela evidenciou que, no início da República, ocorriam disputas entre o poder local e o poder legal, com o uso do poder legal para benefício pessoal, assim como o impedimento da justiça legal ser exercida mediante a intervenção, de diferentes formas, de chefes políticos locais²⁰⁰. Os limites pouco claros entre poder público e as vontades pessoais das elites locais, unido ao código de honra sertanejo, resultavam “na perda de referências entre o que era legal e o que era legítimo”²⁰¹.

Nesse sentido, no sertão, famílias poderosas, possuidoras de latifúndios, transformavam-se em força política local, sob a qual gravitavam parentes e agregados sob tutela, tendo o chefe de família – o patriarca – a denominação de coronel, que estende seu poder por meio de relações de clientelismo.

¹⁹⁸ LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998, p. 17.

¹⁹⁹ MELLO, Frederico Pernambucano de. O ciclo do gado no Nordeste do Brasil: uma cultura da violência. *Ciência e Trópico*, Recife-PE, v. 7, n. 2, jul./dez. 1979, p. 264.

²⁰⁰ VILLELA, 2004, p. 64-84.

²⁰¹ DE' CARLI, 2007, p. 51.

O público e o privado se confundiam e, por vezes, o uso da força era o meio pelo qual exerciam seu poder ou esforçavam-se para dispersar ou vencer possíveis grupos contrários ao seu domínio²⁰².

É nessa lógica que perceberemos a entrada do sertão na República, negando, uma vez mais, a noção de isolamento da região. Com o advento do novo regime, uma série de conflitos foi travada, em diferentes cantos do Brasil. A existência de conflitos e lutas políticas no sertão, como o “Movimento Patriótico de Triunfo”, indicam que a região não estava alijada das transformações políticas vivenciadas no país.

Este levante insere-se nas disputas entre facções políticas rivais em Recife. Eram duas as principais: os republicanos históricos, sob liderança de José Isidoro Martins Júnior, e os autonomistas, que congregava ex-políticos monarquistas, sob liderança de José Mariano Carneiro da Cunha e o Barão de Lucena²⁰³. Os autonomistas dominaram a política estadual, valendo-se do papel de relevância exercido pelo Barão de Lucena em esfera nacional, no início da República, quadro que se alterou com a ascensão de Floriano Peixoto, em novembro de 1891. Um de seus primeiros atos foi demitir os governadores ligados a Deodoro da Fonseca, medida que resultou em uma onda de revoltas. Em Recife, os republicanos históricos buscaram tirar proveito do clima hostil no restante do país²⁰⁴.

O agravamento das tensões levou o presidente Floriano Peixoto a nomear o Capitão Barbosa Lima como governador do Estado, possivelmente entendendo que o mesmo não tinha ligação com as facções políticas e que, por isso, apresentaria condições para instaurar a ordem em Pernambuco. Barbosa Lima, ao assumir, destituiu os cargos da administração pública municipal, nomeando intendentess que seriam os responsáveis pelas eleições, propondo que as mesmas fossem idôneas. Os republicanos históricos, descontentes com a medida, boicotaram as eleições e passaram a estimular e financiar revoltas no interior do estado, essencialmente no Sertão do Pajeú. O governo conseguiu abafar a maioria das revoltas, com maior dificuldade para asfixiar o “Movimento Patriótico de Triunfo”. O objetivo do movimento era, essencialmente, desmoralizar o governo estadual e provocar a intervenção federal, buscando retomar as rédeas do domínio político estadual²⁰⁵.

Abafar revoltas e manter a ordem pública estavam sempre no horizonte dos governantes estaduais. Nos primeiros anos da República, o sertão será enxergado como lugar de ameaça à

²⁰² Uma análise sobre grupos familiares em disputa, gerando extensos conflitos bélicos, pode ser vista em: VILLELA, Jorge Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

²⁰³ HOFFNAGEL, Marc Jay. Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco: a revolta de Triunfo. *Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, v. 28, n. 2, p. , jul./dez., 2010.

²⁰⁴ CAVALCANTI, 2014, 112-155.

²⁰⁵ CAVALCANTI, 2014, 112-155.

ordem, uma vez que persistem os chefes políticos, “mandões da aldeia”, que traziam seus ódios e ressentimentos familiares para a arena política, aliando-se a malfeitores e cangaceiros²⁰⁶. Este contexto é, portanto, um dos motivos geradores do coronelismo enquanto forma de organização política da República, colocada em prática a partir do pacto não-escrito conhecido por política dos governadores.

O cangaço, portanto, era mais uma carta no jogo político, usado convenientemente para atacar e desestabilizar adversários. Antonio Silvino parecia saber disso e mantinha laços de solidariedade com “populares”, mas também com participantes do poder, como oficiais de polícia, fazendeiros e chefes políticos²⁰⁷. Os próprios depoimentos de cangaceiros presos, fartamente apresentados na capital, a partir dos periódicos em circulação, apresentam indícios de suas redes de sociabilidade. Situacionista, o *Diário de Pernambuco* usa o depoimento de Rio Preto, cangaceiro preso e trazido para Recife, para esquivar-se das acusações de não conseguir frear o banditismo no estado, apontando proteção no estado vizinho, Paraíba, além de nomes de protetores em Pernambuco, possivelmente ligados à oposição²⁰⁸. O periódico *A Província*, por sua vez, aproveita o depoimento do cangaceiro Rio Preto para tecer críticas ao governo e seus correligionários, citando nomes de protetores que teriam dado abrigo ao cangaceiro Antonio Silvino e que eram conhecidos do governador e do chefe de polícia²⁰⁹.

A partir deste jogo de acusações, polêmicas e disputa de narrativas protagonizadas pelos periódicos recifenses, é possível enxergar a existência de redes de sociabilidade e solidariedade do cangaceiro Antonio Silvino, assim como sua participação no engenhoso esquema político em que o sertão era parte e, por pressuposto, tinha sua força de influência para os rumos da política estadual. Vê-se, a partir dos jornais, que o cangaço era uma arma política a ser utilizada, mas que se buscava ter a imagem a ele associado, justificativa para as acusações e polêmicas.

Ao lado do cangaço, a polícia apresentava-se como outra carta do jogo. Cargos de delegado, subdelegado e inspetor de quartirão eram entregues a membros ou indicados de famílias notáveis, montando uma rede de favores, o clientelismo. De extrema importância, dominar a força pública era garantir o uso da “legalidade” para benefícios particulares²¹⁰. Por mais que autoridades políticas, na capital, buscassem, retoricamente, defender as forças do Estado e apontar os cangaceiros como

²⁰⁶ VILLELA, Jorge Mattar. *Ordem pública e segurança individual: política e polícia no sertão de Pernambuco*. São Paulo: EdUFSCar, 2011, p. 22-25.

²⁰⁷ OLIVEIRA, 2011, p. 149.

²⁰⁸ *Diário de Pernambuco*, 04 de abril de 1906.

²⁰⁹ *A Província*, 05 de abril de 1906.

²¹⁰ VILLELA, 2004, p. 75.

agentes desestabilizadores, a polícia contribuía nas decisões eleitorais e perseguição a políticos opositores²¹¹, sendo um “poderoso braço armado nas mãos da facção política dominante”²¹². Na troca de favores, autoridades policiais beneficiavam-se do cargo, alargando propriedades e enriquecendo enquanto estavam ao lado da lei, ao mesmo tempo em que participavam do jogo político, garantindo a permanência dos situacionistas²¹³.

Neste sentido, o uso do conflito para resolver questões com adversários – seja com negociações com cangaceiros ou com o uso da força policial – davam o tom da política no início da República. O modo como a mesma era vivenciada no interior eram retoricamente apresentados pelos políticos da capital como entraves para a ordem pública e, portanto, para a construção e progresso da República. Na prática, fazia parte do jogo de acomodação oligárquica para domínio hegemônico na esfera política estadual.

Situação que aponta, uma vez mais, como o sertão não se encontrava isolado. A seu modo, com sua cultura política, participava das esferas de poder mais amplas. Neste contexto, violência e política apresentam-se como elementos indissociáveis, de modo que no sertão da Primeira República “não se fez política descartando-se o uso da violência e não se atacou violentamente sem o envolvimento da política”²¹⁴.

Assim, aparecem como elementos centrais para a compreensão da República vivenciada no sertão os conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo, alimentados pela estrutura eleitoral do período²¹⁵. A reciprocidade como elemento de construção da dominação é marca indelével do período em análise, ainda que não possa ser entendida de forma estanque, uma vez que, na vivacidade das relações sociais, o apoio e lealdade poderiam ser desfeitos e refeitos conforme a necessidade.

De algum modo, portanto, o sertão esteve envolvido nas grandes questões republicanas, fundamentalmente diante do desejo de acomodação dos coronéis locais junto às oligarquias estaduais no domínio do poder político, situação que começou a se consolidar com o mandato presidencial de Campos Sales. De certo modo, nos sertões, convivia junto aos coronéis uma espécie de poder paralelo, representado pela força dos cangaceiros na região.

²¹¹ BARBOSA, Carlos Henrique Moura. *Policiando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da Primeira República (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História Cultural), Florianópolis-SC: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, p. 34.

²¹² BARBOSA, 2014, p. 297.

²¹³ VILLELA, 2004, p. 75.

²¹⁴ VILLELA, 2004, p. 272.

²¹⁵ LEAL, 1997.

1.5. Antonio Silvino: na República, o governador dos sertões

Como dito inicialmente, Manoel Baptista de Moraes tornou-se Antonio Silvino possivelmente no ano de 1898, em homenagem ao tio, Silvino Ayres, após a prisão deste e, conseqüentemente, ter se transformado em um dos líderes do bando. Um ano antes, havia procurado o tio e entrado para o cangaço na busca por refúgio, diante das constantes perseguições sofridas após iniciar a tentativa de fazer justiça com as próprias mãos, por meio da vingança de sangue, mediante a inoperância do aparato judicial oficial frente ao assassinato de seu pai, Pedro Rufino de Almeida Baptista.

Transformou-se no mais famoso cangaceiro de sua época e, de sua entrada no cangaço até o dia de sua prisão, em 28 de novembro de 1914, conseguiu viver dos ganhos da vida de bandido, da habilidade para escapar das perseguições policiais e da esperteza para, conscientemente, saber negociar com diferentes sujeitos, escolhendo caminhos que possibilitariam permanecer no cangaço. Compreendia o jogo político local, as rivalidades familiares e os fazendeiros poderosos; com essas cartas na manga, fazia alianças que lhe concediam armas, dinheiro e até mesmo proteção²¹⁶.

Além das negociações, fazia uso do conhecimento do território para, sempre que perseguido, cruzar as fronteiras estaduais, limitando a ação policial. A própria polícia era, ainda, um facilitador da vida dos cangaceiros. Segundo o *Jornal Pequeno*, o policiamento era ineficiente pelo fato de a profissão ser considerada desonrosa e mal paga e, nessa situação, apresentavam pouco estímulo para expor a própria vida frente a bandidos que nada ou pouco temiam. Situação que só se alterava quando objetivos pessoais moviam as perseguições policiais²¹⁷.

Chamado diversas vezes pelos jornais recifenses de “célebre cangaceiro”, era um bandido notável, famoso e singular. Apesar da fama adquirida, não encontramos no *Diário de Pernambuco* e no jornal *A Província* imagens do cangaceiro Antonio Silvino anteriores à sua prisão²¹⁸. Uma vez derrotado e retirado do campo de batalha, as imagens tornaram-se abundantes. Registrado com semblante triste, transparecia a dor do ferimento em combate, quando de sua prisão. Querendo ele ou não, as fotografias eram tiradas. No entanto, durante sua atuação no cangaço registro não ocorrera. Diferentemente de Virgulino Ferreira, o Lampião, cangaceiro que o sucedeu em fama e

²¹⁶ OLIVEIRA, 2011, p.132.

²¹⁷ *Jornal Pequeno*, 07 de agosto de 1899.

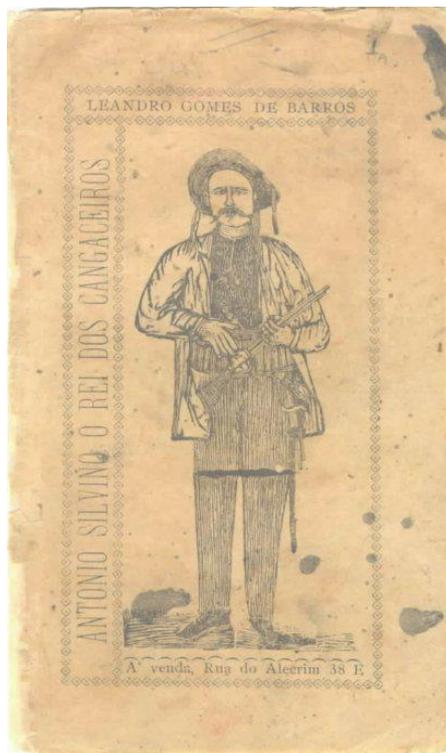
²¹⁸ Fazemos aqui a ressalva de que as imagens fotográficas não podem ser entendidas enquanto a realidade pura, fidedigna; em realidade, nela se encontram e se amalgamam as vontades do fotógrafo, a visão do próprio fotografado sobre o que está sendo feito, assim como o elemento receptor da imagem propriamente dita e suas concepções sobre o conteúdo fotográfico. Imagens não são, portanto, retratos neutros do tempo. É possível ver um discussão sobre isso em: CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. Cangaço e cangaceiros: histórias e imagens fotográficas do tempo de Lampião. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 4, n. 4, out./dez., 2007, p. 03.

que, aparentemente com o intuito de construir sua imagem pública, em distintos momentos permitiu-se ser fotografado²¹⁹, Antonio Silvino não tinha este interesse.

Ainda que não seja possível precisar as motivações para a decisão de não permitir que registrem sua imagem por meio da fotografia, é possível imaginar que as constantes perseguições, pessoais e policiais, o inibiam. Podemos conjecturar que esta aversão a ser fotografado esteja ligada à uma construção mítica, ainda que inconsciente e involuntária por parte do cangaceiro. Sem o reconhecimento imagético da personagem em questão, o mistério força a imaginação daqueles que dele ouvem falar. A ausência de imagem material trabalha para a construção imagética fique no campo da oralidade, atuando na mitificação do cangaceiro.

Nos folhetos de Leandro Gomes de Barros é que teremos uma representação imagética do cangaceiro. As características que o levaram a ser notícia constante nos jornais, também o fizeram mote frequente para poetas de Cordel, que narraram sua vida, em estrutura épica, transformando-o em mito, símbolo da coragem e da valentia sertaneja.

Imagem 01 – Gravura em zinco, representando Antonio Silvino



Fonte: capa do folheto *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, publicado entre 1910 e 1912.

²¹⁹ CLEMENTE, 2007, p. 07.

O poeta Leandro Gomes de Barros, escrevendo como se fosse o próprio cangaceiro quem falasse, satiriza a situação:

Porém tirando Monteiro,
O resto mais todo é meu,
Aquillo eu faço de conta,
Que foi meu pai que me deu,
O governo mesmo diz:
Zelee porque tudo é seu²²⁰.

Subvertendo a lógica política, a narrativa aponta que Silvino é quem comanda todo o sertão e agreste, essencialmente de quatro estados que estariam à sua disposição: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Em outra narrativa, uma alcunha ainda mais clara torna evidente a questão: Silvino seria “o riffle de ouro, Governador do sertão!”²²¹. Posicionando-se deste modo, explícito e direto, o poeta lança luzes na ausência de penetração do Estado, por meio de dispositivos legais, nestas regiões. Carência do Estado, disputas entre coronéis e o cangaceiro Antonio Silvino, com sua vida nômade, ditando as regras por onde passava, são alguns elementos que acompanham a imagem construída sobre ele.

Seguindo as trilhas de Antonio Silvino, por meio do *Diário de Pernambuco*, entre os anos de 1903 e 1914, observamos o foco dado por este periódico para a atuação do cangaceiro e seu bando no agreste pernambucano e sertão paraibano. O “célebre cangaceiro”, como era comumente chamado pelo jornal, atuava, essencialmente, entre os municípios pernambucanos de Bom Jardim, Nazareth, Limoeiro, Pau d’Alho, Taquaretinga, Timbaúba, Caruaru e Flores²²².

Entre 1909 e 1911 não há registros, no jornal, de ataques de Silvino e seu bando no Pernambuco. O *Diário de Pernambuco* registra diversos ataques no estado vizinho, Paraíba, constando as seguintes localidades: Piancó, Pilar, Patos, Sapé, Alagoa Grande, Cabaceiras, São João do Cariry, Campina Grande, Soledade, Itambé, Itabayana, Guarabira e Mamanguape²²³. A Província

²²⁰ BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

²²¹ BARROS, L. G. *As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade*, 1909.

²²² Estas informações foram encontradas nas seguintes edições: Bom Jardim – 18/02/1903, 23/07/1903, 3/10/1903 e 17/10/1905; Nazareth – 16/07/1903, 29/03/1904, 13/11/1907, 25/02/1908, 21/02/1913 e 16/06/1914; Limoeiro – 08/05/1906 e 14/10/1906; Pau d’Alho – 09/02/1904; Taquaretinga – 27/04/1904 e 28/11/1914; Timbaúba – 25/10/1904, 29/07/1906 e 25/02/1908; Caruaru – 26/11/1905; e Flores - 25/09/1906.

²²³ Estas informações foram encontradas nas seguintes edições: Piancó – 02/03/1907; Pilar – 02/03/1907 e 05/03/1907; Patos – 13/08/1907 e 06/05/1910; Sapé – 30/04/1908, 15/12/1910 e 18/06/1911; Alagoa Grande – 03/05/1908; Cabaceiras – 15/05/1908, 21/05/1908 e 09/06/1908; São João do Cariry – 19/05/1908, 02/10/1908 e 12/03/1911; Campina Grande – 05/10/1909 e 01/06/1910; Soledade – 03/06/1910; Itambé – 23/01/1911; Itabayana – 23/01/1911; Guarabira e Mamanguape – 18/06/1911.

questiona esta afirmação, afirmando que o mesmo encontra-se na “linha imaginária de nossas fronteiras”, ora de um lado, ora do outro²²⁴.

A restrição das localidades realizada pelo periódico possivelmente possui relação tanto com seus locais de penetração, de modo que as notícias poderiam aumentar o consumo do jornal, assim como a relação política local. Ao noticiar a estadia de Silvino e mais cinco cabras no povoado de Sapé-PB, informando que o chefe político Antonio Manuel Fernandes lhe serviu um banquete e deu-lhe uma festa, havendo danças com moças da cidade²²⁵, o periódico adverte que o grupo político ao que o chefe pertencia tinha relações amistosas com o cangaceiro, diferentemente do seu.

Quando o olhar analítico se volta para o jornal *A Província*, em relação às trilhas de Antonio Silvino, veremos também a concentração da observação sobre a presença de Antonio Silvino e seu bando nos estados de Pernambuco e Paraíba. Este periódico, no entanto, bate diversas vezes na mesma tecla: seria conhecido de todos o espaço de atuação de Silvino circunscrito a poucas léguas em três ou quatro municípios de Pernambuco e Paraíba²²⁶, sendo estes Bom Jardim, Nazareth e Timbaúba, no Pernambuco; e Ingá, Campina e Cabaceiras, na Paraíba²²⁷.

O periódico, sempre com um olhar ácido para as ações governamentais, chega a escrever que, sabendo a zona de atuação do bando de Silvino, não se fazem necessários um exército e esforços de guerra para combater e pôr fim às ações criminosas no interior. O governo, neste contexto específico representado pela pessoa de Sigismundo Gonçalves, seria o principal culpado e, para vencer esta batalha, precisaria retirar os patrocinadores e protetores do cangaceiro, assim como moralizar as tropas policiais e escolher líderes, para as forças em perseguição, independentes, que não tenham ligação com os chefes locais²²⁸.

A exigência de moralização das forças policiais e de líderes independentes também aparece como crítica constante, como quando do assalto realizado em Surubim, povoado de Bom Jardim, onde o próprio subdelegado saiu pelas ruas do vilarejo, coletando o dinheiro exigido pelo cangaceiro²²⁹, ou o delegado de Limoeiro, que teria dado ordens para marchar na direção oposta às que estavam os cangaceiros, facilitando, deste modo, a fuga²³⁰.

Os patrocinadores e protetores apontados pelo periódico como empecilhos para a captura, tal como o *Diário de Pernambuco*, são notícias intimamente ligadas às relações políticas no interior.

²²⁴ *A Província*, 07 de junho de 1910.

²²⁵ *Diário de Pernambuco*, 18 de junho de 1911.

²²⁶ *A Província*, 05 de junho de 1910.

²²⁷ *A Província*, 10 de julho de 1903.

²²⁸ *A Província*, 23 de junho de 1906.

²²⁹ *A Província*, 19 de setembro de 1903.

²³⁰ *A Província*, 26 de abril de 1906.

Às vezes, sem nenhum pudor, como quando *A Província* afirmou que os amigos do cangaceiro encontram-se na política do Diário, chefes de partidos em municípios e delegados, tendo protetores em Bom Jardim, Nazareth, Timbaúba e outras cidades, localidades onde é recebido com festas e, junto às autoridades, coleta seus impostos²³¹. As perseguições, portanto, só seriam possíveis, de fato, se o governo tomar providências em relação aos próprios amigos, delegados, subdelegados e chefes políticos²³².

Os ataques do bando de Silvino tinham como foco principal os povoados e vilarejos e não propriamente as cidades citadas. Quando a notícia era relacionada a cidades maiores, geralmente o ataque era a fazendas na região. Também é certo que sua atuação não se restringiu a estas localidades, haja vista informações veiculadas indicando a possibilidade da união de forças policiais de Rio Grande do Norte²³³, Pernambuco e Paraíba na luta contra o cangaceiro²³⁴, assim como a presença do cangaceiro no Ceará²³⁵, inclusive onde um de seus cabras, de codinome Balisa, fora preso²³⁶.

O poeta Leandro Gomes de Barros alarga as fronteiras de atuação do cangaceiro²³⁷, apontando um maior número de localidades, adentrando ainda mais ao sertão e em fronteiras estaduais. Mas, uma vez mais, o epicentro de atuação de Antonio Silvino encontra-se entre os estados de Pernambuco e Paraíba. As imagens 02 e 03, na sequência, utilizadas aqui como objeto de ilustração do tema abordado, ajudam a visualizar as zonas de atuação nestes estados, respectivamente:

²³¹ *A Província*, 22 de junho de 1904.

²³² *A Província*, 19 de junho de 1906.

²³³ Sobre a atuação de Antonio Silvino no Rio Grande do Norte, ver: FERNANDES, Raul. Antônio Silvino no RN. Natal: Clima, 1990.

²³⁴ *Diário de Pernambuco*, 16 de janeiro de 1907.

²³⁵ *A Província*, 28 de julho de 1905.

²³⁶ *A Província*, 14 de agosto de 1906.

²³⁷ Nas narrativas relacionadas ao cangaceiro o poeta indica passagens por Trapiá, Garanhuns, Pajehú e São José do Egito, Belmonte, Triumpho, Exú, Salgueiro, Petrolina, Juazeiro, Granito, Teixeira, Immaculada, Santo Antonio, Catingueira, Villa da Misericórdia, Pombal, Souza e Cajazeira, Taquaratinga, Limoeiro, Bom Jardim, Timbaúba, Nazareth, Orobó, Surubim, Caruarú, Gravatá, Canhotinho, Garanhuns, Jatobá, Imburanas, Crato-CE, Campina Grande, Pilar, povoado de Sapé, Entroncamento, Santa Rita, Monteiro, vila de Batalhão, Santa Luzia, Canhotinho, Quipapá, Serrão, Novo Exú, Serra da Colônia, Ingazeira, Belmonte, Granito e Povoação da Água Branca.

Imagem 02 – Representação cartográfica com as principais cidades de Pernambuco onde Antonio Silvino atuou no cangaço²³⁸.

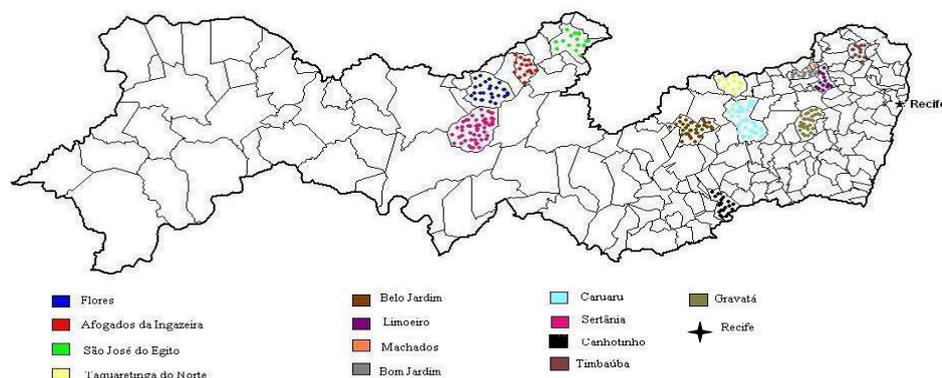


Imagem 03 – Representação cartográfica com a área de atuação de Antonio Silvino na Paraíba²³⁹.



A vasta região em que circulou e viveu de seus delitos contribui para a visão do poeta, ainda que construída com base na sátira, de que Antonio Silvino era o governador do sertão. Por outro lado, a habilidade para compreender os jogos políticos regionais pode ser entendida como a competência que lhe possibilitou permanência duradoura no cangaço, fato não muito frequente entre os que optaram por esta forma de viver.

Os depoimentos de Relâmpago²⁴⁰, Rio Preto²⁴¹, Baliza²⁴² e Barra Nova²⁴³ publicados no *Diário de Pernambuco* possibilitam a percepção de que, em geral, os participantes eram jovens, na

²³⁸ Representação cartográfica produzida pelo historiador Rômulo José Francisco de Oliveira Júnior e presente em: OLIVEIRA JÚNIOR, 2010, p. 58.

²³⁹ Representação cartográfica presente em: OLIVEIRA, 2011, p. 41.

²⁴⁰ *Diário de Pernambuco*, 28 de janeiro de 1906.

casa dos vinte anos e que a prisão, ou a possibilidade de morte, estavam no horizonte de vida destes personagens.

O bando de cangaceiros liderados por Antonio Silvino contava, além dele, com um número entre três e nove cangaceiros, regularmente. Em 1903, segundo *A Província*, eram apenas Antonio Silvino, Cocada e Rio Preto²⁴⁴, tendo sido acrescido de Balisa em 1904²⁴⁵. Em determinado momento, Silvino dividiu o grupo, ficando um sob sua liderança e outro sob liderança de Cocada, homem de confiança²⁴⁶. Tal divisão não teria sido traumática e, sempre que necessário – seja pelo tamanho ou dificuldade do assalto –, os grupos se uniam para a realização do trabalho²⁴⁷.

Há relatos, ainda, de momentos excepcionais em que o número de cangaceiros era muito maior. Três casos chamam atenção: o assalto a vila do Ingá, de 1899, narrado com distância temporal, tendo Silvino 21 homens sob seu comando²⁴⁸, o bando de Silvino, com mais de vinte homens, atacando a residência do coronel Affonso Sá de Albuquerque, em Limoeiro, queimando casas e roubando pertences de valor²⁴⁹; e, em outra ocasião, um encontro entre as forças que perseguiram o bando, com o tenente Paulino Pinto, comandante da força paraibana, e o Capitão Angelim, líder da força pernambucana, combatendo mais de cinquenta cangaceiros²⁵⁰.

Entre os cangaceiros que fizeram parte do bando de Antonio Silvino, encontramos citação de ao menos vinte sete homens no *Diário de Pernambuco*²⁵¹, dezessete homens no jornal *A Província*²⁵², e onze nos folhetos de Leandro Gomes de Barros, sendo que João Velho e Joaquim do Gado só aparecem na produção literária. O alto número de personagens citados indica para a

²⁴¹ *Diário de Pernambuco*, 29 de março de 1906. *Diário de Pernambuco*, 04 de abril de 1906. *Diário de Pernambuco*, 17 de Abril de 1906.

²⁴² *Diário de Pernambuco*, 14 de agosto de 1906. *Diário de Pernambuco*, 23 de agosto de 1906. *Diário de Pernambuco*, 25 de agosto de 1906.

²⁴³ *Diário de Pernambuco*, 27 de janeiro de 1907.

²⁴⁴ *A Província*, 10 de julho de 1903.

²⁴⁵ *A Província*, 14 de fevereiro de 1904.

²⁴⁶ *A Província*, 22 de setembro de 1904.

²⁴⁷ *Diário de Pernambuco*, 29 de março de 1906.

²⁴⁸ *A Província*, 03 de março de 1904.

²⁴⁹ *Diário de Pernambuco*, 08 de maio de 1906.

²⁵⁰ *Diário de Pernambuco*, 29 de março de 1906.

²⁵¹ Além dos já citados no corpo do texto, foram citados no *Diário de Pernambuco*: Salamandra (16/07/1903), Ventania (28/11/1905; 28/01/1906), Bezerra (28/11/1905; 28/01/1906), Antonio Francisco (29/03/1906), Formigão (29/03/1906), Coco Verde (23/08/1906), Moita Brava (23/08/1906), José Moleque (22/03/1907), Serra Branca (01/06/1907), Urso (21/07/1907), Reboiço (06/09/1908), Labareda (06/01/1909), Galo (09/01/1909), Antonio Candido (21/01/1909), Borboleta (21/02/1909), Manoel Novato (23/07/1909), Moitinha (05/10/1909), Gato Brabo (05/10/1909), José Cahicó (05/10/1909), Dois Arros (29/03/1906), Coco Verde (25/08/1906) e Torce Coqueiro (25/08/1906).

²⁵² São citados no jornal *A Província*, mas não aparecem no *Diário de Pernambuco* os cangaceiros Papa-Mel (03/03/1904), Gitirana (20/12/1904), Engole-Bala (27/12/1904 e 31/01/1905), Ferreiro (27/03/1906), Pilão Deitado (27/03/1906), Paciência (27/03/1906) e Manoel Eduardo (09/01/1909). Os cangaceiros Cocada, Rio Preto, Tempestade, Baliza, Relâmpago, Ventania, Bezerra, Labareda, Gato Brabo e Antão Godê aparecem nos dois periódicos.

volatilidade no interior do bando. Pelo cruzamento entre os testemunhos, pode-se interpretar, ainda, que os cangaceiros Cocada²⁵³, Tempestade²⁵⁴, Relâmpago²⁵⁵ e Rio Preto²⁵⁶ são os de maior relevância no interior do bando, com proximidade em relação a Antonio Silvino, além de Antão Godê, cangaceiro letrado, indicado como o responsável pela leitura de correspondências interceptadas e jornais para o chefe²⁵⁷.

Em 28 de Novembro de 1914, no entanto, uma das principais páginas do fenômeno do cangaço encontrou seu desfecho e o “governador do sertão” teve seu “reinado” concluído, com sua prisão, acontecimento que, diante de sua importância para a política pernambucana, foi fartamente noticiado nos periódicos recifenses, com uma detalhada cobertura do caso.

1.5.1. O noticiário faz o show: a prisão de Antonio Silvino como vitória do Estado

Prisões ocorrem constantemente e, na maioria delas, não se transformam em um espetáculo de interesse público. Algumas vezes, no entanto, o aprisionamento de determinado sujeito torna-se um evento de fascínio compartilhado. Aglomeram-se pessoas, por múltiplos anseios: a curiosidade pura e simples sobre a personagem e o ocorrido, por concepções sobre aquele que está a ser privado de liberdade, ou pela percepção e desejo de ver uma página da história sendo escrita. Quando ocorre – por conta da representatividade do indivíduo ou de seus atos – de o aprisionamento tornar-se um espetáculo público, o ocorrido não passa despercebido.

²⁵³ Cocada aparece nas edições do *Diário de Pernambuco* publicadas em 16/07/1903, 28/01/1906, 23/08/1906, nas edições do jornal *A Província* publicadas em 26/06/1903, 10/07/1903, 19/09/1903, 10/10/1903, 15/10/1903, 10/11/1903, 27/01/1904, 07/02/1904, 14/02/1904, 02/03/1904, 03/03/1904, 10/06/1904, 01/07/1904, 08/07/1904, 18/08/1904, 21/10/1904, 20/12/1904, 27/12/1904, 21/01/1905, 31/01/1905, 27/03/1906, assim como nos folhetos *As proezas de Antonio Silvino*, *As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade*, *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar e Morte de Tempestade (Antonio Felix)*, de Leandro Gomes de Barros.

²⁵⁴ Tempestade aparece nas edições do *Diário de Pernambuco* publicadas em 28/11/1905, 28/01/1906 e 23/08/1906, nas edições do jornal *A Província* publicadas em 21/10/1904, 27/12/1904, 31/01/1905, 29/11/1905, 27/03/1906, assim como nos folhetos *As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade* e *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, de Leandro Gomes de Barros.

²⁵⁵ Relâmpago aparece na edição do *Diário de Pernambuco* publicadas em 28/01/1906, nas edições do jornal *A Província* publicadas em 18/08/1904, 21/10/1904, 27/12/1904, 21/01/1905, 31/01/1905, 27/03/1906, assim como nos folhetos *As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade* e *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, de Leandro Gomes de Barros.

²⁵⁶ Rio Preto aparece nas edições do *Diário de Pernambuco* publicadas em 29/07/1904, 28/01/1906, 25/03/1906 e 23/08/1906, nas edições do jornal *A Província* publicadas em 26/06/1903, 10/07/1903, 19/09/1903, 10/10/1903, 15/10/1903, 10/11/1903, 27/01/1904, 07/02/1904, 14/02/1904, 02/03/1904, 03/03/1904, 10/06/1904, 01/07/1904, 08/07/1904, 18/08/1904, 21/10/1904, 20/12/1904, 27/12/1904, 21/01/1905, 31/01/1905, 27/03/1906, assim como nos folhetos *As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade*, *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, *Morte de Tempestade (Antonio Felix)* e *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, de Leandro Gomes de Barros.

²⁵⁷ *Diário de Pernambuco*, 12 de Junho de 1910; *A Província*, 15 de Junho de 1910.

Em 01 de dezembro de 1914, uma manhã de sol, o silvo estridente da locomotiva anunciava, por volta das sete horas e trinta minutos, a chegada do trem à gare da estação, em Recife. Não era um trem comum, o que era perceptível diante da quantidade de pessoas que se aglomeravam, à espera do mesmo, desde as três horas da madrugada²⁵⁸; nele estava sendo trazido, direto para a Casa de Detenção do Recife, o cangaceiro Antonio Silvino. Sua vida de crimes tinha chegado ao fim.

Em 26 de novembro de 1914, Theóphanes Ferraz Torres, delegado de Taquaritinga, recebeu a informação do subdelegado de Santa Maria de que Antonio Silvino e seu bando haviam passado pelo local, indo rapidamente em busca de sua captura, mas nada encontrando na localidade. No dia seguinte, a caçada prosseguiu, ao receber informações da população local; o delegado, junto a outros dez praças²⁵⁹, seguiu em direção à fazenda Lagoa da Laje, propriedade do Sr. Joaquim Pedro, fazendeiro que, segundo informações, por algumas vezes deu pouso para o cangaceiro e seu bando. Chegando à fazenda por volta das cinco horas da tarde, Theóphanes avistou um menino com uma bacia cheia de pratos e talheres e, desenvolvendo sua “atividade de autoridade policial”, interrogou-o, ao que afirmava estar regressando após levar comida para um grupo de trabalhadores. Sem acreditar nos depoimentos colhidos na fazenda, o delegado forçou Joaquim Pedro e seu filho, sob pesadas ameaças, a os levarem ao local; quase chegando, foi possível avistá-los²⁶⁰.

Procurando pegar o grupo de surpresa, começaram a saraivada de tiros. Em campo raso, plano, durante aproximadamente uma hora, a polícia de Taquaritinga trocou tiros com o bando de cangaceiros liderados por Antonio Silvino. Os policiais saíram sem maiores danos, deixando o combate sem baixas ou ferimentos graves. O mesmo não pode ser dito de seus adversários: durante o conflito, morreu o cangaceiro Joaquim Moura, enquanto outros quatro cangaceiros conseguiram despistar a polícia e fugir. Antonio Silvino não estava entre eles, tendo sido gravemente ferido por um tiro na região lombar²⁶¹. Mesmo tendo conseguido se esconder, entregou-se à polícia na manhã seguinte, dia 28 de novembro, provavelmente por conta do ferimento, sendo conduzido à prisão, no município de Taquaritinga. A prisão de Antonio Silvino não era um feito qualquer. Durante anos, diferentes governos tentaram por fim à sua saga criminoso. General Dantas Barreto, então governador de Pernambuco, colheu os frutos, junto ao Chefe de Polícia do estado, dr. Maurício Wanderley.

²⁵⁸ *Jornal Pequeno*, 01 de dezembro de 1914.

²⁵⁹ *Jornal de Recife*, 29 de novembro de 1914.

²⁶⁰ OLIVEIRA JÚNIOR, 2010, p. 91.

²⁶¹ *A Província*, 29 de novembro de 1914.

A notícia da derrota de Antonio Silvino para as forças policiais, e de seu traslado para a capital, tornara-se, naqueles dias, o principal assunto na capital pernambucana. A Grande Guerra que ocorria na Europa viu-se, nos jornais recifenses, ofuscada por notícia de tamanha relevância. A curiosidade pública elevava-se, segundo Gonçalves Dias, colunista do *Jornal Pequeno*²⁶². Virou assunto por todos os cantos da cidade²⁶³. Alvorço grandioso, capaz de levar sujeitos a imaginar a possibilidade de, para conter possíveis movimentos de indignação, o desembarque do cangaceiro ocorrer em qualquer estação anterior à Recife²⁶⁴. Antonio Silvino, o mais célebre cangaceiro de seu tempo, aprisionado, desnudando sua humanidade, era um acontecimento histórico.

Imagem 04 – Imagem de reportagem de capa do *Jornal do Recife*



Fonte: *Jornal do Recife*, publicada em 02 de dezembro de 1914 com o título *Odysséa de um bandido – prisão de Antonio Silvino – o destemido alferes Theophanes e seus companheiros de armas*²⁶⁵.

Não podendo aguardar os trens ordinários, por conta do estado de saúde de Antonio Silvino – e pelo fato de que levá-lo à prisão representava um "troféu" para os governantes –, um comboio especial, com três vagões, foi contratado para levar uma comissão em busca do prisioneiro. Às oito e meia da noite do dia 29 de novembro de 1914, embarcaram, em direção ao povoado de Torres, na primeira classe, o dr. Mauricio Wanderley, chefe de polícia, o sr. Santiago Ramos, escrivão, dr.

²⁶² *Jornal Pequeno*, 01 de dezembro de 1914.

²⁶³ *Jornal de Recife*, 30 de novembro de 1914.

²⁶⁴ *A Província*, 01 de dezembro de 1914.

²⁶⁵ *Jornal de Recife*, 02 de dezembro de 1914.

Frederico Curió, médico legista da polícia, sr. João Vicente, encarregado do Necrotério Público, e os srs. Oscar Mello, Francisco Abrantes Pinheiro, Armando Boudoux e o Leovigildo Junior, repórteres dos jornais *A Província*, *Correio do Norte*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife*, respectivamente, além de outros membros da polícia e fotógrafos. Ampla cobertura jornalística aponta a dimensão do acontecimento. Em outro vagão, seguiram 15 praças da infantaria, sob comando do sargento Edmundo Joaquim de Lima, e 8 praças da cavalaria, sob comando do sargento José Thomé²⁶⁶.

O trem chegou ao povoado de Torres por volta das oito e quarenta da manhã do dia 30 de novembro de 1914. Após rápido descanso, quando se preparavam para seguir viagem, avistaram a escolta, comandada pelo Alferes Theóphanes Torres, trazendo Antonio Silvino, visivelmente abatido. Ali mesmo, dr. Frederico Curió, médico legista da delegação, prestou a primeira assistência médica necessária²⁶⁷.

Ao chegar a Recife, a estação de trem, lotada, esperava o cangaceiro que, entre 1897 e 1914 praticou crimes pelo sertão e agreste, sempre conseguindo fugir das perseguições policiais. Não é possível saber as motivações exatas para que a população estivesse ansiosa para ver seu desembarque. De qualquer modo, sua prisão não era um evento comum: era o fim de um importante capítulo dessa história, uma página sendo virada, indicativo da importância, dentro de seu tempo, do ator principal do espetáculo. Relevância que instiga a compreensão das múltiplas representações construídas sobre ele.

1.6. Considerações finais

Acreditamos ter alcançado o objetivo deste primeiro capítulo: criar um painel que possibilite vislumbrar o tempo estrutural que abrange esta tese, adentrando nos múltiplos tempos que coabitam a experiência humana temporal no período convencionalmente chamado de Primeira República. Diante de uma discussão bibliográfica que apresenta o cangaço enquanto fenômeno social, e do cangaceiro Antonio Silvino enquanto excelente elemento de síntese explicativa do mesmo tornou-se oportuno aproximar-se do objeto.

Mas é com a compreensão da República enquanto projeto de construção de um “novo” Brasil, por meio de um golpe, que começamos a penetrar a questão das múltiplas temporalidades. Demonstramos como, em Pernambuco, os ecos da proclamação da República foram diminutos e

²⁶⁶ *Jornal de Recife*, 30 de novembro de 1914.

²⁶⁷ *A Província*, 01 de dezembro de 1914.

que, em seus primeiros anos, grupos políticos passaram a duelar pelo poder político e de construção narrativa dos acontecimentos.

Com as oligarquias estaduais estabelecidas e os governos republicanos, em escala federal, alcançando certo grau de estabilidade, a cidade de Recife, espaço privilegiado da pesquisa, inicia o século XX em efervescente clima de transformações políticas, econômicas e sociais, embebidas no sonho de modernização europeizante. Nesta cidade, no entanto, múltiplos olhares eram construídos sobre o regime, aos quais, a partir do recorte proposto pela pesquisa, apresentamos a visão dos periódicos recifenses e da literatura produzida pelo poeta Leandro Gomes de Barros.

Enquanto os jornais recifenses, observados de forma mais profunda o *Diário de Pernambuco* e *A Província*, funcionavam como tribuna para os embates políticos, posicionando-se conforme a conveniência, a literatura de Leandro Gomes de Barros, comercializada a baixo custo, erguia-se como voz dissonante e indica a existência de uma objeção, por parte de parcela da população, à República. O poeta expõe a falsidade das eleições, a injusta política de impostos e, a partir de seu espaço de fala, a degradação moral trazida pela República, por meio do abandono de hábitos e costumes tradicionais.

Longe da capital, no sertão pernambucano, local onde se desenvolveu o cangaço, outra experiência temporal republicana é apresentada, onde o código de leis se choca e, por vezes, é sobreposto pela cultura local. Diferente, mas não ausente, o sertão é parte do processo de consolidação da República e, neste espaço, o cangaceiro Antonio Silvino atuou durante os anos 1897 e 1914, quando fora preso e trazido, como um troféu, para Recife.

O entrecruzamento da experiência vivida pelo cangaceiro, o olhar dos periódicos para este guiado pela disputa pelo controle da política estadual e a posição de admiração a personagem do interior por aquele que não consegue sentir-se parte do regime republicano são, invariavelmente, diferentes facetas da vivência humana na Primeira República. Compreender, portanto, a constituição desta, em si, torna-se basilar para o entendimento desta heterogeneidade das experiências do tempo.

A percepção panorâmica destes múltiplos tempos existentes no interior da Primeira República, assim como dos múltiplos espaços no interior de Recife, será essencial para o estudo das representações construídas sobre o cangaceiro Antonio Silvino nos periódicos recifenses e na literatura de Leandro Gomes de Barros, tendo preparado o terreno para as análises apresentadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

JORNAIS, EDITORES E RIVALIDADES POLÍTICAS:

A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DO CANGACEIRO ANTONIO SILVINO NOS PERIÓDICOS *DIÁRIO DE PERNAMBUCO E A PROVÍNCIA*

Caricatura publicada na edição 00332, de 03 de Dezembro de 1914, no jornal *A Província*.



“É longa e ensanguentada a vida do famoso bandido de que sempre nos ocupamos, sinistra e hedionda encarnação de todos os horrores. Cruel e vingativo, covarde e traiçoeiro, a lenda sertaneja empresta-lhe uns rasgos da audacia de Musolino ou da bravura de Bellacossia e cria em torno do seu nome uma atmosfera de sympathias [...]. A curta existencia de Antonio Silvino – um rapaz de vinte e oito a trinta annos – se divide em scenaslugubres de tragedia, em capítulos de romance pavoroso [...]. Ninguem sabe a que algarismo attingem os assassinatos e violências de toda a especie do grupo de Antonio Silvino, a partir do Teixeira em 1896 á sua visita em Nazareth, na última quinzena de fevereiro de 1904”.

Reportagem publicada na edição 00050, de 03 de Março de 1904, no jornal *A Província*.

A imprensa no Brasil, em sua constituição, encontra-se umbilicalmente ligada à política²⁶⁸. É inegável a ausência de neutralidade nos discursos, assim como a presença de jogos de poder e da política em quaisquer representações elaboradas, travando-se uma luta simbólica pela construção narrativa. Mesmo com a ressalva, é importante indicar que os periódicos brasileiros, no entanto, apresentavam-se, literalmente, como meio para propagação de ideias e anseios, de modo que jornais situacionistas e oposicionistas colocavam a letra impressa como arma poderosa nos embates políticos.

Tendo como elemento essencial a notícia, “definida classicamente como o relato ágil do cotidiano”²⁶⁹, os jornais recifenses tiveram o cangaceiro Antonio Silvino como material noticioso disponível. Estando no cangaço entre os anos de 1897 e 1914, vivendo de seus crimes no sertão de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, as folhas diárias, em Recife, não deixavam de falar sobre sua existência, informando crimes, trocas de tiro com forças policiais ou populares, prisões de membros do bando ou mesmo boatos envolvendo-o.

Os jornais, no entanto, ainda que relatando o cotidiano, não são reservatórios dos fatos; apresenta uma representação do real, a partir de seu lugar de enunciação. Deste modo, quando transformamos os periódicos em fonte histórica, a notícia passa a ser analisada tomando por base o grupo que o edita, as redes de sociabilidade, as intenções explícitas ou implícitas, “seus usos e finalidades”²⁷⁰, de modo que as notícias veiculadas pelos jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província*, que em alguma medida tinham o cangaceiro Antonio Silvino como ponto de referência, tratam-se, efetivamente, das representações da realidade construídas pelos grupos sociais que as produziram.

Neste sentido, este capítulo buscará compreender as representações construídas tendo o cangaceiro Antonio Silvino como base, abarcando um recorte temporal específico: o período em que Francisco de Assis Rosa e Silva, oligarca dominante em Pernambuco, esteve como proprietário do jornal situacionista *Diário de Pernambuco*, entre os anos 1901 e 1911, tendo o periódico *A Província* como seu principal opositor. Buscaremos, assim, tomar a imprensa escrita, representada

²⁶⁸ COHEN, Ilka Stern. Diversificação e Segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 104.

²⁶⁹ PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 40.

²⁷⁰ SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. S. T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 61.

pelos jornais citados, para além do seu papel de registro diário, entendendo-a como participantes do processo histórico, ingredientes vivos do mesmo²⁷¹.

Deste modo, as representações, espaço de luta, se oferecem enquanto ponto crucial para compreender as tensões políticas que envolviam os grupos que orbitavam estas folhas diárias. Neste sentido, será analisado o conturbado contexto político no início da República e o modo como a imprensa recifense, ainda que experimentando um processo de modernização da produção e apresentação dos periódicos, constituía-se enquanto ambiente privilegiado para as disputas pelo poder, sendo suas edições como que a representação de uma trincheira, em que as palavras eram armas para o domínio das representações diante da opinião pública.

Em um primeiro momento, buscaremos olhar para os jornais em si, observando sua materialidade e as possibilidades de compreender o público que se encontrava no horizonte de expectativas dos periódicos, assim como outras questões que desta decorrem. Posteriormente, a partir da história dos jornais e seus proprietários, traçaremos uma linha editorial, pautada no posicionamento destes no jogo político pernambucano. Diante deste aporte inicial, partiremos para a análise das representações construídas sobre o cangaceiro Antonio Silvino nos jornais investigados, tendo como chave analítica as disputas políticas pelo poder estadual.

2.1. A linha editorial: entre o público a alcançar e os correligionários a legitimar

Todo periódico possui a sua linha editorial, ainda que de modo implícito. Ela é o filtro que norteia a construção da identidade do jornal, sendo, empiricamente, “a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo”²⁷². Deste modo, trata-se de um crivo presente em cada jornal, pelo qual é selecionado o que publicar, quais assuntos privilegiar, quais personagens destacar, ofuscar ou omitir. A linha editorial, portanto, traduz a “escolha dos acontecimentos a ser valorizados, ao ângulo sob a qual os cobrir”²⁷³.

Em outra esfera, ela também expressa o conflito entre os interesses políticos e comerciais da instituição com os anseios e expectativas dos leitores. Indubitavelmente, os jornais possuem visões políticas que influem na seleção e modo de apresentar os acontecimentos; no entanto, não é possível desprezar o fato de que a existência de uma empresa jornalística só é possível no momento em que

²⁷¹ DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução Imprensa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15.

²⁷² MELO, José Marques. *Jornalismo Opinativo*. Campos do Jordão-SP: Mantiqueira de Ciência e Arte Ltda, 2003, p. 75.

²⁷³ NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 77.

exista um público para ler suas edições. Os leitores, e seus anseios, deste modo, também entram na equação que atua na triagem de que, quando e como observar.

Não há uma preponderância de um sobre o outro. O leitor, em certa medida, comunga ideias expressas no jornal que lê, ao passo que as ideias políticas que influenciam as escolhas são, em si, também suas. O jornal, portanto, canaliza comercialmente – mas também buscando adquirir frutos no cenário político – um determinado grupo que tem determinados anseios e expectativas.

Sem prevalência entre os dois polos, política e público são elementos que fecham o círculo que podemos chamar de linha editorial. Em vista disso, compreender estas duas pontas torna-se elemento primaz para compreender as folhas noticiosas em análise, compreendendo os meandros de sua linha editorial e a atuação desta no modo como o cangaceiro Antonio Silvino é por eles representado.

2.1.1. Os leitores de periódicos em Pernambuco: aproximando-se do público

As representações construídas pelos periódicos *Diário de Pernambuco* e *A Província* sobre o cangaceiro Antonio Silvino, assim como inúmeros outros temas abordados em suas páginas, não podem ser entendidas enquanto elementos isolados da sociedade em que se encontram inseridas. Enquanto discursos que conferem legibilidade ao mundo, elas existem no interior do grupo que as constrói, tornando-se basilar ter uma noção do público dos jornais, como meio de compreender melhor as representações que neles poderemos observar.

Estas, no entanto, não podem ser apreendidas apenas por meio do componente textual que a expressa, sendo essencial observar a importância da materialidade para a sua construção. O suporte que possibilita a materialização possui dupla importância, ao passo que, em si, atua na construção das representações, mas também contribui para aproximarmos do público com quem os periódicos dialogam e partilham determinada forma de enxergar a vida e o mundo que os circunscreve.

O primeiro ponto a ser observado, e que por vezes passa despercebido, é a identificação dos periódicos. A designação pode revelar muito sobre os mesmos, indicando intenções, horizonte de expectativas e até mesmo o público que deseja atingir. Neste sentido, os títulos dos periódicos em análise, de modo evidente, apontam para sua especificidade local, com olhar para o Estado.

Como o próprio nome define, o *Diário de Pernambuco* é um jornal que se propõe a registrar todos os dias os acontecimentos de Pernambuco. Ainda que notícias de outros estados, assuntos nacionais e internacionais também aparecessem no periódico, assim como tivesse, em seu

cabeçalho, a inscrição “assignatura para todo o Brasil”, é na especificidade pernambucana que se encontra sua linha editorial.

Esta percepção fica ainda mais evidente quando olhamos o conteúdo no interior do periódico – o que demonstraremos, de modo mais aprofundado, quando trabalharmos as inserções nas páginas do jornal referentes ao cangaceiro Antonio Silvino e sua evidente defesa dos interesses políticos de seu proprietário, Francisco de Assis Rosa e Silva –, mas também ao percebermos editais do governo estadual, geralmente presentes na quarta página, dedicada às publicações oficiais ou prestações de conta de municípios do interior²⁷⁴, elementos que apontam para a particularidade local.

Mesmo não contendo subtítulo, a inscrição “Fundado em 1825”, utilizada até 1907, substituída pela epígrafe “Jornal mais antigo em circulação na América Latina”, parecem indicar a longevidade do jornal e, em alguma medida, confere uma áurea de credibilidade por meio do uso da memória social de longa data. O jornal era dono de uma história, tinha um lastro temporal que lhe concedia moral e que o revestia de credibilidade.

Em sua identificação, o jornal *A Província*, tal como seu concorrente, traz em seu nome a indicação de tratar-se de um periódico com foco estrito nas demandas estaduais. O título remete ao termo para as subdivisões administrativas do período imperial. As províncias, com a proclamação da República, passaram a ser denominadas de estados, mas o título do periódico não se alterou. Esta manutenção indica, do mesmo modo que observamos no *Diário de Pernambuco*, o desejo de fazer uso do peso de uma determinada memória social, construída a partir da história deste periódico e dos sujeitos que o forjaram e o formavam.

Sujeitos que, no período imperial, fizeram deste periódico o *Órgão do Partido Liberal* e que, com a proclamação da República, mesmo suprimindo o subtítulo, com a desintegração partidária proveniente da implantação de um novo regime, mantiveram sua participação na arena política pernambucana, em especial seu fundador e líder José Mariano Carneiro da Cunha e seu amigo José Maria de Albuquerque Melo.

O peso da história, neste sentido, por ter narrado e mesmo participado da história pernambucana e nacional – *A Província* noticiou, por exemplo, o declínio da sociedade escravista e, seu líder, José Mariano Carneiro da Cunha, deste processo participou ativamente²⁷⁵ –, concede

²⁷⁴ Inúmeras edições poderiam ser colocadas como exemplo. Citamos aqui, no entanto, a edição 00042, de 1911, pois no quadro de receitas e despesas consta “despesas com diligencia á paisana, em auxílio á força publica, em perseguição de Antonio Silvino... 52\$570”. Ver: *Diário de Pernambuco*, 12 de Fevereiro de 1911.

²⁷⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. O partido liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-88. *Clio - REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA*, N. 23, 2005, p. 13.

confiabilidade ao editorial, ao indicar não se tratar de aventuras editoriais, mas de uma imprensa profissional e, a seu modo, moderna.

Similaridade também observada na periodicidade de suas edições. Tal como *A Província*, o *Diário de Pernambuco* apresentava publicação diária, com exceção da segunda-feira. No dia 09 de maio de 1910, os dois periódicos incluíram a segunda-feira, passando a publicar efetivamente em todos os dias da semana. Tal situação indica, de modo evidente e manifesto, o forte teor de concorrência entre estes dois jornais. A tensão constante entre as duas redações indicava que os movimentos de um seriam, instantaneamente, respondidos pelo outro, em uma dinâmica de antagonismo editorial e comercial.

A de jornal diário inseria-os entre as publicações jornalísticas daquilo que podemos chamar de grande imprensa. Apesar de definição controversa, colocamos estes periódicos por conta de sua capacidade de manter sequência constante de edições, uma equipe profissional trabalhando para tal, com aparelhamento técnico, organizacional e financeiro que garanta a sua perenidade²⁷⁶. Mas a periodicidade revela muito mais que esta questão possibilitando uma reflexão sobre o próprio ofício que o jornal materializa.

Neste sentido, a periodicidade diária dos periódicos reflete uma característica do discurso jornalístico em si, enquanto “produto genuíno da sociedade moderna e industrial”²⁷⁷ em que o processo comunicativo encontra-se baseado na informação transmitida. A ênfase na informação, própria da comunicação jornalística, suprime características essenciais da narratividade, colocando-se como “autoexplicativa”, sem necessidade de interpretação e com aparência do “puro em si”, da verdade autorreferente²⁷⁸. Assim, por meio deste efeito de verdade, os periódicos buscam, a partir de um conjunto fragmentado de informações efêmeras preparadas para consumo imediato, a sustentação temporal de um discurso específico, sedimentando representações do mundo a partir de seus posicionamentos.

Em vista disso, os títulos e a periodicidade dos periódicos permitem vislumbrar, de forma preliminar, seus espaços de circulação e uma percepção inicial da linha editorial dos mesmos. Ainda que tenha público fora do estado de Pernambuco, é essencialmente para os pernambucanos que estão endereçados e, diante disto, a linha editorial encontra-se umbilicalmente ligada às disputas

²⁷⁶ DE LUCA, Tania Regina. *A Grande Imprensa na primeira metade do século XXI*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 149.

²⁷⁷ PIVETTI, Michaela. *Planejamento e Representação Gráfica no Jornalismo Impresso: a linguagem jornalística e a experiência nacional*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, 2006, p. 44.

²⁷⁸ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 203-205.

políticas locais. Assim, estes elementos indicam, principalmente, uma tensão entre ambos, enquanto representantes de grupos políticos específicos. Esta rivalidade entre o *Diário de Pernambuco* e *A Província* é demonstrada a partir do foco em assuntos estaduais, no apego à memória social e temporal de ambos e na periodicidade idêntica – mesmo na ampliação da publicação nas segundas-feiras. Deixa evidente, no entanto, que, ainda que houvesse circulação fora de Pernambuco, o horizonte de expectativa era o público pernambucano.

Em outra esfera, o cabeçalho de apresentação também indicia aspectos importantes. Observando o *Diário de Pernambuco*, entre os anos 1902 e 1911, praticamente não houve alterações, sendo a única ocorrida em 1908, quando a epígrafe “fundado em 1825”, abaixo do título, foi substituída por duas inscrições: do lado esquerdo, abaixo do título, aparece “Jornal mais antigo em circulação na América Latina” e no lado direito, abaixo do título, aparece “Fundado em 7 de novembro de 1825”, como pode ser visto na imagem seguinte.

Imagem 05 – Cabeçalho do Diário de Pernambuco



Fonte: edição 02/1908, de *Diário de Pernambuco*²⁷⁹.

Para além da epígrafe anteriormente citada, o cabeçalho aparece dividido em duas partes. Na parte superior, o título do jornal, em letras bem grandes, junto à idade do jornal, com o preço avulso – “número do dia 100 réis” – no canto esquerdo e a indicação do número da edição, com o preço dos números atrasados – “número anterior 200 réis” – no extremo oposto. Na parte inferior, por sua vez, apresenta no canto esquerdo o preço para todo o Brasil – 30\$000 anual e 16\$000 semestral –, seguido pelas informações centralizadas da cidade e data, com o nome do redator chefe, Arthur Orlando, logo abaixo, com a indicação da “propriedade do Dr. F. A. Rosa e Silva” no canto direito.

Quando observamos o jornal *A Província*, entre os anos 1900 e 1911, não há transformações significativas no cabeçalho de suas edições, sendo estas mudanças na ordem do lugar em que

²⁷⁹ *Diário de Pernambuco*, 03 de janeiro de 1908.

aparecem determinadas informações²⁸⁰, acréscimo de dados²⁸¹ ou em relação aos valores²⁸². As alterações não mexem com a estrutura central de apresentação do periódico, que pode ser visto na imagem abaixo.

Imagem 06 – Cabeçalho do jornal *A Província*



Fonte: edição 01/1909, de *A Província*²⁸³.

Tal como o *Diário de Pernambuco*, o cabeçalho do jornal *A Província* encontra-se dividido em duas partes: na parte superior são indicados, no canto esquerdo, estado e país, tendo centralizado informações de localidade e data da publicação e, no canto direito, a idade do periódico, junto ao número da publicação em relação ao ano corrente; logo abaixo, centralizado, o título, em letras garrafais, com o preço da assinatura por três e seis meses – 6\$000 e 12\$000, respectivamente –, seguido do endereço do jornal e do preço do “Número do dia 100 réis” no canto esquerdo, com o preço da assinatura para fora da capital e para fora do país – 14\$000 o semestre e 27\$000 o ano, para fora da capital, e 18\$000 o semestre e 36\$000 o ano para fora do Brasil – seguido, abaixo, pelo preço do “Número atrasado 200 réis”.

Quando analisamos comparativamente os dois cabeçalhos, dois elementos nos chamam a atenção: o preço das assinaturas e a variedade do valor destas a depender do local de moradia do assinante. O *Diário de Pernambuco*, de propriedade de Francisco de Assis Rosa e Silva, oligarca dominante no estado, era o órgão oficial do governo estadual, de modo que não precisava de grandes esforços para competir no preço ou preocupar-se com assinaturas em outras localidades fora da capital e os custos decorrentes desta.

A disposição gráfica nos possibilita ampliar o olhar para a questão. Apresentando suas edições, ordinariamente, com quatro páginas e, quando necessário, suplemento complementar, a

²⁸⁰ A idade do periódico, presente, entre os anos 1900 e 1904, no canto direito, a partir de 1905 passa a figurar junto às informações de data e local, centralizado, retornando para o canto direito em 1909.

²⁸¹ A partir de 1909, no canto esquerdo superior aparece “PERNAMBUCO-BRAZIL”, o que não acontecia anteriormente, quando apenas o estado era citado.

²⁸² Em 1909, além dos valores para assinantes que moram na capital e fora da capital, foi inserido para estrangeiros, sendo cobrado 18\$000 o semestre e 36\$000 o ano. Os valores ficaram inalteráveis entre 1900 e 1910, quando, em 20 de Novembro o preço anual para assinantes de fora da capital subiu de 27\$000 para 28\$000.

²⁸³ *A Província*, 01 de janeiro de 1909.

diferença entre situacionistas e opositoristas manifestava-se, essencialmente, na tecnologia gráfica, uma vez que o *Diário de Pernambuco* era publicado, já antes do recorte temporal analisado, em oito colunas, enquanto *A Província* somente em 1909 alcançou melhoramento técnico para fornecer este formato, situação que provavelmente apresentava ligação com uma segurança financeira maior para o periódico situacionista e que possibilitou seus avanços tecnológicos.

Percebemos, portanto, que o acordo para tornar o *Diário de Pernambuco* o órgão oficial do governo estadual, condição para que o estado fizesse uso de suas páginas para publicações administrativas, significava, na prática, em dinheiro perenemente circulando no caixa, o que permitia uma menor preocupação com o preço para seus assinantes, assim como possibilitava investimentos para uma melhor qualidade em suas edições.

Enquanto órgão de imprensa declaradamente opositorista, *A Província* não podia agir da mesma forma. Colocamo-nos taxativos neste ponto a partir da observação, ainda que não aprofundada, de outros dois periódicos de grande circulação, em Recife, no mesmo período: o situacionista *Jornal de Recife* e o opositorista *Jornal Pequeno*²⁸⁴. Enquanto o *Jornal do Recife* apresentava valores iguais ao do *Diário de Pernambuco* para assinantes da capital e um preço 50% mais caro para fora do país, o *Jornal Pequeno* apresentava valor idêntico ao jornal *A Província*. Não nos parece haver relação entre o poder aquisitivo dos leitores que os periódicos queriam alcançar e o preço que eram vendidos. Parece-nos evidente, por outro lado, que o fato de estar na oposição forçava os jornais, e *A Província* em específico, a baixar os preços, como meio de tentar apresentar-se competitivamente no mercado noticioso no estado e fazer com que seu olhar para a realidade estadual e, principalmente, as críticas aos que estavam no poder, alcançasse mais leitores, preocupação longe dos horizontes daqueles que tinham no governo uma fonte de renda e a certeza de uma relativa segurança para as questões econômicas da empresa de comunicação.

Em outra esfera, um aspecto externo aos periódicos não deve ser descartado. O mundo dos que tinham algum acesso às letras pode nos conceder pistas valiosas que indiquem o público principal destes periódicos. Neste sentido, ainda que seja uma documentação produzida em período posterior ao recorte temporal em análise, os dados produzidos pelo governo brasileiro no recenseamento de 1920²⁸⁵ são essenciais para ampliarmos a compreensão sobre o ponto em pauta.

Apenas para tomarmos como base de análise, o estado de Pernambuco contava com uma população de 2.154.835, sendo 238.843 destes, habitantes da capital. Em escala estadual, o número

²⁸⁴ WIESEBRON, 1996, p. 82.

²⁸⁵ BRASIL. Recenseamento de 1920, V. 4, 1ª Parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926. BRASIL. Recenseamento de 1920, V. 4, 4ª Parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1929.

de alfabetizados aproximava-se de 18%, contando com 384.533 habitantes nesta situação, mas, ao retirarmos destes números os pertencentes ao município de Recife o índice cai para menos de 14%, enquanto a capital registrava 51% de seus moradores com algum nível de alfabetização. Diante destes dados, parece-nos verossímil que o público prioritário dos jornais se encontrava na capital, local em que as disputas políticas mais acaloradas se desenrolavam – funcionando os jornais como motivadores de protestos e manifestações – e, principalmente, que a proposta de modernização, tanto urbana quanto dos costumes sociais – sendo a comunicação jornalística, em alguma medida, um símbolo desta modernidade –, alcançava êxito mais imediato em parte da população.

Podemos afirmar, no entanto, com segurança, que havia, sim, uma circulação pelo interior, o que podemos perceber a partir de “publicações a pedido”, em ambos os jornais, respondendo, por meio de carta, publicações de outros periódicos²⁸⁶, acusando jornais de posição política contrária²⁸⁷ ou endereçada para aquele que a carta fora enviada²⁸⁸, seguramente havendo circulação entre as esferas mais abastadas da sociedade interiorana, para as quais as intrigas políticas que se desenrolavam na capital movimentavam as relações clientelísticas em suas zonas de influência.

Outra diferença pode ser vista quando olhamos o conteúdo presente na primeira página, local prioritariamente político e noticioso nos dois jornais em análise. Parece-nos, no entanto, que a primeira página indicia a preocupação do jornal *A Província* em vender suas edições, pensamento que não parece estar no horizonte de preocupações do *Diário de Pernambuco*: traduções inéditas de obras literárias. Esta tendência de inserção da literatura no jornal *A Província* precede o período em análise; de qualquer modo, no ano de 1900, aos domingos, na primeira coluna, mantinha-se uma seção fixa, intitulada “Folhetim”, onde era publicado capítulos da obra traduzida²⁸⁹. Em 1902 e

²⁸⁶*A Província*, 13 de Setembro de 1904; *Diário de Pernambuco*, 08 de Novembro de 1904.

²⁸⁷*A Província*, 10 de Maio de 1904; *Diário de Pernambuco*, 17 de Maio de 1904.

²⁸⁸*A Província*, 11 de Julho de 1903; *Diário de Pernambuco*, 03 de Maio de 1904.

²⁸⁹ Neste ano, frequentaram a seção “Folhetim” a obra “A Cabrita” e sua continuação, intitulada “O segredo do Dr. Roussele”, do escritor francês Ponson du Terrail.

1903, a presença literária foi amplificada, passando a ser quase que diária – não sendo possível dizer que acontecia diariamente, pois em alguns dias, sem mais explicações, esta não aparecia²⁹⁰.

A relação entre a literatura e os jornais não era uma exclusividade do periódico pernambucano. Tradição na imprensa escrita brasileira, suavizando as linhas densas dos jornais noticiosos, funcionava, em verdade, como um caminho de mão dupla: para os autores, significava a possibilidade de ganhar dinheiro a partir da divulgação de sua obra; para os jornais, a literatura era uma aliada para a ampliação de seu público leitor²⁹¹.

Deste modo, a presença literária no jornal *A Província*, em si, já indicia a preocupação em alcançar um público específico. Mas a ausência de literatura brasileira nos chama a atenção e parece estar ligada a um fetiche pela “cultura francesa”. O processo de modernização executado na cidade de Recife, no início do século, propunha uma readequação urbana, assim como dos costumes, de modo que junto à esta veio a predileção feminina pelo jeito europeu de se vestir, especialmente a moda francesa²⁹². Quando observamos a ausência de literatura brasileira e a prevalência, entre os livros publicados em *A Província*, de escritores franceses²⁹³, perceberemos o foco em um público específico: a alta sociedade recifense, desejosa dos ares modernos e dos ideais de liberdade que os franceses pareciam espelhar.

Imagem 07 – Trecho de “As novas aventuras de Arsene Lupin”, de Maurice Leblanc.



Fonte: publicado em formato de folhetim no jornal *A Província*²⁹⁴.

²⁹⁰ Em 1902, o folhetim “O Homem Invisível”, do escritor britânico H. G. Wells, fora publicado diariamente, a partir de uma tradução própria do jornal, entre o dia 01 de Janeiro e 16 de Fevereiro. A partir de 09 de Março de 1902, começou a publicação de “O Homem das Savanas”, do francês Louis Noar, concluindo em 30 de Abril. A partir de 07 de Maio começa a publicar a tradução própria de “Uma Aposta”, do escritor francês Victor Cherbuliez, concluindo em 31 de Julho. A partir de 02 de Agosto, deu-se início ao folhetim “Barra-de-Ouro”, do escritor francês Alfred Assolant, concluindo em 02 de Outubro. No dia seguinte, 03 de Outubro, deu início à publicação de “A Inglezinha”, novamente de Victor Cherbuliez, concluindo em 14 de Janeiro de 1903. O folhetim “A camondongo”, mais uma obra do escritor francês Victor Charbuliez, começou sua publicação em 15 de Janeiro, concluindo em 25 de Março. Em 29 de Março, iniciou “As Rochas Brancas”, do escritor franco-suíço Édouard Rod, concluindo em 15 de Julho de 1903. No dia seguinte, 16 de Julho, “As Proezas de Ladislau Bolski”, mais uma obra de Victor Charbuliez, concluindo em 07 de Fevereiro de 1904, sendo que, na parte final da obra, a publicação passou a ocorrer somente aos domingos.

²⁹¹ FARIAS, Virna Lúcia Cunha de. *Machado de Assis na imprensa do século XIX: práticas, leitores e leituras*. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras/Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2013, p. 37-38.

²⁹² MARQUES, Francisco Claudio Alves. Peias e Espartilhos: sátira popular à moda francesa na Primeira República. *Boitatá*, Londrina-PR, v. 9, n. 17, p. 147-148, jan./jun. 2014a.

²⁹³ Entre os anos 1900 e 1911, encontramos cinco escritores franceses - Ponson du Terrail, Louis Noar, Victor Cherbuliez, Alfred Assolant e Maurice Leblanc -, o britânico H. G. Wells e o franco-suíço Édouard Rod.

²⁹⁴ *A Província*, 01 de Janeiro de 1910.

Assim, além de vender a assinatura em preços mais baixos, a inserção social enquanto periódico político, mas também literário, leva-nos à hipótese de um duplo objetivo: permitia tanto a chegada de sua forma de enxergar as intrigas políticas estaduais para um público mais amplo, quanto trabalhava no sentido de construir uma autoimagem – e, conseqüentemente, para os sujeitos que amplificavam sua voz agrupando-se neste periódico – moderna e alinhada aos padrões europeus desejados pela sociedade.

Ao destinar espaço à literatura estrangeira, dos países considerados modernos, *A Província* construía uma representação de si, colocando-se como alinhada à visão moderna do mundo, marcando uma diferença em relação ao periódico concorrente, preso ao antiquado apego à densidade noticiosa. Os políticos ligados à oligarquia rosista e, por conseguinte, ao *Diário de Pernambuco*, eram os responsáveis pela execução do projeto de modernização, restando para *A Província* colocar-se como representante cultural desta.

O ideal modernizante não pode ser negligenciado, sendo elemento essencial – ao lado da República e as disputas locais pelo domínio político – para a análise dos periódicos da época e, conseqüentemente, para as representações do cangaceiro Antonio Silvino. O projeto de modernização da capital, abordado no primeiro capítulo, era elemento chave nos periódicos, que tanto apoiavam as reformas como buscavam romper e condenar tudo que pudesse ser associado ao Antigo Regime brasileiro²⁹⁵. Deste modo, *A Província* buscava colocar-se como baluarte da modernidade e, mesmo fazendo oposição aos políticos que colocavam as reformas em prática, tentava construir sua imagem de republicano e moderno, antenado às novidades francesas.

Se *A Província* mantinha a seção “Folhetim” de modo perene em um espaço de tempo longo, não podemos dizer o mesmo sobre outras seções, tais como “Cartas Fluminenses”, assinada por Gonçalves Maia e publicada entre 1901 e 1902, ou a “Columna Religiosa”, sob a responsabilidade de uma associação religiosa, em 1903. Já o *Diário de Pernambuco*, por sua vez, apresentou perenidade em seções específicas, que atravessaram a primeira década, sendo publicadas de modo constante entre 1903 e 1911, sem registro de quem estava responsável por elas²⁹⁶. Com esta constância editorial, o *Diário de Pernambuco* aparentava maior solidez, possivelmente trabalhando para construir sua imagem – e, tal como *A Província*, dos sujeitos que nele orbitam – de austeridade, sobriedade e organização.

²⁹⁵ SEVENCKO, 2003.

²⁹⁶ Destacamos as seções “Telegramas”, “Reportagem” e “Várias”, com publicações ininterruptas no período em análise.

Estas características, presentes no jornal *Diário de Pernambuco*, apontam para o componente conservador, próprio da folha governista desde os tempos do Império. Com esta representação de si, demonstra uma característica para lidar com a jovem República brasileira, cheia de momentos turbulentos, indicando aos leitores, ainda que em suas entrelinhas, que para governar um estado como Pernambuco, com forte tradição de luta – como abordado no primeiro capítulo –, e levá-lo à modernidade desejada, um governo forte e conservador seria o mais indicado.

Enquanto nos casos até agora descritos ficou patente diferenças entre os dois periódicos, há uma característica visível em ambos os jornais, quando analisamos onde apareciam as menções a Antonio Silvino nas edições em que esteve presente: em geral, não aparece em seções fixas ou, caso apareça, sem indicação de quem escreve. Deste modo, os jornais mantinham parte significativa de seus escritos sem identificação, indicando tratar-se de responsabilidade da equipe como um todo. A preponderância dos escritos não assinados sobre o cangaceiro nos levou à análise do material tendo como foco a “linha editorial”, sem preocupar-se com particularidades relacionadas ao problema da autoria.

No início do século, em Recife, o jornal era essencialmente escrito. Tanto o *Diário de Pernambuco* quanto *A Província* não apresentavam, comumente, imagens, o que só vinha a acontecer em ocasiões especiais²⁹⁷ ou no espaço destinado à publicidade. Deste modo, os periódicos analisados são textuais e densos, no sentido de, mesmo com espaço para literatura ou temas triviais, a letra é preponderante.

Esta hegemonia da letra combinava textos longos – como na descrição de depoimentos de cangaceiros do bando de Antonio Silvino que foram presos²⁹⁸, nos relatos detalhados de crimes cometidos pelo bandido errante²⁹⁹ e vitórias do Estado³⁰⁰, com textos curtos, pequenas notas informativas sobre um acontecimento³⁰¹ ou suspeita³⁰². De qualquer modo, torna-se evidente a ausência de imagens, uma vez que só veremos fotos de Antonio Silvino em reportagens relacionadas à sua prisão, em momento que supera o recorte em análise, de modo que a representação do mesmo é feita exclusivamente pelo material escrito.

²⁹⁷ No domingo, 27 de setembro de 1903, *A Província* publicou uma edição especial, com oito páginas. A primeira delas, totalmente dedicada a Santos Dumont, com imagens ilustrativas, como uma foto de busto, uma caricatura publicada no jornal francês *Motin* e um desenho de sua “máquina voadora”, assinado pelo jornal *A Província*. Ver: *A Província*, 27 de setembro de 1903.

²⁹⁸ *Diário de Pernambuco*, 29 de março de 1906; *A Província*, 29 de março de 1906.

²⁹⁹ *A Província*, 26 de outubro de 1904.

³⁰⁰ *Diário de Pernambuco*, 28 de janeiro de 1906.

³⁰¹ *A Província*, 14 de outubro de 1906.

³⁰² *Diário de Pernambuco*, 06 de outubro de 1907.

A publicidade, por sua vez, consumia boa parte das páginas dos jornais. Nestas, ainda que não em grande número, as imagens aparecem como recurso. Mesmo existindo imagens, ainda veremos a preponderância do escrito, estando esta situação ligada às características gerais dos anúncios, com teor predominantemente sério. A ausência de imagens, seja no corpo do jornal ou nos anúncios publicitários, pode ser explicada pelo alto preço dos clichês, a escassez de oficinas de gravura e profissionais para a execução deste trabalho³⁰³.

Imagem 08 –Peças publicitárias.



Fonte: à esquerda, publicação do jornal *A Província*³⁰⁴, à direita, do jornal *Diário de Pernambuco*³⁰⁵.

No jornal *A Província*, assim como no *Diário de Pernambuco*, não há publicidade na primeira página, começando a aparecer, de modo sortido, na segunda. Na folha governista, a terceira página é totalmente reservada para tal e a quarta destinada a uma série de editais e publicações oficiais do governo estadual e de alguns municípios – que também apareciam nas páginas anteriores. No noticiário de oposição, terceira e quarta páginas são espaços comprados no jornal por anunciantes. Deste modo, ao reservar uma página para publicações oficiais, o *Diário de Pernambuco* demonstrava, claramente, ter vendido o espaço para o governo, tal qual *A Província* vendia para inúmeros anunciantes.

Apesar de existir uma gama extremamente diversificada no interior do espaço publicitário – divulgando livrarias, teatros, negócios locais, entre tantas outras coisas –, é possível verificar uma tendência de venda do espaço publicitário para remédios, produtos de beleza e higiene. Tal situação apresenta ligação evidente com os ideais de modernidade, difundidos entre a parcela mais rica da

³⁰³ SODRÉ, Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 323-324.

³⁰⁴ *A Província*, 16 de janeiro de 1909.

³⁰⁵ *Diário de Pernambuco*, 28 de março de 1909.

sociedade recifense no início do século, sendo, portanto, mais um indício do público consumidor destes periódicos.

A quantidade de espaço destinado à propaganda, muito maior que o espaço reservado às notícias, artigos de opinião e textos literários, indicia que a principal fonte de renda destes jornais estava na venda de espaço em suas edições. Neste sentido, podemos perceber que, mesmo sendo periódicos com posições políticas assumidas, funcionando às vezes de palanque político, a existência constante no tempo só é possibilitada pelo funcionamento do jornal enquanto empreendimento empresarial. Neste sentido, os jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província* não eram meramente jornais políticos, tribuna para seus proprietários e os grupos que nele orbitavam, espaço da situação e da oposição na política pernambucana, mas, antes, um capital financeiro que possibilitava a construção de um capital social, a partir da construção de representações de si e do outro, dando a ler uma maneira de enxergar o mundo.

Percebemos, portanto, em linhas gerais, que estes aspectos materiais, combinados a compreensão da sociedade em que o suporte se encontra inserido, nos ajudam a aproximar-se do público destes periódicos. Ambos, sem dúvida, tinham como horizonte de expectativa um público pernambucano, preponderantemente da capital, Recife; mas não exclusivamente os recifenses, provavelmente alcançando os membros de uma elite interiorana, para a qual as disputas políticas que se desenrolavam na capital do estado geravam eco.

Do mesmo modo, ambos olhavam para a elite letrada e que ansiava a aparência da modernidade europeia, de forma que concordavam com estes ideais; mas, neste ponto, apresentavam distinções: enquanto *A Província*, com preocupações de preço – tanto para tornar-se competitivo no mercado noticioso local, como para conseguir proliferar sua mensagem de crítica e denúncia–, buscava atrelar sua imagem às novidades europeias, essencialmente francesas, o *Diário de Pernambuco* se construía enquanto órgão conservador, condição necessária para governar o estado nesta recente e turbulenta história republicana brasileira.

Com este público consumidor sob perspectiva, estes periódicos agrupavam personagens de grande relevância na cena política e intelectual pernambucana, desde o fim do Império, situação que era crucial para suas concepções ideológicas e que acabava moldando suas linhas editoriais. Assim, torna-se importante percebermos os indivíduos que se encontravam agrupados nestes periódicos, tomando por destaque seus líderes ou proprietários, fazendo destes jornais elemento de destaque na cena política de Pernambuco.

2.1.2. Dois periódicos de destaque na cena política de Pernambuco: proprietários e agentes sociais envolvidos

Estando entre os periódicos pernambucanos de maior relevância no início do século XX – tanto por uma importância na memória social quanto pelo envolvimento e atuação em importantes eventos que movimentaram os anos finais do Império –, *Diário de Pernambuco* e *A Província* marcaram época enquanto espaço de reunião de intelectuais e políticos no estado, em geral oriundos da Faculdade de Direito do Recife.

A Faculdade de Direito do Recife é considerada um polo intelectual brasileiro para as províncias do Norte, sendo espaço profícuo para o surgimento de uma nova geração de intelectuais que irão, inclusive, transpor as fronteiras regionais. Influenciados pelas leituras de Tobias Barreto e outros intelectuais a ele contemporâneos – tais como João Vieira de Araújo, José Higino e Clovis Bevilacqua³⁰⁶ –, seus integrantes buscarão construir o Direito enquanto disciplina científica, ligada “[...] à biologia evolutiva, às ciências naturais e uma antropologia física e determinista”³⁰⁷, afastando-se de outros paradigmas das ciências humanas. Desse modo, possuía íntima ligação com o pensamento positivista e evolucionista, a partir de leituras de intelectuais europeus, pautando-se na busca por leis e certezas imutáveis.

Na parte final do Império, com alta instabilidade política, assim como nos primeiros anos da República no Brasil, os bacharéis advindos da Faculdade de Direito do Recife “foram – além de juristas e advogados – promotores, políticos, chefes de polícia, inspetores de instrução pública, delegados e jornalistas”, atividades estas que, invariavelmente, apresentavam uma condição intimamente ligada à política³⁰⁸. Em vista disso, os intelectuais que integrarão as redações dos jornais recifenses são, essencialmente, fruto desta tradição intelectual.

Compreender quem são os indivíduos participantes das edições e que, escrevendo, concedem humanidade às folhas publicadas pelos jornais, é essencial para entender a linha editorial que estas assumem. Por outro lado, a “trajetória dos donos, da fundação, da compra, dos financiamentos e das falências dos jornais é também a história da política nacional revelada por meio da relação que,

³⁰⁶DANTAS, Laércio Albuquerque. *A Escola do Recife e os discursos sobre a criminalidade: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1880-1890*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2013, p. 02.

³⁰⁷SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 149.

³⁰⁸ DANTAS, 2013, p. 02-03.

pública ou privadamente, os governos mantêm com os veículos da imprensa jornalística”³⁰⁹, assim sendo torna-se importantíssimo apreender os vínculos e conexões entre proprietários, demais indivíduos envolvidos nos periódicos e os governantes em ocasião. Neste sentido, buscaremos traçar um quadro geral dos jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província* quanto aos seus proprietários e os grupos que, junto a estes, foram protagonistas no processo de constituição destes noticiários enquanto folhas de relevância na esfera pública estadual.

Iniciando sua publicação em 07 de novembro de 1825, orgulhando-se do título de “jornal mais antigo em circulação na América Latina” – epígrafe inserida pela primeira vez em 1908³¹⁰ e presente até os dias atuais –, o *Diário de Pernambuco* foi fundado por Antonino José de Miranda Falcão. Quase dez anos depois, em 03 de fevereiro de 1835, vendido a Manuel Figueiroa de Faria, o jornal passou por uma remodelação e transformou-se em órgão oficial do governo, situação que marcaria sua posição ao longo do tempo, ao lado dos conservadores na política imperial, ainda que conforme os ventos da alternância de poder deixassem de ser³¹¹. Em decadência vertiginosa na década de 1890, com a possibilidade constante, por questões financeiras, de fechar as portas, o jornal foi colocado à venda no final de 1900, tendo sido adquirido pelo influente político pernambucano, e então vice-presidente do Brasil, Francisco de Assis Rosa e Silva, no mandato presidencial de Campos Sales³¹².

Sob nova direção, o jornal vivenciou uma readequação editorial, tanto no quadro de colaboradores – com a profissionalização da equipe –, sob direção de Artur Orlando, quanto na tecnologia do impresso – suas edições passaram a conter oito colunas e um visível aprimoramento do processo de impressão –, ao mesmo tempo em que reassumia seu papel de órgão oficial do governo e um dos mais importantes jornais em circulação no estado de Pernambuco.

A aquisição por Rosa e Silva, no entanto, não tinha um caráter de investimento mercantil, visando o lucro, uma vez que, como abordado anteriormente, o *Diário de Pernambuco* deixa indícios de pouco importar-se com o preço de sua assinatura e a concorrência com outros periódicos. Tampouco fora ao acaso, uma vez que não seria interessante iniciar um empreendimento jornalístico do zero, o que lhe faria, obrigatoriamente, disputar leitores. Efetivamente, tornar-se dono de um tradicional jornal em Pernambuco era cômodo – herdando a memória social sobre o

³⁰⁹ PIVETTI, 2006, p. 107-108.

³¹⁰ *Diário de Pernambuco*, 01 de janeiro de 1908.

³¹¹ NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821/1954) – Vol. 1 Diário de Pernambuco*. Recife-PE, Imprensa Universitária, 1968, p. 23-36.

³¹² O Jornal Pequeno, folha recifense, informou, em 20 de dezembro de 1900, que “foi vendida, hoje, em leilão efetuado na rua Marquês de Olinda n.º 13, a empresa do Diário de Pernambuco. Apareceram diversas ofertas, sendo o lance maior, o de 52 contos de reis”.

mesmo. Por outro lado, era uma evidente estratégia para reforçar seu poder oligárquico, possibilitando interferência direta no que seria lido, como seria lido e quais efeitos poderiam ser causados sobre a população; ou seja, instrumento para manobrar a opinião pública em favor da manutenção de Rosa e Silva, e aqueles que com ele estavam, no poder político estadual³¹³.

Poder político que fora construído ao longo de décadas, remontando ao final do Império do Brasil. Francisco de Assis Rosa e Silva, formado na Escola de Direito do Recife, esteve junto aos membros do Partido Conservador e, com habilidade para angariar alianças e aliados, tornou-se figura influente e extremamente importante na política pernambucana no início da República. Sua aptidão política para a constituição de pactos e acordos o levou à vice-presidência do Brasil e, no contexto da política dos governadores, levada a cabo pelo presidente Campos Sales, tornou-se o oligarca dominante em Pernambuco³¹⁴.

Para manter o que fora conquistado, cuidava pessoalmente de eventuais rusgas entre correligionários que pudessem vir a ameaçar seu poder de oligarca absoluto e pensava com cuidado em atos e discursos, na capital federal, para se firmar como uma das principais lideranças no cenário político nacional. Foi com essa preocupação metódica que foi indicado à candidatura como vice-presidente, na chapa junto a Campos Sales. Com expressiva votação, se estabeleceu como político de primeira importância, em esfera nacional, transpassando as fronteiras pernambucanas³¹⁵.

É neste período, enquanto vice-presidente, que adquirira a propriedade do *Diário de Pernambuco*. Sua equipe editorial contava com nomes de relevo na intelectualidade pernambucana, tais como Artur Orlando, Artur de Albuquerque, Aníbal Freire, Assis Chateaubriand, entre outros, oriundos da Faculdade de Direito do Recife, ambiente acadêmico em que Rosa e Silva também exercia grande influência; enquanto espaço intelectual, a redação do jornal, portanto, servia também como comitê político para reuniões extraordinárias³¹⁶.

A aquisição do periódico indicava, desta maneira, a ambiguidade de Francisco de Assis Rosa e Silva enquanto personagem político: por um lado, traços e discursos refinados, alinhados ao modelo europeu de “civildade”, com ares de legislador exemplar; por outro, como qualquer outro oligarca, constituía redes clientelistas, criava mecanismos e tratava seus conterrâneos como massa

³¹³ ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. *A República oligárquica de Pernambuco: montagem e declínio de Francisco de Assis Rosa e Silva*. Tese (Doutorado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2017, p. 74-75.

³¹⁴ Os meandros de sua ascensão política foram abordados, de modo mais profundo, no primeiro capítulo e podem ser vistos nos trabalhos de dissertação e tese de Audenice Alves dos Santos Zacarias.

³¹⁵ ZACARIAS, 2017, p. 61-70.

³¹⁶ SILVA, 2009, p. 91-92.

de manobra. Maior que qualquer compromisso ideológico estava, à vista disso, o compromisso em obter e manter o poder político.

Desta forma, dominando a política e a Escola de Direito, a oligarquia rosista coligia a elite pernambucana, de modo que o jornal assumiu o papel de edificar uma camada protetora a partir de representações construídas positivamente sobre Rosa e Silva e seus aliados. O *Diário de Pernambuco*, assim, fora peça de importância inestimável à perpetuação do poder oligárquico no estado, ao ponto de, diante das campanhas salvacionistas que alijaram Rosa e Silva do comando estadual, ter se esvaído o sentido de ser proprietário de uma empresa de comunicação, sendo vendido “o mais antigo jornal em circulação na América Latina” para o industrial Carlos Benigno Pereira de Lira³¹⁷.

O fato de ter o oligarca Rosa e Silva como proprietário justifica, portanto, a condição do *Diário de Pernambuco* enquanto órgão oficial do governo estadual. O jornal recebia proventos por conta dos espaços cedidos para as publicações e, simultaneamente, trabalhava incansavelmente na construção de representações sobre a sociedade pernambucana que visavam garantir a perpetuação do grupo ao qual representava no poder político local.

Em espectro oposto ao *Diário de Pernambuco* encontrava-se o jornal *A Província*. Fundado em 06 de setembro de 1872, tendo José Mariano Carneiro da Cunha como diretor e fundador, continha o subtítulo *Órgão do Partido Liberal*, indicando a posição política à qual se encontrava ligado, ainda no período imperial. Enquanto o *Diário de Pernambuco* manifestava-se conservador e centralizador desde seu princípio, já em seu primeiro número *A Província* publica um artigo-programa, colocando-se em posição antagônica em relação àquele, afirmando seu compromisso com a luta pela descentralização e seu papel de folha doutrinária das ideias liberais³¹⁸.

Teve sua publicação suspensa no final de 1878, afirmando que tiraria férias que possibilitariam o melhoramento técnico de suas edições, mas só retornou em 1885, sob direção de José Maria de Albuquerque Melo³¹⁹. Orgulhava-se, a partir de sua primeira publicação no ano de 1889, dizendo ser “a folha de maior circulação no Norte do Brasil”³²⁰. No entanto, com o declínio do regime imperial e, principalmente, a partir da proclamação da República, e sua oposição constante aos que ocupavam o poder, conviveu com perseguições e suspensões de circulação nos primeiros anos do novo regime.

³¹⁷ NASCIMENTO, v. 1, 1968, p. 133.

³¹⁸ NASCIMENTO, v. 2, 1968, p. 174.

³¹⁹ NASCIMENTO, v. 2, 1968, p. 186-187.

³²⁰ NASCIMENTO, v. 2, 1968, p. 192.

O fundador do jornal, José Mariano Carneiro da Cunha, alcançou notoriedade na política estadual, sem grande relevo em escala nacional. Era considerado um líder carismático, capaz de entusiasmar, na parte final do século XIX, as classes desfavorecidas³²¹. Militando nas fileiras do Partido Liberal, era considerado liberal mais nas ideias do que propriamente na submissão ao partido que, em Pernambuco, vivera um racha, ainda em 1878³²², que ressoaria na construção de forças políticas nos primeiros anos da República.

Nascido em 1850, no atual município de Ribeirão, filho de uma família abastada, José Mariano era diferente dos demais membros de sua geração e grupo social. Frequentemente, era visto confraternizando com populares, tipógrafos e revisores de jornais em botecos pela cidade. Seu ideário político centrava-se na autonomia provincial, essencialmente quanto à arrecadação de impostos, que financiava a riqueza da corte em detrimento da pobreza das províncias. Ganhou destaque e notoriedade, também, pela importância dada à questão abolicionista, o que lhe garantiu grande popularidade, na década de 1880, nos centros urbanos, espaço em que o latifúndio tinha menor peso decisório e de influência, chegando a ser, junto a Joaquim Nabuco³²³, a personificação da luta abolicionista em Pernambuco³²⁴.

No início da República, seus opositores chegavam a acusá-lo de criar uma “Guarda Negra”, com seus capoeiras³²⁵ para defendê-los. José Mariano e seus correligionários não negavam a existência destas redes de sociabilidade que construiu com sujeitos pobres e pretos mesmo antes das campanhas abolicionistas; em resposta, questionavam a fragilidade do discurso que menosprezava e negava direitos políticos ao grupo social no qual mantinha sua principal base de apoio³²⁶.

Com o regime recém implantado e ainda sem grande lastro, uma vez que a Constituição ainda estava em construção, José Mariano discursou, no ano de 1890, enquanto elemento de significativa

³²¹ DANTAS, Laércio Albuquerque. *A Escola do Recife e os discursos sobre a criminalidade: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1880-1890*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2013, p. 85.

³²² Divisão entre “leões”, progressistas desertados do Partido Conservador e que orbitavam a família Souza Leão, e “cachorros”, considerados liberais históricos e liderados por nomes como Antonio Epaminondas de Melo, José Mariano Carneiro da Cunha, José Maria de Albuquerque Melo e Augusto Henrique Milet. Ver: ZACARIAS, 2009.

³²³ Um dos mais importantes políticos abolicionistas nos anos finais do Império, era de uma tradicional família escravocrata e pensava a abolição como um elemento no interior de um projeto nacional de embranquecimento da população. Mais sobre suas ideias, de forma sucinta, pode ser visto em: SANTOS, Sales Augusto dos; FARIA, Luiz Gustavo de Paiva. Os projetos de abolição de Joaquim Nabuco e Luiz Gama. *Revista Exitus*, Santarém-PA, v. 10, p. 1-31, 2020.

³²⁴ CAVALCANTI, 2014, p. 65-66.

³²⁵ Capoeiras era um termo associado à desordem e à violência. No início da República, era a forma pejorativa como eram chamados sujeitos de cor praticantes da capoeira e que ousavam se manifestar politicamente em reuniões, chamadas de *meetings*.

³²⁶ CUNHA, Israel Ozanam de Souza. *Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a Educação Física no Recife*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2013, p. 17-18.

relevância no espaço político pernambucano, sobre a importância de participação decisória nos rumos da nação daqueles que participaram do processo de instituição da República – tentando deslegitimar grupos adversários advindos do Partido Conservador. Nesse sentido, recordava que, ainda na Monarquia, defendia um tipo de governo liberal, com aspirações democráticas, que levariam o país à república por meio de reformas gradativas que resultariam na evolução política nacional³²⁷. Colocava-se, deste modo, como personagem republicano que sempre almejou o regime e que, como tal, teria direito de participar da construção e direção do país.

Defesas e acusações à parte, José Mariano apresentava-se como o carismático líder de um grupo de oposição, tendo como base de sustentação a população alijada do poder político, mas capaz de movimentar as ruas e, à sua maneira, participar do jogo político. Seu principal ponto de enfrentamento eram os grandes proprietários de terra – que não queriam a abolição, tampouco eram, para ele, desejosos da República, só aderindo a esta como meio de não perder o poder político em Pernambuco –, assim como as ditaduras implantadas nos primeiros anos do regime.

Oposição declarada que ecoava nas folhas d'*A Província*, jornal que congregava os marianistas, partidários de José Mariano Carneiro da Cunha. Por sua posição política, e suas edições acidamente críticas, o periódico convivia com constantes ameaças de empastelamento e prisões, como quando de sua oposição ao governo Floriano Peixoto, que resultou na proibição de circulação do periódico e prisão de José Mariano, sob acusação de apoio à Revolta da Armada³²⁸.

Golpe ainda mais duro ao periódico, e aos marianistas agrupados no Partido Autonomista, foi o assassinato de José Maria de Albuquerque Melo, segundo maior líder da agremiação, durante a eleição para prefeito de Recife, em 1895³²⁹. Morto a tiros por policiais, no dia da eleição, em circunstâncias não esclarecidas, tal situação gerou narrativas distintas: para o *Diário de Pernambuco*, impedido de entrar em uma zona eleitoral, José Maria teria sacado uma arma, ao que fora alvejado, em legítima defesa, pelos policiais; para *A Província*, no entanto, tratava-se de um atentado político e assassinato premeditado de um dos líderes da oposição estadual, acusando, simultaneamente, Barbosa Lima e Rosa e Silva como mentes por trás do crime.

Tal situação amplificou o lugar de opositor do periódico. Crítico de todos os governadores ligados à Rosa e Silva, em maior ou menor grau, *A Província* se posicionava como

³²⁷ CAVALCANTI, 2014, p. 75.

³²⁸ SILVA, 2009, p. 92-93.

³²⁹ Para ver uma discussão mais ampla sobre o caso, ver: ZACARIAS, 2017, p. 57-60.

espaço de combate à oligarquia dominante, agrupando os opositores³³⁰ e descontentes com os rumos de Pernambuco. Acusava Correia de Araújo, o primeiro no Executivo estadual ligado a Rosa e Silva, de descumprir as leis eleitorais com o intuito de garantir o poder aos rosistas em todas as comarcas municipais³³¹, assim como fez com todos os sucessores do posto. Mantinha viva a polêmica com jornalistas e as folhas que representavam a situação, essencialmente o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Recife*.

Assim, as linhas editoriais estavam bem definidas no horizonte dos dois periódicos de maior destaque, representando as concepções de seus proprietários. Francisco de Assis Rosa e Silva, tendo o *Diário de Pernambuco* em suas mãos, fazia uso do jornal para defender seus correligionários e funcionar como a voz do governo na imprensa; José Mariano Carneiro da Cunha, por sua vez, com seu carisma político e a afeição dos sujeitos alijados do processo decisório em Pernambuco, tinha o jornal *A Província* como meio de denunciar, criticar e apontar falhas dos governantes ligados à oligarquia rosista. Em posições distintas e antagônicas, as duas folhas se lançavam aos leitores e se posicionavam na arena política pernambucana.

Situação que veio a arrefecer-se em 1912, quando o *Diário de Pernambuco* teve sua circulação interrompida e o periódico *A Província* passou a denominar-se “apolítico”³³². Evidentemente, é mais que somente uma reorientação editorial e no mercado noticioso: o ano em questão significa um rearranjo nas forças políticas estaduais. Com o afastamento da oligarquia rosista do poder, indo este para as mãos do General Dantas Barreto, o *Diário de Pernambuco* teve mudança nos proprietários e equipe editorial, situação semelhante vivenciada em seu adversário político e comercial, o jornal *A Província*, que não se opunha mais aos que estavam no poder.

Confirma-se, deste jeito, que a trajetória dos proprietários de jornais é, simultaneamente, a história da política – local ou nacional –, por meio da relação dos governos com os órgãos da imprensa. Este momento, portanto, coloca fim a uma fase da imprensa recifense, em que os periódicos, dominados por grandes líderes políticos, eram manifestos políticos em defesa de um grupo, construindo representações positivas sobre si e negativas do adversário, sempre estigmatizado. Deste modo, ainda que não fosse deveras “apolítico”, a ilusão da neutralidade

³³⁰ Aqui, trata-se da união entre José Mariano, grande nome político do periódico, e Martins Júnior, republicano histórico que, em período anterior ao domínio de Rosa e Silva, era outro grande nome da política pernambucana e que concedera apoio ao golpe de Floriano Peixoto na esfera federal. A união entre José Mariano, do Partido Autonomista, e Martins Junior, do Partido Republicano, significava, na prática, a congregação de todos os contrários à oligarquia rosista no palco da luta política no Estado.

³³¹ NASCIMENTO, v. 2, 1968, p. 209.

³³² NASCIMENTO, v. 2, 1968, p. 221.

ganhou força e a imprensa deixou de ser explicitamente uma “tribuna”, um palanque para os grupos em disputa.

Neste sentido, olhar para as representações construídas por estas folhas periódicas no espaço em análise é de grande importância. Enquanto espaço de tensão e luta, por meio delas é possível enxergar tentativas de homogeneizar um modo de enxergar o mundo. Assim, as representações sobre o cangaceiro Antonio Silvino, produzidas por jornais de vertentes políticas opostas, são registros que vão muito além do elemento factual que a imprensa, informativa e noticiosa, anseia demonstrar. Apresenta-se, por conseguinte, enquanto espaço privilegiado para compreender as tensões entre estes grupos políticos em disputa, o que pretendemos nos ater adiante.

2.2. Entre o antigo e o novo, o bárbaro e o civilizado: as representações de Antonio Silvino

Uma extensa reportagem biográfica de Antonio Silvino, sem indicação das fontes consultadas para chegar às informações nela contidas, fora publicada no jornal *A Província* em 03 de março de 1904. Nesta, dividida entre antes e depois de sua entrada no cangaço, uma “questão”³³³ entre Silvino Ayres e os Dantas, importante família de Teixeira-PB – ao ponto de ter um membro da casa como delegado local –, arregimentou os sobrinhos Zeferino e Manoel Baptista para a disputa e para viverem da prática de crimes. Após a prisão de Silvino Ayres, Manoel Baptista assume o codinome Antonio Silvino e cria o seu próprio grupo de bandoleiros³³⁴. À época da publicação, contando entre 28 e 30 anos – segundo o jornal –, a fisionomia do cangaceiro é descrita como “branco, alto, secco, espaldas largas, cabellos curtos, bigodes castanhos, olhos pardos e pequenos, nariz aquilino, faces cavadas, maçãs do rosto salientes, mãos pequenas e pés enormes”, retrato que se completa com a informação de ser analfabeto³³⁵.

Em consonância com as representações homogeneizantes do período – que não levavam em consideração as variadas experiências, valores e construções sociais nesta ampla macrorregião

³³³ Uma *questão*, na cultura sertaneja daquela região, é uma categoria que nomina desentendimentos familiares que acabam por se transformar em conflitos, extrapolando as agressões físicas. Elas mobilizam coletividades, ligadas por elos familiares ou clientelísticos. Seria, portanto, o momento do conflito em que as vinganças se sucedem e as relações permanecem em constante tensão. Sobre isto, ver: MARQUES, Ana Cláudia. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002; e VILLELA, Jorge Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

³³⁴ Esta versão da vida prévia do cangaceiro difere das apresentadas em biografias do mesmo, onde comumente sua entrada no cangaço aparece ligada à tentativa de vingança à família Dantas, que teria assassinado seu pai e sua mãe.

³³⁵ *A Província*, 03 de março de 1904.

chamada de Sertão³³⁶ –, é a construção de “retrato” do homem ideal para um sertanejo comum, uma representação idealizada do outro – o homem interiorano –, o itinerário de ambos os periódicos.

É como caminha o *Diário de Pernambuco*, em crônica não assinada, colocando o sertanejo como um homem forte, moldado pelas condições naturais adversas e com uma intuição original que o leva a impulsos de violência para resolver pendências, apesar de na alma serem puros e ingênuos. Índole naturalmente sertaneja, pura, porém violenta, que torna recorrente a presença desses bandoleiros muito antes de Antonio Silvino³³⁷, situação que só poderia ser resolvida, segundo o periódico, quando a civilização chegasse a estes rincões, com os ventos da modernidade alcançando estas localidades por meio dos trens e do ensino primário e técnico³³⁸.

A República seria, portanto, o motor político para a modernização social, uma vez que, entre rupturas e permanências, esperava-se que o novo regime deixasse para trás o atraso monárquico, aliando-se às civilizações europeias em seu regime político; nesse sentido, a República, em si, era símbolo do moderno e assumiu, como projeto político, a modernização do país³³⁹, de maneira que o Sertão, arcaico e atrasado, seria um entrave para a execução deste plano.

Esta é a visão base do sertanejo e do cangaceiro, em ambos os periódicos. O *Diário de Pernambuco* e *A Província* diferirão em muitos pontos de abordagem, mas este lugar de fala, a partir de Recife, cidade grande e que se enxerga moderna – na concepção europeia de modernização civilizatória –, vislumbrará Antonio Silvino como uma personagem presa a um passado bárbaro e violento.

Nas páginas dos jornais, na primeira década do século XX, uma grande quantidade de crimes cometidos pelo cangaceiro e seu bando eram narrados com riqueza de detalhes, possivelmente chocando os leitores. Antonio Silvino, junto a Cocada e Rio Preto, teriam matado, sem motivo aparente, um marchante, alvejando-o com três tiros, que o fizeram cair do cavalo quase desfalecido, e mais seis tiros, já no chão, para terminar o serviço³⁴⁰. Teria, também, entrado, junto a Tempestade, Balisa, Ventania e Bezerra, às 11 da manhã em Trapiá, região do distrito de Carapatós, no município de Caruaru, encontrando grande aglomeração por conta da missa e da feira e, em confronto com o Inspetor do povoado, Nicácio, acabou matando-o a tiros, assim como a Manoel Cyrillo, esfaqueando os corpos mortos enquanto atiravam no restante da população e proibiam de

³³⁶ PERICÁS, 2010, p. 19-20.

³³⁷ São citados na crônica Jesuíno Brilhante, no Rio Grande do Norte, Adolpho Meia Noite, na Parahyba, e Cabelleira, em Pernambuco.

³³⁸ *Diário de Pernambuco*, 12 de junho de 1910.

³³⁹ Uma discussão sobre a modernização de Recife foi realizada no primeiro capítulo desta tese.

³⁴⁰ *A Província*, 26 de junho de 1903.

enterrar seus defuntos³⁴¹, além de queimar um comboio inteiro, com 17 cargas, pertencentes a um desafeto³⁴².

Mortes sem motivo aparente, chacinas terríveis, prejuízos a desafetos. Uma lista descritiva imensurável poderia continuar sendo apresentada, apontando atrocidades cometidas, que eram narradas nas páginas dos jornais recifenses enquanto “façanhas” de um “célebre bandoleiro”. A crueldade, a ausência de medo, uma inconsequência diante de suas ações e um ímpeto bárbaro e selvagem são abundantemente retratadas.

O expediente do choque, a construção do medo, era muito importante, a partir de dois olhares: para *A Província*, a noção de que os governantes não estavam cumprindo seu papel; para o *Diário de Pernambuco*, a constatação de que, apesar dos esforços públicos, outros fatores impediam a vitória sobre os cangaceiros. Dois olhares distintos, a partir de uma mesma abordagem para um tema, o cangaceiro Antonio Silvino e seu bando.

De qualquer modo, o cangaceiro seria mais que um criminoso comum; nas folhas da capital, já distanciadas da proclamação e assumidamente republicanas, a trajetória de proporcionar dor e sangue de Antonio Silvino significa um entrave à consolidação da República – ou ao menos à forma em que a queriam –, uma vez que expunha a incapacidade do Estado em gerir a nação, de regular e atuar no “Brasil profundo”³⁴³.

Apesar de retratá-lo incansavelmente como “cruel e vingativo, covarde e traiçoeiro”, em uma “longa e ensanguentada” história, os jornais deixam indícios de admiração popular, através de uma suposta criação de, em torno de seu nome, “uma atmosfera de sympathias”³⁴⁴. Características psicológicas e sociais, que poderiam ser enxergadas como positivas, aparecem, ainda que em número muito menor do que os crimes narrados, em diferentes momentos nos periódicos.

Segundo *A Província*, não se trata de um bandido comum. Detentor de sagacidade admirável, evita o contato com as forças que o perseguem nunca ficando em um mesmo lugar por mais de 24 horas, apresentando incrível resistência para vencer grandes distâncias à pé e vivendo pelas matas – só chegando em casas para comer ou roubar diante da certeza de sua segurança³⁴⁵. Habilidades excepcionais, Antonio Silvino seria um “ótimo atirador”, atirando “com perícia na boca de uma

³⁴¹ *Diário de Pernambuco*, 28 de novembro de 1905.

³⁴² *Diário de Pernambuco*, 05 de junho de 1907.

³⁴³ Expressão de Euclides da Cunha, absorvida a partir de Ricardo de Oliveira. OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.22 n.44, São Paulo, p.511-537, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 17/04/2021.

³⁴⁴ *A Província*, 03 de março de 1904.

³⁴⁵ *A Província*, 07 de julho de 1903.

garrafa”, conduzindo “um rifle de 16 tiros, uma pistola *Mauser* e um punhal” sendo, ainda, no interior do grupo, “quem mais corre”³⁴⁶.

Descrito como vaidoso, na indumentária militar e no asseio pessoal, apresentava ainda um senso moral elevado no interior da comunidade, características que indicam, outra vez, um bandido incomum. Sujeito “sympathico, de olhar penetrante, trazendo chapéu de couro, calça e blusa de algodão, lenço encarnado ao pescoço, cartucheira, punhal e pistola á cinta, além de rifle”, apresentava-se em atitude “humilde e respeitosa”³⁴⁷. Como gentil homem, “é attencioso para com o bello sexo; considera-se indigno de tocar nas senhoras, e ‘por isso’ nunca lhes aperta a mão”³⁴⁸.

Ironizado pelo *Diário de Pernambuco*, que indicou ter o cangaceiro Antonio Silvino uma “originalíssima consciência! Curiosíssimo escrúpulo”³⁴⁹, este mesmo jornal ressaltou o traço cultural sertanejo presente em seu “código de honra” – conceito apresentado por Luitgarde Barros³⁵⁰ –, indicando que mesmo havendo desrespeito à vida humana, é levado em alta conta a “honra da mulher”³⁵¹. Reconhecia-se, nas páginas dos jornais, em vista disso, o pertencimento do cangaceiro à uma cultura compartilhada.

Pessoalmente, usava *orisa*³⁵² (um perfumado condicionador de cabelo) e, segundo Relâmpago, ex-companheiro em depoimento, “por onde seu capitão passa fica tudo cheirando”³⁵³, assim como portava objetos que poderiam ser considerados supérfluos – e que teriam sido descobertos após um confronto com as forças policiais –, tais como “uma tunica preta com os galões de major, um crucifixo de ouro”, que traz “todos os dias ao pescoço” e “um fino estojo para barba”³⁵⁴.

A imagem de homem bem vestido, humilde e respeitoso com as mulheres, com habilidades e vaidades militares, assim como pessoais, parece retratar outro sujeito. Traços negativos, de frieza e crueldade, se misturam na personalidade apresentada. O contraste evidente em relação ao bárbaro criminoso anteriormente descrito são indícios da complexidade da experiência temporal de Antonio Silvino.

³⁴⁶ *Diário de Pernambuco*, 04 de abril de 1906.

³⁴⁷ *A Província*, 10 de novembro de 1903.

³⁴⁸ *A Província*, 16 de dezembro de 1903.

³⁴⁹ *Diário de Pernambuco*, 23 de setembro de 1904.

³⁵⁰ BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Antropologia da Honra: uma análise das guerras sertanejas. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza-CE, v. 29, n. 1/2, 1998.

³⁵¹ *Diário de Pernambuco*, 19 de dezembro de 1907.

³⁵² Nome de um produto utilizado como perfume e condicionador de cabelo.

³⁵³ *Diário de Pernambuco*, 28 de janeiro de 1906.

³⁵⁴ *Diário de Pernambuco*, 12 de março de 1911.

Por mais que tentassem construir uma representação do sertão enquanto mundo antigo, estático no tempo, e dos cangaceiros, sertanejos que viviam de seus crimes, enquanto selvagens, as vivências estavam passíveis de influências de múltiplas esferas, de modo que os cangaceiros, como quaisquer outros sujeitos de seu tempo, amalgamavam “elementos psicológicos e culturais de um passado ‘arcaico’ com o que havia de mais novo naquele momento”³⁵⁵. O antigo e o moderno, neste sentido, não seriam binômios completamente opostos, mas realidades em constante interação e cruzamento, havendo muito de um no outro.

Os caminhos de uma construção conjunta da imagem do cangaceiro, no *Diário de Pernambuco* e no *A Província*, no entanto, se encerram nestes pontos. Quando se trata dos adjetivos utilizados, de indicar o surgimento de outros bandos de cangaceiros no interior, assim como a posição de simpatia ou oposição da população em relação a ele, as posições políticas de cada um dos periódicos passarão a ditar as cores mais fortes da imagem construída.

“Célebre”³⁵⁶, “facínora”³⁵⁷ realizador de grandes “façanhas”³⁵⁸. Tais expressões são as formas mais recorrentes de menção ao cangaceiro Antonio Silvino nos periódicos e não parecem ser usadas por acaso. Recorrente no *Diário de Pernambuco*, o termo “célebre” aparenta evocar um sujeito famoso e incomum, de modo que o jornal parece estar querendo evidenciar este traço imponente de seu adversário sertanejo, tratando seus crimes inúmeras vezes como “façanhas”, ações extraordinárias de difícil realização. Assumindo tais adjetivações ao cangaceiro Antonio Silvino, o jornal realça seu poderio, como forma de suavizar o fato de que as forças policiais não estão sendo capazes de prendê-lo e, assim, colocar um fim à situação.

O jornal *A Província*, por sua vez, indo para a direção oposta e querendo indicar a ineficácia das ações do governo, chama-o, em diferentes ocasiões, de “facínora”, tentando tornar notório a face cruel e perversa do cangaceiro Antonio Silvino. Acentuando a crueldade do bandido em perseguição, em conjunto com a constatação óbvia de sua sobrevivência temporalmente longa na vida de crimes, o governo encontra-se responsabilizado, com parcela de culpa, seguindo a concepção do jornal, pela situação em que vivem os habitantes da área de atuação do cangaceiro.

³⁵⁵ Esta reflexão, proposta por Luiz Bernardo Pericás, aborda um outro período do cangaço, tratando de Lampião. Acreditamos, no entanto, que a mesma ressoe em outros momentos, tal como o experienciado por Antonio Silvino, em uma mistura psicológica e cultural do arcaico e o moderno. Ver: PERICÁS, 2010, p. 176.

³⁵⁶ Entre muitas publicações, citamos, a título de exemplo, a seguinte edição: *Diário de Pernambuco*, 04 de novembro de 1903.

³⁵⁷ Entre muitas publicações, citamos, a título de exemplo, a seguinte edição: *Diário de Pernambuco*, 03 de março de 1904.

³⁵⁸ Entre muitas publicações, citamos, a título de exemplo, a seguinte edição: *A Província*, 18 de outubro de 1903.

Entre a diversidade de inserções do cangaceiro, outro ponto de destaque, que ressalta olhares distintos para o mesmo objeto, são os crimes narrados que eram cometidos com os bandidos usando a alcunha de Antonio Silvino, possivelmente como meio de construção do medo. Aspirando a modernidade que a República tinha a oportunidade de trazer, os jornais trabalham na construção, de alguma forma, desta insegurança moderna, o “medo do crime e dos criminosos”³⁵⁹. O medo, elemento subjetivo e interior, mas histórica e socialmente construído, passa a ser agenciado pelos periódicos em questão, cada um com objetivos específicos.

Com o *Diário de Pernambuco*, que apresentou em três edições a questão de crimes cometidos por outros bandidos usando o nome de Antonio Silvino³⁶⁰, deixa-se escapar a realidade de crimes no interior ao mesmo tempo em que passa a impressão de que o poder do cangaceiro não era tão grande como se poderia pensar. Ele era um criminoso perambulando principalmente pelo sertão de Pernambuco e Paraíba; mas as volumosas publicações nos jornais de oposição poderiam ser alarme falso, tal como a fama adquirida no seio da população. Deste modo, atenua-se, no *Diário de Pernambuco*, o medo do cangaceiro cruel.

A *Província*, por outro lado, usava aspecto muito semelhante para a construção de uma interpretação diferente, indicando, também em três oportunidades, que outros bandos surgiam no interior ou crimes eram cometidos em seu nome³⁶¹. Neste caso, não se tratava de abrandar o poder de Silvino, mas de sugerir que o aparecimento de novos bandos de criminosos seria como que uma mistura da influência de Silvino, que acabava por apresentar um meio – uma possibilidade – de ganhar a vida, com a pouca efetividade das forças policiais em perseguição. Tais ingredientes, juntos – o exemplo e a ineficácia –, contribuíam para o crescimento de grupos criminosos no sertão e, para *A Província*, é exatamente o que acontece. O medo da multiplicação de criminosos, neste ponto, era agenciado politicamente para criticar e construir uma atmosfera de falência da oligarquia que dominava o poder político em Pernambuco.

Em caminho muito semelhante, observando outro ponto – a posição da população em relação ao cangaceiro Antonio Silvino –, é possível compreender como as mesmas questões trilham caminhos distintos a partir do local político do enunciador. Cúmplice ou corajoso, estas interpretações serão o ponto de orientação para o olhar destinado ao problema pelos dois periódicos.

³⁵⁹ O medo também é uma construção histórica, de modo que Zygmunt Bauman trabalha uma nova concepção de medo, associado às cidades modernas, pautado no bandido e a possibilidade de seus crimes. Para ver esta discussão, indicamos: BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

³⁶⁰ *Diário de Pernambuco*, 16 de março de 1904; *Diário de Pernambuco*, 31 de maio de 1904; e *Diário de Pernambuco*, 29 de junho de 1906.

³⁶¹ *A Província*, 13 de junho de 1906; e *A Província*, 10 de abril de 1910.

O *Diário de Pernambuco* publicou uma mensagem oficial do governador, direcionada ao Congresso Legislativo, indicando, entre outros aspectos, que na luta contra Antonio Silvino a administração pública não tem poupado esforços, mas não estava alcançando êxito tanto por conta das habilidades do cangaceiro, como “da proteção franca de alguns de nossos concidadãos, da tolerância de outros e da indiferença de muitos”³⁶². Ao declarar a existência, entre os pernambucanos, de protetores do cangaceiro, apontar a condescendência da população para com o bandido e mesmo o desinteresse em relação à situação, o governador coloca nos ombros dos habitantes que ele representa parte considerável da culpa pelo insucesso na luta contra Antonio Silvino. O governo estaria fazendo a sua parte, se empenhando frente ao problema, mas era atrapalhado por aqueles que, direta ou indiretamente, ajudavam o cangaceiro. Deste jeito, transferindo a responsabilidade para a população, os esforços do governo são ressaltados.

Este tom, de culpabilização da população pelo fracasso no combate aos bandoleiros sertanejos, advindo do discurso oficial do governador ao legislativo estadual, será a tônica do referido periódico. O *Diário de Pernambuco* reproduz a construção narrativa oficial, como quando republicou artigo do jornal de Nazareth, *A Cidade*, narrando uma série de crimes, entre eles um no povoado de Queimadas, na festa da virada do ano; ao final, o jornal expõe sua opinião: “o que é mais admirável é que o bandido praticou essa proeza sozinho, no meio de numerosa multidão, acovardada, sem ânimo para defender a propriedade, sem brio para defender a honra e incapaz de defender a vida”³⁶³.

Em outro ponto, em um artigo de opinião, publicado na coluna intitulada “Minhas Impressões”³⁶⁴, assinada por Ramon Oliva – pseudônimo utilizado pelo redator Ulisses Gérson da Costa³⁶⁵ –, uma série de críticas à população pernambucana é exposta de forma explícita: ela deixaria se espoliar, uma vez que, mesmo sabendo da visita de Silvino, lhe dava dinheiro e ainda oferecia café, doce e vinho, avisando a polícia muitas horas depois do ocorrido, fazendo com que as forças policiais saíssem sempre atrás e a partir de falsas informações; afirma, assim, que o povo do sertão, talvez por simpatia com seu modo de vida, o protege; por fim, indica que a polícia, quando pisa nestas regiões, encontra-se em solo inimigo³⁶⁶. Dias depois, na mesma seção, fala sobre a simpatia da população, que, segundo o articulista, foi conquistada a partir de quatro motivos:

³⁶² *Diário de Pernambuco*, 10 de março de 1904.

³⁶³ *Diário de Pernambuco*, 11 de janeiro de 1906.

³⁶⁴ Poucos meses depois de o redator do Diário, Ulisses Gérson da Costa, iniciar nesta seção, deixou de escrevê-la para firmar-se nas “Semanais”, publicado aos domingos.

³⁶⁵ NASCIMENTO, v. 1, 1968, p. 121.

³⁶⁶ *Diário de Pernambuco*, 19 de dezembro de 1907.

afeição à vida aventureira, pertencimento a uma cultura de honra – segundo a qual matar quem os ofende é permitido e legítimo³⁶⁷ –, percepção de Antonio Silvino como defensor deste código cultural e por este dividir parte dos roubos com os pobres³⁶⁸. A principal habilidade de Silvino, segundo o articulista redator do jornal *Diário de Pernambuco*, teria sido a capacidade de conquistar o apoio da população sertaneja, que odeia a polícia, por dela apanhar e não conseguir enxergar nela a justiça. Esta habilidade, a de reconquistar o apoio dos cidadãos naquelas regiões, é o que seria essencial, segundo ele, para o Estado alcançar seu objetivo, mais do que qualquer força policial³⁶⁹.

Torna-se evidente, portanto, que o discurso dos esforços incansáveis do Estado para colocar um fim nos criminosos errantes, mas que esbarra em uma população que o apoia e o protege, versão oficial assumida pelo periódico situacionista, indica a posição de culpabilizar os habitantes das zonas que convivem com os crimes, retirando peso do fracasso das ações de combate. O discurso está pronto: o governo faz a parte que lhe compete, mas é atrapalhado pela população.

Em caminho completamente inverso, *A Província*, em oposição constante aos representantes ligados à oligarquia Rosa e Silva – independente de quem estivesse ocupando o posto –, utilizará a população como sinal da inépcia do governo para lidar com a situação, sendo esta a tônica assumida pelo periódico para tratar da relação entre a população e os bandoleiros. É neste sentido que aborda uma série de crimes cometidos na região limítrofe entre Pernambuco e Paraíba, indicando que fazendeiros, comerciantes e industriais têm fugido de suas propriedades, após roubos e espancamentos, sem que o governo, nesta ocasião sob responsabilidade do dr. Gonçalves Ferreira, “se lembre de socorre-los”³⁷⁰.

Este tom será muitas vezes amplificado a partir de uma problematização: “porque os habitantes desses lugares não organizam a sua polícia?”³⁷¹, noticiando que o cangaceiro e seu bando saíram do alto sertão, voltando para a divisa entre Paraíba e Pernambuco – local que, segundo o jornal, é seu espaço privilegiado –, receoso com as perseguições particulares organizadas nesta região, o que também deveria ser feito pelos cidadãos de outras localidades, que nada podem esperar das forças policiais oficiais³⁷².

O jornal chega a heroificar um inspetor de quartelão que fez o que o governo não estava tendo coragem de fazer: ele aliciou civis corajosos e os armou para enfrentar os cangaceiros. Este

³⁶⁷ VILLELA, 2004, p. 176.

³⁶⁸ *Diário de Pernambuco*, 20 de fevereiro de 1908.

³⁶⁹ *Diário de Pernambuco*, 20 de fevereiro de 1908.

³⁷⁰ *A Província*, 17 de outubro de 1900.

³⁷¹ *A Província*, 25 de novembro de 1903.

³⁷² *A Província*, 04 de outubro de 1905.

corajoso “homem de valor” morreu logo no início da troca de tiros, tendo os cangaceiros conseguido fugir³⁷³. Mesmo com este resultado nada promissor, que poderia apontar a dificuldade de lutar contra Antonio Silvino e seu bando, o destaque dado pelo jornal caminha por outra perspectiva, apontando os sacrifícios que uma população precisa fazer, uma vez que os responsáveis pelo enfrentamento, o governo estadual, efetivamente nada faziam.

Ainda que sem preparo e treinamento, para *A Província*, esta seria a única saída para uma população cansada de viver este flagelo. Segundo o jornal, além de terem que pagar altos impostos federais, estaduais e municipais, os cidadãos ainda precisam reservar uma parte para o imposto cobrado por Antonio Silvino³⁷⁴, de forma que o jornal valoriza, e mesmo incentiva, a criação de polícias particulares para a luta contra o cangaceiro, tal como teriam feito os cidadãos de Limoeiro³⁷⁵.

A simpatia popular, que atrapalha as forças policiais oficiais, segundo o *Diário de Pernambuco*, contrasta com a disposição particular de enfrentamento diante da ineficácia dos agentes do Estado, conforme *A Província*. Narrativas díspares que indicam os caminhos pelos quais a representação do cangaceiro trilhará, tendo como marca distintiva o local político do enunciador e não propriamente sua experiência no cangaço.

Retratado como sertanejo comum, deixando vislumbrar suas complexidades: sujeito de alma pura, mas com impulsos de violência; criminoso bárbaro, mas com personalidade respeitosa; selvagem arcaico, mas com anseios estéticos modernos. Entre o antigo e o novo, o inculto e o civilizado, os olhares para o cangaceiro Antonio Silvino nas páginas dos jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província* não estão fincados propriamente em sua pessoa, mas nas disputas pelo poder político no Executivo estadual.

Antonio Silvino é mais que uma personagem real. Para os jornais, ele é um ponto a ser explorado. Ambos concordam que sua existência é um entrave para a consolidação da República, por meio de um Estado capaz de se organizar e defender seus cidadãos. Concordam, também, que as palavras escritas sobre ele, lançadas ao ar, transformam-se em arma valiosa na trincheira política estadual, fortemente fincadas nas páginas impressas dos jornais da capital. Será a construção, na prática, da figura do cangaceiro como arma política, em ambos os jornais, a questão sob a qual nos debruçaremos.

³⁷³ *A Província*, 19 de novembro de 1905.

³⁷⁴ *A Província*, 30 de novembro de 1905.

³⁷⁵ *A Província*, 05 de junho de 1906.

2.2.1. Um panorama da presença de Antonio Silvino: o cangaceiro como mote noticioso

O poeta Leandro Gomes de Barros disse, com todas as letras, que o cangaceiro Antonio Silvino era o “governador do sertão!”³⁷⁶, dono de uma faixa territorial que até mesmo o governo oficial pede: “zele porque tudo é seu”³⁷⁷. Seguramente, a poesia está ironizando a situação dos municípios desta região, lançando luzes na ausência de penetração do Estado, por meio de dispositivos legais. Não que ele fosse, de fato e direito, o governador do sertão, mas, certamente, a ironia do poeta indica o fato de que os cangaceiros eram detentores de algum poderio nestas localidades, divergente dos poderes legal e econômico.

Os jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província* não constroem – e nem poderiam – a narrativa da mesma forma. Apontar a existência de grupos capazes de rivalizar em poder com o Estado, oficial e republicano, ainda que em zonas específicas, não era um discurso possível, pois trabalharia na deslegitimação do jovem regime. Diante deste contexto, as diferenças entre os periódicos, capazes de enxergar o mesmo fato de formas extremamente distintas, eram eclipsadas em defesa da balbuciente República.

O poder, aqui, é a demonstração de uma “zona de impotência do poder estatal” que possibilita a existência de microgrupos para atuar em questões familiares, intrigas políticas ou para viver usufruindo deste em si³⁷⁸. Ainda assim, uma leitura atenta das edições em que Antonio Silvino é citado nestes periódicos deixa escapar testemunhos que indiciam este poder paralelo.

Entre os pontos que nos permitem esta compreensão, as honras concedidas ao cangaceiro em determinados locais é um relevante sinal. Em Sapé, distrito do município de Espírito Santo, na Paraíba, Silvino teria acampado, junto a cinco cangaceiros, no dia 14 de junho de 1911. Neste acampamento, segundo o *Diário de Pernambuco*, o chefe político local, Antonio Manuel Fernandes, teria servido um banquete, acompanhado de danças com as moças da cidade³⁷⁹. Afirmção muito semelhante à apresentada em *A Província*, que aponta que Silvino e seu bando vivem de festa em festa, sendo hospedado por chefes políticos e autoridades policiais³⁸⁰, citando especificamente as cidades de Bom Jardim, Nazareth e Timbaúba – municípios pernambucanos

³⁷⁶ BARROS, L. G. *As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade*, 1909.

³⁷⁷ BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

³⁷⁸ VILELLA, 2004, p. 91.

³⁷⁹ *Diário de Pernambuco*, 18 de junho de 1911.

³⁸⁰ *A Província*, 03 de março de 1904.

ligados à oligarquia Rosa e Silva – enquanto localidades em que é recebido com festas e, junto às autoridades, coleta seus “impostos”³⁸¹.

A acusação de que Silvino tem protetores, que o recebem com honrarias, apresenta distinções nos periódicos pelo fato de que, para o *Diário de Pernambuco*, situacionista, os protetores encontram-se na Paraíba, enquanto para *A Província*, de oposição, no Pernambuco muitos chefes políticos ligados ao governo e ao jornal rival lhes concedem proteção. Neste momento, independentemente de quem, Silvino parece, em diversos momentos, encontrar abrigo e ser acolhido por sujeitos importantes no sertão, manifestação explícita de um poder social.

A posse desta situação o permitia, em determinados momentos, praticar ações que, simbolicamente, demarcavam este poder, tal como teria feito em Mogeiro-PB, segundo informações de uma carta publicada em *A Província*. Nesta ocasião, Silvino teria parado o trem da Companhia Great Western, exigindo a um encarregado da construção que lhe pagasse 30 contos de réis, sob o argumento de que a estrada de ferro passava em suas terras sem que a empresa lhe tivesse pedido permissão, e a ameaça de que, caso o dinheiro não fosse entregue, brevemente, ele arrancaria diariamente os trilhos³⁸². Se as informações da carta são verdadeiras, não temos condições de afirmar. Independente disso, neste momento nos importa a existência de um pensamento que colocava pontos específicos do Sertão, nos estados de Pernambuco e Paraíba, como territórios em que os cangaceiros exerciam outro poder, independente do Estado. Uma autoridade e propriedade que os levava a desafiar o governo em inúmeros momentos.

Destacamos, com a preocupação de não nos tornarmos redundantes, o momento em que Antonio Silvino e seu bando cortaram os fios do telégrafo³⁸³. Em outra situação, além de cortar, em Soledade-PB, cinco quilômetros de fio telegráfico, declarou “não consentir pelo local a passagem da rede telegraphica”³⁸⁴. O corte não era ao acaso; os cangaceiros entendiam como os telégrafos poderiam ajudar a aumentar a velocidade da troca de informações entre as forças policiais e, portanto, compreendiam como isso poderia gradativamente atrapalhar suas vidas³⁸⁵. Assim, ao mesmo tempo em que funcionava como ação estratégica para a permanência no cangaço, estragar os fios telegráficos servia como mensagem ao Governo que os perseguia.

Mensagem nem sempre tão sutil. O *Diário de Pernambuco* noticiou o aumento da audácia de Antonio Silvino, que teria, após assalto em Sapé, se dirigido ao telégrafo, enviado mensagem ao

³⁸¹ *A Província*, 22 de junho de 1904.

³⁸² *A Província*, 10 de novembro de 1906.

³⁸³ *A Província*, 10 de setembro de 1904.

³⁸⁴ *Diário de Pernambuco*, 03 de junho de 1910.

³⁸⁵ PERICÁS, 2010, p. 175.

governador da Paraíba, Walfredo Leal, e espalhado a notícia no povoado de que, quando o governador viajasse no trem da Great Western, ele estaria pronto para realizar um grandioso ataque³⁸⁶. Tal ousadia, descrita pelo jornal situacionista, ainda que improvável, demonstra o tamanho da insolência e valentia associadas à imagem do cangaceiro; por outro lado, coloca-o como corajoso em relação ao governo paraibano, deixando implícito que esta bravura não se atreveria em Pernambuco.

Em vista disso, se ele não era, de fato e direito, o “governador do sertão”, como escreveu ironicamente o poeta Leandro Gomes de Barros, é razoável pensarmos, a partir de indícios esparsos nos periódicos *Diário de Pernambuco* e *A Província*, que a ausência do Estado, enquanto gerenciador da ordem e da legalidade, acabou gestando a possibilidade da constituição de um poder paralelo no Sertão, exercido pelos cangaceiros por meio da violência e instituição do medo.

A existência de um poder paralelo em relação ao Estado legalmente constituído não é pouca coisa, uma vez que esta afirmação concede importância significativa para Antonio Silvino e seu bando, ao menos em um contexto regional. Notoriedade, no entanto, que contrasta com a quantidade de edições, em ambos os jornais, em que aparece alguma menção ao cangaceiro e seus parceiros.

O *Diário de Pernambuco* teve a sua primeira publicação sobre Antonio Silvino em Junho de 1902, ano com apenas esta menção no interior de 297 edições. Mantendo, no intervalo de 1902 a 1909, entre 295 e 299 edições, subindo para 340 edições em 1910 e 313 em 1911 – ano em que encerra a nossa análise –, a maior porcentagem de edições com a presença de Antonio Silvino foi o ano de 1907, com pouco mais de 14 %, como pode ser observado no gráfico abaixo:



Gráfico 01 –Antonio Silvino nas edições do jornal Diário de Pernambuco.

³⁸⁶ *Diário de Pernambuco*, 30 de abril de 1908.

A porcentagem observada em 1907 é uma exceção, uma vez que em apenas mais outros dois anos superaram 10% das edições – 1904, com 11,18% e 1906, com 10,13%. A regra era, no entanto, ter menos que 4%, o que ocorreu em seis oportunidades, tendo a menor taxa em 1911, com 1,91% – excetuando 1902. Esta baixa presença poderia indicar que o *Diário de Pernambuco*, órgão oficial do Estado, não tratava do assunto por uma estratégia política, uma vez que a existência de um poder paralelo no Sertão, que o governo não era capaz de vencer e colocar um fim, significava um manifesto incômodo. Certamente, este ponto estava no horizonte editorial do periódico, mas não era a única questão, o que podemos afirmar a partir da observação dos números em *A Província*.

Neste jornal, em que também analisamos a fatia de dez anos – entre 1900 e 1911, mas sem termos acesso aos anos 1907 e 1908 –, os resultados não diferem muito do encontrado no *Diário de Pernambuco*, como podemos observar no gráfico a seguir:

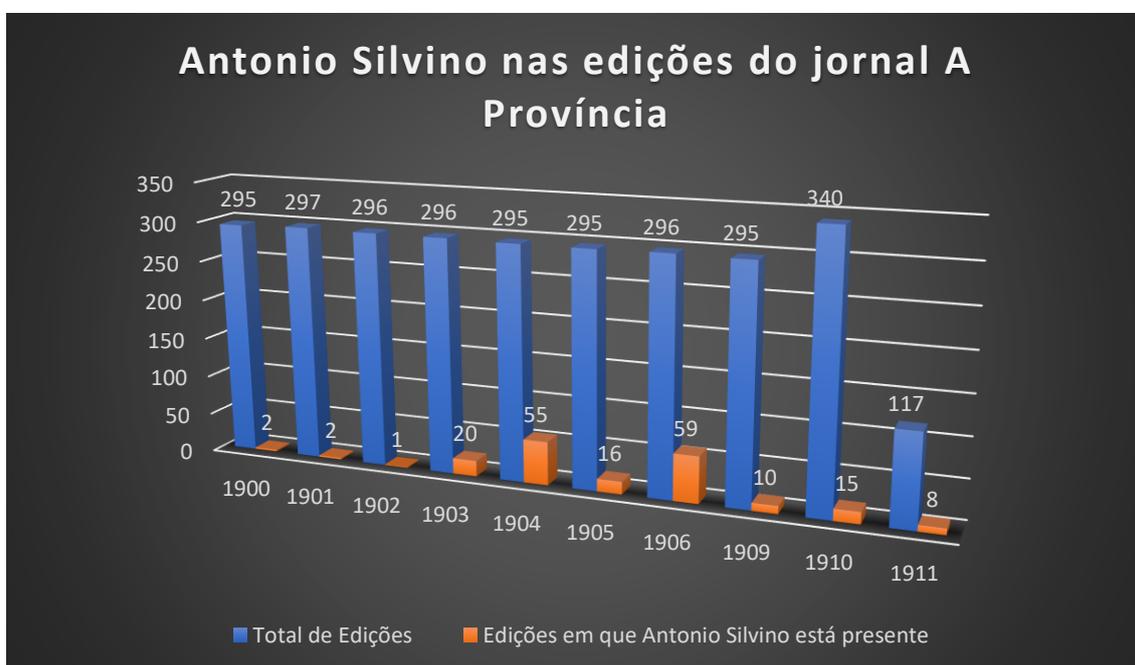


Gráfico 02 –Antonio Silvano nas edições do jornal A Província.

Mantendo regularidade no número de edições, entre 295 e 297, no intervalo de 1900 a 1909, subindo para 340 em 1910 e caindo para apenas 117 em 1911, *A Província* teve, nos anos de 1904 e 1906, os maiores índices de edições com a presença de Silvano – 18,64% e 19,93%, respectivamente –, períodos que também tiveram publicação mais expressiva no situacionista *Diário de Pernambuco*. Mas somente nestes dois anos o jornal apresentou uma porcentagem maior

que 7%, de modo que a norma era a baixa presença do cangaceiro nos periódicos recifenses em geral.

Para os opositoristas de *A Província*, o assunto que, como dito anteriormente, poderia ser entendido como um incômodo para os adversários políticos e do jornal que os representava, não fora ostensivamente utilizado. Este baixo número, tanto em uma folha de oposição quanto na de situação, parece indicar um ponto comum: por mais que *A Província* usasse o assunto para criticar de forma direta os governistas, enquanto o *Diário de Pernambuco* apontava o trabalho incansável dos órgãos competentes na luta contra o banditismo, a presença de homens que viviam de saques e extorsões no interior, exercendo um poder paralelo, era uma ameaça à República enquanto instituição nacional. Antonio Silvino era, portanto, um tema que funcionava como arma poderosa de ataque aos adversários políticos. Era, também, um elemento que tornava evidente o fracasso do Estado quanto à sua capacidade de garantir a ordem, a legalidade e a propriedade, sendo considerado um entrave para a consolidação da jovem República.

Curiosamente, em ambos os jornais o título de notícia com maior reincidência foi o mesmo: “Antonio Silvino”³⁸⁷. Em *A Província*, entre os anos 1900 e 1911, no interior de 188 edições em que o cangaceiro é mencionado, em mais de 57% o título foi “Antonio Silvino”. No *Diário de Pernambuco*, por sua vez, entre os anos 1902 e 1911, no interior das 177 edições analisadas encontrou-se maior variedade de títulos, contando com mais de 18% intituladas “Antonio Silvino”.



Gráfico 03 – Os títulos das notícias.

³⁸⁷ Algumas poucas variações, sem alterar o sentido geral, aparecem em ambos os periódicos.

Ao observarmos a diferença na quantidade presente nos dois jornais e comparar as datas e temas publicados, nitidamente não há relação entre as publicações com o mesmo título nas duas redações. Por outro lado, não se trata, propriamente, de uma seção, pois não há regularidade e homogeneidade nas inserções. O título é, em realidade, genérico, abarcando narração de crimes, informações variadas e até mesmo artigos de opinião, entre outras coisas. Reforça esta hipótese a existência de outro título recorrente, genérico, presente nos periódicos: “Os cangaceiros”. Com mais de 17%, este é o segundo título que mais aparece no *Diário de Pernambuco*, enquanto que em *A Província* o mesmo aparece em quase 6%, destacando-se como terceiro título com maior incidência. Diante disto, parece-nos que o título não tinha como característica a tentativa de chamar a atenção do leitor, sendo uma particularidade jornalística do período colocar o tema central, de forma direta e objetiva, para exemplificar e destacar a informação veiculada.

Ainda assim, é verificável, em ambos, uma lógica própria, intimamente ligada com a linha editorial do periódico, apreciável no gráfico a seguir.

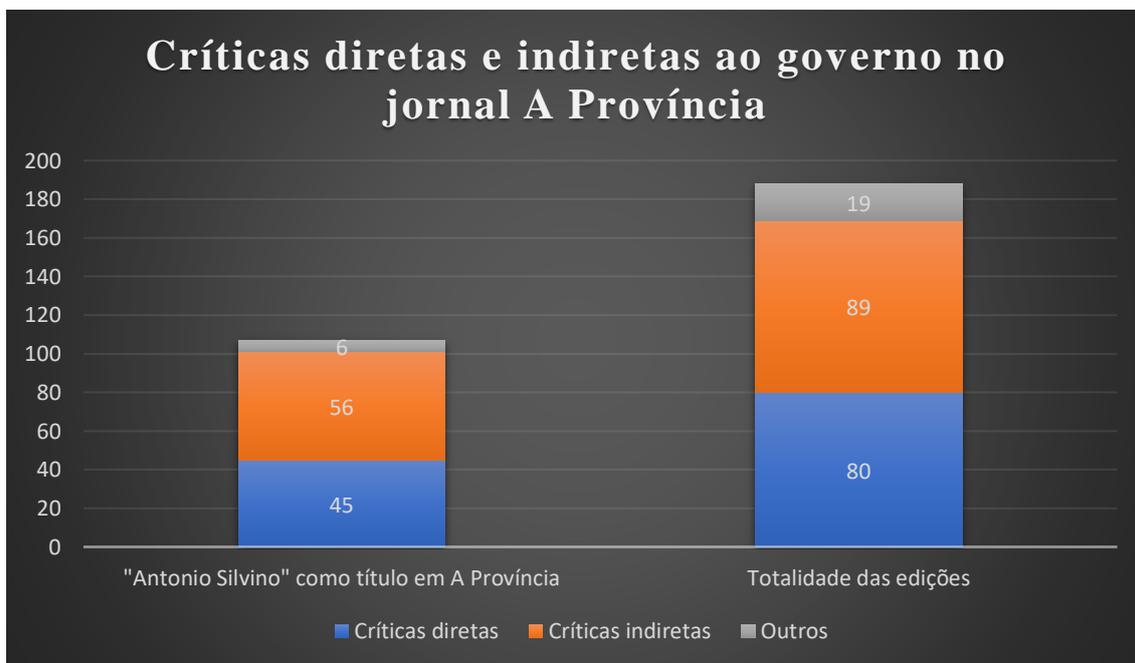


Gráfico 04 – Críticas diretas e indiretas ao governo no jornal A Província.

Entre as 107 edições de *A Província* em que aparecem publicações com o título “Antonio Silvino”, encontramos mais de 41%, com críticas diretas e explícitas ao governo de Pernambuco – independente de quem estivesse ocupando o cargo no Executivo estadual –, contando ainda com

quase 52% apresentando críticas indiretas ao governo³⁸⁸. Assim, nas inserções com o título “Antonio Silvino” presentes no jornal *A Província*, mais de 93% apresentavam, de algum modo, críticas ao governo, direta ou indiretamente. Quando analisadas na totalidade, encontraremos quase 90% de críticas, diretas ou indiretas, ao governo, de modo que os números apresentam leve queda, mas a tendência editorial se mantém.

Até mesmo os crimes cometidos pelo cangaceiro e narrados pelo periódico oposicionista aparecem, geralmente, acompanhados de críticas ao governo, como quando narrou um cruel assassinato em São Vicente, povoado de Timbaúba, em que Silvino teria pego um ex-cabo – que teria participado de perseguições a ele –, amarrando-o em uma árvore e, posteriormente, esfaqueando-o. Conclui o periódico, nesta publicação, que não contesta a boa vontade do governador, apenas enxerga como ineficaz as medidas tomadas³⁸⁹.

Colocando-se como defensor da população abandonada pelo Estado e denunciante contínua desta situação, o jornal *A Província* não se ressentia de utilizar quaisquer artimanhas linguísticas para chamar atenção. Neste sentido, por vezes, tenta jogar com as palavras tingidas de emoção, afirmando estarem exaustos de avisar e falar, sem que nada aconteça e tudo continue igual³⁹⁰.

Entre os muitos pontos utilizados para criticar o governo, *A Província* batia constantemente em alguns aspectos específicos para indicar a falácia governista e sua incapacidade na luta contra o banditismo no sertão. A primeira delas, relacionada à localização do bando que, dizia o jornal em 1910, encontrava-se a treze ou quatorze anos “em tres ou quatro municipios de Pernambuco e da Parahyba”, de modo que “sua zona de acção tem-se limitado a dezenas de léguas”³⁹¹, demarcando as cidades de Bom Jardim, Nazareth e Timbaúba, no Pernambuco, e Ingá, Campina e Cabaceiras, na Paraíba³⁹², como espaço privilegiado do cangaceiro.

A citação a estas cidades pernambucanas não são por acaso. Trata-se de localidades em que se encontra o predomínio da oligarquia rosista, como em Nazareth, onde Herculano Bandeira, que se tornaria governador de Pernambuco em 1908, era o chefe político. Segundo *A Província*, de forma ríspida, o amigo de Rosa e Silva “é o soberano de Nazareth e em Nazareth a quadrilha de Antonio

³⁸⁸ Nossa compreensão de “críticas indiretas” abarcou publicações que tinham como tema principal outros elementos, tais como a narração de crimes ou a informação da localidade em que o cangaceiro e seu bando se encontravam, entre outras coisas. Estas, ainda que lateralmente, indicavam a inépcia do Estado para lidar com a situação, apontando, disfarçadamente, este como o culpado por não resolver a situação.

³⁸⁹ *A Província*, 07 de julho de 1903.

³⁹⁰ *A Província*, 18 de novembro de 1905.

³⁹¹ *A Província*, 05 de junho de 1910.

³⁹² *A Província*, 10 de julho de 1903.

Silvino não receia perseguição”³⁹³. Neste pequeno espaço circunscrito, na divisa entre Pernambuco e Paraíba, de domínio rosista, Silvino e seu bando, sempre que necessário, encontravam proteção de grandes fazendeiros, recebendo inclusive armas e munições para se opor a possíveis forças policiais³⁹⁴. Nestas localidades, segundo *A Província*, por vezes a própria polícia auxiliava os cangaceiros nas extorsões, como em Macapá, onde um praça fora escolhido para ajudar³⁹⁵, assim como o fez o subdelegado de Surubim, povoado de Bom Jardim³⁹⁶.

Estas situações, para o jornal, estavam ligadas à forma como as instituições eram construídas para fortalecer o grupo político dominante. Os cargos de delegado e subdelegado, espaço privilegiado para obtenção de alguma ascensão econômica e social no interior do estado³⁹⁷, eram escolhidos a partir de filtros políticos³⁹⁸ ou familiares, buscando construir alianças que garantissem o predomínio oligárquico. Neste ponto, *A Província*, sempre que a possibilidade se apresentava, tecia críticas severas relacionadas ao tema, como a notícia de demissão do delegado de Timbaúba, José Pedro de Oliveira, substituído por Antonio Carlos Guedes Alcoforado, que passou a ajudar, dar pouso e acompanhar Silvino na “cobrança de impostos”³⁹⁹. Com acidez, dois anos antes, o jornal apontava que o subdelegado de São Vicente, demitido por Gonçalves Ferreira pelo fato de ter ajudado nos roubos à vila, fora reintegrado, enquanto o subdelegado de Macapá, que também auxiliara em extorsões, se mantém em suas funções e, Ranulpho Queiroz, aquele que se orgulha de hospedar Silvino, foi nomeado promotor em Caruarú⁴⁰⁰.

Desta forma, para o jornal a imoralidade era uma marca das forças policiais, construída a partir da relação entre chefe político local e os cargos máximos de autoridade legal no interior. Por isso, para *A Província*, em diversas oportunidades, mesmo munidas de informação para seguir em perseguição, ordens eram dadas para marchar em direção oposta ao destino dos bandidos⁴⁰¹. De modo explícito, o jornal coloca o governo, por meio de seus agentes oficiais no interior, como cúmplices dos cangaceiros, concluindo que as posições políticas apontam para seus interesses: “a amizade de Antonio Silvino deixa lucros”⁴⁰².

³⁹³ *A Província*, 09 de novembro de 1904.

³⁹⁴ *A Província*, 02 de março de 1904.

³⁹⁵ *A Província*, 26 de outubro de 1904.

³⁹⁶ *A Província*, 19 de setembro de 1903.

³⁹⁷ VILLELA, 2004, p. 75.

³⁹⁸ *A Província*, 26 de outubro de 1904.

³⁹⁹ *A Província*, 18 de novembro de 1906.

⁴⁰⁰ *A Província*, 01 de novembro de 1904.

⁴⁰¹ *A Província*, 26 de abril de 1906.

⁴⁰² *A Província*, 01 de novembro de 1904.

Em outra esfera, o jornal indicava que a própria polícia não encontrava abrigo entre a população, uma vez que deixava prejuízos em diversos locais por onde passava⁴⁰³, muito por conta de suas atitudes indisciplinadas e violentas⁴⁰⁴. O Coronel Zacharias Neves, engrandecido pelo *Diário de Pernambuco*, fora denunciado em *A Província*, onde indicaram que ele espancava pessoas que julgava não ter lhe dado informações precisas sobre o cangaceiro, chegando a deixar um sujeito quase morto⁴⁰⁵. Uma polícia imoral e desmoralizada frente à população, era o que parecia para *A Província* e que a fazia questionar os altos gastos do governo – que constantemente ampliava contingente e adquiria material bélico – com uma instituição ineficiente⁴⁰⁶. Com ironia, indicava, no entanto, que tal ineficácia poderia ser um planejamento estratégico para o futuro equilíbrio financeiro do Estado se o governador colocasse para render a juros o valor destinado para recompensa daquele que conseguir prender Silvino⁴⁰⁷.

O jornal oposicionista, portanto, indicava que, sendo do conhecimento de todos a região limítrofe de atuação do bando de Antonio Silvino, cabível de indicar inclusive fazendas e engenhos em que adquiria proteção e patrocínio, a luta contra um pequeno grupo de bandidos não demandava um grandioso exército, tampouco esforços de guerra, de modo que pelas estratégias ineficientes para o combate ao banditismo, a sua existência e crescimento no Sertão seria culpa única e exclusiva do governo⁴⁰⁸. Neste caminho, *A Província* aponta a fórmula para alcançar a vitória contra o bando de Antonio Silvino: desarticular os protetores e patrocinadores, independente se amigos ou não do governo, moralizar as tropas policiais e colocar líderes independentes, sem ligações com os chefes políticos do interior⁴⁰⁹.

Perceptível em *A Província*, a lógica editorial diante do problema do cangaço e do combate a Antonio Silvino e seu bando também é verificável no *Diário de Pernambuco*, como pode ser visto no gráfico abaixo.

⁴⁰³ VILLELA, 2004, p. 69-72.

⁴⁰⁴ *A Província*, 23 de junho de 1906.

⁴⁰⁵ *A Província*, 17 de maio de 1911.

⁴⁰⁶ *A Província*, 22 de maio de 1906.

⁴⁰⁷ *A Província*, 24 de novembro de 1905.

⁴⁰⁸ *A Província*, 23 de junho de 1906.

⁴⁰⁹ *A Província*, 23 de junho de 1906.

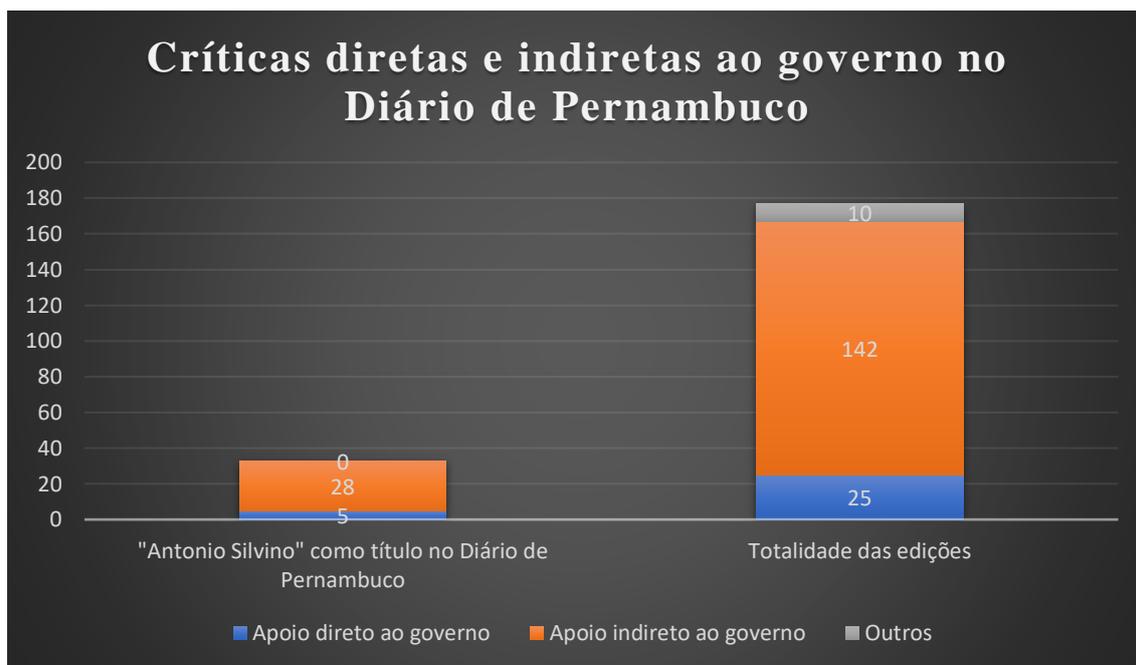


Gráfico 05 – Críticas diretas e indiretas ao governo no Diário de Pernambuco.

Todas as 33 inserções com o título “Antonio Silvino” são favoráveis à atuação do governo pernambucano no caso, tendo pouco mais de 15%, como elogios diretos e quase 85% que favorecem indiretamente o Estado. Quando analisada a totalidade, os números registram uma queda, mas ainda alcançam a surpreendente marca de mais de 95% das publicações apresentando uma defesa direta ou, de modo indireto, um olhar favorável à atuação do Governo no combate ao bando de Antonio Silvino.

O *Diário de Pernambuco* publicava, em suas páginas, no início do mês de março, as Mensagens Oficiais do Governo do Estado ao Congresso Legislativo. Independente da pessoa que ocupava o cargo Executivo estadual, a ideia positiva se mantinha, colocando Sigismundo Gonçalves que “a administração não tem poupado esforços”⁴¹⁰, que tem “empregado os recursos [...], distribuindo fortes contingentes da força pública”⁴¹¹, mantendo “em constante movimento forças policiaes no firme proposito de perseguir e capturar aquelles bandidos”⁴¹² ao ponto de, segundo Herculano Bandeira, “haver cessado a frequencia alarmante de assaltos, á mão armada, á população dos campos”⁴¹³.

⁴¹⁰ *Diário de Pernambuco*, 10 de março de 1904.

⁴¹¹ *Diário de Pernambuco*, 07 de março de 1906.

⁴¹² *Diário de Pernambuco*, 07 de março de 1907.

⁴¹³ *Diário de Pernambuco*, 07 de março de 1909.

Não poderíamos esperar menos. A versão oficial buscava demonstrar, mesmo enfrentando percalços, uma atitude incessante na luta contra o banditismo no Sertão. Publicava-se, deste modo, elogios constantes à força policial, braço armado do Estado no combate aos criminosos, ressaltando nomes dignos de menção, tais como o delegado de Bom Jardim, alferes Thomé de Hollanda Cavalcante, sempre em “contínua perseguição”⁴¹⁴, tendo trocado tiros em uma fazenda da região, após ser chamado diante do assalto de um homem que dizia ser Antonio Silvino, matando-o e, posteriormente identificando tratar-se de um homem de Barro Branco que estava cometendo crimes na região⁴¹⁵. Assim como o delegado de Bom Jardim, o alferes Christovam Gonçalves, que assumiu a delegacia de Taquaritinga, é exaltado por ter feito com que, desde quando assumira o posto, Antonio Silvino e seu bando não mais entrassem na cidade⁴¹⁶.

Mesmo sem conseguir prender Antonio Silvino, o periódico coloria quaisquer ações contrárias como grande esforço do Estado contra os bandidos sanguinários. Não existe exemplo melhor para tal situação do que o modo eloquente como, entre os anos 1908 e 1909, o *Diário de Pernambuco* colocou o Capitão Zacharias Neves como responsável por afugentar o cangaceiro dos domínios pernambucanos. Louvado como “garantia unica dos moradores daquela zona”⁴¹⁷, o militar designado para a perseguição ao bando de Silvino diretamente pelo chefe de polícia de Pernambuco, Ulysses Costa, em 1908, teria os surpreendido na fazenda do Coronel Maracujá e, após tiroteio, teria conseguido causar ferimento grave em Antonio Silvino que, usando o Coronel como escudo, conseguira fugir⁴¹⁸.

As publicações elogiosas a membros da força policial aconteciam, mas o cangaceiro, em si, não era vencido por estes, situação que levava o jornal a transferir a culpa para a população. É neste sentido que o periódico narra detalhadamente uma série de crimes em Pilar, na Paraíba, onde, após arrecadar uma quantia considerável, dividiu mais de 200\$000 com os pobres que, entusiasmados com tamanha bondade, os saudavam e aplaudiam calorosamente⁴¹⁹.

Utilizando-se deste expediente, o discurso apresentado pelo *Diário de Pernambuco* constrói uma narrativa de diminuição das responsabilidades do Estado e de sua força militar no combate ao cangaceiro Antonio Silvino. O jornal esforça-se continuamente para mostrar que o Executivo estadual estaria empregando todos os esforços possíveis, com sujeitos honrados trabalhando

⁴¹⁴ *Diário de Pernambuco*, 24 de outubro de 1903.

⁴¹⁵ *Diário de Pernambuco*, 05 de janeiro de 1904.

⁴¹⁶ *Diário de Pernambuco*, 28 de setembro de 1907.

⁴¹⁷ *Diário de Pernambuco*, 31 de dezembro de 1908.

⁴¹⁸ *Diário de Pernambuco*, 19 de maio de 1908.

⁴¹⁹ *Diário de Pernambuco*, 05 de março de 1907.

incansavelmente nesta missão, mas que, no entanto, os mesmos eram frustrados diante da simpatia da população sertaneja, que protege os bandidos.

Torna-se evidente, portanto, que, mesmo não existindo uma seção própria para tratar do cangaço e do bando de Antonio Silvino, havendo diferentes temas sendo trabalhados e um espaço temporal entre 1900 e 1911, com diferentes sujeitos exercendo o poder Executivo no estado de Pernambuco, assim como escrevendo nestes periódicos, a análise destas inserções permite compreender a linha editorial, relacionada ao tema, de *A Província*, opositorista, em ataques ao governo, e do *Diário de Pernambuco*, situacionista, em defesa do mesmo.

Ainda que observando esta tendência editorial, não poderíamos cair na ingenuidade de olhar para o período em análise somente em um todo, sendo essencial decifrar as flutuações na quantidade de inserções de Antonio Silvino nas páginas dos jornais e as possíveis razões para estas, uma vez que as mesmas não seguiram uma regularidade e, seguramente, tal fato estava ligado a motivações externas.

De início, parece-nos claro que Antonio Silvino torna-se um problema em 1903. Enquanto o *Diário de Pernambuco* teve apenas uma publicação sobre o cangaceiro em 1902, no ano de 1903 este número saltou para 10, chegando a 33 em 1904 e tendo outro ponto alto em 1906, com 30. Já em *A Província*, de 05 publicações entre 1900 e 1902 – 02 em 1900, 02 em 1901 e 01 em 1902 – subiu para 20 em 1903, chegando a 55 em 1904 e 59 em 1906. O gráfico abaixo permite visualizar o aumento do destaque destinado ao assunto.

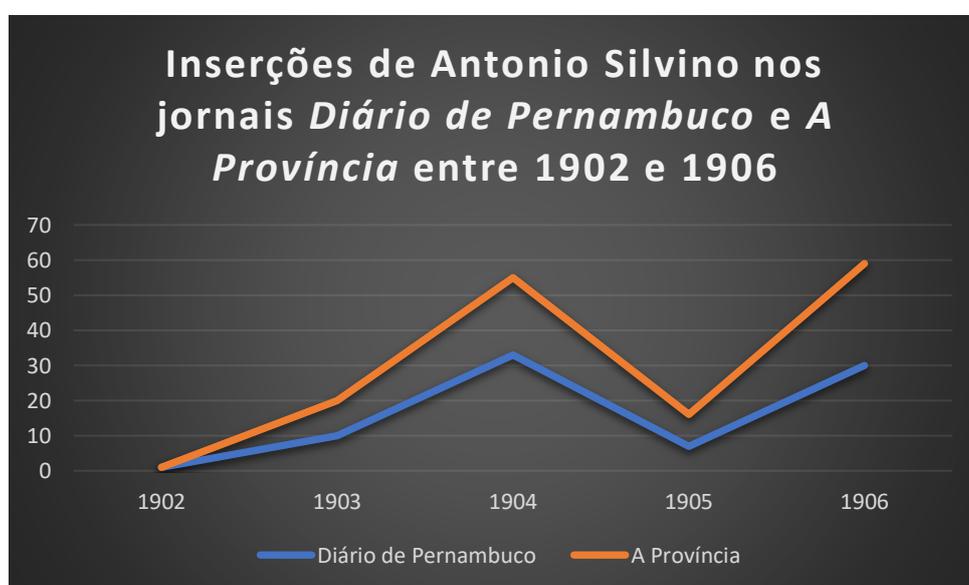


Gráfico 06 – Inserções de Antonio Silvino nos jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província* entre 1902 e 1906.

Os anos 1904 e 1906, com muitas edições em que Antonio Silvino povoa o noticiário, é intercalado com uma queda no ano de 1905, o que deve ser observado com maior precisão. De qualquer modo, em 1903, quando as publicações sobre o cangaço e, especificamente, o bando liderado pelo cangaceiro começam a aumentar, ganhando importância enquanto assunto a ser tratado na imprensa recifense, o primeiro item que nos chama atenção é a ausência de crimes narrados simultaneamente pelos dois periódicos. Enquanto crimes são narrados pelo *Diário de Pernambuco* em vilarejos pertencentes aos municípios de Bom Jardim⁴²⁰ e Nazareth⁴²¹, o jornal *A Província* trabalha para demonstrar que Silvino comete crimes há seis anos e sempre que se encontra sob perseguição na Paraíba se refugia nestes territórios⁴²², da mesma maneira que aborda outras críticas, tais como a ausência de proteção aos vilarejos⁴²³ – uma vez que os delegados ficam nas sedes dos municípios – e a incapacidade⁴²⁴ ou falta de vontade dos agentes policiais responsáveis pela captura, que chegam a trabalhar auxiliando Silvino nos saques⁴²⁵.

Parece-nos, portanto, que *A Província* percebeu o tema como artifício para atacar o governo de Gonçalves Ferreira, enquanto o *Diário de Pernambuco* tinha que apresentar, por sua vez, uma estratégia de defesa ao governo e seus aliados nos municípios de Bom Jardim e Nazareth, atacados pelo periódico adversário. Tal perspectiva apresenta maior respaldo quando percebemos que, com exceção de fevereiro – quando houve uma inserção no *Diário de Pernambuco*, mas não no jornal *A Província* – e setembro – quando há duas em *A Província*, mas não no *Diário de Pernambuco* –, em todos os meses em que acontece publicações, estas ocorrem nos dois periódicos.

O que nos leva a crer na relação intrínseca entre as motivações políticas e o aumento das publicações relativas ao cangaço nos anos 1903, 1904 e 1906 é um contexto nacional com reverberação aguda em Pernambuco: a reforma eleitoral, tocada sob liderança de Francisco de Assis Rosa e Silva, também chamada de Lei Rosa e Silva, entre os anos 1903 e 1904⁴²⁶, com efetivação prática nas eleições estaduais de 1906.

Os conturbados primeiros anos da República no Brasil, marcados por embates constantes entre o Legislativo e o Executivo, tiveram seus ânimos acalmados durante a presidência de Campos Sales, quando este organizou a chamada política dos governadores, uma aliança entre os dois

⁴²⁰ *Diário de Pernambuco*, 18 de fevereiro de 1903.

⁴²¹ *Diário de Pernambuco*, 16 de julho de 1903.

⁴²² *A Província*, 18 de junho de 1903.

⁴²³ *A Província*, 07 de julho de 1903.

⁴²⁴ *A Província*, 09 de julho de 1903.

⁴²⁵ *A Província*, 19 de setembro de 1903.

⁴²⁶ Uma discussão detalhada e aprofundada sobre a Lei Eleitoral Rosa e Silva pode ser vista no terceiro capítulo da tese de doutorado *A República oligárquica de Pernambuco: montagem e declínio de Francisco de Assis Rosa e Silva*, de Audenice Alves dos Santos Zacarias, intitulado “Lei Eleitoral Rosa e Silva: ‘a reforma das reformas’ (1902-1904)”.

poderes, onde só seriam confirmados como eleitos os candidatos escolhidos pelos Governadores, em consonância com os anseios dos coronéis locais – que dominavam a política estadual – que orbitavam um oligarca e teriam seu poder respeitado enquanto mantivessem seu apoio irrestrito ao governo presidencial⁴²⁷. Tal arranjo garantiu estabilidade à República, propiciando governabilidade ao governo federal⁴²⁸.

Em Pernambuco, desde 1896, o oligarca que geria a organização política estadual era Francisco de Assis Rosa e Silva, de modo que a política dos governadores acabava por favorecer a manutenção dos poderes que exercia. Mas este arranjo sistemático de dominação do poder, que construía um cenário político com ausência de oposição, não inspirava legitimidade, levando a, entre 1902 e 1903, diversos segmentos darem início a um movimento por uma reforma eleitoral, momento em que Rosa e Silva, saindo da vice-presidência, assumiu o cargo na Câmara Alta e, com muito prestígio, vivenciou seu momento de maior relevância política, assumindo a possibilidade de ser o principal condutor desta reforma⁴²⁹.

Para além das disputas pelo domínio do processo, o projeto vencedor, apresentado por Rosa e Silva, trouxe mudanças significativas na lei eleitoral, ficando marcada por caracterizar “avanços, permanências e retrocessos normativos”⁴³⁰. As principais transformações foram a unificação das regras do processo eleitoral, a institucionalização de uma regra universal e pública para o alistamento eleitoral e a normativa sobre a instalação de urnas em propriedades públicas. Tais elementos, seguramente, caminhavam para a construção de eleições mais distantes das fraudes que, até então, facilmente ocorriam⁴³¹.

Outros pontos da reforma eleitoral, no entanto, indicam permanências em relação ao modelo anterior, tais como a forma de contagem dos votos – que se mantinha nos municípios e, logo, sob controle dos coronéis locais –, a possibilidade do voto aberto, a instituição de mesários locais – abrindo brechas para os coronéis colocarem pessoas de sua confiança nestes postos de trabalho eleitoral –, e um apoio à representação oposicionista – dando um verniz ainda maior de legalidade –, entre outros itens⁴³².

O jornal *A Província*, durante toda a tramitação da reforma, saía em oposição ao oligarca pernambucano Rosa e Silva, afirmando continuar as fraudes e o processo eleitoral maculado pelas

⁴²⁷ ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. *Primeira república em Pernambuco: flagelos da representação política (1904-1911)*. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 37, jan/jun, p. 26-45, 2019, p. 27-28.

⁴²⁸ Sobre esta questão, indicamos: DAVALLE, 2003; LEAL, 1997.

⁴²⁹ ZACARIAS, 2017, p. 81.

⁴³⁰ ZACARIAS, 2017, 95.

⁴³¹ ZACARIAS, 2017, p. 95-100.

⁴³² ZACARIAS, 2017, p. 100-105.

relações de poder intrínsecas à política local⁴³³, fraudes que passaram a ocorrer, em 1905, desde o alistamento eleitoral, com juízes impedindo a retirada de título para aqueles que não pertenciam à situação⁴³⁴. Parece-nos, assim, tanto pela análise da legislação quanto pelas críticas realizadas pela oposição, que a Lei Rosa e Silva tingiu de legalidade a política dos governadores, assegurando “que não fossem alterados os elementos do sistema eleitoral favoráveis à continuidade da república oligárquica”⁴³⁵. Tal contexto acirrou os ânimos políticos em Pernambuco, mobilizando as redações dos jornais *A Província* e *Diário de Pernambuco*, justificando o aumento expressivo do uso do cangaço como arma discursiva na arena política.

Esta hipótese fica ainda mais consistente quando olhamos as motivações no interior das edições em que Antonio Silvino aparece nos anos 1904 e 1906. Em 1904, no *Diário de Pernambuco*, temos o expressivo número de 42,42% das inserções tendo como eixo polêmicas com outros periódicos – principalmente com *A Província* –, apontando que era uma preocupação, enquanto órgão oficial do governo, defender a si e a seus aliados diante das outras folhas recifenses, enquanto que, em 1906, 43,33% referiam-se à prisão ou descreviam depoimentos de cangaceiros presos, em um discurso que parecia demonstrar que o Estado caminhava para a vitória.

Em flagrante contraponto, *A Província*, entre as publicações de 1904, destacam-se dois itens: 30,90% eram polêmicas com outros periódicos – principalmente com o *Diário de Pernambuco* –, sempre em ataque a outros jornais, parceiros do governo e o próprio governo ou em defesa do político paraibano Antonio Pessoa; e 45,45% eram críticas diretas ao governo do estado. No ano de 1906, tal como no jornal do espectro político oposto, as prisões e depoimentos tiveram grande relevância, com 27,11% das abordagens sobre o tema, atrás apenas das críticas diretas ao governo, que contaram com a atenção em 28,81%. As prisões e depoimentos, no entanto, eram tratadas de forma crítica, indicando que o principal cangaceiro, Antonio Silvino, continuava solto, arregimentando novos comparsas e praticando crimes.

Neste sentido, torna-se importante nos atermos aos depoimentos de cangaceiros que participaram do bando de Silvino, essencialmente os depoimentos de Rio Preto e Baliza, presos no ano de 1906, analisando as características destes testemunhos, de modo comparativo, apontando confluências e incongruências em cada um dos periódicos.

⁴³³ *A Província*, 07 de maio de 1903.

⁴³⁴ *A Província*, 05 de maio de 1905.

⁴³⁵ ZACARIAS, 2017, p. 81.

2.2.2. Os testemunhos de Rio Preto e Baliza e o cangaço como arma política

O ano de 1906 contou com a prisão de alguns cangaceiros famosos que pertenceram ao bando de Antonio Silvino. Relâmpago⁴³⁶, Rio Preto⁴³⁷ e Balisa⁴³⁸, bandidos que apareceram diversas vezes nas folhas dos jornais como membros do grupo, perderam a liberdade nesse ano. Os dois últimos, Rio Preto e Balisa, foram personagens principais em várias publicações nos jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província*, com seus depoimentos sendo transcritos e resultando em reverberações, às quais nos chamam atenção. Polêmicas que fazem transparecer temas que os cangaceiros presos não poderiam dizer.

A Província noticiou a chegada de Rio Preto à Recife. Preso em Goyaninha, no Rio Grande do Norte, foi transferido para a capital de Pernambuco, sob requisição de Santos Moreira, chefe de polícia, chegando no vapor *Una*, em movimento que gerou aglomeração de curiosos, desejosos de ver como eram estes exóticos bandidos sertanejos sobre os quais pululavam notícias nos jornais da capital⁴³⁹.

Dois dias depois, deu-se fim ao sigilo policial. Os dois periódicos tiveram acesso e puderam publicar um resumo das declarações de Rio Preto à polícia pernambucana, resguardando alguns pontos, restritos e em segredo de justiça⁴⁴⁰, assim como um segundo depoimento⁴⁴¹ e um terceiro, que só fora publicado e mencionado no *Diário de Pernambuco*⁴⁴².

O primeiro depoimento é praticamente idêntico em ambos os jornais, como não poderia ser diferente, uma vez que se trata de um depoimento, reescrito pelos periódicos. Há uma descrição de características do preso; uma explicação de como se deu a sua entrada no cangaço; citação à separação do bando em dois grupos, um sob liderança de Cocada e outro de Antonio Silvino, em decorrência de uma insubordinação de Rio Preto e consequente intervenção de Cocada, para evitar um fim trágico; uma sequência de crimes, entre assaltos e assassinatos; informações sobre Cocada; e tiroteio no Surrão.

Segundo *A Província*, “esta é a parte do depoimento que póde interessar ao público sem prejudicar a acção da polícia”⁴⁴³. Frase interessante quando nos atentamos para pequenos

⁴³⁶ *Diário de Pernambuco*, 28 de janeiro de 1906. *A Província*, 28 de janeiro de 1906.

⁴³⁷ *A Província*, 22 de março de 1906.

⁴³⁸ *A Província*, 22 de abril de 1906.

⁴³⁹ *A Província*, 27 de março de 1906.

⁴⁴⁰ *Diário de Pernambuco*, 29 de março de 1906. *A Província*, 29 de março de 1906.

⁴⁴¹ *Diário de Pernambuco*, 04 de abril de 1906. *A Província*, 04 de abril de 1906.

⁴⁴² *Diário de Pernambuco*, 17 de abril de 1906.

⁴⁴³ *A Província*, 29 de março de 1906.

acréscimos presentes no testemunho apresentado do *Diário de Pernambuco*, no mesmo dia. Neste, são citados nomes que não aparecem na versão de *A Província*, talvez por julgarem não “interessar ao público”, em duas ocasiões: após tiroteio, o bando liderado por Cocada teria se dispersado, indo Rio Preto para o engenho Barrocas, em Nazareth, sob recomendação do Major Philemon Nestor e de José Rezende; em outro momento, em Manoelo-PB, o bando liderado por Cocada, chegando na casa de Felismino – onde iam almoçar – foram surpreendidos pela força liderada pelo Capitão Caetano, mas conseguiram fugir⁴⁴⁴.

No segundo depoimento apresentado nos jornais, a mesma situação se repete: depoimentos praticamente idênticos, com alguns pontos que aparecem no *Diário de Pernambuco*, mas não em *A Província*⁴⁴⁵. No *Diário de Pernambuco*, especificamente, encontramos a afirmação de que Rio Preto e Antonio Silvino, mesmo com o desentendimento, não se tornaram inimigos, sempre estabelecendo diálogos quando se encontravam, assim como a assertiva de que em todos os lugares da Paraíba as autoridades protegem Antonio Silvino e o assassinato do subdelegado de Cachoeira da Cebola-PB, Ildefonso de Farias Braga⁴⁴⁶. A presença de uma denúncia de proteção na Paraíba pelo jornal situacionista parece indicar uma forma de defesa dos correligionários no interior, mostrando que no Pernambuco de Rosa e Silva tal situação não ocorre.

Depois desta publicação, *A Província* publicou três textos pontuando tópicos destes depoimentos, mostrando posicionamento direto sobre os assuntos tratados. No primeiro, um dia após a divulgação do segundo depoimento, o jornal teceu críticas diretas e severas ao governo de Pernambuco. Inicialmente, aponta que Rio Preto fora preso no Rio Grande do Norte – e não na Paraíba ou Pernambuco, espaço principal de atuação de Antonio Silvino e seu bando – e que seus depoimentos apontam nomes de protetores e locais de esconderijo. Seus depoimentos abarcam o intervalo de quatro a cinco anos em que Rio Preto esteve no bando de Antonio Silvino; nestes testemunhos, encontramos os seguintes nomes: Antonio Xavier de Moraes ou Tonho de Pagy,

⁴⁴⁴ *Diário de Pernambuco*, 29 de março de 1906.

⁴⁴⁵ Em comum, os seguintes pontos são abordados: uma visita ao engenho Jundiahy, de João Guilherme e posterior ida a Olho D'Água; o fato de Silvino dormir nas matas – afastado do grupo, mas onde seus companheiros saibam; o desconhecimento da origem de armas e munições, sabendo de doze ou treze caixas de munição presenteadas por Frederico de tal, em Campina Grande; algumas características e especialidades de Silvino; as separações dos grupos liderados por Cocada e aquele com local e data marcada para reencontro; hospedagem prolongada no engenho Palma de Orobó, de Dona Zezé, atualmente desafeto; reconhecimento da imagem de Antonia Francisca de Paula, amasia de Antonio Silvino; informações sobre Anna Maria da Conceição, jovem com quem estava no Rio Grande do Norte; estadia no engenho Tabatinga, do dr. Guerra, em Nazareth, assim como nos engenhos Mocoans, Bom Viver, Iguape e Independencia; Lula, em Timbaúba-PB, e José Resende, em Serra do Uruçú-PB, como protetores de Silvino; assassinato em Oratório-PB, Boqueirão-PB e de dois sargentos em Pedreiras-RN; e, por fim, o reconhecimento de que realmente se trata de Rio Preto, feita pelo barbeiro Antonio Barbosa, que teria cortado o cabelo deste e de Cocada no final de Dezembro.

⁴⁴⁶ *Diário de Pernambuco*, 04 de abril de 1906.

cunhado de Herculano Bandeira – partidário que se tornaria, posteriormente, governador do estado –, assim como João Guilherme, do engenho Jundiahy, uma das influências políticas em Bom Jardim, sob domínio de Joaquim Gonçalves – da família do governador. O jornal questiona, de maneira direta, se o governador Sigismundo Gonçalves e o chefe de polícia Santos Moreira se lembram desses amigos, citados nominalmente pelo cangaceiro aprisionado⁴⁴⁷.

Citou ainda o caso da recomendação de Nestor e Philomeno Gomes para que Rio Preto se escondesse no engenho Barrocas, fazendo novamente o mesmo questionamento, lembrando tratar-se de subdelegados de Serra Verde, pertencente ao município de Bom Jardim⁴⁴⁸. Esta informação foi corrigida no dia seguinte, diante de uma carta de Joaquim Gonçalves que afirma não ser protetor de Silvino e não ter nada com Nestor e Philomeno, que residem em Timbaúba – não sendo, portanto, autoridades em Bom Jardim. Na correção, *A Província* indicou tratar-se de outro Gomes, o subdelegado de Serra Verde, irmão dos personagens citados anteriormente, mas que, do mesmo modo, dava proteção a Antonio Silvino e seu bando⁴⁴⁹.

Desta polêmica com Joaquim Gonçalves, emanam outros nomes, que não apareceram no testemunho de Rio Preto, mas são denúncias do próprio jornal, questionando Joaquim Gonçalves sobre o subdelegado de Salgadinho, que tem ajudado Silvino em suas coletas, assim como o ex-subdelegado de Figueira, Manoel Mendes Pereira, o ex-subdelegado de Surubim e o ex-subdelegado de Queimadas, Manoel Delegado que garantem proteção a Antonio Silvino e são, sabidamente, seus amigos próximos⁴⁵⁰.

Polêmica que se desdobrou, passando a dialogar *A Província* com o periódico *A Cidade*. Este jornal, publicado em Nazareth, era um parceiro do *Diário de Pernambuco*, que diversas vezes republicava seus textos e informações, entrando na defesa de seus aliados⁴⁵¹. A folha interiorana saiu em defesa do Coronel Antonio Xavier de Moraes, vulgo Tonho do Pagy, dizendo ser inverídico que este é protetor de Antonio Silvino, respondendo *A Província* de que não fez tais afirmativas, apenas transcreveu o testemunho do próprio cangaceiro Rio Preto ao chefe de polícia, ao qual a folha interiorana é correligionária⁴⁵².

De modo evidente, o jornal *A Província*, utilizando-se de seu espaço enquanto tribuna política, buscou salientar pontos específicos dos depoimentos do cangaceiro Rio Preto,

⁴⁴⁷ *A Província*, 05 de abril de 1906.

⁴⁴⁸ *A Província*, 05 de abril de 1906.

⁴⁴⁹ *A Província*, 06 de abril de 1906.

⁴⁵⁰ *A Província*, 06 de abril de 1906.

⁴⁵¹ *Diário de Pernambuco*, 19 de abril de 1906.

⁴⁵² *A Província*, 12 de abril de 1906.

companheiro de Antonio Silvino em seu bando, ressaltando que não foi o governo pernambucano que realizou a prisão do cangaceiro, assim como a existência de correligionários situacionistas que abrigam Antonio Silvino, sendo a prisão do cangaceiro uma forma de atacar o governo e os governistas, vinculados à oligarquia Rosa e Silva, representada no *Diário de Pernambuco*.

Curiosamente, um nome que apareceu no segundo depoimento de Rio Preto, dr. Guerra, proprietário do engenho Tabatinga, em Nazareth, não apareceu neste palanque do periódico oposicionista, que deixou de amplificar sua presença nos testemunhos do cangaceiro. Em um terceiro depoimento do cangaceiro Rio Preto, que só foi publicado no *Diário de Pernambuco*⁴⁵³, ele aparece com grande relevância. Todos os citados eram de municípios paraibanos, com exceção do dr. Guerra, colocado como mais que um protetor: um amigo ao qual o próprio Silvino fazia questão de ressaltar que lhe presenteara com uma caixa de munição na primeira vez que se encontraram⁴⁵⁴.

Polemizando mais uma vez com o *Diário de Pernambuco*, *A Província* aponta o aparecimento repentino de um novo depoimento de Rio Preto e que a citação constante, neste testemunho, ao dr. Guerra, oposicionista em Nazareth, só podia ser uma exigência de reparação advinda dos políticos da referida cidade interiorana⁴⁵⁵. O *Diário* parece ter aprendido a lição de que, tanto quanto Antonio Silvino, os depoimentos de cangaceiros presos que estiveram em seu bando poderiam ser usados como arma política preciosa, de forma que o domínio da apresentação desta era primordial.

Neste ponto, o depoimento de Baliza indica uma alteração no caminho até então trilhado. Se com Rio Preto, *A Província* ganhou munição para validar um discurso – o de que partidários do governo na região de Bom Jardim, Timbaúba e Nazareth auxiliavam Antonio Silvino – que há muito vinha sendo abordado neste jornal, com Baliza o *Diário de Pernambuco* parece ter conseguido usar a máquina pública, por meio do chefe de polícia e da própria força armada estadual, em sincronia com o órgão de imprensa oficial, produzindo uma lógica discursiva favorável.

Em interrogatório secreto e divulgado à imprensa posteriormente, os depoimentos, mais uma vez, são muito parecidos. Três questões, no entanto, chamam a atenção: afirmou que, em Pernambuco, Antonio Silvino “é protegido por alguns senhores de engenho”; teria visitado, no

⁴⁵³ Afirmamos isto após observarmos que este terceiro depoimento não fora publicado em *A Província*, mas também não no *Jornal do Recife*, jornal situacionista contemporâneo aos dois em análise.

⁴⁵⁴ *Diário de Pernambuco*, 17 de abril de 1906.

⁴⁵⁵ *A Província*, 18 de abril de 1906.

engenho Tabatinga, em Nazareth, o dr. Guerra; e de que toda a oposição, de Pernambuco e Ceará, protege e auxilia o cangaceiro e seu bando⁴⁵⁶.

A *Província* não deixa de espantar-se com a perfeição das afirmações, indicando ser cômica a compreensão política de um cangaceiro analfabeto⁴⁵⁷, capaz de distinguir convenientemente “os amigos do governo de seus adversários”⁴⁵⁸, ao mesmo tempo em que é estranha e suspeita, uma vez que os inquisidores se deram por satisfeitos ao ouvir o nome do dr. Guerra, sem interessar-se por descobrir “outros”, assim chamados genericamente no depoimento⁴⁵⁹. Críticas feitas, mas, de qualquer modo, o *Diário de Pernambuco* foi capaz de guiar os rumos da narrativa.

Em outra esfera, um elemento que chama a atenção relaciona-se quando elencamos os crimes narrados no depoimento de Baliza, constatando que todos os que foram citados estavam presentes nos depoimentos de Rio Preto, não havendo novidades. A narrativa disponibilizada para a publicação nos jornais, portanto, deixa indícios de fraude e uso político direto e ostensivo. Neste sentido, os testemunhos dos cangaceiros Rio Preto e Baliza, membros do bando de Antonio Silvino, contribuem com a construção das representações do cangaceiro, indicando a elaboração de um panorama geral das disputas políticas entre os dois jornais e os grupos aos quais pertencem.

Disputas que ficam ainda mais palpáveis quando observamos os crimes apresentados nestes depoimentos. Na busca por encontrá-los nas páginas de edições anteriores dos jornais em análise, no momento em que aconteceram, outros aspectos parecem relevantes: o número dos crimes que aparecem e que haviam sido noticiados não é muito grande, havendo apenas cinco, sendo eles os crimes em Macapá-PE, Figueiras-PB, Aroeiras-PB, Pillar-PB e o assassinato de Marcos dos Pinhões. Mais importante do que o número, no entanto, é a forma em que os momentos estão dispostos.

Apenas dois deles aparecem no *Diário de Pernambuco*, enquanto quatro aparecem em *A Província*. O único que não fora narrado pelo último periódico foi o assassinato de um subdelegado, Francisco Antonio Sobral, em Figueiras⁴⁶⁰. Ainda que seja apresentado apenas um telegrama, na seção “Repartição Central da Polícia”, não constando grandes detalhes sobre o ocorrido, a menção acaba mostrando as especificidades das notícias do jornal situacionista.

⁴⁵⁶ *Diário de Pernambuco*, 14 de agosto de 1906; *Diário de Pernambuco*, 25 de agosto de 1906. *A Província*, 15 de agosto de 1906.

⁴⁵⁷ *A Província*, 24 de agosto de 1906.

⁴⁵⁸ *A Província*, 15 de agosto de 1906.

⁴⁵⁹ *A Província*, 15 de agosto de 1906; *A Província*, 26 de agosto de 1906.

⁴⁶⁰ *Diário de Pernambuco*, 18 de fevereiro de 1903.

Um crime contra policiais, que estariam no combate ao cangaceirismo, é destacado pelo *Diário de Pernambuco*, pois este, ainda que pudesse ser visto como uma derrota do governo, indicava a ação do Estado para enfrentar o problema, sendo, neste sentido, omitida pela oposição em *A Província*. Situação idêntica à presença do assassinato do subdelegado de Cachoeira da Cebola-PB, Ildefonso de Farias Braga, que só aparece no depoimento presente no *Diário de Pernambuco*.

Por outro lado, o crime em Macapá, que aparece nos dois periódicos e não envolve membros da polícia, no *Diário de Pernambuco* é tratado apenas como um informe do delegado de Timbaúba ao chefe de polícia, narrando de forma breve e indicando que até mesmo a polícia foi alvo do assalto⁴⁶¹. *A Província*, referindo-se ao mesmo crime, concede relevante destaque, apresentando-o em três edições, com riqueza de detalhes na descrição dos mesmos⁴⁶². Deste modo, parece-nos outro exemplo de um momento em que a narrativa é utilizada para favorecimento nas disputas políticas, na medida em que um crime terrível contra civis indefesos e sem auxílio e proteção do Estado, na visão de *A Província*, para o *Diário de Pernambuco* é apenas um informe protocolar.

Os outros crimes que aparecem nos depoimentos e que já haviam sido noticiados pelo jornal *A Província* – o assassinato de Marcos dos Pinhões⁴⁶³, outro assassinato em Aroeiras-PB⁴⁶⁴ e uma série de crimes no Pillar-PB⁴⁶⁵ – seguem o mesmo caminho de riqueza de detalhes e crimes cometidos contra uma população indefesa, sendo exemplo disso os crimes em Pillar-PB. Nesta cidade, informa o jornal, quatro cangaceiros entraram e se dirigiram à porta da cadeia, exigindo que as celas fossem abertas, o que foi atendido quando Antonio Silvino se identificou; os prisioneiros foram libertos e os soldados foram presos, levando as chaves, espingardas e munições, partindo na sequência para a casa de um chefe político local, dr. Napoleão⁴⁶⁶.

A ridicularização das forças policiais no interior dos estados de Pernambuco e Paraíba evidenciam como o jornal comunica ao público o problema do cangaço, destacando a ausência do Estado, negligente e incapaz de cumprir seu papel frente à sociedade, que se encontra lançada à própria sorte. A polícia não consegue cumprir seu papel e ainda aparenta ser um alvo fácil para os cangaceiros.

⁴⁶¹ *Diário de Pernambuco*, 25 de outubro de 1904.

⁴⁶² *A Província*, 25 de outubro de 1904; *A Província*, 26 de outubro de 1904; e *A Província*, 27 de outubro de 1904.

⁴⁶³ *A Província*, 19 de setembro de 1903.

⁴⁶⁴ *A Província*, 12 de outubro de 1904; e *A Província*, 21 de outubro de 1904.

⁴⁶⁵ *A Província*, 12 de agosto de 1904.

⁴⁶⁶ *A Província*, 12 de agosto de 1904.

Assim, a maneira como os crimes aparecem, tanto quanto os silenciamentos em relação aos mesmos, indicam elementos que evidenciam as disputas políticas entre os periódicos *A Província* e *Diário de Pernambuco*. Estes periódicos utilizam o cangaço, os cangaceiros e, em especial, Antonio Silvino, o líder do bando, como arma discursiva nos embates públicos estaduais, artifício primaz para desmoralizar seus adversários políticos.

2.2.3. Os crimes de Antonio Silvino: narrativas sobre o bandido, descrições da disputa política

No interior das edições encontraremos, em diversas ocasiões, a informação de crimes cometidos por Antonio Silvino e seu bando em determinada localidade sem, no entanto, discorrer sobre o acontecido. Uma troca de tiros entre a população e o bando de cangaceiros em Milagres-CE⁴⁶⁷ ou um assalto a duas casas em Varzea de Bredos, povoado pertencente a Bom Jardim-PE⁴⁶⁸, são exemplos de informações publicadas nos jornais, sem grandes detalhes. Geralmente em formato de notas curtas ou de telegramas recebidos do interior, tais informações poderiam possibilitar um mapa de crimes e da atuação do cangaceiro, mas não muito mais que isso. Por outro lado, os crimes narrados pormenorizadamente nos possibilitam um olhar por duas frentes: compreender como Antonio Silvino é representado, enquanto bandido, nas páginas dos jornais; e como estas representações eram agenciadas na luta política pelo poder estadual.

Ainda que o número não seja expressivo, no *Diário de Pernambuco* encontramos 33 crimes descritos com detalhes, correspondendo a quase 19% das inserções do cangaceiro Antonio Silvino, enquanto que no jornal *A Província* foram apenas 26, equivalente a quase 14% das publicações. O periódico situacionista, curiosamente, mesmo publicando menos reportagens sobre o cangaceiro Antonio Silvino, em um todo, apresentou mais relatos minuciosos de crimes em suas páginas.

Esta diferença de abordagem em relação aos crimes de Antonio Silvino parece-nos seguir uma lógica editorial. Para a oposição, nas páginas do periódico *A Província*, importa mais tecer opiniões críticas à atuação das forças do estado no combate ao cangaço do que relatar minuciosamente os crimes por eles cometidos, enquanto que para o *Diário de Pernambuco* os crimes narrados contribuem na construção do medo e do horror frente à barbárie que os bandidos errantes no sertão representavam e que o Executivo buscava coibir. Desta forma, a maior ou menor presença de narrativas detalhadas dos crimes tem relação com as impressões que se esperava causar em seus leitores, sendo a notícia uma ferramenta de persuasão.

⁴⁶⁷ *A Província*, 28 de julho de 1905.

⁴⁶⁸ *Diário de Pernambuco*, 23 de julho de 1903.

As estratégias de construção dos relatos jornalísticos, portanto, caminham pelas mesmas trilhas já apresentadas. Para o *Diário de Pernambuco*, o principal objetivo, ao detalhar crimes cometidos pelo cangaceiro, não parece ser a demonstração dos acontecimentos em si, mas construir uma percepção favorável ao governo, o que acontece em aproximadamente 82% das inserções de Antonio Silvino nas páginas do jornal⁴⁶⁹. A maior parte delas, no entanto, segue o itinerário de eclipsar a responsabilidade do governo para a situação no interior, o que foi observado na seguinte proporção: em 11 oportunidades temos elogios ou demonstrações que a polícia está trabalhando; em outras 10, indicação de que os crimes estão sendo cometidos na Paraíba e não em Pernambuco; a população é culpabilizada em 6 ocasiões; e 1 crime que não fora cometido por Silvino.

Assim, no *Diário de Pernambuco* encontramos descrições detalhadas de crimes que apresentam, como conclusão, relatos de forças policiais saindo em captura, ainda que não alcançando êxito⁴⁷⁰, de palavras colocadas como se tivessem sido pronunciadas pelo próprio Antonio Silvino, indicando que cometeu roubos porque precisa de dinheiro “para fazer frente à perseguição que move-me o governo”⁴⁷¹, de ação conjunta da polícia de diversos municípios da região de atuação do cangaceiro⁴⁷² e mesmo policiais morrendo na luta contra o cangaço⁴⁷³. Em todo caso, a imagem da polícia trabalhando indica o esforço incansável, para o *Diário de Pernambuco*, do governo estadual na luta contra o “célebre cangaceiro”, tal como anunciava os discursos oficiais dos governadores, direcionados ao congresso legislativo, em transcrições publicadas no jornal situacionista.

Mantendo a característica de publicar a versão oficial e difundir uma narrativa estatal, o *Diário de Pernambuco* aponta que o empenho do governo estadual, por meio de sua força policial, é constantemente atrapalhado pela própria população. Esta, por vezes, avisa tardiamente as autoridades⁴⁷⁴, em caso que chegam a 24 horas de atraso⁴⁷⁵, impossibilitando esforços para dar celeridade à perseguição. Além de atrapalhar, em certas ocasiões aplaude e confraterniza com os bandidos⁴⁷⁶, atuando contra os esforços benevolentes dos governantes. Em vista disso, ao ser

⁴⁶⁹ Nas que não apresentam este aspecto, encontramos 03 publicações solicitando auxílio ou intervenção para lidar com a situação – *Diário de Pernambuco*, 25 de outubro de 1904; *Diário de Pernambuco*, 27 de outubro de 1904; *Diário de Pernambuco*, 29 de agosto de 1907 – e outras 03 com a informação bruta, sem juízos de valor – *Diário de Pernambuco*, 16 de janeiro de 1907; *Diário de Pernambuco*, 29 de fevereiro de 1908; *Diário de Pernambuco*, 30 de abril de 1908.

⁴⁷⁰ *Diário de Pernambuco*, 19 de fevereiro de 1904.

⁴⁷¹ *Diário de Pernambuco*, 17 de fevereiro de 1906.

⁴⁷² *Diário de Pernambuco*, 18 de fevereiro de 1908.

⁴⁷³ *Diário de Pernambuco*, 01 de junho de 1910.

⁴⁷⁴ *Diário de Pernambuco*, 04 de agosto de 1907.

⁴⁷⁵ *Diário de Pernambuco*, 26 de novembro de 1905.

⁴⁷⁶ *Diário de Pernambuco*, 05 de março de 1907.

colocada como cúmplice dos cangaceiros, a população é posta como a culpada pelos esforços do Estado serem desperdiçados.

Em outra esfera, o ano de 1906 – como abordado, marcado por um processo eleitoral estadual após a reforma na legislatura sobre o tema – apresentou uma transformação interessante na forma em que os crimes passaram a ser noticiados no jornal, em um movimento que seria ainda mais amplificado a partir de 1908, com o governo liderado por Herculano Bandeira: em quase 39% dos crimes narrados a partir deste ano a ideia central é apontar que os crimes não estão sendo cometidos em Pernambuco⁴⁷⁷.

Na gestão Bandeira, chegou-se a festejar que Silvino já não mais entrava em Pernambuco⁴⁷⁸, situação que veio a permanecer por mais de dois anos, segundo os situacionistas⁴⁷⁹, o que parece ser verdade, uma vez que não há crimes noticiados em *A Província* neste período que venham a desmentir o *Diário de Pernambuco*. Mas este discurso, efetivamente, iniciara dois anos antes⁴⁸⁰, com notícias recorrentes que nitidamente explicitavam que a Paraíba era o local dos crimes de Antonio Silvino e de seu bando. Tal situação parece demonstrar que, junto às ações práticas do governo, a folha de propriedade de Rosa e Silva – e que ele, pessoalmente, encaminhava questões a serem ou não tratadas – trabalhava arduamente para construir uma representação favorável aos esforços estatais e afastar olhares de que o governo não estava cumprindo seu papel, ponto central para os opositoristas congregados no jornal *A Província*.

Contrário à oligarquia rosista, este periódico – que em números absolutos apresentou mais edições com inserções de notícias relacionadas a Antonio Silvino do que o *Diário de Pernambuco*, mas que relatou com detalhes menos crimes cometidos pelo cangaceiro e seus companheiros –, quando foi pormenorizar crimes, manteve, como não poderia ser diferente, a linha editorial para lidar com Antonio Silvino: potencializar a falha do governo, incapaz de colocar um fim nos bandidos que assolam o sertão pernambucano.

Entre as 26 edições em que aparecem relatos de crimes de Antonio Silvino, quase 85% apresentam críticas ao governo, diretas ou indiretas⁴⁸¹. Tais críticas, nem sempre diretas, são percebidas através de um olhar analítico, enxergando nas entrelinhas do que foi escrito e realizando uma observação pautada no tempo em que se encontram inseridas. Neste sentido, percebemos um

⁴⁷⁷ Não contabilizamos aqui os crimes cometidos na Paraíba, uma vez que o enfoque principal é outro.

⁴⁷⁸ *Diário de Pernambuco*, 15 de maio de 1908.

⁴⁷⁹ *Diário de Pernambuco*, 06 de junho de 1910.

⁴⁸⁰ *Diário de Pernambuco*, 28 de março de 1906.

⁴⁸¹ Nas publicações restantes, pouco mais de 15%, entre os crimes descritos no jornal *A Província* encontra-se uma comunicação oficial de um delegado, duas transcrições de notícias veiculadas por periódicos paraibanos e uma descrição própria.

movimento interessante: nos primeiros anos em que inserções de Antonio Silvino apareceram no jornal *A Província*, quando publicações sobre sua pessoa eram escassas, o tom menos agressivo era preponderante, com poucas informações chegando à capital retratando a condição dos moradores do sertão, assim como pouco interesse em um bandido recente como tantos outros que surgiam e desapareciam e, como tal, ainda não tinha prestígio para transformar-se em arma política nos periódicos.

Tal movimento, no ano de 1900, pode ser visto em duas ocasiões, nas quais, mesmo indicando uma série de crimes e a ausência de socorro, a conclusão é uma solicitação para que o governo auxilie os cidadãos pernambucanos no interior⁴⁸², tomando providências neste sentido, tais como o aumento do contingente de policiais nas regiões atacadas por Antonio Silvino⁴⁸³. A suavidade e, até certo ponto, o aspecto cortês das publicações logo serão deixadas de lado. A partir de 1903, momento em que, como abordado anteriormente, as tensões políticas ganham novos ingredientes e, neste contexto, Antonio Silvino passa a ser utilizado para atacar os políticos da situação, ligados à oligarquia Rosa e Silva, tem-se o enfoque com maior carga de tensão. É neste sentido que o jornal *A Província* publicará opinião, segundo eles vinda de uma carta do interior, de que os bandidos seguem impunes enquanto os moradores da região de atuação do cangaceiro permanecem sem garantias e à mercê dos crimes dos cangaceiros⁴⁸⁴, destacando a impunidade que permite que Silvino continue livre⁴⁸⁵.

A partir de então, ainda que o número de crimes noticiados não seja expressivo, a abordagem de crítica ao governo ganhará força, principalmente questionando a integridade de delegados e policiais do interior, com relações imbricadas com chefes políticos locais⁴⁸⁶. O jornal passa a responsabilizar, a partir de 1904, o chefe de polícia, dr. Gonçalves Melo, por manter estes ineptos delegados no cargo⁴⁸⁷, solicitando constantemente o envio de um oficial capacitado, de confiança e sem laços no interior, contratado com a incumbência única de capturar Antonio Silvino em missão especial⁴⁸⁸. Neste sentido, o periódico apelava à honra do governador Sigismundo Gonçalves para

⁴⁸² *A Província*, 17 de outubro de 1900.

⁴⁸³ *A Província*, 03 de novembro de 1900.

⁴⁸⁴ *A Província*, 26 de junho de 1903.

⁴⁸⁵ *A Província*, 13 de março de 1906.

⁴⁸⁶ *A Província*, 28 de junho de 1903.

⁴⁸⁷ *A Província*, 03 de janeiro de 1904.

⁴⁸⁸ *A Província*, 07 de julho de 1903.

que observasse esta proposta de solução⁴⁸⁹, ao ponto de perderem a paciência de tanto falarem sobre esta proposição sem que nada fosse realmente feito para colocar um fim no problema do cangaço⁴⁹⁰.

O caráter combativo das publicações de *A Província* a partir dos crimes noticiados foi relevante entre os anos 1903 e 1905, momento de movimentações e tensões políticas, contando com 17 edições contendo infrações detalhadas. Ou seja, neste período em que a inquietação pelas transformações no processo eleitoral era evidente, a descrição detalhada de crimes no jornal *A Província* era motivada pela possibilidade de, com estas narrativas, deixar evidente o caos que a gestão ligada à oligarquia rosista deixou o interior do estado, conclamando eleitores potenciais a buscarem novos rumos políticos para Pernambuco. As narrativas detalhadas, por conseguinte, funcionavam como denúncia.

O olhar sincrônico entre os dois periódicos torna-se, neste momento, elemento essencial para a análise. No mesmo espaço temporal, entre 1903 e 1905, o *Diário de Pernambuco* utilizava pouco o expediente da descrição detalhada de crimes, omitindo os pormenores das práticas criminosas dos cangaceiros; *A Província*, por sua vez, fez das narrativas minuciosas dos crimes uma bandeira de oposição ao governo. Com uma certa pacificação advinda dos resultados eleitorais, as estratégias se alteraram a partir de 1906: o *Diário de Pernambuco* apresentou significativo aumento a partir deste ano, quando passou a difundir a ideia de que Silvino passara a cometer crimes na Paraíba e não mais em Pernambuco; simultaneamente, há um decréscimo da estratégia dos crimes noticiados com detalhes pelo jornal *A Província*, que não deixou de criticar o governo, mas viu-se obrigado a mudar o meio de realizá-las, posto que as descrições detalhadas dariam força para a versão oficial de que o governo pernambucana havia afugentado os cangaceiros de seu território.

Se já não podia mais descrever minuciosamente os crimes, *A Província* alterou o método, passando então a indicar a promessa feita em abril de 1908 pelo então chefe de polícia do governo Herculano Bandeira, Ulysses Costa, de que prenderia Antonio Silvino e os demais cangaceiros em dois meses⁴⁹¹, compromisso que dois anos depois ainda não havia sido cumprido e possibilitava a proliferação de novos bandos pelo interior⁴⁹². O *Diário de Pernambuco* demonstrava-se indiferente à esta promessa sempre lembrada pelo jornal oposicionista, pois ainda que não cumprida completamente, a ausência de crimes cometidos em Pernambuco soava na opinião pública como uma vitória dos esforços do governo estadual.

⁴⁸⁹ *A Província*, 12 de outubro de 1904.

⁴⁹⁰ *A Província*, 21 de janeiro de 1905.

⁴⁹¹ *A Província*, 17 de fevereiro de 1909.

⁴⁹² *A Província*, 10 de abril de 1910.

Torna-se perceptível, portanto, que a publicação, a partir de 1906, de detalhes de crimes cometidos fora das fronteiras pernambucanas no jornal *Diário de Pernambuco* tinha como estratégia engrandecer Silvino enquanto bandido, exaltando a crueldade de seus crimes; ao representá-lo como “célebre cangaceiro”, o notável da polícia do estado era ressaltado, uma vez que o fazia permanecer longe de suas fronteiras. Para *A Província*, por sua vez, trata-se de indicar, ainda que os crimes não estavam sendo cometidos em Pernambuco, o estado não conseguiu ser efetivo ao ponto de dar uma solução final para o problema.

Deste modo, nas páginas dos jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província*, as narrativas sobre o bandido e a descrição detalhada de crimes de Antonio Silvino nos possibilitam observar as motivações políticas por trás das notícias sobre o cangaceiro, vislumbrando, para além da superfície delituosa, uma conjuntura marcada pela disputa pela hegemonia do poder político estadual. Assim, mais do que a informação dos acontecimentos no interior do estado, em quaisquer dos jornais os crimes atuavam na construção de uma representação do cangaceiro Antonio Silvino que favorecesse o seu posicionamento e agrupamento político. Para ambos, um bandido, com crimes cruéis; para cada um, crimes que apontam para caminhos diferentes: a disponibilidade do governo estadual – sob a tutela de Rosa e Silva – para lidar com o problema ou a incapacidade deste para resolver a adversidade presente.

2.3 Considerações finais

Analisando os dois periódicos, sincronicamente, perceberemos pontos em comum. Pleiteavam alcançar um mesmo público: a elite letrada, prioritariamente recifense, mas também do interior, com interesse nas disputas políticas estaduais. Defendiam a República enquanto motor para a modernidade, posicionando-se contrários aos cangaceiros bárbaros e antiquados, sendo o regime republicano e a aspirada modernidade, para ambos, o progresso desejado para o início do século XX, enquanto o cangaço era o atraso a ser extirpado.

Destas linhas gerais, extraímos a representação central do cangaceiro Antonio Silvino: bárbaro e cruel. Os crimes noticiados e as informações veiculadas apontavam esta característica. Deixavam escapar traços pessoais que contradiziam esta representação do cangaceiro não civilizado, apontando um homem de certo modo vaidoso e preocupado com demandas próprias da concepção moral moderna, ansiada na capital. Para além desta construção imagética do cangaceiro, que flutua entre o antigo e o moderno, o lastro da sociedade nas inserções de Antonio Silvino nas

edições dos jornais era ponto fulcral. Mais do que narrar os crimes, noticiar façanhas e crueldades, os periódicos *Diário de Pernambuco* e *A Província* manipulavam a imagem do cangaceiro com fins políticos, como arma em uma disputa pelo poder local.

Nestes jornais, ficou evidenciado a inexistência ou prevalência das inserções de Antonio Silvino em uma seção específica, tampouco apresentava, quase na completude das aparições, sem uma autoria declarada, situação que demonstra uma linha editorial na abordagem do tema. Esta, por sua vez, estava ligada intimamente com os posicionamentos políticos dos periódicos: os situacionistas utilizavam o cangaceiro como mote de notícias que mostrassem os esforços do governo na luta contra o cangaço; os opositoristas, ao contrário, usavam o mesmo para criticar, direta ou indiretamente, a oligarquia Rosa e Silva, demonstrando sua incapacidade de colocar um fim no problema.

O caractere iminente político das representações do cangaceiro nos jornais recifenses foi verificado a partir do espaço temporal em que houve um maior número de edições com a presença do cangaceiro, entre 1903 e 1906, situação ligada às tensões políticas provenientes da reforma eleitoral, que pintou com verniz de legalidade a política dos governadores, prática que garantia a manutenção das oligarquias locais no poder com meio de garantir estabilidade para o regime republicano em escala nacional. Neste apreensivo momento político, o cangaceiro foi utilizado como arma política, em conformidade com a linha editorial de cada periódico.

Conjuntura esta que pode ser verificada a partir de dois conjuntos organizados de formas de publicações: os depoimentos de cangaceiros presos que fizeram parte do bando de Antonio Silvino e os crimes cometidos pelo cangaceiro e narrados de maneira detalhada. Nestes dois planos de observação, a linha editorial de cada um dos periódicos tornou-se inequívoco, demonstrando como as representações do cangaceiro Antonio Silvino nos jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província* eram empregados como arma nas disputas políticas pela hegemonia do poder estadual.

Assim seja quando tratou de seus crimes, quando abordou seus parceiros presos ou quando abordou sua existência ambígua no sertão, não é do cangaceiro Antonio Silvino, em si, que os jornais estão falando. Neste sentido, o *Diário de Pernambuco* demonstrava, a partir do famoso bandido errante, o esforço incansável dos governadores ligados ao oligarca e proprietário do jornal, Francisco de Assis Rosa e Silva, para colocar um fim na incivilidade representada pelo cangaço e Antonio Silvino, enquanto *A Província* expressava o inverso, a insuficiência do Estado frente a esta adversidade, uma incompetência que, às vezes, parecia cumplicidade.

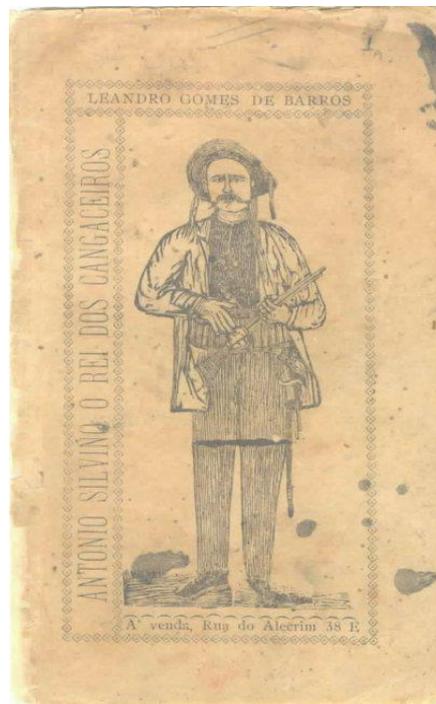
Torna-se indubitável, portanto, que Antonio Silvino, o “célebre facínora”, era mais uma arma de imensurável valor na luta política. Mais do que o bandido em si, trata-se de uma disputa política. Nos periódicos, enxergamos os interesses políticos de Francisco de Assis Rosa e Silva, materializando no *Diário de Pernambuco* seus anseios de dominação, assim como as ambições dos opositoristas, agrupados no jornal *A Província* e junto ao carismático líder José Mariano Carneiro da Cunha, desejosos da derrocada da oligarquia dominante.

O fim do domínio da oligarquia rosista, com a ascensão do general Dantas Barreto ao governo pernambucano, a partir de um tenso processo eleitoral, colocou fim à dicotomia entre os jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província*. Ficou a marca temporal da disputa entre os órgãos de imprensa e os sujeitos políticos. Evidenciou, também, a existência da multiplicidade de representações do cangaceiro Antonio Silvino, a partir de diferentes lugares de enunciação em um mesmo espaço e tempo.

CAPÍTULO 3

UM HERÓI CONTRA O PROJETO REPUBLICANO DE MODERNIZAÇÃO: AS REPRESENTAÇÕES DO CANGACEIRO ANTONIO SILVINO A PARTIR DOS FOLHETOS DO POETA LEANDRO GOMES DE BARROS

Capa de *Antonio Silvino, rei dos cangaceiros*, folheto publicado entre 1910 e 1912.



“Luctar dezesete annos
Como eu tenho luctado
Romper os grandes perigos
Como eu tenho enfrentado
É p’ra quem Deus é servido
Ou muito bem baptizado”

Excerto de *Todas as lutas de Antonio Silvino*, folheto de Leandro Gomes de Barros publicado entre
1910 e 1912.

Antonio Silvino foi tema profícuo no interior da obra publicada pelo poeta Leandro Gomes de Barros, representando aproximadamente 12% dos títulos aos quais tivemos acesso, o que não é estranho, se levarmos em consideração a relativa importância que o mesmo adquiriu, no contexto dos primeiros anos da República, em Recife, onde o poeta escrevia, mas também nas regiões interioranas e no sertão pernambucano, zona de atuação do cangaceiro.

Neste capítulo, nos propomos analisar as representações construídas pelo poeta em questão sobre o mais famoso cangaceiro daquele período, buscando entendê-las enquanto outro olhar para a realidade recifense no início do século XX, totalmente distinto dos periódicos que o representaram no mesmo espaço e tempo. Pretendemos evidenciar que esta representação do cangaceiro se trata de um contraponto à visão republicana e com viés de oposição à modernização imposta à capital.

Para tal, desenvolvemos um caminho que permite a compreensão do objeto, para então chegarmos ao objetivo antes exposto. Neste sentido, o capítulo fora dividido em duas partes. A primeira delas introduz o leitor no mundo da literatura produzida pelo poeta Leandro Gomes de Barros. Neste caminho, apresentamos o Cordel enquanto gênero literário com especificidades, desenvolvido na fronteira entre o oral e o escrito, sendo uma herdeira, no formato impresso, das cantorias orais, sem que fosse, no entanto, a mesma coisa, apresentando ainda, como marca inerente, o contato e diálogo constante entre autor e público.

Nesta tese, o autor recortado para análise foi o paraibano, radicado em Pernambuco, Leandro Gomes de Barros, considerado o primeiro a publicar, sistematicamente, folhetos de baixo custo e a viver exclusivamente do ofício de poeta, por meio da venda direta ou indireta destas publicações. Sua obra, construída a partir desta relação intensa com seu público, pode ser entendida como o repositório de uma cultura compartilhada.

Essa cultura compartilhada, um conjunto de pontos em comum, tanto em questões cotidianas quanto na forma de ver, enxergar e entender o mundo, está presente na obra do poeta e dão indícios tanto de seu público quanto de suas posições políticas, sociais e filosóficas. A materialidade dos folhetos, unido a outras fontes documentais, como os periódicos da época, permitem aproximar deste público com o qual o poeta tinha contato e compartilhava traços comuns.

Entender as características da literatura produzida, os caminhos trilhados pelo poeta, na vida e nas letras, assim como o público com quem dialogava, parece-nos um itinerário que leva a uma compreensão mais ampla da circulação de suas ideias e de como, em certa medida, é possível entender que posicionamentos distintos das concepções apresentadas nos periódicos recifenses também povoaram a Recife das duas primeiras décadas do século XX.

As posições do poeta serão apresentadas na segunda parte do capítulo, onde nos apegaremos de modo mais específico às representações do cangaceiro Antonio Silvino na obra do poeta Leandro Gomes de Barros. Na análise de doze folhetos e quinze narrativas que tinham o cangaceiro como personagem principal, todas publicadas em Recife, entre os anos de 1907/1908 e 1918, subdividimos em dois subgrupos: Antonio Silvino cangaceiro, com dez narrativas alocadas, e Antonio Silvino prisioneiro, com as outras cinco.

O cangaceiro é representado de duas maneiras distintas nestas poesias, questão evidenciada até mesmo na escolha do narrador, onde aquelas relativas ao cangaceiro em atuação são construídas predominantemente em primeira pessoa, enquanto as que retratam o prisioneiro apresentam o narrador em terceira pessoa. Diferenciação patente, nas narrativas em primeira pessoa, com o cangaceiro sendo a personagem a falar, é perceptível a presença, em sua construção, de um código de honra, chave de leitura para o mesmo, que será responsável por transformá-lo em arquétipo do homem valente e portador de uma honra inabalável.

Este homem exemplar é alçado à condição de herói, por meio de uma poesia construída em estrutura épica. A representação enquanto herói, valente e honrado, será produzida a partir do agenciamento, verossímil, de elementos históricos e míticos. Mas o herói, em carne e osso, não sobrevive a todas as intempéries. O cangaceiro Antonio Silvino, prisioneiro, não mais será representado com pinceladas sobre-humanas, sendo realçado seu lado humano, com sentimentos de remorso e tristeza.

O tom se altera, mas as tintas que representaram o cangaceiro herói, ainda que borradas, não serão apagadas. E o posicionamento político, social e filosófico expresso nas poesias de Leandro Gomes de Barros, ainda que de modo implícito, nos permitem enxergar a existência de múltiplos olhares sobre o cangaceiro e a República, em Recife, no início do século XX. É, ao menos, o que esperamos demonstrar.

3.1. A literatura produzida por Leandro Gomes de Barros e seu público

O Cordel⁴⁹³ pode ser entendido como um artefato poético de baixo custo de produção e venda, com fins de leitura/audição coletiva, com forte teor oral, estando o texto escrito em relação de

⁴⁹³ Optamos por não utilizar o termo *Literatura de Cordel*, mas antes somente Cordel. Fazemos isso não apenas por uma questão de escolha, mas por compreender, tal como defende Aderaldo Luciano dos Santos, (2012a, p. 81-85.) que o Cordel é uma modalidade poética, em formato específico, de modo que seu caráter literário já se encontra intrínseco. Ver em: SANTOS, Aderaldo Luciano dos. *Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro*. São Paulo: Luzeiro, 2012a.

dependência com a oralidade. Surgido no Brasil, mais precisamente na região hoje conhecida como Nordeste, entre o final do século XIX e início do século XX, é, de algum modo, herdeiro das cantorias orais que aconteciam na região e, conseqüentemente, tem a oralidade como elemento constituinte de seu estilo literário, o que garante a predominância de seu uso grupal⁴⁹⁴.

Leitura realizada em grupo, onde um leitor, em voz alta, apresenta o texto para ouvintes atentos à narrativa. Essa prática, característica das práticas de leitura ligadas ao Cordel, parece ter se desenvolvido e sido gestada ainda no período colonial da história brasileira. Nesse período, nas regiões rurais, os colonos de origem portuguesa formavam “grupos para ouvir o canto narrado ou a leitura de romances trazidos pelos colonizadores”, do mesmo modo que os sujeitos escravizados, de origem africana, mantinham o “hábito de contar suas histórias, cantando ou narrando”⁴⁹⁵.

Paralelamente, desenvolveu-se a prática de cantorias⁴⁹⁶, que ocorriam em festas e feiras da região. Os cantadores, poetas que perambulam pelos sertões cantando versos próprios e alheios, majoritariamente improvisados, ao som da viola e do pandeiro⁴⁹⁷, desenvolveram um estilo de métrica e rima que influenciaram, em grande medida, os poetas que, posteriormente, sedimentaram o Cordel enquanto estilo literário.

Dessa oralidade pulsante, presente na colônia portuguesa na América, parece-nos ter se desenvolvido, gradativamente, a cultura de leitura em grupo, assim como de cantorias orais. Trata-se de uma prática que não ficou restrita às regiões rurais, adentrando aos centros urbanos, como Recife, diante do processo de crescimento populacional ocorrido nas duas primeiras décadas do século XX, impulsionado fortemente pelo êxodo rural, entre outros fatores.

Em uma sociedade marcada pela oralidade, em que se divertia ao som dos desafios de cantoria, com a leitura coletiva, bem como convivía com a presença de cegos cantando em espaços públicos, a poesia corporizada em folhetos de Cordel apresentava-se como uma nova possibilidade de diversão e entretenimento. Certamente, a oralidade não estava presente apenas nesse aspecto

⁴⁹⁴ Cabe ressaltar uma questão terminológica: no início destas publicações, os poetas chamavam sua produção de “literatura de folhetos” ou simplesmente “folhetos”, o que pode ser atestado em diversas contracapas de edições do poeta Leandro Gomes de Barros. Somente a partir da década de 1970 estudiosos passam a usar o termo “literatura de cordel”, importando o termo português, que estava ligado à forma como os folhetos eram vendidos, presos em barbantes. Sobre a questão, ver: ABREU, 1993, p. 04-05; ABREU, 2006, p. 17.

⁴⁹⁵ QUEIROZ, Doralice Alves de. *Mulheres cordelistas: percepções do universo feminino na Literatura de Cordel*. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2006, p. 12.

⁴⁹⁶ Uma discussão mais aprofundada sobre cantadores e cantorias orais pode ser vista em: GOMES, Germana Guimarães. “*Insultos*”, “*Elogios*” e “*Resistências*”: participação de repentistas negros em cantorias do Nordeste (1870-1930). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2012.

⁴⁹⁷ AYALA, Maria Ignez Novais. *No arranco do Grito: aspectos da cantoria nordestina*. São Paulo: Ática, 1988, p. 16.

específico e particular, de caráter marcadamente comercial. O Cordel manteve traços dessa oralidade predecessora, de modo que “[...] o estilo característico dos folhetos parece ter iniciado seu processo de definição neste espaço, muito antes que a impressão fosse possível”⁴⁹⁸. É nesse sentido que Márcia Abreu, no artigo *Pobres Leitores*, afirma:

Cumpramos ressaltar que os folhetos não podem ser inseridos completamente seja na tradição escrita, seja na oral; o que há é a convivência, às vezes conflituosa, entre os dois primeiros. Os poetas populares nordestinos escrevem como se estivessem contando uma história em voz alta. O público, mesmo quando a lê, prefigura um narrador, cuja voz se pode ouvir. Desta forma as exigências pertinentes às composições orais permanecem mesmo quando se trata de um texto escrito. Portanto, pode-se entender a literatura de folhetos nordestina como mediadora entre o oral e o escrito⁴⁹⁹.

Sem enquadrarem-se, rigidamente, em nenhum dos polos, as narrativas de Cordel não são unicamente orais ou escritas, mas ambas, simultânea e inseparavelmente. Os folhetos impõem-se como mediadores entre o oral e o escrito, para que um encontre no outro a completude desejada na especificidade do Cordel enquanto literatura, utilizando a palavra escrita com ritmo e som, por meio da métrica e da rima. O Cordel, espaço de mediação entre o oral e o escrito, materializa essa característica coletiva da leitura no Brasil de então.

Como impresso, ganhou sua tradicional forma editorial entre o final do século XIX e início da década de 1920, os anos da chamada Primeira Geração de cordelistas. Desde seus primórdios, mantém o mesmo formato editorial de 16 por 11 centímetros, com apresentação gráfica estável, contendo capa – com ilustração e informações sobre os poemas no interior do folheto – e poesia distribuída em três, quatro ou cinco estrofes por página, tendo geralmente páginas com quantidade em múltiplo de quatro⁵⁰⁰.

Apresenta extensa variação de estruturas estéticas – modos de construir os versos e de cantálos –, entre as quais se destacam as sextilhas⁵⁰¹, décimas⁵⁰² e pelejas⁵⁰³. Joseph Luyten estima que

⁴⁹⁸ ABREU, Márcia Azevedo de. *Cordel português/folhetos nordestinos: confrontos – um estudo histórico-comparativo*. 1993. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Programa de Pós-Graduação, UNICAMP, Campinas-SP, 1993, p. 129.

⁴⁹⁹ ABREU, Márcia. *Pobres Leitores*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/marcia.html>. Último acesso em: 17 de Abril de 2020.

⁵⁰⁰ LIMA, Antonio Carlos Ferreira. *A permanência do ciclo místico religioso da literatura de cordel e sua correlação com os níveis de construção textual*. 2008. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2008, p. 28.

⁵⁰¹ Com sete sílabas em cada verso e rimas iguais no segundo, quarto e sexto, a sextilha é a estrutura mais utilizada pelos poetas de Cordel. Para ver um exemplo de sextilha, ver: BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

essa extensa variação de estrutura poética esteja em aproximadamente cem formas de versejar e que “um bom poeta cantador conhece pelo menos umas vinte”⁵⁰⁴. Apenas no interior desta extensa tradição estética, construída nos primeiros anos da constituição do Cordel enquanto gênero literário, é que os poetas possuem sua liberdade criativa.

Comumente associada, na bibliografia tradicional sobre o tema, a uma literatura escrita por poetas analfabetos ou semialfabetizados e consumida por um público com semelhante nível de escolaridade, é inserida como representante de uma cultura popular. Tais concepções apresentam problemas de interpretação e estão sendo, atualmente, questionadas e revistas, ampliando o horizonte de visão sobre o Cordel⁵⁰⁵.

A compreensão muitas vezes utilizada de cultura popular como oposta à cultura erudita traz consigo a ideia de oposição entre povo – entendido como os privados de bens econômicos, sociais e culturais – e elite. Essa percepção, extremamente frágil, baseada na dicotomia popular/erudito, transforma a cultura em algo estático, inviabilizando o conceito de circularidade cultural, segundo a qual existe uma relação de troca cultural entre diferentes segmentos culturais, que tornam a cultura um elemento vivo – perceptível no Cordel, que faz uso de elementos da cultura letrada e iletrada, simultaneamente, para se construir enquanto objeto cultural⁵⁰⁶.

O próprio termo cultura popular é alvo de uma reflexão para Burke, pois uma definição *a priori* concede “[...] uma falsa impressão de homogeneidade”, (BURKE, 2010, p. 17.) escondendo a diversidade cultural existente, as diferentes manifestações culturais populares no interior daquilo que é chamado de cultura popular⁵⁰⁷. Desse modo, é preferível fazer uso de outros termos, tais como o de “cultura das classes populares” utilizado por Carlo Ginzburg⁵⁰⁸, ou mesmo “culturas”, no plural, proposto por Michel de Certeau⁵⁰⁹. De qualquer maneira, tendo em mente que a noção de cultura popular é escorregadia – por vezes escondendo a diversidade e a circularidade existentes –,

⁵⁰² As décimas apresentam dez versos por estrofe, existindo diferentes formatos da mesma, entre os quais destacamos a mais tradicional, em formato ABBAACDDC, que pode ser vista em: BARROS, L. G. *Batalha de Ferrabraz com Oliveiros*, 1909.

⁵⁰³ Invenção ou recriação, as pelepas, nos folhetos de Cordel tenta produzir uma imitação dos duelos entre cantadores, de modo que sua principal característica é apresentar dois poetas que duelam para ver quem produz repente por mais tempo, obedecendo às regras do jogo; o primeiro a sair é o perdedor da peleja. Tal formato pode ser visto em: BARROS, L. G. *Segundo debate de Riachão com o Diabo fingido em homem chamado Mumbaça*, 1917.

⁵⁰⁴ LUYTEN, Joseph M. *O que é Literatura de Cordel*. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 55.

⁵⁰⁵ Entre os trabalhos que propõem uma discussão sobre o tema e percorrem este caminho, citamos: AYALA, 1988; GALVÃO, 2000; PERICÁS, 2010; LACERDA, 2017.

⁵⁰⁶ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 20-22.

⁵⁰⁷ Idem, p. 17.

⁵⁰⁸ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

⁵⁰⁹ DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

acreditamos que “[...] o reconhecimento do plural é essencial”⁵¹⁰, como forma de não escorregar nos atalhos da homogeneidade.

Esse reconhecimento da cultura no plural contribui, segundo entendemos, para diluir a noção de povo enquanto entidade homogênea que produz a cultura popular. Se a cultura popular não é um todo, homogêneo, tampouco o é a noção de povo, questionamento ao outro ponto levantado anteriormente – o público de cordel entendido como o povo, analfabeto ou semialfabetizado, sem acesso aos bens culturais.

Uma síntese desta produção científica, por via de regra, enxerga o poeta de Cordel a partir de dois prismas: ora como um representante de uma comunidade, sem voz, que, conscientemente, se levanta em sua defesa⁵¹¹; ora como informante e intérprete de uma comunidade, sem os meios de comunicação para tal⁵¹². Em ambos os casos, ele é considerado o porta-voz de um grupo social, identificado, de modo geral, como o povo, indefeso e sem acesso⁵¹³.

Trata-se de uma definição reducionista, proferida como se não houvesse uma necessidade de reflexão sobre a noção de poeta de Cordel enquanto porta voz do povo. Quando se fala em povo como público leitor/ouvinte e consumidor de cordéis, os trabalhos científicos estão falando destes como os moradores do sertão nordestino, sofrendores, pobres e excluídos. Acompanhando a reflexão proposta por José Carlos Cariacás Romão dos Santos, em que aborda as diferentes respostas dos sujeitos assolados pela seca, no sertão nordestino da parte final do século XIX, indicando que, ainda que em espaço e tempo idênticos, os atores sociais entregam respostas diversas para uma mesma realidade⁵¹⁴.

O povo, quaisquer que sejam as características a ele atribuídas, não pode ser entendido como algo dado, pronto e acabado. Seguindo as reflexões de Eni Orlandi, a noção de povo é uma

⁵¹⁰ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 309.

⁵¹¹ Esta concepção pode ser verificada em: ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. *A cultura dos cordéis: território(s) de tessitura de saberes*. 2007. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2007, p. 24.

⁵¹² Esta concepção pode ser verificada em: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Ler/Ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2000, p. 493-496.

⁵¹³ Uma série de outros trabalhos científicos, em diversas áreas do conhecimento, poderiam ser citados. Uma discussão mais ampla sobre esta questão pode ser vista em minha dissertação de mestrado, intitulada “*Que povo é esse?*”: Leandro Gomes de Barros e seus leitores (1900-1920), defendida em 2017.

⁵¹⁴ SANTOS, José Carlos Cariacás Romão dos. *A polifonia do Cordel de simbólica católica: contrapondo reducionismos interpretativos*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 40.

construção discursiva que pode se revestir de múltiplos significados, a depender da perspectiva do enunciador, de modo que não se trata de uma realidade concreta, um grupo social⁵¹⁵.

Essa definição nos leva à compreensão de que, tal qual *povo*, a noção de poeta de Cordel enquanto porta-voz e do público de cordel como analfabetos e semialfabetizados, sem acesso aos bens econômicos e culturais – presente em trabalhos acadêmicos de nosso tempo –, também é um discurso construído historicamente e socialmente, estando seu início ligado ao pensamento intelectual na virada do século XIX para o XX, aos folcloristas e à luta pela construção de um sentimento nacional, tendo se solidificado, a partir de diferentes vieses, mas principalmente atrelada a concepções marxistas da história e da teoria literária, entre os anos de 1950 e 1980⁵¹⁶.

Assim como Barthes⁵¹⁷ e Foucault⁵¹⁸, entendemos que o autor é um produto da cultura que lhe permite existir como tal. Não é o produtor original de um discurso. Em realidade, retira da cultura em que se encontra inserido elementos que, em outra medida, só podem ser inteligíveis por existir uma cultura compartilhada. Desse modo, o comunicador e o comunicado estão inseridos, como aponta Chaïm Perelman⁵¹⁹, em uma comunidade de espíritos, de forma que a comunicação ocorre por meio de um diálogo entre eles.

Acreditamos, portanto, que o poeta de cordel não é um porta-voz do povo, um representante dos excluídos ou o tradutor de uma mentalidade coletiva. Ele é, de maneira evidente, um poeta que produz a sua obra a partir de uma relação intrínseca com um público específico, do qual compartilha elementos culturais comuns.

Assim, é possível ampliar a definição inicial apresentada. O Cordel é uma produção poética de baixo custo de produção e venda, com desenvolvimento em um espaço regional específico, herdeira de uma tradição de poesia oral desenvolvida anteriormente naquela localidade, apresentando rigidez nas características estéticas fundadoras do gênero e construída a partir do diálogo entre o poeta e seu público, que compartilham elementos culturais.

Para nos aproximarmos do público com o qual o poeta mantinha este diálogo, caminharemos por compreender quem era Leandro Gomes de Barros – o homem e o poeta –, assim como sua poesia enquanto um repositório cultural de elementos compartilhados e elementos da materialidade dos folhetos combinados a outros vestígios, em periódicos, recenseamentos e na própria narrativa.

⁵¹⁵ ORLANDI, Eni. A noção de “povo” que se constitui em diferentes discursividades. In: DA SILVA, Soeli Maria Schreiber. (Org.). *Sentidos do Povo*. São Carlos: Clara Luz, 2006, p. 29.

⁵¹⁶ A discussão sobre esta genealogia foi desenvolvida no primeiro capítulo de minha dissertação, citada anteriormente.

⁵¹⁷ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁵¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

⁵¹⁹ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Este itinerário, se não nos permitirá enxergar os rostos e a recepção dos leitores/ouvintes, nos aproximará das características gerais deste auditório.

3.1.1. Leandro Gomes de Barros: a pessoa, o poeta

Natural de Pombal, município no interior da Paraíba, o poeta Leandro Gomes de Barros nasceu em 19 de novembro de 1865, na Fazenda Melancia. Filho de José Gomes de Barros Lima e Adelaide Gomes de Barros Lima, aos nove anos de idade mudou-se junto à mãe e irmãos para Vila do Teixeira, no mesmo estado, em decorrência da morte de seu pai. Passaram a morar juntos ao tio materno, Padre Vicente Xavier de Faria, que viria a se tornar o tutor da família e da herança deixada.

Essa mudança, possivelmente, foi o primeiro elemento a contribuir para a sua formação poética. Vila do Teixeira, na década de 1870, era um “[...] local de significativa importância para a poesia popular no Brasil”⁵²⁰, agrupando importantes nomes da poesia oral brasileira⁵²¹. Tal ambiente foi de grande importância e influência na arte e aptidão de versejar desenvolvida por Leandro, uma vez que lhe garantiu a oportunidade de crescer ouvindo alguns dos maiores nomes da literatura oral da região, ao passo que recebia algum tipo de educação formal de seu tio, pároco e professor de Latim e Humanidades.

Os escassos dados biográficos de Leandro Gomes de Barros dão um salto para o ano de 1890, quando se muda para Vitória de Santo Antão, no Pernambuco, aproximando-se cada vez mais de Recife, uma das principais cidades da região. Por volta de 1892, casa-se com Venustiniana Eulália Aleixo, com quem tem quatro filhos: Rachel, Erodildes (Didi), Julieta e Esaú Eloy⁵²².

Após morar em Jaboatão, mudou-se para Recife no ano de 1907. Sem informações que nos possibilitem cravar as motivações para as mudanças, é possível conjecturar que, possivelmente, sua transferência estava ligada às facilidades para viver exclusivamente de sua poesia, visto que apresentava melhores condições para tal, apresentando mais habitantes – consequentemente, mais potenciais consumidores de sua poesia –, mais tipografias disponíveis para impressão dos folhetos e

⁵²⁰ SILVA, 2007, p. 19.

⁵²¹ Entre eles citamos nomes como o de Ignácio da Catingueira, Romano da Mãe d’Água, Bernardo Nogueira, Hugolino do Sabugi e Nicandro Nunes da Costa (SILVA, 2007, p. 29).

⁵²² MENDES, Sandileuza Pereira da Silva. *A mulher na poesia de cordel de Leandro Gomes de Barros*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2009, p. 62-63.

linhas de trem que o interligaria a diversos pontos do Estado e região, possibilitando uma ampliação das possibilidades de venda.

Os caminhos de sua vida irão se misturar com os rumos da capital pernambucana, que terá expressiva influência sob sua obra e consciência criativa. Como abordado no primeiro capítulo, em esfera estadual, no período que chegou à cidade, estava consolidado o processo de acomodação da oligarquia Rosa e Silva; por outro lado, a cidade de Recife, especificamente, vivenciava um expressivo crescimento populacional, uma crise sanitária e um processo de modernização da cidade, com fins de aproximá-la das cidades europeias.

Leandro Gomes de Barros, uma vez morando em Recife, transformava-se em um dos cidadãos indesejáveis diante deste processo de modernização da cidade, estando entre aqueles que “não se enquadravam nos referenciais dos novos tempos” e foram varridos para os arredores da cidade, longe do centro. O poeta fixou residência na zona periférica de Recife, em diferentes bairros, local onde moravam os migrantes e os indesejáveis do projeto de modernização da cidade⁵²³. Morou de aluguel, sempre em casas simples, sofrendo todos os problemas vividos por seus vizinhos, tais como falta de saneamento básico, altos impostos, falta de iluminação, entre outros tantos problemas.

É considerado o responsável pelo início da publicação sistemática de folhetos⁵²⁴ e, experienciando esta realidade, tornou-se o primeiro poeta de Cordel a viver exclusivamente de seu ofício, ainda que o mesmo não lhe garantisse grandes lucros. Na narrativa *O cometa*, o poeta deixa indícios de sua vida cotidiana, após chegar de uma de suas viagens de trabalho:

Chego em casa muito triste,
Achei a mulher trombuda,
Perguntei: filha o que tem?
Respondeu-me, carrancuda:
Ora a 18 de Maio,

⁵²³ SILVA, 2007, p. 34-35.

⁵²⁴ Em texto publicado nos Anais digitais do XXVII Simpósio Nacional de História, a historiadora Maria Ângelo de Faria Grillo (2013, p. 01) nos traz, na terceira nota de rodapé, uma discussão sobre a polêmica relacionada ao primeiro folheto impresso no Brasil, a partir de Ariano Suassuna, que registra um folheto de 1836, Orígenes Lessa, que possuía um folheto datado de 1865, e Câmara Cascudo, que indica um folheto de Silvino Pirauá do final do século XIX. Entendemos, no entanto, que mais que a origem em si, parece relevante a circulação sistemática, uma vez que, como aponta Diegues Jr., “[...] essa difusão antes de fazer-se impressa como hoje, era manuscrita [...], iam passando de mão em mão, circulando de uma área a outra” (1986, p. 174). VER: GRILLO, Maria Ângela de Faria. Os folhetos nordestinos: literatura e história. In: Simpósio Nacional de História, XXVII, 2013, Natal-RN. *Anais Eletrônicos...* Natal: ANPUH, 2013, ISBN 978-85-98711-11-9. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364409434_ARQUIVO_TextocomTextocomTextoco.pdf; e DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Ciclos Temáticos na Literatura de Cordel. In: _____; et al. *Literatura Popular em verso: estudos*. Belo Horizonte-MG: Itatiaia; São Paulo: EdUsp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

O mundo velho se muda.

Perguntei: tem jantar pronto?
Venho com fome e cansado,
Desde ontem, respondeu-me,
Que o fogão está apagado,
Devido a esse cometa
Não querem vender fiado.

[...]

Fui fallar um fiadinho,
Que eu estava de olho fundo,
O marinheiro me disse:
Já por alli, vagabundo.
Eu disse: venda Seu Zé
Que eu pago no outro mundo⁵²⁵.

Em primeira pessoa, a narrativa indica que o poeta chegou em casa e encontrou-a sem comida. Estando sem dinheiro suficiente para poder ir às compras, tentou buscar um “fiadinho” nos comércios da redondeza. Considerando seus locais de moradia, em contexto de vulnerabilidade social, e o excerto acima, é possível pensar que, tendo a poesia como ofício, garantiu o sustento da família, sem, no entanto, alcançar uma relativa estabilidade financeira.

Sua poesia caminhava por uma infinidade de temas, desde questões políticas – mundiais⁵²⁶, nacionais⁵²⁷, regionais⁵²⁸ e estaduais⁵²⁹ –, críticas sociais pautadas em sua concepção moral da existência⁵³⁰, folhetos religiosos⁵³¹, anti-heróis – como João Lezo⁵³² – e heróis não tradicionais – como o cangaceiro Antônio Silvino – e histórias tradicionais ibéricas⁵³³, entre outras possíveis de serem destrinchadas, tendo a sátira como estratégia discursiva. Não era um jornalista popular, como propuseram alguns estudiosos que entendiam o cordel como folkcomunicação⁵³⁴; era, sim, um poeta que retirava, em grande medida, do tempo presente o material para sua obra poética, em consonância com o público que esperava atingir.

⁵²⁵ BARROS, L. G. *O cometa*, 1910.

⁵²⁶ BARROS, L. G. *As afflições da Guerra da Europa*, 1915-1916.

⁵²⁷ BARROS, L. G. *Affonso Penna*, 1906.

⁵²⁸ BARROS, L. G. *Festas do Juazeiro no vencimento da guerra*, 1913-1914.

⁵²⁹ BARROS, L. G. *A voz do povo pernambucano*, 1910-1912.

⁵³⁰ BARROS, L. G. *As saias calções*, 1911.

⁵³¹ BARROS, L. G. *Os marthyrios de Christo*, 1906.

⁵³² BARROS, L. G. *Como João Lezo vendeu o bispo*, 1917.

⁵³³ BARROS, L. G. *Batalha de Ferrabraz com Oliveiros*, 1909.

⁵³⁴ Esta abordagem foi iniciada com Luiz Beltrão, em 1967, e posteriormente incorporada por Joseph Luyten, Manuel Diegues Junior e o brasilianista Mark Curran. Uma discussão sobre esta geração e suas ligações com a concepção de que o poeta é um porta-voz popular, pode ser vista em minha dissertação. VER: LACERDA, 2017.

Dentre os setenta folhetos e as cento e vinte oito narrativas de Leandro Gomes de Barros que foram analisadas, encontramos treze diferentes formas estéticas de construir suas narrativas, com predominância das sextilhas, correspondendo a pouco mais de 71% das narrativas, mas aparecendo também outras, tais como quadras⁵³⁵, setilhas (formato ABCBDDDB), oitavas (ABBCDEEC), décimas⁵³⁶ e sonetos.

Encerrou sua produção artística quando não mais pode realizá-la. Morreu aos cinquenta e dois anos de idade, em 04 de março de 1918, possivelmente vitimado por um aneurisma cerebral⁵³⁷. Leandro Gomes de Barros alcançou destaque em sua geração, sendo reconhecido pelos poetas⁵³⁸ e cantadores de sua época⁵³⁹, além de receber menções nos periódicos recifenses *A Província*⁵⁴⁰, *Jornal Pequeno*⁵⁴¹ e *Diário de Pernambuco*⁵⁴² quando de sua morte.

⁵³⁵ Aparecem três formatos diferentes de quadras: 06 quadras ABCB, 02 quadras ABBC-CDDE-EFFG..., e 01 ABAB.

⁵³⁶ Aparecem três formatos diferentes de décimas: 06 décimas ABCBDDEFFE, 05 ABBAACCCDDC e 02 ABABCCDEED.

⁵³⁷ SILVA, José Itamar Sales da. *A representação da sogra na obra de Leandro Gomes de Barros*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2010, p. 16.

⁵³⁸ Na ocasião de sua morte, o poeta João Martins de Athayde escreveu um folheto em sua homenagem, intitulado *A pranteada morte de Leandro Gomes de Barros*, onde tece elogios a importância de Leandro e de sua obra.

⁵³⁹ Nas obras do pesquisador do folclore Leonardo Mota encontramos diversas referências de cantadores do interior que faziam uso dos folhetos de Leandro Gomes de Barros. Em *Cantadores* (1976) citamos Jacó Passarinho, Azulão e Cego Aderaldo; em *Viroleiros do Norte* (2002) destacamos Cego Sinfrônio, além do próprio pesquisador, que faz uso de vários folhetos do poeta para construir algumas de suas análises.

⁵⁴⁰ Na seção “Notas sociais – falecimentos”, de 07 de Março de 1918, vemos: “*Leandro Gomes de Barros* – Aos primeiros minutos da manhã de ante-hontem, faleceu em sua residência, à Rua Passo da Pátria n. 35, o poeta popular Leandro Gomes de Barros. Possuidor de grande inspiração poetica, Leandro Gomes publicou grande numero de historias rimadas, que tinham grande aceitação não no interior do estado como tambem nesta capital e em outros estados. Em seus versos, embora não fossem confeccionados com a metrica e estylo exigidos pela arte, encontra-se a verdadeira poesia, cheia de sentimento e inspiração. À família do saudoso poeta levamos os nossos sentimentos”.

⁵⁴¹ Em artigo intitulado “A morte de um poeta popular – O conhecido vate Leandro Gomes”, publicado em 07 de Março de 1918, vemos: “Leandro morreu. O seu desaparecimento, apenas registrado no noticiario commum da imprensa, passou despercebido a muita gente. Não foi Leandro Gomes um homem que se distinguisse nas letras, nas artes, na politica, no commercio, etc., etc. Nada disso. Mas foi elle um poeta popular, o mais popularizado de quantos neste Estado e nos vizinhos explorava o seu genero de poesia. No meio de gente inculta, os versos de Leandro eram lidos com geral apreciação e os seus livrinhos guardados com religioso carinho. Vendia os a 100 réis e disso vivia. Qualquer assumpto de oportunidade no Estado ou no paiz, qualquer factio de relevancia, servia para Leandro produzir os seus versinhos. Nas estações, nos trens, eram disputados, por vezes, os pequenos folhetos do vate popular. Nos meios mais cultos, Leandro Gomes si não conseguiu prender pela arte ou pela forma das suas quadras, era entretanto elogiado pela facilidade e expontaneidade de rima. Conversador incorrigivel, Leandro vinha muitas vezes á nossa redacção. A sua prosa era interessante, original mesmo. O popular poeta entrecortava a sua conversação de um humorismo que, si não se recommendava por fino e delicado, era comtudo expontaneo e agradável. Morreu pobre, nesta capital, onde tinha a sua tenda de trabalho.

Que descance em paz o saudoso vate verdadeiramente popular.”

⁵⁴² Na seção “Falecimentos”, de 08 de Março de 1918, vemos: “Na casa de sua residencia, á rua Passo da Patria, nº 35, falleceu pela madrugada de ante-hontem o conhecido poeta popular Leandro Gomes de Barros. Seu enterramento teve logar no mesmo dia, á tarde, no cemiterio de Santo Amaro. Á familia do extinto apresentamos os nossos pezames.”.

Considerado um dos maiores nomes do Cordel, sua obra conseguiu transcender o tempo, sendo, alguns de seus folhetos, ainda hoje reeditados e vendidos. Sua extensa obra⁵⁴³ passou a ser publicada, após a sua morte, pelo genro Pedro Baptista, em Guarabira-PB⁵⁴⁴. Posteriormente, em 1921, sua viúva, Venustiniana Eulália Aleixo, vendeu os direitos autorais ao poeta João Martins de Athayde.

Sua obra pode ser considerada enquanto repositório de uma cultura compartilhada com seu público, no tempo e no espaço. Para além do contato direto, uma vez que o próprio poeta também vendia seus folhetos em feiras e estações de trem, o diálogo estabelecido por meio de acordos – não-ditos ou escritos – que fazem o que está sendo dito adquirir relevância para aquele lê/ouve, são testemunhas desta cultura comum.

3.1.2. O poeta e a cultura compartilhada com o público: o Cordel como repositório cultural

Entendemos o Cordel como uma produção discursiva baseada em uma “comunidade de espíritos”, resultado do processo de comunicação entre enunciador – o autor – e enunciatário – a quem chamamos de público –, tendo o enunciado como elemento mediador que só se efetiva a partir de pontos de contato, elementos culturais comuns entre os partícipes deste processo. A literatura produzida por Leandro Gomes de Barros é, deste modo, um repositório da cultura compartilhada, que garantia pontos de contato, com seu público.

A noção de comunidade de espíritos, desenvolvida por Chaïm Perelman⁵⁴⁵, aproxima-se do leitor-modelo desenvolvido por Umberto Eco. Para ele, aquele que escreve produz hipóteses de como o texto será lido e, por meio de determinadas estratégias, constrói esse leitor-modelo, aquele que seria o ideal para compreender, preencher os espaços de não-ditos e estabelecer um diálogo com o escrito⁵⁴⁶.

O primeiro elemento comum a ser citado refere-se aos locais físicos e personagens notórios presentes nas narrativas. Em alguns poucos casos, em regra ligados às histórias adaptadas do romanceiro ibérico medieval, os locais físicos aparecem de modo ilustrativo e secundário, sem que

⁵⁴³ Câmara Cascudo fala em uma publicação aproximada de 1000 folhetos e 10.000 edições, em vida.

⁵⁴⁴ No folheto *O cachorro dos mortos*, publicado por Pedro Batista, em 1919, aparecem uma série de informações para além do texto, como o aviso da morte de Leandro Gomes de Barros, uma alusão ao código civil e a defesa do direito de reprodução pelo proprietário, um pedido aos “chefes de polícia” que prendessem dois homens – um no Pará e outro no Ceará – que estavam publicando ilegalmente os folhetos de Leandro, além de uma propaganda dos folhetos de Leandro e de outros produtos que eram vendidos na livraria de Baptista.

⁵⁴⁵ PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005.

⁵⁴⁶ ECO, Umberto. *Lector in fabula: la cooperacion interpretativa en el texto narrativo*. Barcelona: Editorial Lumen, 1993.

interfira na compreensão dos elementos chave. Em *Os sofrimentos de Alzira*⁵⁴⁷, por exemplo, há referências a cidades e países europeus, como Bruxelas, Milão e Grécia, assim como a locais imaginados, como o Reino da Pedra Fina – local onde se ambienta o folheto *História da Princesa da Pedra Fina*⁵⁴⁸ –, mas as localidades aparecem apenas como pano de fundo para o desenrolar do que se pretende contar.

Em outros casos, a localização apresenta-se como elemento integrante da narrativa proposta. É o caso da citação a uma série de cidades⁵⁴⁹ no folheto *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*⁵⁵⁰, às quais o célebre cangaceiro teria passado após uma briga que o levou a fugir. Por certo, tais locais conviviam com a passagem de cangaceiros e estavam dentro do círculo de atuação do bando de Antonio Silvino, assim como estavam, provavelmente, no círculo de atuação do poeta Leandro Gomes de Barros, que vendia ou distribuía seus folhetos pelo interior de Pernambuco e outros estados.

O cangaceiro Antonio Silvino alcançou certa “fama” em seu período de atuação, tornando-se personagem notório na região, o que o transformou em mote constante para o poeta. O bandido nômade do sertão era motivador de conversas e fofocas, um assunto cotidiano⁵⁵¹, de modo que escrever folhetos sobre o mesmo garantiria vendas de folhetos. Desse modo, ao narrar passagens de Antonio Silvino por cidades do interior de Pernambuco, constrói uma aproximação – por meio de locais e personalidades conhecidas – com aqueles que convivem com a passagem de bandos de cangaceiros por cidades e vilas da região.

Citações a locais como a fábrica de tecidos Camaragibe⁵⁵², que parecia incomodar o poeta⁵⁵³ tanto quanto as linhas de trem da empresa Great Western⁵⁵⁴, para ele um símbolo da ganância

⁵⁴⁷ BARROS, L. G. *Os sofrimentos de Alzira*, ed. Pedro Batista, 1919.

⁵⁴⁸ BARROS, L. G. *História da Princesa da Pedra Fina*, 1909.

⁵⁴⁹ São citadas as seguintes cidades: Belmonte, Triunfo, Exú e Salgueiro, Petrolina-PE e Juazeiro-BA na estrofe 23, Granito e São José do Egito-PE na estrofe 24, Teixeira, Imaculada, Santo Antônio, Catingueira, Vila da Misericórdia, Pombal, Souza e Cajazeira-PB na estrofe 25.

⁵⁵⁰ BARROS, L. G. *Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910.

⁵⁵¹ OLIVEIRA JÚNIOR, 2010, p. 67.

⁵⁵² Fábrica de Tecidos Camaragibe foi construída em uma região do então município de São Lourenço da Mata, hoje tendo se tornado região emancipada, correspondente à cidade de Camaragibe. Essa fábrica era de propriedade da Companhia Industrial Pernambucana, fundada em 1891, grupo de ricos comerciantes recifenses. Uma discussão sobre esta pode ser vista em: LIMA, Lucio Renato Mota. *O apostolado dos patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (CAMARAGIBE, 1891-1908)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2012.

⁵⁵³ A fábrica é citada, em tom de crítica, ao menos em dois folhetos: BARROS, L. G. *Bento, o milagroso de Beberibe*, 1910-1912; BARROS, L. G. *A cura da quebradeira*, 1915.

financeira moderna⁵⁵⁵, indicam o trato com questões relacionadas à vida urbana, especialmente de Recife, que vivenciava um processo de acelerada modernização e industrialização. As críticas aos aspectos modernizadores visíveis na sociedade ancoravam-se em uma nostalgia do espaço perdido, seja o sertão ou as práticas sociais que se alteravam. Nostalgia que marcava os migrantes que procuravam a cidade como refúgio. Em todos estes casos, a participação na comunidade de espíritos é pressuposto para a efetivação da comunicação entre o autor e seu público leitor/ouvinte.

Especificidades do idioma, traços de uma variação linguística⁵⁵⁶ próprios para o espaço em que se encontram inseridos o poeta e seu público de leitores/ouvintes, apresentam-se no mesmo sentido. Palavras como *torda*, *arribada*, *enquizilou-se*, *arranchar*, *arriada* e *venta*⁵⁵⁷, na narrativa *O Azar na casa do funileiro*⁵⁵⁸. Os exemplos poderiam ser apontados em variedade, uma vez que essas particularidades linguísticas estiveram presentes em boa parte dos folhetos analisados, mostrando-se um importante ponto de conexão entre os sujeitos em situação relacional com a obra.

Em outro espectro, a presença de elementos da fauna e da flora nas narrativas indica a mesma situação, apresentando árvores como anjico e pau ferro, e possíveis usos ligados a conhecimentos populares sobre a flora, em *O Joazeiro de Padre Cícero*⁵⁵⁹, assim como animais próprios da fauna sertaneja, como o pássaro acauã – representativo da região –, em *O homem que virou urubú*⁵⁶⁰.

Significativo ponto de contato, em esfera intangível, parece ser aspectos de uma religiosidade não oficial presente nos folhetos. Pulsante nas narrativas, esta presença parece indicar que tinha especial sentido na vida do poeta e de seu público. Esta religiosidade popular apresentava entre seus principais traços um forte caráter de rejeição aos não católicos, sem poupar, no entanto, membros do clero que se afastavam de valores morais esperados – intimamente ligados ao código de honra sertanejo, condenando a desonestidade, o roubo, entre outras coisas –, e uma crença determinista em relação à vida, um fatalismo cotidiano em que tudo ocorre por que já estava fadado a acontecer.

⁵⁵⁴ Uma discussão sobre o processo de implantação da ferrovia Great Western Railway pode ser vista em: SIQUEIRA, Tagore Villarim de. As primeiras ferrovias do Nordeste brasileiro: processo de implantação e o caso da Great Western Railway. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, jun. 2002, p. 169-220. Um estudo sobre os impactos sociais e econômicos causados pelo investimento inglês em vias férreas no Nordeste pode ser visto em: MELO, Josemir Camilo de. *Modernização e mudanças: o trem inglês nos canaviais do Nordeste (1852-1902)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2000.

⁵⁵⁵ Citada em: BARROS, L. G. *Os collectores da Great Western*, 1915-1916.

⁵⁵⁶ Entendemos como variação linguística as diferenças práticas existentes no interior de uma língua, por questões geográficas, históricas e sociais.

⁵⁵⁷ As palavras em itálico possuem significado. *Torda* é relativo a barraca na feira; *arribada* é fazer uma escala não programada, por motivo de força maior; *enquizar-se* é aborrecer-se; *arranchar* é estabelecer-se provisoriamente em um local determinado; *arriar* é abaixar; e *venta* é relativo ao nariz.

⁵⁵⁸ BARROS, L. G. *O Azar na casa do funileiro*, 1917.

⁵⁵⁹ BARROS, L. G. *O Joazeiro de Padre Cícero*, 1913-1914.

⁵⁶⁰ BARROS, L. G. *O homem que virou urubú*, 1909.

Humano, Leandro Gomes de Barros e sua obra encontram-se imersos em um tempo e espaço e, nestes, compartilhava traços culturais com o público que a consumia e nela se reconhecia. Uma vez circunscrito esse conjunto cultural compartilhado, torna-se possível aproximar-se do público de leitores/ouvintes do poeta.

3.1.3. Ao encontro de leitores/ouvintes: edição, distribuição, divulgação e leitura de folhetos

“Autores não ‘escrevem’ livros”⁵⁶¹. A afirmação assertiva do historiador Roger Chartier, colocando-se contra análises que tomam o texto por si, no que também chamou de “abstração do texto”, indica, que não existem textos fora dos suportes que possibilitam sua leitura e que os mesmos, invariavelmente, interferem na compreensão e significados atribuídos ao escrito⁵⁶².

Em outro aspecto, torna-se essencial no trabalho com textos literários fugir da “abstração da leitura”, buscando entender a leitura como prática ativa e produtora de significados, uma vez que “a significação de um texto varia conforme as competências, as convenções, os usos e os protocolos de leitura próprios a diferentes comunidades interpretativas”⁵⁶³. O suporte e as práticas de leitura se encontram no público diverso de leitores/ouvintes, que segundo suas vivências e experiências se apropriarão do objeto cultural.

Um olhar histórico para a literatura deve pautar-se, portanto, na “análise das condições técnicas ou sociais de sua publicação, circulação e apropriação”⁵⁶⁴. Nesse sentido, a análise da materialidade de setenta folhetos publicados por Leandro Gomes de Barros, o suporte que possibilita a leitura de sua obra poética, tem muito a dizer sobre o horizonte de expectativas do autor e, mesmo, quanto ao público que consumia, lia/ouvia, suas narrativas.

O processo editorial tem muito a nos dizer, caso consigamos observar vestígios não evidentes. A diagramação e impressão era, possivelmente, a única etapa da produção e distribuição não realizada ou organizada por Leandro Gomes de Barros. Diante da ausência de um espaço destinado unicamente para a impressão de folhetos, o poeta imprimia seus folhetos em uma variedade de

⁵⁶¹ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 259.

⁵⁶² CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 126-127.

⁵⁶³ ABREU, Márcia. História dos textos, história dos livros e história das práticas culturais – ou, uma outra revolução da leitura. In: CHARTIER, Roger. *Formas e Sentido – Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas-SP, Mercado das Letras, 2003, p. 11.

⁵⁶⁴ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2017, p. 38-39.

lugares⁵⁶⁵, empresas que “realizavam serviços gráficos diversos, de onde se deduz que havia profissionais especializados para a execução do serviço”⁵⁶⁶, em sentido geral.

Pioneiro, tentou montar sua própria gráfica especializada em folhetos – como conseguiram, posteriormente, Francisco das Chagas Baptista e João Martins de Athayde –, mas não conseguiu êxito. Publicou o folheto *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, provavelmente entre 1910 e 1912, pela Tipografia Perseverança, que se localizava no mesmo endereço de sua residência. Ruth Terra, a partir de entrevista com uma das filhas de Leandro, afirma que:

[...] neste prelo manual, seus filhos, instruídos por um tipógrafo por ele contratado, imprimiram durante alguns meses folhetos de sua autoria [...], seus filhos, ainda pequenos, mais brincavam que imprimiam, o que levou sua mulher a convencê-lo a desfazer-se da máquina impressora⁵⁶⁷.

O investimento para montar a própria tipografia não era sustentável, pois ainda dependeria da contratação de um funcionário para tal, que instruiria seus filhos, pequenos. O próprio poeta não poderia ficar encarregado desta tarefa, estando envolto na venda dos folhetos, presencialmente, e na lógica de distribuição. O fracasso no empreendimento justifica a impressão em várias tipografias da cidade, fato que ocorria pela busca por menor preço ou agilidade para impressão⁵⁶⁸.

Não é possível cravar a participação exata do poeta no processo editorial. Acreditamos, no entanto, que a função editorial era dividida entre o poeta – quanto a questões relacionadas à construção poética, à venda e ao público – e o impressor – quanto a diagramações e o processo de impressão. A junção destes conhecimentos possibilitou a solidificação de um estilo editorial para o gênero.

Nos folhetos, a primeira observação refere-se à quantidade de páginas dedicadas às narrativas em cada um. Em quase 63%, ou 44 folhetos, encontra-se páginas destinadas à narrativa em múltiplo de 8, indicando racionalização editorial no processo de impressão, com intuito de barateamento dos custos, uma vez que uma única folha imprimia oito páginas do folheto.

Mas a redução de custos não era a única preocupação editorial. Quando comparamos folhetos de Leandro Gomes de Barros publicados em vida e após sua morte, encontramos diferenças

⁵⁶⁵ Nos folhetos analisados encontramos as seguintes tipografias: Tipografia Miranda, com impressões em 1906 e 1907; Imprensa Industrial, em 1906; Tipografia do Jornal do Recife, com impressões em 1908, 1910-1912 e 1913-1914; Tipografia Moderna, entre 1910 e 1912; Tipografia Perseverança em 1912; Papelaria Recife, entre 1910-1912; Tipografia da Popular Editora, na Paraíba, entre 1915 e 1917; e Tipografia Mendes, entre 1917 e 1918.

⁵⁶⁶ HATA, Luli. *O Cordel das feiras às galerias*. 1999. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Programa de Pós-Graduação, IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1999, p. 44.

⁵⁶⁷ TERRA, 1983, p. 26.

⁵⁶⁸ TERRA, 1983, p. 25.

significativas. A principal delas, talvez, nas páginas presentes nos folhetos que não eram destinadas às narrativas. Em sete folhetos do poeta publicados por Pedro Baptista após sua morte, quase 72% apresentavam todas as páginas com informações diversas, contendo desde propaganda da livraria do editor a avisos sobre a morte e aquisição dos direitos sobre a propriedade intelectual, entre outras coisas.

Nos folhetos publicados em vida e, portanto, com participação direta de Leandro Gomes de Barros no processo editorial, a situação é totalmente diferente. Retirando da análise 17 livretos incompletos, que impossibilitavam a observação completa, 35 folhetos, ou 66%, apresentavam ao menos uma página com informações diversas; por outro lado, em pouco mais de 62%, 33 folhetos, apresentavam páginas em branco definindo contracapa e folhas finais.

A comparação entre as especificidades editoriais antes e depois da morte do poeta apresenta indícios da concepção editorial particular para seus folhetos, e revela-se mais um indicativo de sua participação direta na questão. Defendemos a hipótese de que, em vida, o poeta intuía como positivo aproximar a impressão de livretos de baixo custo com os demais livros que circulavam na sociedade, em diferentes segmentos literários, e por isso deixava páginas em branco. Neste sentido, baratear os custos não era o único objetivo de Leandro Gomes de Barros; ainda que buscasse racionalizar a impressão, reduzindo despesas, mantinha-se o intuito de apresentar o folheto como um livro.

É perceptível também, na análise holística da obra, o predomínio de folhetos curtos, com 16 páginas – ou próximo a isso –, correspondendo a mais de 91%, assim como a presença de mais de uma narrativa nos folhetos, ocorrendo em pouco mais de 77% das vezes, e com primazia das narrativas em sextilhas, equivalendo a 71% de um universo de 128 poemas.

Ao editar pequenos livretos, com mais de uma narrativa, geralmente curta, seguindo o formato estético mais tradicional, aparentemente uma das preocupações do poeta está ligada a uma inquietação com a experiência literária que esperava proporcionar ao público, aproximando da experiência de ouvir cantorias orais, além de possibilitar, por conta da menor quantidade de estrofes e versos, que os compradores decorassem narrativas e as usasse de outros modos, que não estritamente ligados à experiência da leitura.

Certamente, esta opção estava associada, da mesma forma, à possibilidade de circulação com maior velocidade. Isso pelo fato de por serem vendidos a preços menores que os folhetos grandes – chamados de romances –, eram mais fáceis de serem comercializados. Unindo o menor custo de

produção para os folhetos curtos à agilidade de venda dos mesmos, esta estratégia editorial garantia captação de capital de giro e lucro de forma mais rápida⁵⁶⁹.

Tática editorial igualmente relacionada ao lucro era a publicação de narrativas em partes, apresentadas em diferentes folhetos, o que ocorre em mais de 55% dos que possuem mais de uma narrativa. Tal prática obrigava o leitor/ouvinte, para continuar a narrativa, ter que comprar outros folhetos do poeta, que chegou a indicar, em 60% dos poemas publicados de forma fragmentada, em qual outro folheto a história continuaria.

O tempo e experiência parecem ter aumentado as preocupações editoriais do poeta, visando uma melhor experiência literária ao público diante do contato com sua obra. Entre os anos 1910 e 1912, Leandro Gomes de Barros passou a preocupar-se com os cortes nas estrofes, ao virar as páginas do folheto, o que poderia atrapalhar a dinâmica da leitura coletiva. Antes disso, todos os folhetos apresentavam cortes, reduzindo em 50% a ocorrência a partir de então. Entre 1913 e 1914, o poeta parece ter encontrado uma saída editorial, fazendo com que os cortes só ocorressem da esquerda para a direita, não atrapalhando a leitura, desde que a mesma fosse realizada com o livro aberto.

Esta situação configura um dos casos em que a união dos conhecimentos do poeta e dos tipógrafos se amalgamou para produzir adequações na materialidade do folheto, o que também deve ter ocorrido quanto às imagens, seja na capa ou no interior do folheto. Entre os nove folhetos mais antigos, datados entre os anos 1906 e 1908, temos 03 com nenhuma imagem, 05 com pequenas imagens sem qualquer relação com a narrativa e 01 com imagem pequena que possui alguma interface com o tema geral.

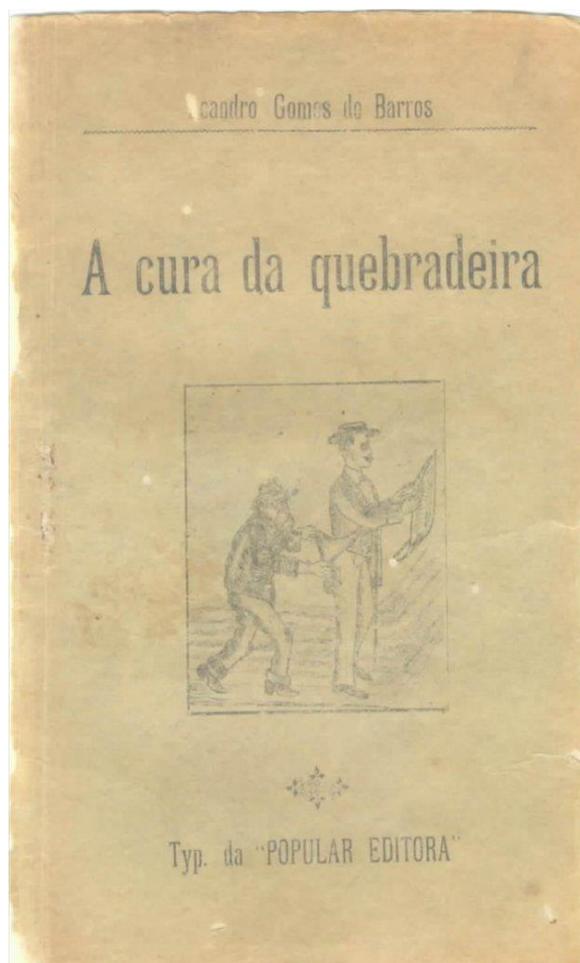
A partir de 1909, no entanto, o cenário se altera. Retirando os folhetos sem capa, restaram ainda 54. Neste universo, apenas aproximadamente 26% das capas não possuíam imagens ou tinham alguma imagem sem relação com as narrativas no interior dos folhetos. Indício, uma vez mais, de que, com o tempo, o poeta foi aprendendo a melhorar a apresentação material de sua obra e promovendo uma melhor experiência para seus leitores.

No que diz respeito à confecção das capas, o senso comum sobre o Cordel, em geral, relaciona-as à técnica de xilogravura, na qual a impressão se dá a partir da madeira. Segundo Liêdo Souza, a xilogravura teria começado a ser usada com maior frequência após a década de 1940, para um público formado principalmente por turistas e intelectuais que associavam a técnica de impressão gráfica a partir da madeira como mais artesanal e de características rústicas de um mundo

⁵⁶⁹ HATA, 1999, p. 38-39.

rural, elementos associados ao Cordel nesse período⁵⁷⁰. Nas primeiras décadas de publicação do Cordel, e em Leandro Gomes de Barros especificamente, era mais comum a gravura em zinco, utilizada nas gráficas e tipografias.

Imagem 09 – Capa do folheto *A cura da quebradeira*.



Fonte: publicado em 1915⁵⁷¹.

Parece-nos que o poeta tinha participação ativa na escolha das imagens, fazendo referência à narrativa:

Essas figuras da capa
Estão ahi para explicar
Este da frente está lendo
O de traz quer se arranjar

⁵⁷⁰ SOUZA, Liêdo Maranhão de. *O folheto popular: sua capa e seus ilustradores*. Recife-PE: Massangana, 1981, p. 15.

⁵⁷¹ BARROS, L. G. *A cura da quebradeira*, 1915.

E' doente que procura
Remédio para o curar⁵⁷².

A estrofe explica a capa do folheto, indicando que as atividades não estavam dissociadas e, ao menos em algumas vezes, funcionavam junto, ao ponto de na própria narrativa aparecer citação à mesma. No mesmo sentido, ainda que apenas em dois folhetos, a capa ilustrava um ponto alto da narrativa, evidenciando a interligação entre ambos.

Na análise direta, não conseguimos identificar de forma precisa se a imagem presente na capa foi feita especialmente para a narrativa ou era reaproveitada, de jornais ou de outros trabalhos realizados pela gráfica que estava imprimindo o folheto. Identificamos casos de fotos publicadas em jornais e, posteriormente, aproveitadas em capas de folhetos de Leandro Gomes de Barros, como a imagem publicada no *Jornal Pequeno*⁵⁷³ e utilizada em *Antonio Silvino, no jury*⁵⁷⁴.

Imagem 10 –Fotografia presente na reportagem de capa do *Jornal Pequeno*, intitulada “Antonio Silvino”.



Fonte: publicada em 01 de dezembro de 1914, no *Jornal Pequeno*⁵⁷⁵.

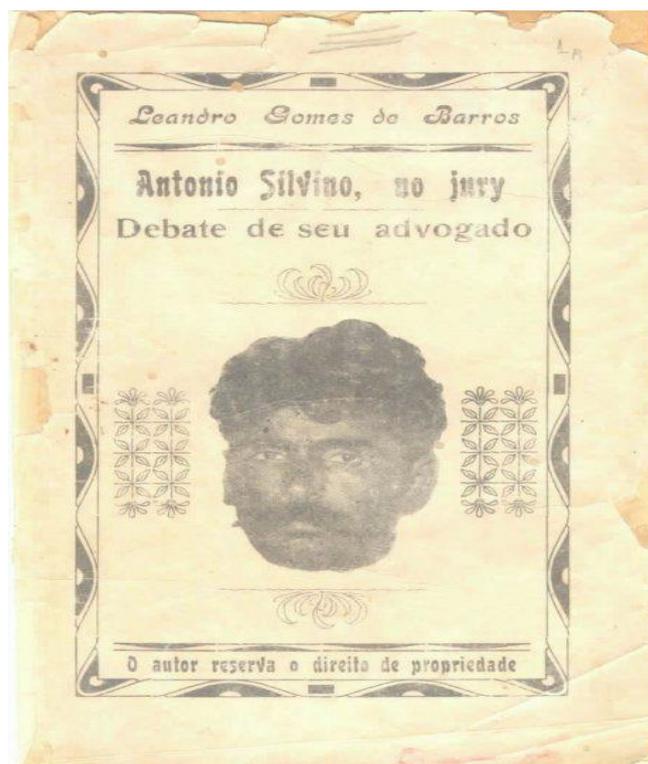
⁵⁷² BARROS, L. G. *A cura da quebradeira*, 1915.

⁵⁷³ *Jornal Pequeno*, 01 de dezembro de 1914.

⁵⁷⁴ BARROS, L. G. *Antonio Silvino, no jury*, 1915.

⁵⁷⁵ *Jornal Pequeno*, 01 de dezembro de 1914.

Imagem 11 – Capa do folheto de Leandro Gomes de Barros, *Antonio Silvino, no jury*.



Fonte: publicado em 1915⁵⁷⁶.

Outro caso de reaproveitamento pode ser visto em *O nascimento de Antonio Silvino*⁵⁷⁷, onde na contracapa aparece uma ilustração do cangaceiro que a narrativa pretende retratar. A mesma imagem aparecerá em outros quatro folhetos: *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*⁵⁷⁸, *Todas as lutas de Antonio Silvino*⁵⁷⁹, *A visão e Antonio Silvino*⁵⁸⁰ e *Luta do Diabo com Antonio Silvino*⁵⁸¹. A mesma ilustração utilizada por Leandro Gomes de Barros para representar o cangaceiro, no entanto, era utilizada desde 1907 por Francisco das Chagas Baptista em diversos folhetos que possuíam como tema Antonio Silvino⁵⁸².

⁵⁷⁶ BARROS, L. G. *Antonio Silvino, no jury*, 1915.

⁵⁷⁷ BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

⁵⁷⁸ BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

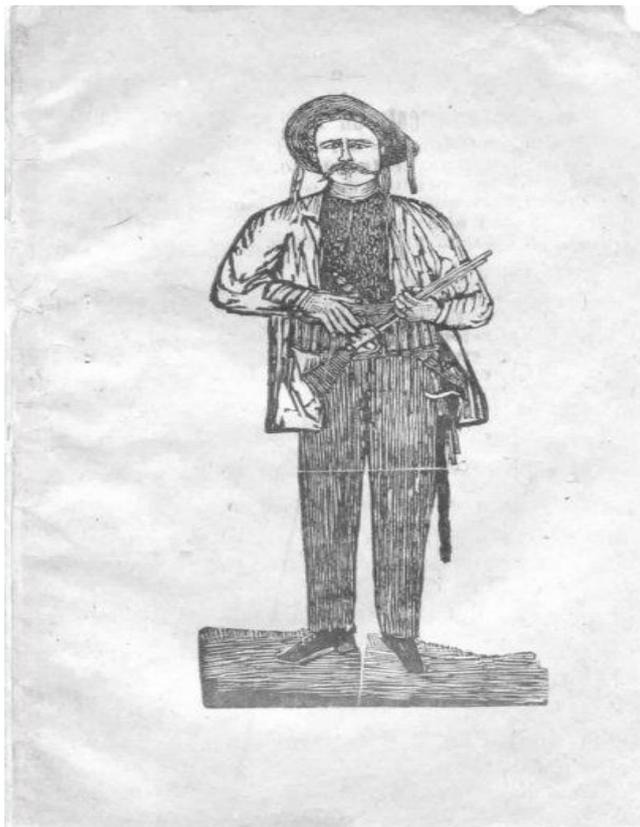
⁵⁷⁹ BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

⁵⁸⁰ BARROS, L. G. *A visão e Antonio Silvino*, 1913-1914.

⁵⁸¹ BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

⁵⁸² HATA, 1999, p. 68.

Imagem 12 –Ilustração do cangaceiro Antonio Silvino na contracapa do folheto *O nascimento de Antonio Silvino*.



Fonte: folheto *O nascimento de Antonio Silvino*, provavelmente publicado entre 1910 e 1912⁵⁸³.

É possível afirmar, portanto, que prioritariamente o poeta reaproveitava materiais para fazer suas capas, seja de jornais ou quaisquer outros materiais gráficos que possibilitassem o uso. Não havia uma indústria da ilustração para capas dos folhetos de Cordel, ao menos na época em que Leandro Gomes de Barros produziu. Ele reutilizava imagens que, de algum modo, remetiam à narrativa que se apresentava.

Desse modo, a imagem nas capas, por mais bela que pudesse ser, não tinha função unicamente estética, de embelezamento do livro. Levando em consideração que, a partir de 1909, quase 75% das capas apresentavam imagem em conexão com o texto, é possível pensar que ela tinha um papel pré-textual, de identificação da temática. Ou seja: possíveis ouvintes, que não fossem leitores, poderiam inferir o tema central da narrativa a partir da imagem nas capas.

A materialidade dos folhetos concede indícios de intencionalidades na editoração, com a “mente do editor”, conforme Roger Chartier, interferindo na construção de sentidos. Percebe-se,

⁵⁸³ BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

portanto, um duplo movimento editorial, mais evidente conforme o poeta foi ficando mais experiente na questão: baratear, racionalizando a impressão; garantir uma experiência literária agradável, individual ou grupal, no contato com o livro de baixo custo. Em ambos os casos, parecemos que o processo editorial está ligado à comercialização dos folhetos, fonte de sustento para o poeta e sua família.

Para tal, a base do empreendimento de viver de sua própria poesia estava na comercialização do produto final, após o processo de editoração e impressão, o que nos leva a buscar compreender as práticas de distribuição e divulgação dos folhetos, questão extremamente relevante para a aproximação do público leitor/ouvinte.

Como dito anteriormente, a poesia de Leandro Gomes de Barros é, em alguma medida, uma filha descendente das cantorias orais, tendo a oralidade como elemento constituinte da mesma. A poesia oral se manifestava em todos os locais que garantissem aglomeração pública: “nas feiras, festas ou engenhos, em residências particulares”⁵⁸⁴. Em outra esfera, “nas estações ferroviárias e nas feiras e patamares de igrejas do sertão”⁵⁸⁵, no final do século XIX e início do XX, cegos cantavam quadrinhas com o intuito de ganhar algum dinheiro. Em Recife, os espaços públicos constituíam locais privilegiados para a circulação de manifestações artísticas. Estações de trem, feiras, igrejas, praças, o porto, espaços com grande fluxo de pessoas, transformavam-se em palco para apresentações artísticas variadas, contendo cantadores, cegos, acrobatas e quaisquer outros profissionais da criatividade⁵⁸⁶.

Em uma sociedade com estas características, Leandro Gomes de Barros tornou-se mais um a ocupar estes espaços públicos, declamando suas poesias diante da vultosa circulação como estratégia para encontrar o público. “Nas estações, nos trens, eram disputados, por vezes, os pequenos folhetos do vate popular”⁵⁸⁷. O poeta vendia pessoalmente seus folhetos nesses espaços públicos de Recife, como no Mercado de São José, “[...] conhecido ponto de venda e cantoria daquela cidade”⁵⁸⁸, ou nas redondezas e bares próximos à estação de trem, assim como no “[...] percurso dos trens da linha-sul de Pernambuco”⁵⁸⁹.

⁵⁸⁴ ABREU, 1993, p. 129.

⁵⁸⁵ MOTA, Leonardo. *Viroleiros do Norte*. 7 ed. Rio de Janeiro / São Paulo / Fortaleza: ABC, 2002, p. 19.

⁵⁸⁶ SILVA, 2007, p. 130.

⁵⁸⁷ *Jornal Pequeno*, 07 de março de 1918.

⁵⁸⁸ GRILLO, Maria Ângela de Faria. Os folhetos nordestinos: literatura e história. In: Simpósio Nacional de História, XXVII, 2013, Natal-RN. *Anais Eletrônicos...* Natal: ANPUH, 2013, ISBN 978-85-98711-11-9. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364409434_ARQUIVO_Textocompletoparaenviar.pdf>, p. 5.

⁵⁸⁹ TERRA, 1983, p. 30.

Parece-nos que a estratégia inicial era apresentar sua poesia impressa, chamando a atenção dos transeuntes para a possibilidade de levar as cantorias e peijas para seu divertimento privado, a qualquer hora, desde que houvesse um leitor no recinto. Com o desenvolvimento comercial de seu empreendimento, o poeta passou então a desenvolver outros meios de distribuição.

A principal parece ter sido a venda em sua própria residência. O indicativo de venda em sua própria residência, na capa ou no interior do folheto, ocorre desde o princípio, aparecendo em quase 90% dos folhetos analisados, indicando que foi uma prática constante. Estipular um local físico para a venda estimulava quem já comprou, a partir de uma apresentação pública, saber onde poderia encontrar mais, caso quisesse.

A partir de 1913 uma nova forma de venda passa a ser mencionada: pelo serviço dos correios. Nas folhas finais dos folhetos, o autor passou a indicar que “em nossa biblioteca particular encontra-se sempre vinte e tantas qualidades de folhetos deste autor. Remete-se pelo correio mediante a importância qualquer quantidade, para qualquer Estado”⁵⁹⁰. Em um universo de 31 folhetos, aproximadamente 55% contaram com informações semelhantes à apresentada anteriormente, diversificando os meios de distribuição de suas obras.

Possivelmente, a venda pelos correios possui ligação com revendedores autorizados pelo poeta, em diferentes cidades de Pernambuco e região. Em 1907, dois folhetos – *Genios das Mulheres* e o *Os Dezreis do Governo* – apresentam quatro revendedores oficiais, em cidades pernambucanas⁵⁹¹. Essa prática, no entanto, só volta a aparecer entre os anos 1913 e 1914, junto à venda pelos correios, desaparecendo novamente. O poeta passa a contar com até nove agentes revendedores, que espalhavam suas narrativas pelos estados de Pernambuco, Paraíba, Acre e Amazonas⁵⁹².

A descontinuidade da prática pode indicar a dificuldade de controlar estes agentes revendedores. O poeta informa a seus “caros leitores do Brasil – Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas”⁵⁹³ que seus folhetos virão com sua foto, de busto, com o intuito de preveni-los de serem enganados por vendedores de má fé, ou indicando, também para prevenção, “que todas as obras que

⁵⁹⁰ BARROS, L. G. *A alma de um fiscal*, 1913-1914.

⁵⁹¹Na capa do folheto encontramos: “Jaboatão, Rua do Commercio, Zacharia Eustaquio. Pesqueira, José Liberal. Batateira de Bonito, Joaquim F. Recife, Henrique Dias.”

⁵⁹² Em *Lamentações do Joazeiro*, na a última página, são indicadas nove pessoas como agentes revendedores em diferentes localidades: “AGENTES: Parahyba (Capital) – Chagas Baptista, Irmão. Alagoa Grande – Delfino Costa. Guarabyra – A. Baptista Guedes. Em Rio Branco – Manoel Vianna. Em Manaus – Benjamin Cardozo. Em Caruarú – João de Barros. Em Pesqueira – José Liberal. Em Pombal (Parahiba) – Camillo X. de Farias. Em Sta Luzia – Parahyba José Nunes Figuerêdo”.

⁵⁹³BARROS, L. G. *História de João da Cruz*, 1917.

não tiver o meu nome não são de minha lavra”⁵⁹⁴. De qualquer modo, a tentativa de criar uma rede de distribuição organizada ficou registrada.

Há indícios de que livrarias também eram locais de venda dos folhetos. Neste período, as livrarias vendiam produtos diversos ligados ao mundo dos livros e das letras, como indica o folheto publicado por Pedro Batista após a morte de Leandro Gomes de Barros⁵⁹⁵. Dentre os produtos diversos vendidos na livraria, estavam os folhetos. Ainda em vida, o poeta mencionava a Livraria Popular Editora como local para compra de suas obras⁵⁹⁶.

O conto *O Relapso (Contos incontáveis, fulminantes e um pouco relapsos)*⁵⁹⁷, publicado no *Jornal do Recife*, e assinado por Xico Laranja, dá indícios de que a Livraria Nogueira também vendia folhetos do poeta. A narrativa apresenta o encontro do autor com o personagem Pinga Fogo – o relapso – na saída da Livraria. O contista teria ficado surpreso com aquela figura ter adentrado uma livraria. Ao final, descobre-se que o livro recomendado por outrem a Pinga Fogo era uma Gramática da Língua Portuguesa; antes, no entanto, as obras citadas como as possíveis de serem compradas pela relapsa e desleixada persona incluíam *A Donzela Teodora*, de Leandro Gomes de Barros e *Obras completas de Leandro Gomes*, o que aponta, fora os preconceitos explicitados, para a existência desses títulos no interior de uma das maiores e mais importantes livrarias da cidade de Recife no período, a Livraria Nogueira.

Diversas eram, portanto, as formas de comercializar os folhetos: presencialmente, em locais de grande fluxo; na própria residência do poeta; pelos correios; por meio de agentes revendedores; e em livrarias. Diversas, também, eram as formas de divulgar, fazer propaganda das obras a serem publicadas.

Uma das estratégias, que pode ser entendida como forma de publicidade, pode ser encontrada nos próprios folhetos, quando o poeta revelava a publicação futura ou continuação de uma determinada narrativa. É o que ocorre na capa de *Todas as lutas de Antonio Silvino*, onde, na parte inferior, vê-se “Depois deste sahirá *História da Donzela Teodora* Toda completa e rimada”⁵⁹⁸, assim como após o último poema, em *A ressurreição dos bichos*, informa-se que “Brevemente sahirá

⁵⁹⁴ BARROS, L. G. *Os defensores dos inocentes de Garanhuns*, 1917.

⁵⁹⁵ Na última página de *O tempo de hoje*, publicado em 1918, vemos: “A Popular Editora avisa ao commercio e ao publico em geral que abriu mais uma filial, alem da Lages, no Rio Grande do Norte, em Guarabira, na rua 7 de Setembro, n. 17, e que mantem alli um completo sortimento de livros e objectos escolares, papeis de diversas qualidades, folhetos tanto de Leandro Gomes de Barros quanto de Francisco das Chagas Baptista, que vende por preços os mais baixos possíveis”.

⁵⁹⁶ BARROS, L. G. *Historia de João da Cruz*, 1917.

⁵⁹⁷ *Jornal do Recife*, 23 de maio de 1914.

⁵⁹⁸ BARROS, L. G. *Todas as Lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

– *O Testamento de Cancão de Fogo*⁵⁹⁹, ou em *Affonso Penna*, com indicação de que o romance *A Orphã* continuará no folheto *O azar e a feiticeira*⁶⁰⁰. Anúncios publicitários na própria obra poderiam cativar o público para buscar comprar novamente os folhetos de Leandro Gomes de Barros.

Em outra esfera, totalmente distinta, os periódicos recifenses também divulgavam suas obras. Ao que parece, o poeta possuía relativo trânsito nas edições dos jornais⁶⁰¹ e fazia uso deste trânsito para garantir um espaço publicitário para suas obras⁶⁰², chegando, com isto, ao público leitor dos diários da capital, o que pode ser visto a seguir:

O conhecido e apreciado repentista sertanejo Leandro Gomes ofereceu-nos um exemplar de seu novo folheto *Exclamações de Antonio Silvino na Cadeia*. É avultada já a colleção de historia, em versos, contados por esse poeta popular, a quem agradecemos a gentileza do oferecimento⁶⁰³.

A propaganda, distribuição e comercialização dos folhetos parecem ter sido um objetivo que o poeta percorreu incansavelmente, utilizando-se da criatividade para vencer as limitações financeiras. Conseguiu, no entanto, inserir sua obra no interior das práticas de leitura da sociedade em questão.

As práticas de leitura dos folhetos de Cordel encontram-se imbricados com a oralidade. Esta foi uma estratégia de comercialização dos folhetos produzidos por Leandro Gomes de Barros. Era também constituinte da própria literatura por ele produzida, na medida em que a poesia, com ritmo e som, métrica e rima, é um convite para a leitura coletiva, por meio da audição. Deste modo, é possível dizer que o público do poeta era formado por leitores/ouvintes.

Estes, no entanto, não eram exclusividade deste segmento literário que surgia na virada do século XIX para o XX. Antônio Cândido, escrevendo sobre os círculos culturais eruditos durante o Império do Brasil, afirma que:

A ação dos pregadores, dos conferencistas de academia, dos recitadores de toda hora correspondia a uma sociedade de iletrados, analfabetos ou pouco afeitos à

⁵⁹⁹ BARROS, L. G. *A ressurreição dos bichos*, 1911.

⁶⁰⁰ BARROS, L. G. *Affonso Pena*, 1906.

⁶⁰¹ No obituário escrito a Leandro Gomes de Barros no *Jornal Pequeno* em 07 de março de 1918 vê-se: “Conversador incorrigível, Leandro vinha muitas vezes á nossa redacção. A sua prosa era interessante, original mesmo”.

⁶⁰² Encontramos 9 publicações em jornais de Recife relativas a divulgação de novos folhetos publicados por Leandro Gomes de Barros, entre os anos de 1912 e 1917, sendo 1 no jornal *A Província* – em 23/08/1917 –, 3 no jornal *Diario de Pernambuco* – em 12/12/1914, 08/01/1916 e 31/05/1916 –, e 5 no *Jornal do Recife* – em 20/06/1912, 10/12/1914, 16/12/1915, 21/01/1917 e 26/08/1917.

⁶⁰³ *Jornal do Recife*, 10 de dezembro de 1914.

leitura. Deste modo, formou-se, dispensando o intermédio da página impressa, um público de auditores, muito maior do que se dependesse dela [...]. A grande maioria dos nossos escritores, em prosa e verso, fala de pena em punho e prefigura um leitor que ouve o som da sua voz brotar a cada passo por entre as linhas⁶⁰⁴.

Formou-se, no Brasil, um público literário povoado por leitores e não-leitores, muito por conta dos baixos índices de alfabetização da população brasileira. No início do século XX e mesmo já na década de 1930, era comum a existência de reuniões da elite intelectual pernambucana para a recitação coletiva de poemas⁶⁰⁵, tornando-se perceptível que, para o período, no Brasil muito mais se ouvia do que lia.

Os recenseamentos produzidos em 1890 e 1920, portanto dentro do período de produção literária de Leandro Gomes de Barros, nos ajudam a elucidar a questão. Olhando o estado de Pernambuco num todo, em 1890 teremos pouco mais de 14% declarando-se alfabetizada, passando para 17% em 1920, num acréscimo ínfimo, se analisarmos que a população, em números absolutos, mais que dobrou no mesmo período. Se pensarmos especificamente na capital, Recife, local em que o poeta vivia, encontraremos no recenseamento 37% de alfabetizados, em 1890, e 51% em 1920. Desta maneira, os altos índices de analfabetismo contribuía para a construção de um público literário não leitor, do mesmo modo que indica a possibilidade de uma maior penetração da obra de Leandro Gomes de Barros na capital.

Portanto, seja com romances, poesias eruditas ou com os folhetos de Cordel, a oralidade se impõe como prática literária no início do século XX. Segundo Maria do Rosário da Silva:

Ao redor de um leitor – comumente alguém com habilidade para alterar a entonação e o ritmo da voz de acordo com as peripécias da trama – ajuntam-se mulheres, homens e crianças encantados com uma infinidade de narrativas repletas de amores possíveis e impossíveis, lutas medonhas, heróis e anti-heróis, bandidos, animais e seres fantásticos⁶⁰⁶.

Os folhetos materializam essa característica de leitura coletiva imponente no público literário brasileiro. Impossibilitados de conversar diretamente com sujeitos que vivenciaram esta experiência

⁶⁰⁴ CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 74.

⁶⁰⁵ GALVÃO, 2000, p. 424.

⁶⁰⁶ SILVA, Maria do Rosário da. *Histórias ambulantes: cultura e cotidiano em folhetos de cordel*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2008, p. 12.

literária comunitária⁶⁰⁷, por conta do recorte temporal, os “índices de oralidade”, conceito utilizado por Paul Zumthor⁶⁰⁸ para indicar elementos presentes no texto escrito que apontam a relação existente com a oralidade e a necessidade de que uma complemente a outra para alcançar os resultados desejados, possibilitam enxergarmos vestígios destas práticas de leitura.

O primeiro elemento textual perceptível, entre os folhetos analisados da obra de Leandro Gomes de Barros, é a proposta de diálogo daquele que escreve com aquele que lê, como que em uma conversa ocorrida presencialmente, como no excerto a seguir:

O *leitor* sabe que feira
Tem um inigma que atrai
Porque no lugar que ha feira,
Todo mundo em geral vai
D’ella e festa de natal
Até o diabo sai⁶⁰⁹. (Destaque nosso)

Este recurso narrativo possibilita a ilusão de diálogo entre aquele que escreve e aquele que lê, assim como entre quem lê e escuta. As narrativas se desenvolvem como se alguém estivesse contando uma história, aproximando, portanto, da literatura oral e propiciando um diálogo direto entre o narrador e o ouvinte. Tal como na oralidade, preconiza-se o uso do discurso direto, reproduzindo diálogos integrais na narrativa, como no trecho a seguir:

Andava o azar no mundo
Sem ter aonde pousar
Foi em casa de uma velha
Pedi para se arrancar
Disse-lhe a velha: pois não!
Vossa mercê pode entrar.

Meu filho não está em casa
Meu marido ja morreu
Porem minha casa o cabe
Com tudo quanto for seu
Meu filho não está em casa
Em logardelle estou eu⁶¹⁰.

⁶⁰⁷ Como o fez Ana Maria de Oliveira Galvão buscando apreender, entre outras coisas, os leitores-ouvintes de Cordel entre os anos de 1930 e 1950, a partir de entrevistas com pessoas que, na infância, vivenciaram este contato com o Cordel.

⁶⁰⁸ ZUMTHOR, Paul *A Letra e a Voz - a "literatura medieval"*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 35.

⁶⁰⁹ BARROS, L. G. *O azar na casa do funileiro*, 1917.

⁶¹⁰ BARROS, L. G. *O azar e a feiticeira*, 1906.

Assim, as falas inseridas de modo direto e em sua integralidade, juntamente com a característica de construção de um narrador em diálogo com o ouvinte, técnicas próprias da literatura oral, unem-se às características sociais brasileiras – com baixas taxas de alfabetização que formaram um público literário não leitor –, para indicar que a leitura dos folhetos de Leandro Gomes de Barros era realizada coletivamente, congregando um declamador e seus ouvintes. Tais elementos, congregados a outras questões, nos possibilitarão aproximar-se do público leitor/ouvinte do poeta.

3.1.4. O público leitor/ouvinte do poeta Leandro Gomes de Barros

Tendo a existência de uma cultura compartilhada como pano de fundo, junto à materialidade dos folhetos, é possível aproximarmos das características gerais deste público leitor/ouvinte do poeta Leandro Gomes de Barros. Para tal, buscaremos desmistificar a concepção amplamente expressa de que os consumidores desta modalidade, desde seu início, fossem residentes rurais, analfabetos ou semialfabetizados e pobres. Interpretações que se aproximam do exposto anteriormente deslizam, de certo modo, na proximidade existente entre as cantorias orais e os folhetos impressos⁶¹¹. Ainda que aproximações possam ser levantadas, as especificidades da modalidade impressa devem ser ressaltadas.

A primeira delas é o fato de que a poesia impressa derruba a característica efêmera e incerta da poesia oral, possibilitando a releitura da mesma poesia diversas vezes. A segunda, e não menos importante, possui relação com o espaço que a produz: as cantorias se desenvolveram em pequenas vilas e povoados, marcados pelo cotidiano rural⁶¹²; a literatura impressa em folhetos de baixo custo, por sua vez, está ligada à cidade e, no caso de Leandro Gomes de Barros, à Recife. Em outra esfera, a terceira relaciona-se com a alfabetização; é possível afirmar que as cantorias encontram-se fincadas na oralidade, enquanto a literatura impressa é uma mediadora entre o oral e o escrito, de modo que as habilidades requeridas para cada uma das mesmas não são as mesmas. Por fim, a afirmação, que acompanha à do analfabetismo, de que se tratava de “um público pobre”⁶¹³, não é

⁶¹¹ Três fatores podem ter levado à associação entre estas formas de expressão artística: o folheto ser recitado ou cantado pelos seus vendedores; por algumas narrativas serem parte de cantorias orais; e pela existência da peleja nos folhetos impressos, tal qual os desafios entre cantadores. Ver: AYALA, op. cit., p. 16.

⁶¹² GOMES, 2012, p. 83.

⁶¹³ ABREU, Marcia Azevedo de. *Pobres Leitores*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/marcia.html>. Último acesso em: 17 de abril de 2020.

realizada levando em consideração onde e quando, generalizando uma ideia para algo extremamente amplo.

Acreditamos que esta definição do público, assim como a associação entre cantorias e folhetos impressos, está ligada à leitura feita por Silvio Romero sobre a poesia popular brasileira, essencialmente em *Estudos sobre a poesia popular brasileira*, publicado originalmente em 1888, onde afirma que o local privilegiado para enxergar o popular são “as populações rurais e incultas”⁶¹⁴. Esta leitura foi sendo, durante o século XX, ressignificada, atualizada diante das circunstâncias, mas mantida, em grande medida, sem questionamentos ou análises profundas, chegando a um número considerável das pesquisas contemporâneas⁶¹⁵.

O contato com a literatura de Leandro Gomes de Barros, no entanto, possibilita questionar estes pressupostos. Temas ligados à vida rural aparecem em sua obra, como o boi misterioso⁶¹⁶, mas não é o mote principal de sua literatura, sendo as questões urbanas que se fortalecem. Narrativas sobre acontecimentos públicos, como a visita de um presidente à Recife⁶¹⁷ ou o pleito eleitoral que levou à vitória de Dantas Barreto ao governo estadual⁶¹⁸, por mais que chamassem a atenção dos habitantes de pequenas vilas ou zonas rurais, apresentam relação tão forte com o acontecimento que pressupõe uma leitura no calor dos fatos, como uma crônica sobre o ocorrido. Levando em consideração as condições de distribuição, que não garantiam disseminação rápida, tem-se a impressão de que alguns folhetos eram feitos para serem vendidos de forma rápida, essencialmente na capital.

O tema da carestia da vida, extremamente presente em sua bibliografia, não está relacionado diretamente às secas e más plantações, por mais que existam casos⁶¹⁹. Na maioria das vezes, a carestia aparece na discordância com o governo, tecendo fortes críticas aos impostos e sua relação com a fome, por dificultar a vida das pessoas⁶²⁰. Assim, a carestia como mote poético assume um caráter urbano, ligado às políticas públicas e sua interferência prática na vida.

Por sua vez, as inovações urbanas, símbolos da modernidade esperada nos grandes centros e que desafiavam uma pretensa “moral tradicional”, são pano de fundo profícuo para narrativas

⁶¹⁴ ROMERO, Silvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 38.

⁶¹⁵ Uma discussão sobre a genealogia da concepção contemporânea de poeta de Cordel como porta-voz do povo, entendido como os pobres e sem acesso à cultura, foi desenvolvida no primeiro capítulo da minha dissertação. Ver: LACERDA, Erasmo Peixoto de. “*Que povo é esse?*”: Leandro Gomes de Barros e seus leitores (1900-1920). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2017.

⁶¹⁶ BARROS, L. G. *O boi misterioso*, 1910-1912.

⁶¹⁷ BARROS, L. G. *Affonso Pena*, 1906.

⁶¹⁸ BARROS, L. G. *A voz do povo pernambucano*, 1910-1912.

⁶¹⁹ BARROS, L. G. *A secca do Ceará*, 1915-1916.

⁶²⁰ BARROS, L. G. *O fiscal e a lagarta*, 1917.

“moralizantes”, abordando a quebra de costumes relacionados aos papéis sociais esperados para mulheres e homens⁶²¹ ou a prática de enganar os outros para benefício próprio⁶²². Tais inovações, propostas pela modernidade urbana, desafiavam uma cultura compartilhada entre poeta e público, um código de honra, com fortes traços de uma religiosidade não oficial.

O fato de os temas urbanos prevalecerem em sua poesia parece indicar a importância do público recifense para sua obra. Recife, como dito anteriormente, apresentava números elevados de alfabetização, em comparação com as regiões interioranas, significando um potencial mais amplo de leitores e, conseqüentemente, de vendas, o que garantiria o sustento do poeta e de sua família. Mesmo quando olhamos para os revendedores autorizados, veremos regiões com certo grau de urbanização e alfabetização⁶²³. Centros urbanos garantiam locais com grande circulação, como mercados, feiras e estações, palcos privilegiados para o poeta, oralmente, apresentar sua poesia e tentar chamar a atenção do público.

Corroborar a nossa hipótese de prevalência do público urbano enquanto leitores/ouvintes de Leandro Gomes de Barros, ainda, a menção de venda em livrarias – seja na Livraria Nogueira, como deixa escapar o conto o Relapso, assinado por Xico Laranja, ou na Popular Editora, de Francisco das Chagas Baptista –, ambiente tipicamente urbano e antenado à modernidade proposta no período, assim como a permanência da moradia do poeta como local de venda e a existência da publicidade em periódicos recifenses.

A preponderância do caráter urbano dos leitores/ouvintes de Leandro Gomes de Barros caminha junto à questão do nível de alfabetização dos mesmos. Recife, por exemplo, possuía, segundo os dados do recenseamento de 1920, mais habitantes que sabiam ler do que não sabiam; no que lhe diz respeito, a oralidade constituinte da poesia produzida pelo poeta não fazia com que apenas a sua literatura fosse alvo de leitura coletiva; por sua vez, o indício de venda de folhetos em livrarias aponta para a inserção da obra do poeta nos círculos letrados. Tais informações, em linhas gerais, desmistificam a noção de que os leitores/ouvintes eram analfabetos ou semialfabetizados.

Os periódicos recifenses são capazes de nos fazer enxergar um pouco mais sobre a questão. O *Diário de Pernambuco*, certa vez, anunciou que Leandro Gomes de Barros, o “inspirado vate

⁶²¹ BARROS, L. G. *As saias calções*, 1911.

⁶²² BARROS, L. G. *A cura da quebradeira*, 1915.

⁶²³ Se pensarmos nas 9 localizações citadas anteriormente como locais em que revendedores poderiam ser encontrados e olharmos para o Recenseamento feito em 1920, perceberemos que em 5 municípios havia uma população superior a 40 mil habitantes, sendo eles: Guarabyra, com 59095 habitantes e 9,3% alfabetizados; Caruarú, com 61636 habitantes e 15,7% alfabetizados; Pesqueira, com 45513 habitantes e 17,5% alfabetizados; Parahyba (Capital), com 52990 habitantes e 32,7% alfabetizados; e Manaus, com 75704 habitantes e 42,4% alfabetizados.

popular que faz as delicias da gente rude e ingenua”⁶²⁴, acabara de publicar um novo folheto. A *gente rude e ingenua* não era, propriamente, o público do periódico, o que deixa inquietação quanto às motivações para tal espaço de propaganda.

O obituário do *Jornal Pequeno*, dedicado ao poeta, ajuda-nos a responder tal questão, ao afirmar que “no meio de gente *inculta*, os versos de Leandro eram lidos com geral apreciação e os seus livrinhos guardados com religioso carinho” e que “nos meios mais cultos, Leandro Gomes si não conseguiu prender pela arte ou pela forma das suas quadras, era entretanto elogiado pela facilidade e espontaneidade de rima”⁶²⁵. As posições explicitadas pelos periódicos, portanto, apresentam a visão que os círculos letrados tinham do poeta, como uma arte menor. No entanto, deixa pistas de que, mesmo sem julgar como arte segundo os padrões hegemônicos, os círculos letrados, de alguma maneira, também desfrutavam da leitura de sua obra, pelo prazer que poderia produzir.

O poeta parece ter percebido esta situação e, de algum modo, tentando aparecer como artista que produzia não só para a *gente rude, ingênua e inculta*, buscando fazer uma poesia que, usando as palavras escritas no obituário de *A Província*, obedecesse à “metrica e estylo exigidos pela arte”⁶²⁶. Esta percepção decorre da presença de dois sonetos, *A urucubaca*⁶²⁷ e *Chromo*⁶²⁸ presentes no interior de sua obra.

Este desejo em demonstrar erudição não é característica única de Leandro Gomes de Barros, estando presente em cantorias orais, com pausa para declamações de outras modalidades poéticas⁶²⁹. Ratifica, por sua vez, a necessidade de repensar a concepção de literatura popular, destinada aos folhetos e cantorias, revelando a circularidade existente entre diferentes segmentos produtores de cultura em uma sociedade⁶³⁰.

Em outra esfera, a preocupação editorial em fazer os livretos assemelharem-se com os livros destinados a pessoas com maior grau de instrução, apontada anteriormente, parecem indicar uma preocupação estética que visa atingir grupos sociais acostumados com a materialidade destes outros livros, o que só é justificável pela existência desses leitores produzindo, na prática ou não, tal exigência.

⁶²⁴ *Diário de Pernambuco*, 12 de dezembro de 1914.

⁶²⁵ *Jornal Pequeno*, 07 de março de 1918.

⁶²⁶ *A Província*, 07 de março de 1918.

⁶²⁷ BARROS, L. G. *A crise actual e o augmento do sello*, 1915.

⁶²⁸ BARROS, L. G. *A mulher na rifa*, 1917.

⁶²⁹ ABREU, 1993, p. 169-170.

⁶³⁰ GINZBURG, 2006, p. 15.

Questão que nos leva ao último ponto levantado. Tanto o elogio dos mais cultos, como escrito no obituário do *Jornal Pequeno*, como as adequações editoriais pela exigência de um público acostumado com um tipo de materialidade livresca, quanto à hipótese de venda em livrarias parecem indicar a circulação da obra do poeta em um segmento social com maior capacidade financeira e de acesso aos bens culturais.

O baixo preço dos folhetos, que poderia indicar o consumo por pessoas de baixa renda, pode ser interpretado de outra forma. Ao vender a preços baixos, o poeta ao invés de delimitar um grupo específico, amplia a gama de possíveis consumidores. Na parte final de sua carreira, interrompida com sua morte, Leandro Gomes de Barros passou a vender folhetos longos, chamados de romances, juntando poemas anteriormente vendidos de modo fragmentado ou lançando novos em fascículo único. Em *O governo e a lagarta contra o fumo* é possível ver este recado:

ROMANCES COMPLETOS EM VERSOS A 1\$000 RS [...]. Além destes Romances, Leandro Gomes de Barros tem mais de 500 qualidades de Folhetos de versos a 200 rs. que vende em grosso com grande abatimento, na casa de sua residência á Rua do Motocolombó n. 28 em Afogados arrabalde do Recife⁶³¹.

Enquanto folhetos eram vendidos a 200 rs., os romances eram vendidos a 1\$000 rs., cinco vezes mais. Acreditamos ser provável que os romances possuíam uma saída menor, por conta do preço, sendo, possivelmente, itens específicos para colecionadores – pessoas com maior possibilidade de capital –, uma vez que se tratavam de histórias consagradas e reeditadas pelo poeta.

Vinte romances equivaliam ao preço de um mês de aluguel⁶³², de modo que inviabilizava – ou ao menos dificultava – a compra dos romances por pessoas com baixa renda, indicando a existência de possíveis compradores dos folhetos de Leandro Gomes de Barros entre sujeitos com maior capacidade financeira. Provavelmente, suas narrativas circulavam em diferentes classes sociais há muito tempo e, uma vez consolidado enquanto poeta, decidiu criar um item específico para “coleccionadores”, angariando mais uma fatia de consumidores.

Sendo assim, é possível afirmar que o público leitor/ouvinte do poeta possuía, como características gerais, a predominância urbana, ainda que nostálgicos de uma cultura e moral ligada às zonas rurais, circulando entre diferentes níveis de alfabetização, assim como em classes sociais. Um público predominantemente urbano, heterogêneo em escolaridade e condição financeira.

⁶³¹ BARROS, L. G. *O governo e a lagarta contra o fumo*, 1917.

⁶³² HATA, 1999, p. 39.

3.2. Antonio Silvino na literatura de Leandro Gomes de Barros

No interior dos 70 folhetos e 128 narrativas, encontramos 15 folhetos e 17 narrativas com alguma menção ao cangaceiro Antonio Silvino. Dentre estas, três narrativas foram descartadas⁶³³, por apenas citarem a personagem, sem que fosse essencial para a construção do enredo. Sua utilização, portanto, não traria grande impacto para a análise e compreensão pretendida.

Além das narrativas anteriormente citadas, encontramos um folheto contendo duas narrativas, editado e publicado por Pedro Baptista, após a morte de Leandro Gomes de Barros⁶³⁴. Acreditamos que a mesma tenha relevância por conta da construção da narrativa, justificando a trazermos para o corpus documental, sem que a mesma tenha sido utilizada no momento anterior, em que investigamos a materialidade das publicações do poeta.

Ficamos, portanto, com 12 folhetos e 15 narrativas, todas publicadas em Recife, no espaço entre o ano de 1907/1908 e 1918. Em três oportunidades um único folheto possui duas narrativas sobre o cangaceiro. Todos eles, apesar de especificidades, apresentam a mesma lógica: funcionam como se fossem dois capítulos de um livro, mas que dialogam entre si⁶³⁵. Tal situação dimensiona duas questões: a importância dada à construção do folheto enquanto obra literária, com sentido interno; a importância destinada ao cangaceiro Antonio Silvino como tema.

A primeira questão já fora trabalhada e caminha junto às preocupações editoriais relacionadas ao desejo de fazer os folhetos assemelharem-se a livros da chamada literatura canônica. A segunda questão, pertinente neste momento, merece um olhar aprofundado. Objetivamente, quase 12% das narrativas produzidas por Leandro Gomes de Barros tinham Antonio Silvino como tema central, mais do que qualquer outro tema estrito. Tema constante nos jornais, o primeiro olhar diria que o fato de chamar atenção e garantir vendas era o motor por trás. Certamente, esta questão estava no horizonte do poeta, mas acreditamos que a construção de um tipo ideal, herói regional, também era uma questão – e esperamos demonstrar isto.

⁶³³ São elas: *Morte de Tempestade (Antonio Felix)*, de 1909, em que o sujeito de fala é o parceiro de Antonio Silvino, Tempestade; *O antigo e o moderno*, de 1915, em que, a partir de um jogo entre personagens do passado e do presente, há apenas uma citação breve ao cangaceiro; e *Os defensores dos inocentes de Garanhuns*, de 1917, onde a citação evoca a bravura de Silvino, mas sem grande relevância no interior da narrativa.

⁶³⁴ BARROS, L. G. *O sonho de Antonio Silvino na cadeia*, 1918.

⁶³⁵ Em *As proezas de Antonio Silvino/Os calculos de Antonio Silvino*, ambas são setilhas e apresentam o mesmo tema. Já em *Antonio Silvino na cadeia/Antonio Silvino se despedindo do campo*, os dois “capítulos” se completam, onde na primeira narrativa é narrado a prisão e chegada ao presídio, em 3ª pessoa, e, na segunda, em 1ª pessoa, já na cadeia, o cangaceiro mostra o seu lamento e tristeza; ambas construídas em sextilhas. Em *O sonho de Antonio Silvino na cadeia/Lamentação* temos a mesma lógica: dois capítulos, em que no primeiro, em 3ª pessoa, narra-se um sonho de Silvino onde as almas de quem matou lhe aparecem, e no segundo o cangaceiro produz suas lamentações quanto à condição em que terminou.

Junta-se à quantidade, o valor dado às narrativas sobre Antonio Silvino no interior dos folhetos. Além dos três exclusivos para o cangaceiro, apresentando duas narrativas como capítulos de uma obra, outras quatro narrativas são apresentadas em folheto único. Nas outras cinco restantes, em que outro poema – parcial ou não – a acompanha no fascículo, a que trata do cangaceiro é a história principal, seja por contar com uma ilustração de Antonio Silvino na capa ou contracapa⁶³⁶ – apresentada na Imagem 07 – ou pelo destaque, na ausência de imagens, dado ao título na capa.

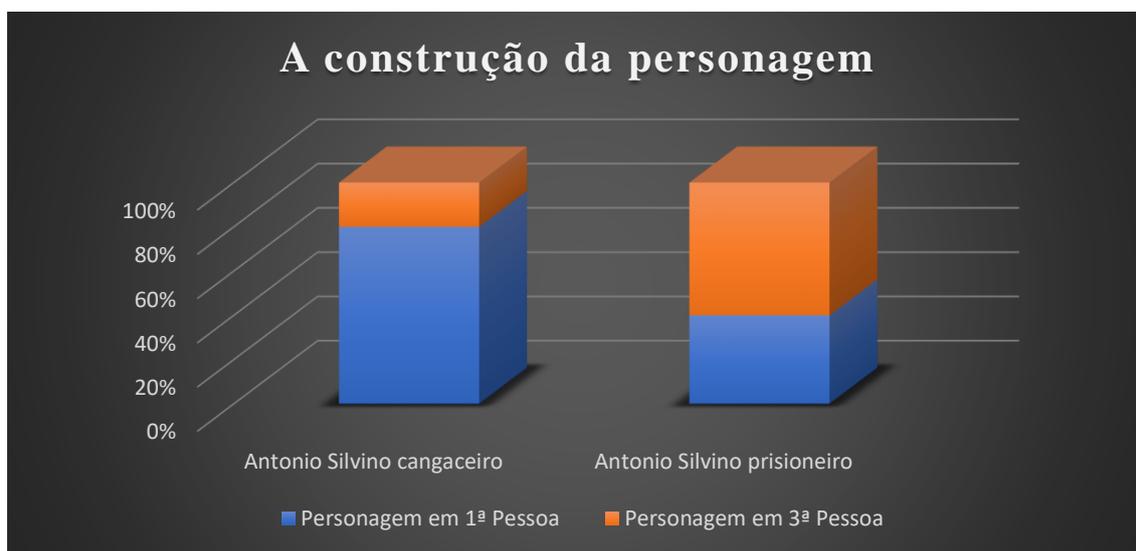


Gráfico 07 – A construção da personagem.

No interior deste conjunto de narrativas, as subdividimos em dois subgrupos: Antonio Silvino cangaceiro e Antonio Silvino prisioneiro. No grupo do período de atuação no cangaço ficaram alocadas dez narrativas⁶³⁷, restando cinco para o período posterior ao encarceramento⁶³⁸. Os dois subgrupos são justificáveis, diante da total diferença na construção da personagem e da narrativa, inclusive quanto à forma de narrar, prevalecendo o uso da primeira pessoa para antes da prisão e a terceira pessoa para depois do encarceramento.

Outra divisão que nos pareceu necessária, no interior do universo completo, foi entre narrativas que construía um Antonio Silvino mítico, com quatro narrativas, e um Antonio Silvino humano, com sete narrativas. O mítico está intimamente ligado às do subgrupo Antonio Silvino

⁶³⁶ Esta ilustração é a mesma apresentada na Imagem 07, anteriormente.

⁶³⁷ São elas: *As proezas de Antonio Silvino* e *Os calculos de Antonio Silvino*, 1907-1908; *As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade*, 1909; *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910; *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912; *A ira e a vida de Antonio Silvino*, 1910-1912; *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912; *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912; *A visão e Antonio Silvino*, 1913-1914; e *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

⁶³⁸ São elas: *Antonio Silvino na cadeia* e *Antonio Silvino se despedindo do campo*, 1914-1915; *Antonio Silvino no jury*, 1915; *O sonho de Antonio Silvino na cadeia* e *Lamentação*, 1918.

cangaceiro, enquanto o humano, ainda que apareça neste, encontra-se mais ligado ao período do cárcere.

Diante deste panorama documental, torna-se evidente que a construção de Antonio Silvino como personagem da poesia de Leandro Gomes de Barros apresenta uma unidade, mesmo no espaço temporal relativamente longo de produção, elaborando representações fincadas em uma concepção sobre o sujeito. Nem verdades, nem mentiras. Na prática, uma construção projetada a partir de um código de honra carregado pelo poeta e partilhado por parte substancial de seu público.

3.2.1. Bases culturais de uma representação: o código de honra e a heroificação de Antonio Silvino

As narrativas tendo o cangaceiro Antonio Silvino como personagem principal, na obra do poeta Leandro Gomes de Barros, possibilitam visualizar um conjunto organizado de elementos morais, representados na figura do cangaceiro. Este não é, nas linhas poéticas, enxergado como um criminoso comum, mas como alguém que, apesar da vida de crimes, está inserido em um código de honra, que até justifica suas ações.

O código de honra sertanejo, enunciação explicativa defendida por Luitgarde Barros⁶³⁹, fora apresentado no primeiro capítulo. Construção de longo prazo, este código moral pode ser entendido como uma herança ibérica, com processo de hibridização durante a colônia portuguesa na América, e fortemente marcado pela religiosidade católica e difundido por missionários da igreja. O certo e o errado a partir de um olhar próprio, um traço cultural específico construído nos sertões, onde os cangaceiros estabeleceram morada.

O poeta Leandro Gomes de Barros nasceu no sertão paraibano e era um entre os milhares de sertanejos que migraram para a capital pernambucana no início do século XX. Sua forma de enxergar a capital e o mundo que o rodeava estava embebida neste escopo cultural que trouxe na bagagem, condição que ajuda a compreender as motivações para as ácidas críticas aos novos costumes e modernidades que pululam em seus escritos, enxergando um “mundo às avessas”⁶⁴⁰, desintegrando uma moral entendida como a correta. O código de honra, observável nas poesias de Leandro Gomes de Barros sobre o cangaceiro Antonio Silvino, é outro elemento cultural compartilhado entre poeta e público.

⁶³⁹ BARROS, 1998, p. 161-162.

⁶⁴⁰ BARROS, L. G. *As cousas mudadas*, 1910-1912.

Nesse sentido, o código de honra sertanejo, apresentado por Luitgarde Barros, será entendido como uma chave de leitura para a construção de Antonio Silvino enquanto personagem nos poemas do poeta, possibilitando observar a elaboração de uma figura criminosa, mas com uma estatura moral, pautada no código cultural, que, se não justifica propriamente suas ações, o transforma em sujeito ideal, arquétipo do valente homem valente e representação da honra diante de um mundo desmantelado⁶⁴¹.

A primeira questão a ser observada está na justificativa para entrada de Antonio Silvino no cangaço: o assassinato de seu pai, em questões relacionadas à propriedade. No vale do Pajeú, região sertaneja, grandes questões, brigas familiares, começavam a partir de problemas relacionados à terra. Diante de um problema destes, a opção pacífica era entendida socialmente como “frouxidão” e, conseqüentemente, levava o nome da família à desmoralização. Ser “disposto” a responder com armas em punho, ser valente e corajoso para defender a honra familiar era, em certa medida, o que se esperava dos homens sertanejos⁶⁴².

Em quatro narrativas⁶⁴³, o poeta, usando-se do artifício de colocar a personagem falando em primeira pessoa, insere esta justificativa, o que pode ser visto no excerto a seguir:

Eu hoje podia ser
Um distinto cavalheiro
Mas a justiça faltou-me
Devido a não ter dinheiro,
Meu pae foi assassinado
Eu para me ver vingado
Fiquei sendo cangaceiro.

Eu achei um desafôro
E uma falta de acção
Um cabra matar meu pae
E nem dar satisfação,
Matei e o fiz em postas
Abri elle pelas costas
Arranquei-lhe o coração.

Então desse tempo em diante
Pegaram a me perseguir
Eu que me vi desgrnçado

⁶⁴¹ Referência à Antologia “O Cordel e os Desmantelos do Mundo”, publicada pela Fundação Casa de Rui Barbosa, sob organização de Orígenes Lessa e Vera Lúcia de Luna e Silva: LESSA; LUNA E SILVA. *O Cordel e os Desmantelos do Mundo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

⁶⁴² VILLELA, 2004, p. 175-176.

⁶⁴³ São elas: BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino, 1907-1908*; BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar, 1909-1910*; BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino, 1910-1912*; BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino, 1910-1912*.

Não tinha mais que fugir,
Fiz trincheira do sertão
Acochei o páo na mão
E bato enquanto bulir⁶⁴⁴.

A narrativa ancora-se no que se diz sobre a morte de Pedro Baptista e a entrada de Manoel Baptista, posteriormente chamado de Antonio Silvino, no cangaço. A morte do pai, em janeiro de 1897, e o descaso da justiça, intimamente ligada ao grupo mandante do assassinato, teriam o levado a buscar justiça com as próprias mãos, entrando em um bando de cangaceiros liderados por um tio.

Com este escudo ético, nas palavras de Pernambucano de Mello⁶⁴⁵, a poesia de Leandro Gomes de Barros constrói a personagem como um fruto da injustiça e um sujeito que está nesta situação por conta da inevitável necessidade de defender a honra familiar. Não se tornou criminoso por vontade própria, por querer viver de crimes, mas por ser impelido pelas condições e a exigência social de vingança. Justifica-se, deste modo, sua entrada no mundo do cangaço pelo pilar mestre do código de honra: a defesa da honra familiar.

Lado a lado a este ponto, caminha o apego à justiça, ao cumprimento das leis. Por mais paradoxal que pareça, o poeta aponta, em diversas ocasiões, esta característica moral no bandido cangaceiro, em diferentes formas. Em primeira pessoa, apresenta-se como justo quanto aos assassinatos por ele cometidos:

Disia a Antonio Silvino
Eu não tenho o que faser
Vocês vinham me matar
E não queriam morrer
Quem vai dar leva seu saco
Isso não tem que saber⁶⁴⁶.

Colocando-se como um sujeito que reage em legítima defesa, o cangaceiro não era um assassino, pois só matava quem o queria morto, situação que leva a outro discurso recorrente, presente em quatro narrativas⁶⁴⁷, de que Antonio Silvino só continua no cangaço porque o Estado não cessa a perseguição e que “se fizerem paz commigo/deixo de ser cangaceiro”⁶⁴⁸. A estratégia se repete: transferir a culpa para outro agente. O discurso da legítima defesa, tanto em relação às

⁶⁴⁴ BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908.

⁶⁴⁵ MELLO, 1974, p. 72-77.

⁶⁴⁶ BARROS, L. G. *A visão e Antonio Silvino*, 1913-1914.

⁶⁴⁷ São elas: BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908; BARROS, L. G. *Os calculos de Antonio Silvino*, 1907-1908; BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910; BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

⁶⁴⁸ BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908.

personagem, é artifício para firmar suas posições no presente e responder suas demandas⁶⁸⁶, de maneira que a mesma apresenta-se como ferramenta para validar a condição atual do narrador.

Por outro lado, parece-nos plausível que a predileção do poeta à escrita impessoal, seja por meio da voz de autoridade, seja pela estratégia de dar voz ao próprio cangaceiro, seja uma estratégia consciente para esquivar-se de represálias, sem se comprometer, explicitamente, com os lados em questão⁶⁸⁷. Escrevendo no calor dos acontecimentos, com emoções envolvidas no conflito, o poeta, ao não colocar a sua palavra nas narrativas, se livra de julgamentos e possíveis perseguições que poderiam ocorrer tanto por parte dos contrários ao cangaceiro – inimigos civis, a força policial e o próprio governo – quanto do próprio cangaceiro, seus parceiros ou simpatizantes.

Por fim, em outra esfera, na poesia em primeira pessoa a estratégia para obtenção de efeitos de realidade é facilmente perceptível. Com o protagonista narrando seus feitos, a veracidade torna-se palpável, acarretando, segundo Ronald Daus, uma consequência psicológica imprescindível: a identificação do leitor/ouvinte com a personagem, uma vez que a narrativa estabelece uma ilusão, fazendo com que o ouvinte enxergue no leitor a imagem do cangaceiro, aproximando-os e dando credibilidade, essencialmente quando a leitura em voz alta, de forma ativa, é acompanhada de gestos e entonações⁶⁸⁸.

A aproximação e identificação do público com a personagem corroboram para lograr êxito na produção da verossimilhança, tanto quanto a utilização de uma voz de autoridade, no interior da cultura compartilhada e agenciada nas narrativas épicas sobre o cangaceiro. O sentimento de estar diante de algo crível, produzido nos leitores, é essencial para a edificação heroica pretendida na poesia épica.

Para além das condições formais do texto literário, a utilização de elementos factuais, retirados da esfera real e, portanto, históricos, é a base principal sob a qual se propõe uma validação do discurso épico para a construção heroica no tempo presente. A primeira questão a ser levantada impõe-se que seja a representação do cangaceiro Antonio Silvino como sujeito honrado, partícipe do código de honra que está sendo desmantelado pela modernidade.

⁶⁸⁶ Nossa afirmação sobre o uso da memória na narrativa sobre o cangaceiro Antonio Silvino ampara-se na concepção de que “a elaboração da memória se dá no presente e para responder as solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar”, formulação apresentada por Ulpiano Menezes em: MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. SP, nº 34, p. 9-24, 1992. Seria plausível uma reflexão futura sobre os usos do passado na poesia de Leandro Gomes de Barros, buscando compreender a memória enquanto artifício literário utilizado pelo poeta.

⁶⁸⁷ DAUS, Ronald. *O ciclo épico dos cangaceiros na literatura popular do nordeste*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982, p. 21.

⁶⁸⁸ DAUS, Ronald. *O ciclo épico dos cangaceiros na literatura popular do nordeste*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982, p. 21.

Questão trabalhada no subitem anterior, esta representação não foi gestada pelo poeta, sendo uma percepção presente na sociedade. Sujeitos, na capital ou no interior, que enxergavam com restrições o processo de modernização imposto no início da República e sua vocação civilizatória, seja em seus aspectos morais ou relacionados à força do Estado sob a vida das pessoas, provavelmente eram aqueles que enxergavam em Antonio Silvino um símbolo de resistência a esta realidade.

O chefe de polícia do Estado de Pernambuco a partir de 1909, no governo de Sigismundo Antonio Gonçalves, o dr. Ulysses Gerson Alves da Costa, fazendo uso do pseudônimo Ramon Oliva⁶⁸⁹, manteve uma escrita constante no *Diário de Pernambuco*. Em um de seus artigos de opinião, sob o título *Minhas Impressões*, o chefe de polícia aborda esta questão:

Antonio Silvino continua a ser o dominador dos sertões [...]. Nas casas rústicas, à margem dos caminhos, por onde passam as boiadas e comboios, quer elle chegue durante o dia ou nas madrugadas [...] cabe-lhe o primeiro logar e recebe honrarias [...]. O sertanejo, pacato embora, sympathisa aquella vida de aventuras e de crimes e acha que o bandido só offende a quem o offende, só procura matar a quem o persegue! E demais, dizem os camponios que ele não rouba: pede quando tem fome [...]. Grangeou a estima das populações rudes, dividindo com a pobreza os despojos dos saques e arvourou-se em protector da honra. E assim venceu no sertão [...]. Silvino conta com as sympathias da população rude [...]. Por sua vez essa mesma população odeia a polícia, porque foi espancada a sabre pelas estradas, porque se viu sem garantias, quasi todas as vezes que pelos seus campos passavam os representantes armados do poder público [...]. Para a captura do bandido não são precisas numerosas forças. É preciso que se reconquiste a confiança do povo⁶⁹⁰.

Certamente, o chefe de polícia buscava, por meio deste artigo, publicizar para os leitores do jornal, uma elite intelectual na capital, justificativas para o insucesso policial na luta contra o banditismo no sertão. Ainda assim, o mesmo possibilita observarmos uma série de pontos colocados como características do cangaceiro na poesia de Leandro Gomes de Barros, entre eles seu senso de justiça, pautado na legítima defesa – só ofende quem lhe ofende, só mata quem o persegue –, não ser um ladrão comum, praticar a caridade e ser um protetor da honra. Para o chefe de polícia, era um bandido, mas que para a “população rude”, podendo ser entendido como pobres e não civilizados, era um herói.

O poeta, portanto, não criou a representação do cangaceiro como partícipe de uma cultura expressa no código de honra. Em realidade, agenciou estes anseios, esta representação que já

⁶⁸⁹ CUNHA, Maria Falcão Soares da. *Dicionário de Pseudônimos de Jornalistas Pernambucanos*. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/Pseudonimos.pdf>. Último acesso em: 18 de Maio de 2020.

⁶⁹⁰ *Diário de Pernambuco*, 20 de fevereiro de 1908.

circulava socialmente, colocando em seus folhetos sem que pudesse ser responsabilizado pelo que escrevia, tanto pela difusão deste corpo de ideias, quanto pela utilização do narrador em primeira pessoa. Expressou, poeticamente, um olhar para os fatos, para além do olhar institucional e estatal. Revestiu a prática poética com estas representações que circulavam socialmente e, para dar ainda mais corpo à construção épica do herói, ornamentou-a com outros elementos retirados do mundo real, essencialmente pautando-se em três linhas: nascimento, entrada no cangaço e atuação no mesmo.

Em dois poemas, trata-se de passagem pelo nascimento de Manoel Baptista de Moraes, aquele que se tornaria o cangaceiro Antonio Silvino, indicando basicamente o local de nascimento e datas incertas: “Eu nasci no Pajeú/Em dias do mez de Maio”⁶⁹¹ e “Nasci no alto sertão/Na vila da Ingazeira [...]. Diz minha mãe que eu nasci/Num dia de quarta-feira”⁶⁹². As datas não são exatas e parecem ter sido colocadas mais para garantir a rima nos versos. No entanto, as localidades citadas funcionam como referente territorial do acontecimento.

A biografia do cangaceiro coloca seu nascimento no dia 02 de novembro de 1875, na região do Pajeú, região banhada pelo Rio São Francisco, na região Norte do Alto Sertão pernambucano, fazendo fronteira com a Paraíba. Os livros de Batismo e de Tombo fazem referência à Serra da Colônia, vilarejo pertencente à cidade de Afogados da Ingazeira, enquanto local de residência da família Baptista de Moraes⁶⁹³.

A região era fortemente marcada pela violência, materializada pelo uso de armas. Política e violência eram indissociáveis e, nesse contexto, os laços de parentesco e solidariedade familiar eram utilizados quando a necessidade do conflito os fizesse necessários⁶⁹⁴. Famílias, base da estrutura social na região, carregavam junto ao nome a “fama”, conceito equivalente a uma reputação de valentia e disposição para resolver, mesmo com o uso de armas, eventuais problemas⁶⁹⁵.

O pai do cangaceiro Antonio Silvino, Pedro Baptista Rufino de Almeida, o Baptistão, adquirira fama de valente e corajoso em Afogados da Ingazeira, tendo sido subdelegado, cargo que lhe legou inimizades com vizinhos, por não compactuar com abusos cometidos constantemente por determinados elementos na região, ligados a poderosos fazendeiros locais⁶⁹⁶. A fama familiar,

⁶⁹¹ BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

⁶⁹² BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

⁶⁹³ OLIVEIRA JÚNIOR, 2010, p. 46.

⁶⁹⁴ VILLELA, 2004, p. 272-273.

⁶⁹⁵ VILLELA, 2004, p. 152.

⁶⁹⁶ OLIVEIRA JÚNIOR, 2010, p. 49.

portanto, parece um indicativo do aparato mental que possibilitou, quando sentiu necessidade, entrar no mundo do cangaço.

O poeta, portanto, ao narrar o nascimento e referenciar o Vale do Pajeú e a Vila de Ingazeira, não está apenas apresentando dados biográficos, mas apontando o local de nascimento enquanto espaço cultural onde a violência é parte integrante. O cangaceiro, deste modo, teria vinculação espacial com uma região marcada por lutas entre famílias, o que teria ressonâncias em sua personalidade. Concede sentido, por sua vez, aos leitores/ouvintes, indicando-o como homem com “fama” e iniciando o processo de construção do escudo ético.

As quatro narrativas que tratam, de algum modo, da entrada de Antonio Silvino no cangaço são unânimes quanto à relação causal que o levou à vida como bandido: a vingança ao assassinato do pai, diante do descaso dos responsáveis legais pela administração da ordem pública. Tal concepção pode ser averiguada, além do poema *As proezas de Antonio Silvino*, citado anteriormente neste capítulo, nos excertos a seguir:

Um cabra matou meu pai
E ficou bem descançado,
Disse a um irmão que eu tinha
– Meu pai há de ser vingado,
Inda o cabra lá no inferno
Lá mesmo é esquartejado⁶⁹⁷.

Eu tinha quatorze annos
Quando mataram meu pai,
Eu mandei dizer ao cabra
Se aprompte que você vai;
Se esconda até no inferno
De lá mesmo você sai.

Foi ahi que resolvi
Este viver infeliz;
Olhei para o riffle e disse:
Você será meu juiz
Disse ao punhal, com você
Eu represento o paiz⁶⁹⁸.

Depois mataram meu pai
Saltei de vez no cangaço
Mato a 17 annos
Inda não cancei o braço
Tenho o pescoço de bronze
Os intestinos de aço⁶⁹⁹.

⁶⁹⁷ BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910.

⁶⁹⁸ BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

O componente da vingança em defesa da honra familiar investe o cangaceiro de dignidade. A não efetivação desta significava uma morte moral⁷⁰⁰, ao passo que esta exigência social é que teria o levado à escolha deste caminho de vida. A afirmação de que iria até ao inferno, caso necessário, para executá-la, indica o quanto estaria focado em sua realização.

Mais uma vez, assim como quanto ao nascimento, os fatos não são biograficamente exatos, na medida em que as narrativas indicam que, logo após o assassinato do pai, ele teria matado aquele que cometera o crime e muitos outros familiares, vingando-se e, posteriormente refugiando-se no cangaço para fugir das perseguições. Os dados biográficos indicam que matou o sobrinho do assassino⁷⁰¹ e o chefe de polícia, Francisco Braz⁷⁰²; diante da severa perseguição, fugiu e procurou abrigo no bando de cangaceiros liderados por seu tio, Silvino Ayres. Apesar das promessas de vingança, Antonio Silvino, na realidade, após uma fase inicial que é concluída com a acomodação na vida cangaceira, nunca teria feito muito esforço para concretizá-la na prática⁷⁰³.

Relevante, mais uma vez, é pensarmos que não se trata de narrar poeticamente as coisas como teriam acontecido. O que o poeta faz é inserir elementos históricos, independente da exatidão, desde que os mesmos garantam a construção de um escudo ético que transforme o cangaceiro de um criminoso comum em um homem honrado, com motivações superiores que justificam suas ações.

Uma vez no cangaço, é possível verificar aproximações entre acontecimentos noticiados na imprensa, sendo, provavelmente, de conhecimento público, e apresentados em poemas de Leandro Gomes de Barros. Mais uma vez, carregar as narrativas sobre acontecimentos presentes com elementos reais contribui para a força do sentido de verossimilhança das mesmas.

O poeta, portanto, colore com pinceladas de verdade a personagem que está sendo construída em ao menos quatro narrativas⁷⁰⁴. Na primeira delas, há menção ao caso de Trapiá:

Outra luta desmarcada.
Tive eu no Trapiá,
Ainda hoje se vê
Sangue nas pedras de lá...
Portas, paredes furadas,

⁶⁹⁹ BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

⁷⁰⁰ MELLO, 1974, p. 72.

⁷⁰¹ QUEIROZ, 2006, p. 73.

⁷⁰² OLIVEIRA, 2011, p. 66.

⁷⁰³ MELLO, 1974, p. 70-72.

⁷⁰⁴ Apresentaremos a discussão fazendo uso de apenas duas, *Os calculos de Antonio Silvino* e *A visão e Antonio Silvino*, deixando de fora *As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade* e *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*. Acreditamos que as duas primeiras citadas serão suficientes para realizar a reflexão almejada.

Propriedades queimadas,
Num seculo se falará.

Havia no Trapiá,
Um inspetor atrevido,
Dava em uns, matava a outros,
D'alli era o mais temido,
Disse que se eu fosse lá,
De hora em diante o Trapiá,
Ficava mais conhecido.

Um dia, casualmente,
Entrei no tal povoado,
Não quiz entrar com o grupo,
Deixei tudo acautellado...
E disse, rapazeiada
Se virem qualquer zuada
Corram lá que eu estou cercado.

Entrei, cheguei numa venda,
Sentei-me até descuidado,
Chegou o tal inspector,
Se dirigiu ao meu lado...
Perguntou o meu destino:
– O senhor é o Silvino?
Respondi-lhe: – um seu criado...

Antes que eu fechasse a bocca
Elle atirou sem demora...
Eu ahi neguei-lhe o corpo,
O tiro passou por fóra:
Eu disse Nicácio velho,
Juro pelo Evangelho:
– Perdeste um tiro agora...

Ahi lancei mão do riffe,
Puz em frente o pé direito
E disse, agora vou ver,
Se nossa luta tem feito,
Segure o ferro na mão,
Aperte seu centurão,
Que meu trabalho é bem feito.

Quando os rapazes chegaram,
Elle já tinha morrido,
Outro valente que tinha
Já eu o tinha lambido...
Ahi eu ganhei a feira,
Cobri tudo com poeira,
Quem não morreu foi ferido...⁷⁰⁵

⁷⁰⁵ BARROS, L. G. *Os calculos de Antonio Silvino, 1907-1908.*

O embate entre Silvino e o inspetor Nicácio, apresentado no excerto anterior, ocorreu em 1906, tendo sido noticiado ao menos em duas ocasiões. No depoimento do cangaceiro Relâmpago e de seu filho, Francisco, fala-se no cerco a Trapiá, com o jovem de 21 anos informando que, no assalto à vila, mataram o inspetor Nicácio⁷⁰⁶. Informação confirmada em decreto do Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco publicado no periódico, comunicando o estabelecimento de pensão à viúva de Antonio José dos Santos Nicácio, auxiliar de polícia assassinado por Silvino em Trapiá⁷⁰⁷.

Mais a frente, na mesma narrativa, outro acontecimento noticiado no *Diário de Pernambuco* pode ser verificado, quando do encontro entre o Capitão Zacharias e o bando de Antonio Silvino na fazenda do Major Maracujá:

O capitão Zacharias,
Anda atraz de mim no matto,
Ainda agora ha poucos dias,
Não morri devido a um gato...
E os soldados correrom,
Só se não me conheceram,
Ou eram filhos de rato...

Pois eu estava na fazenda
Do major Maracujá...
Faziam dous ou tres dias,
Que estava hospedado lá,
Vi a tropa, de repente
Botei o major na frente
E me escapuli por cá...⁷⁰⁸

Este encontro, entre o bando de Silvino e as forças policiais lideradas pelo Capitão Zacharias, ocorreu em 1908. Chama a atenção a similaridade com que o evento é narrado no *Diário de Pernambuco*:

O combate deu se em S. João do Cariry, na fazenda Arara, de propriedade do coronel Patrício Maracajá [...]. Ocorreu pela manhan de 11 do corrente, ás 8 1/2 horas em ponto, achando se Silvino sentado à calçada da referida fazenda, aguardando um almoço [...]. Estavam todos, como se disse acima, sentados á calçada palestrando, quando surgiu inopinado tiroteio por parte da gente do capitão Zacharias [...]. Os cangaceiros de Silvino, colhidos de surpresa, mal tiveram tempo de responder ao fogo. Silvino [...] vendo-se, porém, perdido, teve o sangue frio de jogar com o coronel Maracajá, e agarrando este projectou-o de frente sobre os seus

⁷⁰⁶ *Diário de Pernambuco*, 28 de janeiro de 1906.

⁷⁰⁷ *Diário de Pernambuco*, 08 de maio de 1906.

⁷⁰⁸ BARROS, L. G. *Os calculos de Antonio Silvino*, 1907-1908.

perseguidores, amparando-se das balas. Já a esse tempo os cangaceiros se punham em fuga, e os paizanos do capitão Zacharias, não querendo matar o coronel Maracajá, tiveram um momento de hesitação, de que se aproveitou Silvino para salvar-se⁷⁰⁹.

A similitude entre os versos de Leandro Gomes de Barros e a reportagem jornalística apontam para o uso do periódico como uma das fontes – que certamente deve ser combinada a relatos orais que circulavam sobre a façanhas do cangaceiro – para a coleta de matéria real a ser utilizada em sua literatura. No entanto, a distância temporal entre os eventos narrados na mesma narrativa – a primeira em 1906, a segunda em 1908 – indicam que, para o poeta, o importante não é a notícia em si, mas o aproveitamento do fato para a construção épica da personagem, demonstrando sua habilidade em vencer obstáculos concretos.

Em outra narrativa, construída em uma realidade mística, onde as almas dos mortos pela mão de Silvino aparecem, em uma noite escura, para com ele lutar, o componente histórico também aparece:

Ahielle olhou e viu
Um batalhão de soldados,
Mas eram só esquelletos,
Com ossos ensanguentados
Viu bem dois officiaes
Com dois sabres empunhados,

[...]

Revestido de coragem
Disse; falle quem está lá!
Conheceu logo Mauricio
E Nicassio do Trapiá
E um sargento de policia
Que ele matou no Ingá⁷¹⁰.

Vemos, explicitamente, citação expressa a vítimas do cangaceiro. “Nicássio do Trapiá” foi abordado anteriormente, tendo ocorrido em 1906. Maurício, citado no poema, parece ser o alferes da polícia paraibana assassinado em uma emboscada, no ano de 1910, na região entre Santo André e Batalhão, localidades próximas a Campina Grande⁷¹¹. O sargento de polícia morto no Ingá, por sua vez, deve estar ligado ao assalto citado no depoimento de Labareda, quando de sua prisão, em

⁷⁰⁹ *Diário de Pernambuco*, 19 de maio de 1908.

⁷¹⁰ BARROS, L. G. *A visão e Antonio Silvino*, 1913-1914.

⁷¹¹ *Diário de Pernambuco*, 01 de junho de 1910.

1909⁷¹². Mais uma vez, torna-se nítido a pouca importância concedida à cronologia, aparecendo três eventos ocorridos em anos diferentes em uma mesma estrofe, sem que a linearidade temporal seja levada em consideração, reforçando a hipótese levantada anteriormente. Mais importante, nesta narrativa, é a junção entre o histórico e o místico, o real e o sobrenatural.

Isso porque a união entre a face humana e a sobre-humana é a chave para a construção de uma representação heróica do cangaceiro Antonio Silvino. O narrador, em primeira pessoa, evocando eventos verídicos, possibilita que narrativas sobre-humanas tornem-se verossímeis, construindo uma dupla face da personagem em um único ser, tornando crível de que se trata não de um ser humano comum, mas de um herói. Esta conjugação entre as duas esferas da construção da personagem também se encontra evidente nas três linhas abordadas anteriormente: nascimento, entrada no cangaço e atuação no mesmo.

O nascimento e a infância de Manoel Baptista de Moraes, aquele que viria a se transformar no cangaceiro Antonio Silvino, são narrados com marcas de excepcionalidade:

Eu nasci no Pageú
Em dias do mez de Maio,
Na hora do nascimento
Trujejou e cahiu raio;
Um curisco perguntou:
Quer que eu vá ser seu lacaios?

[...]

Diz minha mãe que eu nasci
Num dia de quarta feira,
Quando foram dar-me banho
Foi visto pela parteira
Que tinha em minha cintura
A marca de cartucheira

Dias depois minha mãe
Devulgou outro signal
Em meu lado esquerdo um rifle
Se divulgou afinal
Na palma da mão direita
Visivelmente um punhal⁷¹³.

A descrição aponta para um nascimento extraordinário. Tal como em tradições religiosas sobre a natividade de divindades, sua chegada ao mundo foi anunciada pela natureza, com raios e

⁷¹² *Diário de Pernambuco*, 09 de janeiro de 1909.

⁷¹³ BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

trovões. Ainda bebê, teriam visto em seu corpo marcas de uma cartucheira, um rifle e um punhal. Tudo parece levar a crer que a criança recém nascida estava predestinada à vida no cangaço, uma vez que “quem tem de ser cavalleiro/até nas pedras se monta”⁷¹⁴.

Na construção da personagem, este talento já aparecia na infância. Com três anos, teria escapado de um bote de cascavel, pegando-a pela garganta e apertando-a até a morte. Um pouco mais velho, escapara do bote de uma onça⁷¹⁵. Seus sonhos, ainda menino, eram de “espetaculos de sangue, punhaladas e tiroteios”. Com onze anos, sem nunca ter brigado, teria batido em um alferes, um sargento e três praças⁷¹⁶ e aos quinze teria enfrentado quatorze paisanos, matando seis destes⁷¹⁷.

Todos os elementos, em uma primeira olhada, levam à ideia de vocação, tendo nascido no dia de finados, com cartucheira, rifle e punhal marcados no corpo. O processo para transformar o humano em herói, elevando a personagem de categoria, passa frequentemente por uma associação à predestinação de contornos divinos ou diabólicos⁷¹⁸. Um olhar cauteloso para as descrições apresentadas anteriormente possibilita a compreensão de outros sentidos:

Nasci no alto sertão
Na vila da Ingazeira
Meus pais quizeram criar-me
Por uma certa maneira,
Não consentiam que eu fosse,
A pagode nem á feira.

Eu só sonhava com serras
Com bosques e desertos feios
Com espetaculos de sangue
Punhaladas e tiroteios,
Via monte de cadaveres
Riachos com sangue cheios.

Eu contava 11 anos
Com essa vida privada,
Uma noite de natal
Convidou-me um camarada
Para eu ir junto com elle
A missa da madrugada.

Fui eu e o camarada
Achemos tudo direito
O delegado de lá

⁷¹⁴ BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

⁷¹⁵ BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

⁷¹⁶ BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

⁷¹⁷ BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

⁷¹⁸ SILVA & RAMALHO, 2007, p. 294

Recebeu-me satisfeito,
Chegou depois uma força
Levando tudo de eito.

Um alferes de polícia
Que chegava do Recife
Partindo gente a facção
Fazendo do povo bife,
Fitando a mim perguntou,
De onde é você patife?

Quando eu ouvi as palavras
Esfriou-me o coração,
Disse um freio honra-lhe mais
Do que honra este galão
Antes de feixar a bocca
Vi a sombra do facção.

Eu só tinha ido a missa,
Sahio até desarad
Tinha apenas 11 anos
E nunca tinha brigado
Não possuía inimigo
Não andava preparado.

Alli parti ao alferes
Arrebatei-lhe a espada
Marquei-lhe o pé da orelha
Que della não ficou nada
Depois perguntei a elle
Quem é que paga a bicada!⁷¹⁹

A leitura do excerto, como um todo, possibilita outra visão. Criado de forma rígida e crescendo até os onze anos sem ter inimigos, seus sonhos possivelmente tivessem relação não com uma índole má por princípio, mas com a realidade local, de conflitos entre famílias e uso de armas para resolver questões. Neste sentido, o poeta parece construir a personagem não como inclinada ao crime desde o nascimento e infância, mas a presença cultural da valentia e coragem desde tenra idade. Tal raciocínio é possível, na medida em que sua primeira luta, aos onze anos de idade, não teria sido casual, mas resposta a um agente do estado, culturalmente externo e praticante de arbitrariedades. Ou seja, a injustiça motivou sua coragem e pode ser entendida como o motor para a valentia.

⁷¹⁹ BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

É este mesmo estímulo que, na construção realizada pelo poeta, leva a personagem à entrada no cangaço, diante da morte de seu pai e do descaso da justiça legal, momento este também revestido de feitos grandiosos:

Um cabra matou meu pai
E ficou bem descansado,
Disse a um irmão que eu tinha
– Meu pai ha de ser vingado
Inda o cabra lá no inferno
Lá mesmo é esquartejado.

Meu irmão não foi commigo
Eu fui a povoação
Matei esse dito cabra,
Atirei-lhe num irmão,
Dei em dois cunhados d'elle
Botei-lhe a casa no chão.

Havia um parente d'elle
Que era subdelegado
Neste eu baixei o cacete
Quasi que o deixo aleijado
Metti o páu no pai d'elle
Deixei-o no chão deitado.

Com quinze dias depois
Fui á vila de Ingazeira,
Matei o chefe político,
Fiz se desmanchar a feira,
Desta vez o promotor
Sahiu de lá na carreira⁷²⁰.

Ainda que tais informações careçam de lastro na realidade, para a construção da personagem temoso ainda jovem Manoel Baptista de Moraes, mais uma vez, acometido de valentia diante da injustiça, enfrentando sozinho sete homens: o assassino, um irmão e dois cunhados do mesmo, o subdelegado e seu pai, parente do homicida, e o chefe político de Ingazeira, possivelmente o mandante do crime. Vemos todo o jogo político do interior, com o coronel sendo o mandante de um crime e os executores sendo da família do responsável pela polícia local. A violência que a personagem demonstra, portanto, é uma resposta direta à crueldade vivenciada diante dos poderosos. O homem, sem medo de enfrentar as adversidades da vida, torna-se herói na medida em que demonstra coragem para enfrentar, em sua localidade, a injusta concentração de poder.

⁷²⁰ BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910.

Deste momento em diante, Manoel Baptista de Moraes teria entrado no cangaço. Em um processo de ressignificação da própria existência, assume uma nova identidade, com a alcunha de Antonio Silvino. Nesta, as representações construídas pelo poeta deixam entrever que medo e temor não são palavras no vocabulário deste cangaceiro e, neste caminho, as poesias do período em que atuava no cangaço retratarão uma série de façanhas incríveis, verificável no excerto abaixo:

Depois mataram meu pai
Saltei de vez no cangaço
Mato a 17 annos
Inda não cancei o braço
Tenho o pescoço de bronze
Os intestinos de aço.

[...]

A terceira luta tive
Com um batalhão de soldado
Matei seis correram cinco
Foram 4 baleados
Eu perdi 2 cangaceiros
Por não serem exercitados.

[...]

Vi que não ia bem lá
Subi para o Pajehú
Fui para o fim do Estado
Me cercaram em Novo-Exú
Do sangue de doze cabras
Fiz presente ao urubú⁷²¹.

Antonio Silvino indica, enquanto personagem, na mesma narrativa, que tem uma existência de luta e feitos de glória. As batalhas narradas, tanto a apresentada acima como todas as outras em que aparecem suas peripécias, indicam sempre a vitória sob um grupo de perseguidores em maior número ou o êxito na fuga, demonstrando uma, entre as várias habilidades necessárias para sobreviver no cangaço.

A esperteza de correr no momento certo, conhecer o território, não voltar por onde veio e não confiar em ninguém⁷²². É preciso aguentar vários dias sem comer, beber e dormir, assim como saber onde encontrar guarida em dias de chuva. Essencial também é ouvir como um cachorro, ter faro

⁷²¹ BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

⁷²² BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910.

como um veado, ser mais sutil que uma onça e sempre exercitar o uso de armas⁷²³. Sem estas habilidades, para a personagem, seria impossível permanecer por longos anos no cangaço.

Mas ainda que tais competências estivessem presentes em um sujeito, não seria suficiente para ser como Silvino:

Em meu grupo tem entrado
Cabra de muita coragem,
Mas acha logo o perigo
E encontra a desvantagem
Foge do meio do caminho,
Não bota o meio da viagem⁷²⁴.

O processo de transformação do cangaceiro em herói passa por naturalizar a coragem de outros e tornar a dele a maior de todas. Humanizar outros homens para engrandecer a personagem de Antonio Silvino, aquele que

A tiro ninguém o mata
Com punhal ninguém o fura
Para o couro de um d'aquelle
Não se encontra faca dura
Não ha sol que elle ache quente
Nem noite que seja escura

Não há soldado valente
Nem subtil para o cercar.
Nem no mato existe cobra
Que se atreva o emboscar
As almas do outro mundo
Não vão onde elle passar⁷²⁵.

A polícia, humana, não o vence. Os animais, feras indomáveis, mas terrenas, tampouco. Pega cobras na mão e as soltam apenas para mostrar às mesmas o seu poder e a sua autoridade⁷²⁶, assim como lutou e venceu, ainda que com imensa dificuldade, uma onça, que nunca tinha perdido o bote⁷²⁷. O sobrenatural também não o amedronta, impondo a força heroica à personagem. Muito pelo contrário, o sobrenatural o teme, como descrito e apresentado anteriormente a partir de *A visão e Antonio Silvino*, quando é narrada a luta do cangaceiro contra as almas de todos aqueles que

⁷²³ BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

⁷²⁴ BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

⁷²⁵ BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

⁷²⁶ BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

⁷²⁷ BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

matou. Nem soldados, nem animais perigosos, nem almas de pessoas mortas, tampouco o Diabo o amedronta:

Porém já sei, é da sorte
Não tem mais o que apelar
Até o próprio diabo
Querendo pode chegar
Em quanto eu mover o braço
Garanto não afrouchar⁷²⁸.

A representação do cangaceiro na literatura de Leandro Gomes de Barros coloca-o como aquele que não teme nem mesmo o Diabo. Sendo este o ponto alto da mitificação da personagem, acreditamos ser este um fragmento a ser analisado minuciosamente, uma vez que, na produção literária, o cangaceiro teria descido ao inferno, em vida, e de lá retornado.

O inferno, ou o mundo subterrâneo enquanto tema, foi fartamente utilizado na literatura épica. Ulisses, na narrativa homérica, em poema épico clássico, e Dante, na passagem pelo inferno, exemplificam como descer a este outro mundo e de lá regressar, para trilhar seus caminhos, conferem a um ser mortal uma condição divina, sendo marca fundamental da transformação do homem comum em herói⁷²⁹. Antonio Silvino, enquanto personagem literário do poeta Leandro Gomes de Barros, vivencia esta situação em duas narrativas: *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar e Luta do Diabo com Antonio Silvino*.

Enquanto personagem, o Diabo, desde o advento do cristianismo, é figura proeminente no imaginário ocidental, tendo significativa influência sob a percepção dos sujeitos em relação ao mundo. Contemporaneamente, a visão do mesmo enquanto inimigo de Deus e daqueles que nele creem é ponto comum, o que nem sempre foi tão simples. Em realidade, o Diabo é uma construção histórica e, como tal, apresenta-se em constante mutação.

Até o quarto século da era cristã, o mesmo era central – diante do dogma da queda do homem e posterior redenção a partir do sacrifício do Cristo, a figura de Satanás tem importante papel e está presente desde a criação, como adversário –, mas não havia uma sistematização teórica sobre sua condição no seio da nova religião⁷³⁰, o que começa a ocorrer de forma mais profunda durante o século XII, quando constantes debates passam a ocorrer no seio da Igreja diante da emergência de

⁷²⁸ BARROS, L. G. *A visão e Antonio Silvino*, 1913-1914.

⁷²⁹ SANTOS, 2015, 131-132.

⁷³⁰ MESSADIÉ, Gerald. *História Geral do Diabo: da Antiguidade à Idade Contemporânea*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2001, p. 345.

movimentos heréticos, tendo como finalidade, portanto, apontar os inimigos da Igreja, sendo o Diabo uma identificação do outro, do diferente⁷³¹.

O Diabo, a partir de então, transforma-se em uma entidade que pode estar em qualquer objeto ou pessoa, personificação do mal por excelência. Entre os medievos, o medo é onipresente, encontrando seu apogeu entre os séculos XIV e XVI. “Os riscos da danação eram tão grandes e as chances de salvação tão pequenas que forçosamente o medo prevalecia sobre a esperança”⁷³².

Um diabo praticamente onipresente. Ainda que, posteriormente, com o iluminismo e o romantismo ocorra uma reconfiguração da figura religiosa do Diabo, laicizando-o e artisticamente, colocando-o como símbolo de liberdade e prazer⁷³³, a imagem do inimigo dos homens e personificação do mal, dentro das concepções religiosas, permaneceu.

Na cultura religiosa verificável na obra do poeta Leandro Gomes de Barros, é perceptível a relevante presença do Diabo nas narrativas, com maior aparição deste do que propriamente do Cristo⁷³⁴. Diferentemente de Deus, o Diabo apresenta-se como capaz de se materializar e de ir ao encontro dos homens, sendo mais próximo e presente destes. Isto ocorre pelo fato de a religiosidade, expressa nas poesias, estar intimamente ligada à vida cotidiana, suas dificuldades e adversidades.

Diante da “tendência do homem a encontrar um bode expiatório – de preferência não-humano – a quem atribuir a culpa pelo mal, pela violência, pelo sofrimento e pela infelicidade”⁷³⁵, a recorrência do Diabo como personagem poético tem relação com o caráter cotidiano deste na vida daqueles que escrevem e consomem os folhetos, demasiadamente próximos de infortúnios, desgraças e dissabores. A proximidade que a personificação do mal adquire com os homens, nesta cultura religiosa, constrói a necessidade de constituição de meios para vencê-lo. Valente e corajoso, a representação de Antonio Silvino o vence nas duas oportunidades.

Em *Luta do Diabo com Antonio Silvino* temos um Diabo vindo à terra e batalhando com o cangaceiro. Em *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar* temos o inverno, com este indo ao inferno. Em ambas, no entanto, o mesmo resultado: o Diabo, derrotado, pede desculpas pelo ocorrido. Na primeira narrativa, verificamos:

⁷³¹ NOGUEIRA, Carlos Roberto F.. *O Diabo no imaginário cristão*. São Paulo: ÁTICA, 1986, p. 43.

⁷³² LE GOFF, Jacques. *Mentalidades, Sensibilidades, Atitudes (Séculos 10º- 13)*. In. LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Bauru-SP: EDUSC, 2005, p. 325.

⁷³³ NOGUEIRA, 1986, p. 80.

⁷³⁴ LACERDA, 2017, p. 86-89.

⁷³⁵ NOGUEIRA, 1986, p. 100-101.

Escolheram no inferno
Um diabo mais ladino
Então fizeram a escolha
No mais esperto e mais fino
Para vir aqui no mundo
Buscar Antonio Silvino

E veio com carta branca
Jurou por alma do pae
Tanto que o diabo disse:
Quero ver sielle não cai
Eu tenho uma fé robusta
N'esse portador que vai⁷³⁶.

A narrativa indica, de forma introdutória, que não poderia ser qualquer um, nem mesmo entre seres diabólicos, para enfrentar Antonio Silvino, tendo sido escolhido o mais esperto para ir à terra, com carta branca para agir. Relação evidente com a assertiva anterior na narrativa, de que soldados, cobras ou almas do outro mundo não são capazes de derrotá-lo. Constrói-se, deste modo, uma áurea de respeito, em que até o Diabo o teme.

Antonio Silvino, dormindo no meio do mato, vê sair da terra um negro com labaredas de fogo saindo pela boca⁷³⁷. Assustado com aquela figura à sua frente e sendo informado de que se tratava de “Mané Diabo” do “paiz da miseria”, o cangaceiro tomou suas primeiras atitudes:

Silvino ahi se benzeu,
E fez o pelo signal,
Pôz o rifle na agulha
E preparou o punhal,
O individuo lhe disse
Meu velho você vai mal.

Então perguntou-lhe o negro
O senhor não me respeita?
Se benze perto de mim
Esta acção não está bem feita
O senhor é ma criado
Ou já está na nova ceita⁷³⁸.

⁷³⁶ BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

⁷³⁷ Clóvis Moura, em um estudo sobre o racismo no Cordel, aponta que a representação do Diabo como um homem negro revela o caráter preconceituoso tanto do poeta de cordel como de seus leitores e ouvintes, pois, segundo ele, “[...] na literatura de cordel prega-se que o inferno é um lugar povoado e governado por negros”. Esta discussão pode ser vista em: MOURA, Clóvis. *O preconceito de cor na literatura de cordel*. São Paulo: Resenha Universitária, 1976, p. 46. Para Antonio Carlos Ferreira Lima, é necessário levar em consideração o fator social relacionado à pertença de uma geração que conviveu com o declínio da sociedade escravista, e que, como defensora deste modelo econômico, tinha a igreja como difusora de preconceitos com os negros, discussão que pode ser vista em: LIMA, 2008, p. 78

⁷³⁸ BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

É explícito que, para enfrentar o Diabo, a força da crença em Deus, de matriz católica, é proeminente. Fazer o sinal da cruz, para o negro demoníaco, era sinal de ofensa. Apresenta-se uma religiosidade, mas destaca-se a parte prática: aprontou o rifle e o punhal. A fé do cangaceiro, conforme o poeta, tem relação com proteção para a batalha, não excluindo a batalha em si. Diante do “desrespeito” cometido, inicia-se o combate:

Ahi partiu ao diabo
Mette-lhe o facão sem dó
Disse o diabo consigo
Eu não vou bem aqui só
Este desgraçado hoje
Não me deixa nem o pó.

Gritou por outro diabo
Dizendo me acabo já
O outro lhe perguntou
Quem foi que o mandou vir cá?
Você conhece Silvino
Portanto se arrume lá.

Sou um diabo ainda novo
Não aguento repuxo
Brigar com Antonio Silvino
Não é brinquedo nem luxo
Elle já foi no inferno
E qua se me traz no bucho⁷³⁹.

Na luta corpo a corpo, Silvino teria logo se mostrado mais forte e perigoso, de forma que, pedindo ajuda, outro Diabo não demonstrou disposição em auxiliar o companheiro. Escrito entre 1913 e 1914, este outro Diabo informa que o cangaceiro já havia ido ao inferno, provavelmente fazendo alusão ao outro folheto que analisaremos na sequência, escrito entre 1909 e 1910. A narrativa apresenta seu desfecho com uma carta escrita e enviada ao cangaceiro, no outro dia, pelo chefe Diabo do inferno:

No outro dia o diabo
Escreveu a Antonio Silvino,
Dizendo o senhor desculpe
O que fez lá meu menino,
Que eu mandei elle no mundo,
E foi fazer desatino.

Foi lutar com o senhor

⁷³⁹ BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

Disendo que era eu
Foi roubo de minha firma
Elle é cunhado meu,
Portanto pesso desculpa
Si acaso elle o effendeu.

Foi lá comprar umas almas
Que eu já estou desprevenido
Devido a um a murrinha,
Que aqui tem aparecido,
De uns seis mezes para cá
Quazi todas têm morrido.

Eu mesmo queria ir
Mas ando tão occupado
Consultei a minha sogra,
Para mandar meu cunhado
Ignorava que elle,
Fôsse tão precipitado.

[...]

O que fez foi formar luta
Contra vosa senhoria
E eu aqui innocente
Que nada disso sabia
Fallei quando elle chegou
Que o senhor não avalia⁷⁴⁰.

Um pedido de desculpas pelo inconveniente acontecido, escrito pelo Diabo chefe do inferno. Ainda que a narrativa, em seu início, apresente que o mesmo tivesse uma fé robusta em seu emissário, diante da vitória de Antonio Silvino o Diabo se rende ao seu poder, pede desculpas e arruma justificativas para a luta ocorrida. É deste modo que, nas representações literárias de Leandro Gomes de Barros, o cangaceiro é colocado como senhor de tudo, do mundo dos vivos e dos mortos, tendo vencido o Diabo.

A conclusão da narrativa, apresentando um Diabo amedrontado diante de Antonio Silvino e pedindo desculpas, é muito semelhante com a de *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*. Esta apresenta, no entanto, o caminho inverso para chegar a este desfecho: é Silvino, após conseguir fugir de uma batalha e, por isso, desgarrar de seus companheiros, que desce em uma cova e encontra uma estrada que vai desembocar na residência do Diabo, no inferno. A narrativa apresenta pontos interessantes:

⁷⁴⁰ BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

Vi uma cova na terra
Que ia de cima ao centro,
Consultei com os meus botões
Se devia ir alli dentro...
E disse, se ella couber-me
Porque razão eu não entro?

[...]

Então no centro da terra
Deparei com uma clareira
Dahi segui a uma estrada
Limpa de uma tal maneira,
Fiz um juizocommigo:
– Essa estrada da em feira...

[...]

Eu fazia mil juizos
Mas sempre desacertado,
Vinha ás vezes uma idéa
Que era um logar encantado,
Pensava que isto era um sonho
Porém eu estava acordado.

Adiante vejo dois vultos
Veio-me á imaginação
Não fossem meus inimigos
Em minha perseguição,
Mas o da frente era um padre
O de traz um sachristão.

[...]

O padre me perguntou
Encontraste alguém ahi?
Eu disse – padre me diga
Que logar é esse aqui?
Disse o padre: é o inferno
E o diabo mora ali...

[...]

Adiante sahi num campo
Avistei um povoado
Era a rua do inferno
Estava o diabo occupado,
Confessando um nova-ceita
Que ha pouco tinha chegado⁷⁴¹.

⁷⁴¹ BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910.

Os excertos acima indicam questões interessantes. Antonio Silvino, ao ver a estrada, teria pensado ser um caminho que daria em uma feira e quando, no meio do caminho, descobriu ser a estrada para o inferno, não retrocedeu, antes prosseguiu. A feira, local tradicional de saque para o cangaceiro, e o inferno, local temível pelos cristãos, parece para o cangaceiro trabalhos comuns, como se entrar em batalha em uma ou outra fosse a mesma coisa.

No caminho para o inferno encontra sacerdotes católicos distantes da moral esperada – estavam indo ao casamento de outro padre, na Bahia –, assim como um “nova-ceita”, sujeito convertido ao protestantismo, indicando o tipo de pessoas que herdariam uma condenação eterna no pós-morte: aqueles que se afastassem do código cultural, com fortes vínculos com uma religiosidade específica, representado por Antonio Silvino. Parece indicar, em outra esfera, que aqueles que compartilham este código de honra não precisam temer o Diabo, pois se encontram do lado certo.

Na continuação da narrativa, o cangaceiro vai ao encontro e enfrenta o “príncipe das trevas”:

Bati num portão de ferro
Veio um diabo na grade
Perguntou-me – tem negocio
A tratar nesta cidade?
Eu cá já fiquei scismando
Não sejas tu algum frade.

[...]

Ahi chegou o diabo.
Quando chegou no portão
Me perguntou – quem es tu?
O que é que tens na mão?
Ahi lhe apontei o rifle
E lhe mostrei o facão.

Disse o diabo – eu de ti
Hei de fazer um guizado,
Chegou aqui me pertence
Pode estar desenganado,
Então ahi eu lhe disse
– Vosmincê está envergado.

Eu hoje também preciso
De descarregar meu rifle,
Você não fica com osso
Que eu não o espatife,
Com esse punhal o sangro,
Com o facão faço bife.

Ahi o rei do inferno
Disse a outro companheiro,
Grite á negrada que acuda
Que aqui tem um cangaceiro
E abra o olho com elle
Elle é muito carniceiro.

Ahi eu baixei o rifle
Botei o portão abaixo
A cabeça do diabo
Ficou igualmente a um facho
E disse – você conheça
Que aonde procuro acho⁷⁴².

Apresentando ausência de medo, Silvino, diante de um Diabo na grade, das provas de coragem, respondendo ao Diabo, derrubando o portão, deixando a cabeça do “rei do inferno” em chamas. Vencer o Diabo em terra firme, como na narrativa anterior, já é em si um grande feito; descer ao inferno e lá vencer o Diabo, no entanto, parece ser outro nível de façanha: o cangaceiro estaria humilhando-o em sua própria casa, diante de seus companheiros. Humilhação que é o ato conclusivo da narrativa:

Assim que o diabo ouviu
Taes palavras eu dizer
Perguntou a outro diabo
Aonde eu vou me esconder?
Eu disse – espere um pouquinho
Temos muito o que fazer.

O diabo estremeceu
A meus pés ajoelhou-se
Pedi-me dez mil desculpas,
Depois disso confessou-se
Tanto que outro diabo
Gritou de fora – damnou-se!⁷⁴³

Antonio Silvino em sua faceta sobre-humana mais evidente: valente, corajoso e destemido, em terra ou descendo ao inferno enfrentou o Diabo e saiu vitorioso. Aquele que vence o principal inimigo de Deus e dos homens que nele acredita não é um humano comum. O cangaceiro supera sua própria condição humana, suplanta os limites do enfrentamento às adversidades e, segundo a representação do poeta Leandro Gomes de Barros, ascende à posição de herói mítico.

⁷⁴² BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910.

⁷⁴³ BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910.

3.2.3. Bases históricas da representação de Antonio Silvino

Humano e sobre-humano. Natural e sobrenatural. Nasceu, como qualquer homem; mas logo se viu marcas de punhal e cartucheira pelo corpo. Defendeu-se e vingou a honra como qualquer homem, especialmente no interior daquele ambiente cultural; mas com façanhas incríveis, vencendo numerosos soldados, almas de pessoas mortas e o próprio Diabo. O homem e o mítico se misturam e transformam Antonio Silvino em um herói. Um herói que não abre mão de um código ético/moral, na representação construída pelo poeta Leandro Gomes de Barros.

Alguns estudiosos colocam a literatura de Leandro Gomes de Barros como jornal popular, narrando acontecimentos do presente a partir da ótica do “povo”. O poeta é aquele que transpõe, em literatura, valores éticos, estéticos, hermenêuticos do grupo social “popular”, concluindo que “a voz do artista popular é, dessa maneira, o registro da visão dos grupos socialmente desprivilegiados, que têm pouca expressividade discursiva para a construção historiográfica oficial futura”⁷⁴⁴. Como proposto no início deste capítulo, apresentar o público do poeta Leandro Gomes de Barros como os sertanejos ou os despossuídos, entendendo estes como o “popular” ou “povo”, trata-se de um reducionismo, limitando a circulação de ideias e o círculo de leitores.

Entendemos que as representações aqui expressas possibilitam enxergar uma postura política, cultural e filosófica do poeta frente à República e não necessariamente a concepção popular – como se fosse possível homogeneizar o pensamento de toda uma coletividade colocada sob a alcunha de “povo”. A poesia ancora-se no tempo vivido e indica a leitura que o poeta fazia do mesmo. Para tornar evidente esta hipótese, cabe observarmos concomitante as informações contidas neste capítulo e as apresentadas no primeiro, quando abordamos a visão do poeta, frente à jovem República brasileira.

O saudosismo monárquico, ponto-chave da percepção do poeta em relação ao regime republicano, colocava em suas lentes a instauração da República lado a lado com a degradação da sociedade, em seus aspectos econômicos e morais⁷⁴⁵. A vida piorara, tornando os ricos menos ricos e os pobres mais pobres. Poderosos faziam uso da força para benefício próprio⁷⁴⁶ e fraudavam

⁷⁴⁴ FIGUEIRA, Felipe Gonçalves. *Representações do cangaço: entre prosa romanesca e folheto popular (1876-1918)*. Tese (Doutorado em Letras – Literatura Comparada). Niterói-RJ: Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura/Universidade Federal Fluminense, 2018, p. 137.

⁷⁴⁵ BARROS, L. G. *A morte do bicheiro*, 1913-1914.

⁷⁴⁶ BARROS, L. G. *Um pau com formigas*, 1910-1912.

eleições por meio da violência⁷⁴⁷. Em outra esfera, os valores morais defendidos pelo poeta estavam em desintegração – padres desviando-se de suas funções⁷⁴⁸, mulheres alterando seu papel na sociedade⁷⁴⁹, o lucro sendo o essencial⁷⁵⁰, entre outras coisas –, frente aos ares de modernidade que chegaram junto com a República.

Tendo como base um código de honra, a personagem de Antonio Silvino é construída como oposição a estas transformações que a sociedade vivenciava. Transforma-se, deste modo, em arquétipo do homem honrado e elemento de resistência a esta realidade. Revestido da honra culturalmente aceita como a correta e simbolizando a oposição à República, que estaria destruindo uma tradição imaginada como imóvel e imutável, este sujeito ideal é alçado à condição heroica.

Suas ações caridosas, distribuindo dinheiro, que teria sido guardado indevidamente por um padre, dando um fim à fome dos pobres daquela localidade, indicam, de uma só vez, as desigualdades econômicas e a degradação moral – por parte do padre. O cangaceiro, moralmente elevado, põe-se contrário a esta realidade e, com ações práticas, busca subverter a ordem estabelecida, na visão do poeta, pelo regime republicano.

Em outra esfera, sua própria existência no cangaço indica uma afronta aos governantes. Ao definir-se como governador do sertão⁷⁵¹, a personagem aponta para sua desconsideração quanto aos oficialmente poderosos. Colocando-se como o senhor das localidades por onde passava, subverte o poder estabelecido: nem Estado, nem coronéis locais⁷⁵². E o enfrentamento, em si, das autoridades policiais assinala o confronto com as forças legalmente instituídas pela República⁷⁵³.

A ação de levantar-se contra as arbitrariedades policiais e com aqueles considerados “estrangeiros” na comunidade sertaneja é uma posição contrária ao uso da força do Estado para fins pessoais ou mesmo da violência estatal injusta. Na busca pela justiça, que a República não garante, a violência é o expediente que o cangaceiro tem para garantir⁷⁵⁴. Sua existência cangaceira é, neste ponto, o posicionamento pela justiça, dentro dos padrões culturais em que se encontra inserido.

É violento, por definição. Tem seu sustento adquirido por meio dela. Mas sua violência é justificável. Além de colocar-se contra os poderosos e contra a injustiça, seus atos hostis visam um disciplinamento moral da sociedade, que caminha para desagregar os valores tradicionalmente

⁷⁴⁷ BARROS, L. G. *A Ave Maria da Eleição*, 1907.

⁷⁴⁸ BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

⁷⁴⁹ BARROS, L. G. *As saias calções*, 1911.

⁷⁵⁰ BARROS, L. G. *Casamento a prestação*, 1913-1914.

⁷⁵¹ BARROS, L. G. *As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade*, 1909.

⁷⁵² BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

⁷⁵³ BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

⁷⁵⁴ BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

entendidos como corretos⁷⁵⁵. Não age com respeito àqueles que o perseguem ou com ele possuem intriga. É respeitoso com aqueles que fazem por merecer seu respeito, assim como com as mulheres.

Os crimes são escondidos, ou apresentados sob a ótica da legítima defesa ou necessidade extrema de realização. Ressaltam-se as qualidades morais, a coragem, a valentia e perspicácia. Com a imagem perfeita, constrói-se o esquecimento dos atos condenáveis ao mesmo tempo em que produz a memória a partir das ações louváveis⁷⁵⁶.

Diante disso, as representações construídas sobre Antonio Silvino não se pretendem a apresentação do cangaceiro real, apresentado com fidelidade documental em uma biografia jornalística. Elas encontram-se ligadas a uma concepção do real e são agenciadas para posicionar-se frente a ele. Transformando-o em herói, converte-se a concepção defendida em elemento aglutinador social de uma posição sobre o presente, tornando-a grandiosa e servindo como afirmação do grupo que com ela compartilha.

O cangaceiro Antonio Silvino, na poesia de Leandro Gomes de Barros, é o herói daqueles que, saudosos de um tempo que passou, abraçados a uma concepção moral e vilipendiados pelo descaso do Estado em sua face republicana, necessitavam de uma força que os representasse. O homem, mortal, é incapaz de vencer esta batalha; o herói, por sua vez, sem temer a nada e a ninguém, encarna as angústias e anseios deste segmento da sociedade. Tirando do tempo existencial, o poeta entrega, na literatura, a personagem capaz de dar sentido ao mundo.

Mas o herói, em carne e osso, não sobrevive a todas as intempéries. O cangaceiro Antonio Silvino, em 28 de novembro de 1914, ferido, entregou-se à polícia. Levado à Casa de Detenção, em Recife, o herói representado sofre um duro golpe. O poeta Leandro Gomes de Barros não pode mais, portanto, continuar escrevendo com pinceladas sobre-humanas. O tom se altera; mas as tintas que pintaram o cangaceiro herói, ainda que borradas, não serão apagadas.

3.2.4. Antonio Silvino prisioneiro: o herói desnudado

Em três ocasiões, as palavras colocadas na personagem, em primeira pessoa, indicavam um desejo de Antonio Silvino deixar o cangaço, o que não realizava, na prática, porque a perseguição do Estado contra ele não cessava. Os excertos apontam este cenário:

Si fizerem paz comigo

⁷⁵⁵ BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908.

⁷⁵⁶ SANTOS, 2015, p. 48.

Deixo de ser cangaceiro
Planto fava, crio bode
Á mim não falta dinheiro
Boto o cangaço n'um canto
Cobro imposto mais não tanto
Fica o imposto maneiro⁷⁵⁷.

Leitores, me resolvi
Agora mudar de assumpto;
Tenho crime ha treze annos,
Já tenho soffrido muito
Sendo que ninguém me offenda,
Eu acabo até a tenda,
Não faço mais um defuncto;

[...]

Para evitar isso tudo,
É que quero fazer paz...
Se não bolirem commigo,
De mim ninguemsoffre mais.
Mas se alguém me perseguir
É como uma alma cahir
Nas garras de Satanaz⁷⁵⁸.

Agora vou ao governo
Elle ha de me dar perdão,
Se não fizer como eu quero
Já vê que é feia a questão,
Boto um freio no Brasil
Sustento a rédea na mão...⁷⁵⁹

O discurso de saída do cangaço, no entanto, aparece como um escudo ético para esquivar-se da responsabilidade pelos seus atos. Pode até ser um indicativo, ainda na personagem heroificada, de que a vida de criminoso nômade não era das mais agradáveis. Evidente, no entanto, é que sua saída estaria condicionada a fazerem paz, não o ofenderem, não bulirem com ele e concederem o perdão. Sairia desde que seguindo seus termos e suas vontades. Tal condição será alterada quando de sua prisão, que leva a estas palavras:

E disse também que estava
Jaenjuado da vida
Doia-lhe a consciencia
Como doe uma ferida
Conhesseu que aquella hora.

⁷⁵⁷ BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908.

⁷⁵⁸ BARROS, L. G. *Os calculos de Antonio Silvino*, 1907-1908.

⁷⁵⁹ BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910.

Devia fazer partida⁷⁶⁰.

Se antes estabelecia condições, agora, com as condições estabelecidas – ferido e aprisionado –, parece outro personagem: “enjuado da vida” e com dores na consciência. Em realidade, a prisão do cangaceiro desmontou a possibilidade do poeta continuar a representá-lo enquanto herói. Iniciará, portanto, um processo de transformação da figura, o que chamamos de herói desnudo, quando as categorias heróicas sedem espaço para o demasiadamente humano, com o agora prisioneiro apresentando sentimentos de remorso, arrependimento, tristeza e saudade.

São cinco as narrativas posteriores ao aprisionamento. Três delas, construídas em terceira pessoa, apresentam um narrador onisciente, capaz de conhecer os sentimentos mais profundos da personagem. As outras duas, narrativas curtas em primeira pessoa, colocam Silvino em posição de pranto. No primeiro grupo, acreditamos que uma das narrativas precisa ser excluída da análise, tratando-se de *O sonho de Antonio Silvino na cadeia em que lhe apareceram as almas de todos os que elle matou*⁷⁶¹.

Esta narrativa é uma adaptação de *A visão e Antonio Silvino* atualizada para as condições atuais de Antonio Silvino, sendo um prisioneiro tendo um pesadelo e contando para o carcereiro. A conclusão da narrativa apresenta o ex-cangaceiro triste, se lembrando da liberdade que tinha como bandido e lastimando sua sorte, situação bem distante da apresentada no folheto original, em que o mesmo sai engrandecido. As alterações, no entanto, não alteram o sentido geral da história.

Outra questão que dificulta sua utilização está ligada ao fato de a edição que tivemos acesso foi publicada por Pedro Batista, após a morte do poeta Leandro Gomes de Barros. Torna-se uma hipótese plausível que o editor tenha realizado alterações no texto antigo, diante das novas condições, possibilitando uma renovação do texto literário que poderia garantir vendas e novos consumidores. Sem a possibilidade de precisar esta questão, acreditamos ser melhor o descarte da mesma, para este momento.

Entre as quatro restantes, a primeira delas, indicando a prisão, transporte e primeiros momentos de Silvino na cadeia pode ser interpretada como momento de mudança paradigmática da personagem, deixando de ser herói e sendo apresentado como humano. Esta situação de transição pode ser verificada em três questões: a presença do Estado, a condição de homem comum de Antonio Silvino e a valorização heroica do adversário.

⁷⁶⁰ BARROS, L. G. *Antonio Silvino na cadeia*, 1914-1915.

⁷⁶¹ BARROS, L. G. *O sonho de Antonio Silvino na cadeia*, 1918.

O Estado, apresentado como ineficiente na luta contra os cangaceiros, agora é retratado de modo presente e forte:

Antonio Silvino preso
Entrou nesta capital
De Caruarú aqui
Veio em trem especial
Com o chefe de polícia
Um médico e um official.

Pois o chefe de policia
Levou a cavallaria
Veio de Taquaritinga
Soldados de fantaria
De verços inferiores
Para sua garantia⁷⁶².

Uma mega operação para trazer Silvino à capital, onde ficará preso, contando com o chefe de polícia, um médico, um oficial, membros da cavalaria e da infantaria. O Estado “vencedor” é mostrado em sua grandeza e imponência, enquanto aquele que era um “célebre” cangaceiro, envolto em glórias e façanhas, transforma-se em prisioneiro comum. Sem a proeminência de outrora, a situação de seu aprisionamento aponta um sujeito trivial:

Então Antonio Silvino
Embora que fatigado
Disse ao chefe de polícia
O todo de seu passado
Disse de sua viagem
E como foi caturado

Que estava jogando bisca
Quando o alferes cercou-o
Resestiu quase 1 hora
Um soldado baliou-o
Elle caiu sem sentidos
Um companheiro roubou-o.

Silvino alli conhecendo
Está ferido gravemente
Mataram-lhe um cangaceiro
Elle achou conviniente
Render-se para morrer
Em logar que hovesse gente⁷⁶³.

⁷⁶² BARROS, L. G. *Antonio Silvino na cadeia*, 1914-1915.

⁷⁶³ BARROS, L. G. *Antonio Silvino na cadeia*, 1914-1915.

Aquele que anteriormente era descrito como sempre atento, sem confiar em ninguém, que nem almas de outro mundo o venciam e que todos o temiam, agora é retratado em sua face comum, um homem relapso. Estava jogando cartas quando foi cercado e a desatenção parece ter garantido superioridade na batalha para as forças policiais, a ponto de um soldado, sem distinção ou nome de relevo, conseguir o ferir. Silvino ferido, outro cangaceiro morto e nenhuma menção a baixas na força que os perseguia. O Estado forte, vencedor; o cangaceiro, frágil e fraco, derrotado.

Não há menção à tentativa de salvá-lo e, ainda mais, seu camarada não demonstrou a lealdade que deveria ser esperada para com o chefe do bando, aproveitando-se de sua situação para levar dele o que pudesse. Sujeito ordinário, enquanto estava ferido foi roubado por um de seus companheiros. Gravemente ferido, sangrando como homem de carne e osso – e não como herói, sobre-humano, que perde uma batalha –, o temido cangaceiro já não amedrontava.

Em situação complicada, toma a decisão de entregar-se. Acreditou ser conveniente se render, situação que, posteriormente, será apresentada com amargura. Não morreu no campo, na luta. Sua rendição aponta outro traço que passará a ser trabalhado nas poesias de Leandro Gomes de Barros a partir da prisão de Antonio Silvino: elementos psicológicos. O cangaceiro sentiu medo. A valentia se esvaiu.

Se antes ele era representado como corajoso, valente e com habilidades incríveis, ao tornar-se sujeito vencido, as mesmas qualidades serão atribuídas a um de seus perseguidores:

Disse ao chefe de policia
Doutor eu fui caturado
Divido a um rastejador
E esse veio emcomendado,
Conhecia onde passou
Um bicho o anno passado.

[...]

Um sertanejo perito
Muito feito em rastejar,
Rasteja um cumpim na pedra
E um mosquito no ar
Uma piaba no rio
Uma saldinha no mar.

Era sutil como a onça
Corredor como viado,
Tinha o faro de cachorro
Feroz e muito animado,

Passava um mez sem comer
Rastejando um desgraçado⁷⁶⁴.

Os atributos sobre-humanos são transferidos para o “rastejador”, função daquele responsável por “espreitar, medir, procurar rastros de presença” – tanto em bando de cangaceiros, quanto de forças volantes⁷⁶⁵. É ele que passa a ser representado como exímio conhecedor do território, com habilidades de animais e capacidade de suportar a fome extrema.

Se a prisão aponta para a mudança na representação, o julgamento deixa claro e evidente as duas posições sobre o cangaço e o cangaceiro, a partir do embate jurídico entre a defesa de Antonio Silvino, representada pelo advogado dr. Simões, e a acusação, realizada pelo “procurador do Estado”, dr. Souza Filho. A narrativa continua a apontar aspectos psicológicos do cangaceiro, ressaltando sua condição plenamente humana, indicando que o mesmo entrou no tribunal “cabisbaixo”, “triste”, “amedrontado” e com peso na consciência, mas é o embate jurídico que mais nos chama a atenção.

O desenvolvimento dos argumentos de defesa é apresentado pelo poeta, inicialmente, a partir de um jogo de perguntas e respostas entre o juiz e o cangaceiro:

Sabe o réu porque está preso?
O juiz lhe perguntou
Disse Silvino: por falço
Que o povo me levantou,
Servindo-se de meu nome
Não foi um só que roubou.

Mais os horrorosos crimes
Que se vê em seus processos?
Respondeu Silvino: muitos
Escreveram com excessos
Onde eu passava já via
Os rastros de outros perversos.

[...]

Porém o senhor não sabe
Porque vem ao tribunal?
Eu vim porque me trouxeram
Disse Silvino, afinal
Sou um homem ignorante
Não conheço bem nem mal⁷⁶⁶.

⁷⁶⁴ BARROS, L. G. *Antonio Silvino na cadeia*, 1914-1915.

⁷⁶⁵ SANTOS, 2015, p. 120.

⁷⁶⁶ BARROS, L. G. *Antonio Silvino no jury*, 1915.

Antonio Silvino, diante da “justiça pública”, como apresenta o poeta – indicando a existência de outras formas de justiça, culturalmente aceitas, como fora apresentado neste capítulo –, torna-se, novamente, Manoel Baptista de Moraes, homem ignorante. Esta condição o levou a cometer crimes, mas em seu processo contém “excessos”, atribuindo a ele crimes cometidos por outros sujeitos que os cometiam fazendo uso de seu nome. Diante da “justiça pública”, no entanto, o cangaceiro teria o direito legal à defesa, pautada no Código Penal de 1890, que se colocava como demonstração republicana no plano criminal⁷⁶⁷.

Os argumentos trazidos pelo cangaceiro também serão agenciados pelo advogado de defesa, indicando que “Antonio Silvino não fez tudo que se diz” e que “muitos crimes foram dados onde Silvino nem hia”. Mais relevante é a presença de três argumentos jurídicos apresentados no poema, utilizados pelo advogado de defesa com o intuito de atenuar os crimes cometidos por seu cliente. A primeira delas pauta-se na ideia de jurisprudência:

O advogado delle
Entrou da forma seguinte:
Disse em pleno tribunal
Vejo o meu constituinte
Ser condenado em artigos
Onde se livraram vinte.

Senhores; Antonio Silvino
Não fez tudo que se diz
Todos nós estamos a pár
Do povo d’esse paiz
Que vendo o pobre com o peso
Diz carrega esse infeliz⁷⁶⁸.

Fundamento inicial, o advogado aponta para a absolvição de muitos outros réus em crimes semelhantes aos quais Antonio Silvino estaria sendo julgado. O poeta, fazendo uso da voz do advogado, ainda tece críticas à justiça, indicando que a condição econômica influi nas decisões judiciais. Outro atenuante apresentado está ligado à ideia de crimes cometidos por conta das condições em que o réu se encontrava e confiança na regeneração dos mesmos:

Nós já temos visto homens

⁷⁶⁷ Uma discussão sobre o ideário punitivo brasileiro, assim como aspectos do Código Penal de 1890, pode ser visto em: ALMEIDA, Bruno Rotta (Org). *Punição e Controle Social I: reconstruções históricas do ideário punitivo brasileiro*. Pelotas-RS: Editora e Cópias Santa Cruz, 2014.

⁷⁶⁸ BARROS, L. G. *Antonio Silvino no jury*, 1915.

Em momento desgraçado,
Cair as vezes n'um crime
Ser pôr isso processado,
Mas depois que se vêr livre
Torna-se regenerado⁷⁶⁹.

Argumentação compatível com a ideia de que Silvino entrara no cangaço para vingar o assassinato do pai, não resolvido pelas vias legais, e de que só continuava por que a perseguição não cessava. As condições podem levar ao crime, mas o homem pode se regenerar. Por fim, o advogado de defesa tenta desqualificar os processos sob os quais seu cliente está sendo julgado:

Ora nós temos a lei
Claramente as nossas vistas,
E essas leis foram feitas
Por grandes criminalistas
Não foi pessoas baixas
Revoltosas e anarchistas.

Por exemplo uma hypothése:
Pedro disse que fulano
Lhe disse que lhe disseram
Que Paulo matou beltrano
Nesse processo de Paulo
Não pode dar-se um engano?

[...]

O advogado disse:
O advirto a senhoria.
O crime figura um cégo
A lei figura uma guia
A lei é como o compasso
Não sendo, do que servia?

O réu commetteu o crime
E o processo foi feito
Mais quem tirou o inquerito
Náo soube tirar direito,
Arrependeu-se depois
Agora não tem mais geito.

[...]

Porque a lei diz assim
Só poderá ser punido
O crime que for provado
Como foi acontecido

⁷⁶⁹ BARROS, L. G. *Antonio Silvino no jury*, 1915.

Tendo uma só testemunha
Inda não está garantido.

Não era Silvino só
O cangaceiro que havia
Então do nome delle
Qualquer se prevalecia
Muitos crimes foram dados
Onde Silvino nem hia⁷⁷⁰.

O advogado, para dar validade ao argumento, defende a legislação criada, indicando que a mesma deve ser seguida ou de nada valeria. Diante disso, apresenta o fato de que a ausência de testemunhos para serem cruzados não só enfraquecia como inviabilizava os processos contra seu cliente, não podendo ser julgado culpado por crimes sem as devidas comprovações legais da realização dos mesmos.

Jurisprudência, atenuação pelas circunstâncias e falhas nos processos. A narrativa proporciona a sensação verossímil de embate jurídico, com elementos teóricos do direito retratados de forma convincente⁷⁷¹. O Estado triunfa no caso, frente à “justiça pública”, ainda que o papel seja meramente sensibilizar os jurados quanto aos crimes cometidos:

Quantos orphãos n'esta terra
Choram hoje desvallidos?
Quantos homens arranchados
Andam hoje foragidos?
Viúvas desamparadas
Que ellematou-lhe os maridos

[...]

Disse o Dr. Souza Filho
Não é isso attenuante,
Olhe que o velho rifão
Traz um trecho interessante,
O cesteiro que faz um cesto
Faz mais cem e assim por diante.

[...]

Disse o desembargador
Meus senhores venham cá
Este réo onde nasceu
Fez crimes desde lá
No logar onde elle estiver

⁷⁷⁰ BARROS, L. G. *Antonio Silvino no jury*, 1915.

⁷⁷¹ FIGUEIRA, 2018, p. 157.

O crime perto ha de está⁷⁷².

A tentativa de comover os jurados, exposta na lembrança de órfãos, viúvas e pessoas que vivem foragidas por conta dos crimes do cangaceiro, assim como a definição do mesmo como profissional do crime e que, como tal, não deixaria de cometê-los, foram suficientes para garantir a adesão dos jurados à condenação, de forma unânime, em detrimento das premissas defendidas pelo advogado de defesa.

Tal decisão, em certa medida, é questionada por Antonio Silvino, no desfecho da narrativa, quando ao prisioneiro são apresentados seus primeiros momentos na prisão, lamentando seu destino e condição, após ouvir sua condenação:

Talvez que alguém aqui
Fizesse tudo que eu fiz
Porém encontrou amigo
Ou um pai como se diz
Um desses que faz sorrindo
De um desgraçado feliz.

Mas eu sou pelo contrario
Só alcanço accuzação
Não há um entre esses tantos
Que me procure a razão
O que é menos contra mim
Vota por minha prizão⁷⁷³.

A impressão, a partir da visão apresentada pelo prisioneiro, é que o julgamento já estava com o resultado pronto antes mesmo de começar. O júri popular, no sertão, geralmente tinha esta feição, com os coronéis escolhendo os membros, que votariam em consonância com os anseios daquele⁷⁷⁴. O poeta deixa transparecer esta realidade do mundo jurídico dos primeiros anos da República, onde um teatro de legalidade escondia resultados previamente estabelecidos. E em um processo contra o mais famoso cangaceiro da época, não tinha grandes chances de outro resultado.

Definitivamente condenado, o poeta Leandro Gomes de Barros explora o uso da personagem Antonio Silvino, como mote poético, trabalhando, em primeira pessoa, com os sentimentos de um homem que viveu livre, mas que se encontra encarcerado. A saudade do sertão, idealizado como o lugar onde é possível ser feliz⁷⁷⁵, e a melancolia de quem espera a morte como elemento

⁷⁷² BARROS, L. G. *Antonio Silvino no jury*, 1915.

⁷⁷³ BARROS, L. G. *Antonio Silvino no jury*, 1915.

⁷⁷⁴ VILLELA, 2004, p. 101-104.

⁷⁷⁵ BARROS, L. G. *Antonio Silvino se despedindo do campo*, 1914-1915.

libertador⁷⁷⁶ são os últimos traços de uma personagem construída em narrativas épicas, inicialmente representadas a partir de feitos gloriosos, mas que, uma vez aprisionado, tem sua humanidade desnudada, revelando-se sujeito comum, demasiado humano.

3.3. Considerações finais

É possível, se olharmos a obra do poeta Leandro Gomes de Barros sobre Antonio Silvino, enxergarmos duas representações distintas sobre o cangaceiro. Representação plural, mas não desconexa. A primeira delas, um herói, o cangaceiro transforma-se em personificação do homem ideal, sujeito honrado, com caráter e coragem para enfrentar tudo e todos. O segundo, um prisioneiro, apresentado em sua humanidade, demonstra-se triste com o “destino” que a vida lhe reservou e com saudades do sertão, idealizando-o como lugar perfeito para viver em liberdade.

A segunda representação não nega a primeira, no sentido de colocar como vida errada a que levava anteriormente. Em realidade, ela trabalha para pincelar sentimentos, humanizando aquele que era visto como herói. Não deixa, no entanto, de ser sujeito honrado, que não esquece suas origens. Ainda que homem comum, não idealizado enquanto herói, é um sujeito sofrendo as dores do cárcere e da distância em relação ao lugar que ama.

Enquanto representado como cangaceiro, sua imagem está ligada à luta contra o Estado Republicano, sendo construída a partir da concepção de pertencimento a um código de honra que o fazia, mesmo no cangaço, ser entendido como homem bom. Ainda que não apareça, em Silvino, o saudosismo monárquico expressado pelo poeta em outras narrativas, a atuação no cangaço é um evidente enfrentamento à força estatal.

O cangaceiro teria entrado em um bando por conta da injustiça frente ao assassinato de seu pai. A vingança seria, portanto, a tentativa de fazer justiça com as próprias mãos, sendo um enfrentamento aos assassinos, mas também um enfrentamento à estrutura judiciária do Estado, que andava de braços dados com os poderosos e garantia a impunidade para pessoas a estes ligados.

Sua continuidade, por longos anos, vencendo batalhas incríveis contra forças policiais em sua perseguição, é a justificativa para sua permanência no cangaço. Se o Estado deixasse de o perseguir, ele deixaria esta vida. A República, perseguindo-o, sem descanso e piedade, impede o seu retorno à vida de camponês, sedentária e pacífica.

⁷⁷⁶ BARROS, L. G. *Lamentações*, 1918.

A luta contra as forças policiais ganha conotação ainda mais clara de enfrentamento à República quando é contra a arbitrariedade policial. Aqueles que deveriam levar proteção à comunidade e atuar na resolução de problemas, vandalizavam e violentavam pessoas inocentes e indefesas. O enfrentamento do cangaceiro a esta situação é a luta contra a opressão contra vulneráveis.

Arquétipo de coragem, o cangaceiro encarna a luta contra um Estado preocupado em garantir benefícios particulares, mas que teria esquecido uma parcela da população. O poeta, um dos indesejáveis no Recife em processo de modernização, excluído dos benefícios que a República deveria garantir aos seus cidadãos, faz de Antonio Silvino a representação da valentia para enfrentar os poderosos.

Tinge com as cores daqueles que, além de estarem excluídos da República, defendem um código moral, em oposição às transformações nos hábitos e costumes que a modernidade buscava produzir, no início da República, com o intuito de assemelhar-se aos costumes franceses. O código de honra, lente que nos serviu para enxergar a construção da representação de Antonio Silvino na obra de Leandro Gomes de Barros, é a defesa de uma forma de viver entendida como a correta e que estaria em vias de desaparecer frente ao mundo “desmantelado” que a modernização republicana queria construir.

Antonio Silvino cangaceiro, na obra do poeta, é, portanto, a representação de uma forma de enxergar o mundo, contrária à República e às transformações sociais que a modernização, nos moldes europeus, buscava produzir na cidade de Recife. Agenciando acontecimentos e realidades maravilhosas, o humano e o mítico, o natural e o sobre-humano, a personagem é elevada à condição de herói. Nesta circunstância, é o herói daqueles que partilham esta forma de olhar e entender o mundo.

O público que consumia a poesia de Leandro Gomes de Barros compartilhando as concepções apresentadas, mas que se sentisse impotente diante da realidade, conseguia, a partir da representação de Antonio Silvino, sentir-se representado na batalha em curso. O cangaceiro é a força, na representação literária, que ansiavam ter para enfrentar os poderosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cangaço fascina. Realmente. A dualidade acompanha a imagem construída sobre ele, fluando entre o bem e o mal, entre a demonização e a heroificação. Ante seu retrato ou mesmo da imagem imaginada de homens valentes que desafiavam a ordem e viviam de crimes em um ambiente hostil, os cangaceiros exigem, com a força de suas existências pretéritas, olhares interessados. A indiferença se esconde diante da potência da experiência cangaceiresca.

Parece-me evidente que um olhar romântico perpassa a percepção contemporânea do cangaço, muito por conta das produções audiovisuais, assim como as literárias, que utilizaram o tema e o ambiente sertanejo como mote para a denúncia das desigualdades econômicas e sociais que assolam o país, na esteira de usos do passado a partir de leituras de matriz marxista⁷⁷⁷. O cangaceiro idealizado seria um revoltado pré-revolucionário – com carência de orientação –, um exemplo de luta contra as injustiças, um símbolo da resistência contra os poderosos.

Seguramente, trata-se de um olhar idealizado. O estudo do cangaço, e de cangaceiros específicos – tal como Antonio Silvino, nesta tese –, desmistificam este olhar, apontando a complexidade inerente às relações humanas: a evidente desigualdade visualizada a partir da existência do cangaço enquanto fenômeno social acompanha, por outro lado, redes de sociabilidade entre cangaceiros e fazendeiros; alianças que, por certo, apontam para um poder paralelo que os cangaceiros exerciam, entre os diferentes segmentos sociais. Em outra esfera, o aparente apego à tradição e a um sentimento antimoderno contrasta com uma ânsia estética e um certo apetite por novidades advindas da modernidade.

Inúmeros outros exemplos de contradição podem ser indicados e trabalharem para desnudar a idealização do cangaço e dos cangaceiros. Não é objetivo, aqui, demonstrar e colocar um fim à questão. A tese, em que aqui apresentamos as considerações finais, tampouco tinha este propósito. De modo factual, estes “olhares” para o cangaço, a dualidade bem/mal em que se encontra atribuído, são, efetivamente, representações deste fenômeno social e, enquanto tal, falam muito sobre aqueles que a produzem e consomem, indicando as sociabilidades daqueles que forjaram uma forma de pensar e dar a ler uma realidade determinada.

Nesta tese, o foco recai sob as representações sobre o cangaceiro Antonio Silvino produzidas enquanto estava atuando no cangaço. O mais “célebre cangaceiro” anterior à Lampião, termo em aspas fartamente utilizado pelos periódicos da época, chamado de o “rei dos cangaceiros” pelo poeta Leandro Gomes de Barros, esteve no cangaço entre os anos de 1897 e 1914 – quando foi preso. Neste período, viveu de seus crimes, tendo como espaço geográfico de suas atividades

⁷⁷⁷ Ver: SANTOS, 2012b; CARNEIRO, 2010.

delinquentes o sertão dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte – com prevalência na região fronteiriça dos dois primeiros citados.

Distante do espaço de atuação, mas em sincronia temporal, representações foram construídas sobre este cangaceiro. Da capital pernambucana, jornais noticiavam, comentavam e posicionavam-se sobre o cangaço e o “célebre cangaceiro”, de modo mais específico. Também em Recife, o poeta Leandro Gomes de Barros produzia literatura, poemas vendidos a baixo custo, tomando-o como mote de produção. Suportes diferentes, produtores distintos, públicos dessemelhantes, representações diversas.

Deste modo, em um mesmo espaço e tempo – a cidade de Recife, entre 1900 e 1914 –, representações diversas foram produzidas sobre um mesmo objeto, o cangaceiro Antonio Silvino. Tais representações revelam, no entanto, muito mais do que a personagem histórica que praticava crimes e se inseria enquanto poder paralelo nos sertões; elas possibilitam enxergar tensões relacionadas à consolidação do regime republicano em Pernambuco, a partir da construção de múltiplos tempos advindos da relação agenciada no presente entre passado e futuro.

Em vista disso, a ascensão e consolidação do regime republicano, em nível nacional e, posteriormente, em Pernambuco, essencialmente por meio da política de governadores e chegada da oligarquia Rosa e Silva ao poder estadual foram apresentados inicialmente, com a exposição de múltiplos olhares para a República, vislumbrando concepções da imprensa periódica recifense, focada na disputa pelo poder de direcionar os rumos do regime no estado, assim como do poeta Leandro Gomes de Barros, conservador e nostálgico do período monárquico.

Entre aqueles que usavam a letra como arma na luta pelo controle da política estadual e aquele que não consegue sentir-se parte do regime republicano – posto que identifica-se como um retirante indesejável na capital pernambucana, em vias de modernização –, diferentes facetas da experiência humana na Primeira República são apresentadas, compreensão panorâmica essencial para a compreensão das representações construídas sobre o cangaceiro Antonio Silvino, em Recife, durante os anos em que viveu da prática de crimes no sertão.

Assim, esta tese tomou como material central para análise dois periódicos de espectros políticos opostos, produzidos em Recife, *Diário de Pernambuco* e *A Província*, assim como a literatura produzida pelo poeta Leandro Gomes de Barros. As fontes utilizadas, em um trabalho de História, são escolhas de um pesquisador e, neste caso, tinham como objetivo constituir um quadro amplo das representações do cangaceiro Antonio Silvino, em um mesmo espaço geográfico e temporal.

A imprensa representava o diálogo com um público letrado, defensor da República enquanto motor da modernização europeizante desejada; a opção pelos dois jornais citados acompanha as facções políticas estaduais que nestes se agrupavam: o *Diário de Pernambuco*, órgão oficial do governo estadual e de propriedade de Francisco de Assis Rosa e Silva, o oligarca dominante em Pernambuco; e *A Província*, ligado a José Mariano Carneiro da Cunha, líder do principal grupo opositor à oligarquia referida.

A literatura produzida pelo poeta Leandro Gomes de Barros, vendida a baixo custo e alcançando um público extremamente heterogêneo – uma vez que, enquanto elemento de entretenimento coletivo, não distinguia, ao menos na época em questão, classe ou gênero –, por sua vez, possibilita vislumbrar posicionamentos de um sujeito com bagagem cultural sertaneja, mas sendo um retirante na capital, excluído dos processos decisórios, para o qual a República se apresenta de modo distante e, em alguma medida, como símbolo de degradação moral.

Assim, com esse grupo de fontes para análise, uma multiplicidade de representações construídas sobre o cangaceiro Antonio Silvino, em Recife, pôde ser perscrutada, deixando perceber as tensões existentes na cidade durante o início do século XX, momento de intensas transformações urbanas e de estabilização da República enquanto regime político dominante. O cangaceiro, mesmo atuando longe da capital, transforma-se em um tema pertinente para concepções sobre a República formuladas, neste período, na capital pernambucana.

Nos periódicos *Diário de Pernambuco* e *A Província*, pontos em comum marcavam a característica da imprensa em Recife: funcionavam como tribuna para determinado grupo político, defendiam a República enquanto motor para a modernidade desejada e o cangaço como símbolo da barbárie e atraso que deveriam ser extirpados da sociedade. A representação elementar do cangaceiro Antonio Silvino, portanto, estava posta: criminoso audacioso, com habilidades para o exercício do mal, era a imagem do antigo, inculto e bárbaro, que deveria ser vencido pela civilização moderna.

Para além desta concepção inicial, que nos faria cair uma vez mais na dicotomia bom/mau, as edições dos jornais possibilitavam acessar, a partir da veiculação de informações e opiniões que tinham o cangaceiro Antonio Silvino como tema, as disputas pelo poder político estadual entre a oligarquia dominante, representada pelo *Diário de Pernambuco*, e o principal grupo opositor, representado pelo jornal *A Província*. Há muito mais da política estadual do que do cangaço nas menções a Antonio Silvino nas edições analisadas: o “célebre facínora” era, portanto, uma arma valiosa na luta política local.

Deste modo, é o esforço obstinado, infatigável e constante dos governantes ligados ao oligarca e proprietário do jornal, Francisco de Assis Rosa e Silva – independente de quem ocupava a cadeira do executivo estadual –, que se apresenta enquanto elemento central no *Diário de Pernambuco*. Quando noticiou crimes, abordou a prisão de cangaceiros do bando de Antonio Silvino ou relatou sua existência e permanência no sertão, são os esforços para colocar um fim no cangaço – e em Antonio Silvino, essencialmente, uma vez que era seu mais proeminente expoente – e extinguir o atraso inculto e bárbaro que ele representava que foram, efetivamente, o cerne da questão para o *Diário*.

Em *A Província*, evidentemente, a partir de um ponto antagônico, apresenta-se o oposto. O prolongamento da existência de Antonio Silvino no cangaço, a conhecida localidade limítrofe de sua atuação entre os estados de Pernambuco e Paraíba, assim como a convivência de entes públicos com os crimes do cangaceiro eram denunciadas pela folha oposicionista e apontados enquanto expressão da ineficácia, insuficiência e incompetência – sempre deixando entrever que estas parecem aproximar-se da cumplicidade – dos governantes para lidar com a situação, deixando a população destas localidades, cidadãos pernambucanos como quaisquer outros, lançados à própria sorte.

Em vista disso, o cangaceiro Antonio Silvino é um “facínora”, símbolo do atraso que precisa ser superado; muito mais que isso, nos periódicos ele se transforma em arma discursiva na disputa pela hegemonia política no estado de Pernambuco. Sem estar envolto nestas questões, longe do poder de decisão dos rumos da República no estado, o poeta Leandro Gomes de Barros também produzirá representações sobre o eminente personagem sertanejo.

Nascido no sertão da Paraíba e residindo em Recife desde 1906 – provavelmente pelas possibilidades que a capital garantia para que pudesse viver exclusivamente de sua poesia –, o poeta era mais um retirante na capital, vindo do interior na busca de uma vida melhor, mas que é expelido pelo projeto de modernização da cidade e levado a experimentar sua existência no regime republicano nas zonas periféricas recifenses, olvidadas pela elite política. Esta bagagem estará presente em sua produção poética e refletirá, de modo incontestado, nas representações sobre o cangaceiro Antonio Silvino.

Ele é representado como um herói, a personificação do homem ideal, com honra, caráter e coragem para enfrentar tudo e todos. A construção de Antonio Silvino enquanto personagem na literatura de Leandro Gomes de Barros ancora-se em um determinado código de honra sertanejo que

garantia um “escudo ético” para sua vida de crimes: participe de uma moral coletiva, uma cultura sertaneja, seus crimes eram justificáveis e o homem, para além do cangaceiro, era um sujeito bom.

Crimes justificáveis a partir deste código de honra: tornou-se cangaceiro pela injustiça do Estado, que o levou à vingança – a busca pela justiça com as próprias mãos; sua permanência, ligada à perseguição do Estado; a luta contra este, por sua vez, também materializaria um enfrentamento aos desmandos, violências e arbitrariedades das forças policiais no interior, sendo a luta contra a opressão dos vulneráveis; arquétipo de coragem, o cangaceiro representava a luta contra um Estado que não enxergava parte considerável de sua população. Um dos “indesejáveis” na urbe em processo de modernização, excluídos dos benefícios republicanos, o poeta transforma Antonio Silvino na representação da valentia para combater os poderosos.

Código de honra que justificava, por um lado, a valentia contra os poderosos, enxergava a decadência moral, identificando-a com a República, em um movimento de saudosismo monárquico. A modernização urbana, que rejeitava o poeta, também excluía uma determinada maneira moral de experienciar a vida, seja nos papéis sociais de homens e mulheres, seja nos códigos de conduta para enfrentar as situações adversas cotidianas. Antonio Silvino, no campo moral, era a representação da luta contra o desaparecimento de uma forma de viver entendida como a correta.

A República, portanto, é um agente da exclusão de parte da população e, simultaneamente, entendida como o motor de transformações sociais que levavam a uma degradação moral. Contrário ao regime, na obra do poeta o cangaceiro Antonio Silvino é a representação do homem ideal na luta contra este mundo em “desmantelo”. Assim, misturando o real e o maravilhoso, o natural e o sobrenatural, Antonio Silvino passa por um processo de heroificação, sendo o herói daqueles que partilham esta visão contrária à República, representando, na literatura, a força que desejavam ter para enfrentar o mundo que a eles se apresentava.

Olhando em perspectiva, alcança-se resposta ao problema proposto. A experiência passada e a expectativa futura atuam na construção de uma representação, no presente, sobre o cangaceiro Antonio Silvino. Como as experiências e expectativas são variadas, múltiplos são as representações construídas sobre o presente. Deste modo, a relação com a República enquanto experiência e as projeções futuras para a vivência nesta, demonstradas a partir dos jornais e da literatura, apontaram esta situação.

Enquanto defensores da República enquanto modelo para a sociedade brasileira, os periódicos enxergavam esta como motor para a modernização desejada e que, para alcançá-la, o cangaceiro Antonio Silvino, símbolo do atraso, precisava ser extirpado. Deste ponto em comum, as leituras do

presente eram guiadas pela competência ou não para colocar este plano em prática, movendo as representações a partir do espectro político do enunciador. Como saudoso monárquico, enxergando a República e seu projeto modernizante como produtores de exclusão social e degradação moral, o poeta Leandro Gomes de Barros, com bagagem cultural sertaneja, construía a representação de um cangaceiro na luta contra poderosos e o desaparecimento de uma moral entendida como a correta, um herói daqueles que partilhavam esta forma de enxergar o presente. Passado e futuro, experiência e expectativa, constroem um novo tempo, materializado nas representações do cangaceiro Antonio Silvino.

Como caminho, a tese alcança um fim. Este fim, no entanto, é o retrato da necessidade de colocar ponto final em algo que, por conceito, continua sempre inacabado. As representações do cangaceiro podem ser analisadas a partir de uma infinidade de óticas, abordagens que vieram à tona no decorrer da pesquisa. Desta forma, a resposta ao problema proposto além de não colocar um ponto final na imensidade do tema estudado, abre um leque de novos problemas a serem desbravados. Compartilho algumas destas possibilidades.

O olhar síncrono desenvolvido nesta tese abarcou suportes distintos produzidos em um mesmo espaço; não obstante, percebemos a possibilidade do olhar síncrono para suportes idênticos em espaços geograficamente distintos, tal como a produção literária de Leandro Gomes de Barros, em Pernambuco, e seu contemporâneo Francisco das Chagas Batista, na Paraíba. Poetas da primeira geração de cordelistas, tiveram produção considerável sobre o cangaceiro Antonio Silvino e permitiria um olhar profundo sobre esta manifestação literária e as singularidades intrínsecas de cada poeta.

Em outra perspectiva, um olhar sobre os usos do passado poderia ser lançado para este objeto, na medida em que representações do cangaceiro Antonio Silvino foram produzidas anos depois de sua participação no cangaço. O escritor José Lins do Rego, por exemplo, constrói representações sobre o cangaceiro nas obras *Menino de Engenho* (1932), *Fogo Morto* (1943) e *Cangaceiros* (1953), no contexto do regionalismo próprio do projeto estético-literário do romance de 30. Estas representações, fincadas no tempo, tanto promovem uma leitura do passado quanto bebem em produções que a precederam.

No âmbito da imprensa periódica, as tensões políticas, como demonstrado nesta tese, interferiam diretamente no modo como Antonio Silvino era representado. Assim, seria interessante debruçar sobre representações construídas longe do espaço de atuação do cangaceiro, sem interferência direta de disputas políticas locais. Neste caminho, olhar para a imprensa periódica de

maior circulação, tal como o *Jornal do Brasil* e *Estado de São Paulo*, possibilitaria pensar outras questões relacionadas às representações do cangaço e do cangaceiro Antonio Silvino.

Os muitos itinerários possíveis encontram-se disponíveis para que pesquisas futuras se debrucem sobre o tema. Uma resposta não põe fim à questão, fornece elementos para novos problemas. Não fomos capazes, tampouco tínhamos tal pretensão, de esgotar o assunto. Seguramente, a tese enquanto narrativa precisa de um recorte que delimite o objeto, sendo este o ponto: “Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar”⁷⁷⁸. Uma pergunta colocada, fontes metodicamente analisadas, narrativa finalizada. Por ora, os objetivos traçados foram alcançados.

⁷⁷⁸CERTEAU. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 93.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. FGV, CPDOC, 2015.

ABREU, Marcia Azevedo de. *Cordel português/folhetos nordestinos: confrontos – um estudo histórico-comparativo*. 1993. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Programa de Pós-Graduação, UNICAMP, Campinas-SP, 1993.

_____. *História de Cordéis e Folhetos*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2006.

_____. História dos textos, história dos livros e história das práticas culturais – ou, uma outra revolução da leitura. In: CHARTIER, Roger. *Formas e Sentido – Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas-SP, Mercado das Letras, 2003.

_____. *Pobres Leitores*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/marcia.html>. Último acesso em: 17 de Abril de 2020.

ALARCÃO, Janine Pereira de Sousa. *O saber e o fazer: República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de História no Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Bruno Rotta (Org). *Punição e Controle Social I: reconstruções históricas do ideário punitivo brasileiro*. Pelotas-RS: Editora e Cópias Santa Cruz, 2014.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. *A cultura dos cordéis: território(s) de tessitura de saberes*. 2007. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2007.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, Culturas e Confrontos: as camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN; Editora da UFRN, 1998.

AYALA, Maria Ignez Novais. *No arranco do Grito: aspectos da cantoria nordestina*. São Paulo: Ática, 1988.

BARBOSA, Carlos Henrique Moura. *Policinando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da Primeira República (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História Cultural), Florianópolis-SC: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Antropologia da Honra: uma análise das guerras sertanejas. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza-CE, v. 29, n. 1/2, 1998, p. 160-168.
- BARROSO, Gustavo. *Almas de lama e aço*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol.1*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BORTOLUCI, José Henrique. Formas e Categorias do pensar eurocêntrico. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 5, dez. de 2008, p. 170-201
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- _____. “O tempo e os tempos”. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 19.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BURITI, Catarina de Oliveira; AGUIAR, José Otávio. Natureza e cultura nos domínios de Clio: as secas e outras representações das paisagens semi-áridas na historiografia ambiental. *Cadernos de História*, Belo Horizonte-MG, v. 10, nº 13, jan/jun 2018, p. 81-95.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- CABRAL, Eurico Jorge Campelo. *O Liberalismo em Pernambuco: as metamorfoses políticas de uma época (1800-1825)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2008.
- CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- CAMPOS, Zóia Vilar. *Doce Amargo: produtores de açúcar no processo de mudança – Pernambuco (1874-1941)*. São Paulo: Anablume, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CARNEIRO, Gabriel de Campos. *No rastro dos cangaceiros: em busca de novas trilhas para a apreensão de um movimento social*. Dissertação (Mestrado em História), Brasília-DF: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade de Brasília, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Os bestializados da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*, nº 45, v. 23, 2003, p. 209-238.

_____. de. Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.18, n.36, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200014. Último acesso em: 14 de Julho de 2020.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; e CÂMARA, Bruno Dornelas. A Insurreição Praieira. *Almanack Braziliense*, nº 8, nov. 2008, p. 05-38.

CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*. Tese (Doutorado em História) - University of California. Berkeley. Berkeley, 2008.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAVALCANTI, Henrique Soares. *Quem é o dono da república em Pernambuco? Disputas de poder e o governo Barbosa Lima (1889-1996)*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

CERTEAU. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, jul./dez. 2011.

_____. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2017.

CLEMENTE, Marcos Edílson de Araújo. Cangaço e cangaceiros: histórias e imagens fotográficas do tempo de Lampião. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 4, n. 4, out./dez., 2007.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e Segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

COSTA, Emília Viott da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

CUNHA, Israel Ozanam de Souza. *Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a Educação Física no Recife*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

CUNHA, Maria Falcão Soares da. *Dicionário de Pseudônimos de Jornalistas Pernambucanos*. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/Pseudonimos.pdf>. Último acesso em: 18 de Maio de 2020.

DANTAS, Laércio Albuquerque. *A Escola do Recife e os discursos sobre a criminalidade: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1880-1890*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

DANTAS, Sergio Augusto de Souza. *Antonio Silvino: o cangaceiro, o homem, o mito*. Natal: Cartgraf, 2006.

DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução Imprensa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

DAUS, Ronald. *O ciclo épico dos cangaceiros na literatura popular do nordeste*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.

DAVALLE, Regina. Federalismo, política dos governadores e fraudes eleitorais na República Velha. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul-RS, v. 2, n. 4, jul./dez., 2003, p. 225-246.

DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas-SP: Papirus, 1995.

DE' CARLI, Caetano. *A família escrava no sertão pernambucano (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Brasília-DF: Programa de Pós-Graduação em História Social/Universidade de Brasília, 2007.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos G. (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Ciclos Temáticos na Literatura de Cordel. In: _____; et al. *Literatura Popular em verso: estudos*. Belo Horizonte-MG: Itatiaia; São Paulo: EdUsp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

DOMINGUES, Petrônio. O "Corisco Preto": cangaço, raça e banditismo no Nordeste brasileiro. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, 2017.

ECO, Umberto. *Lector in fabula: la cooperacion interpretativa em el texto narrativo*. Barcelona: Editorial Lumen, 1993.

FARIAS, Virna Lúcia Cunha de. *Machado de Assis na imprensa do século XIX: práticas, leitores e leituras*. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras/Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2013.

FERNANDES, Raul. *Antônio Silvino no RN*. Natal: Clima, 1990.

FERREIRA, Kelly Cristina Medeiros. Literatura e Sociedade em Os Martírios de Genoveva e Os Sofrimentos de Alzira de Leandro Gomes de Barros. *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato-CE, v. 7, n. 2, dez., 2018, p. 129-143.

FERRERAS, Norberto O. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina. *História* [online], São Paulo, v. 22, n. 2, p. 221-226, 2003.

FIGUEIRA, Felipe Gonçalves. *Representações do cangaço: entre prosa romanesca e folheto popular (1876-1918)*. Tese (Doutorado em Letras – Literatura Comparada). Niterói-RJ: Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura/Universidade Federal Fluminense, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Ler/Ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2000.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GOMES, Germana Guimarães. “*Insultos*”, “*Elogios*” e “*Resistências*”: participação de repentistas negros em cantorias do Nordeste (1870-1930). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2012.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. Os folhetos nordestinos: literatura e história. In: Simpósio Nacional de História, XXVII, 2013, Natal-RN. *Anais Eletrônicos...* Natal: ANPUH, 2013, ISBN 978-85-98711-11-9. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364409434_ARQUIVO_TextocomTextocomTextocomT extoco.pdf.

HATA, Luli. *O Cordel das feiras às galerias*. 1999. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Programa de Pós-Graduação, IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1999.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-88. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, nº 23, 2005, 07-24.

_____. Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco: a revolta de Triunfo. *Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, v. 28, n. 2, p., jul./dez., 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUCRio, 2006, p. 309.

LACERDA, Erasmo Peixoto de. “*Que povo é esse?*”: Leandro Gomes de Barros e seus leitores (1900-1920). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2017.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. Mentalidades, Sensibilidades, Atitudes (Séculos 10º- 13). In. LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Bauru-SP: EDUSC, 2005.

LEITE, Fabio Carvalho. *1891: a construção da matriz político-institucional da República no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional e Teoria do Estado) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Direito, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.

LESSA; LUNA E SILVA. *O Cordel e os Desmantelos do Mundo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVINE, Robert. *A velha usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA, Antonio Carlos Ferreira. *A permanência do ciclo místico religioso da literatura de cordel e sua correlação com os níveis de construção textual*. 2008. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2008.

LIMA, Lucio Renato Mota. *O apostolado dos patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (CAMARAGIBE, 1891-1908)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2012.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

LINS, A. M. Grego ; LIRA, A. P. A. A imprensa recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX. In: MELO, José Marques de. (Org.). *Síndrome da Mordaca: mídia e censura no Brasil*. São Bernardo do Campo - SP: Metodista Editora (Universidade Metodista de São Paulo), 2007.

LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

LUYTEN, Joseph M. *O que é Literatura de Cordel*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (I). *Revista de História*, n. 93, São Paulo, p. 139-175, 1973.

_____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (II). *Revista de História*, n. 95, São Paulo, p. 177-212, 1973.

_____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (III). *Revista de História*, n. 96, São Paulo, p. 473-489, 1973.

_____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (IV). *Revista de História*, n. 97, São Paulo, 1974, p. 161-200, 1974.

_____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (V). *Revista de História*, n. 99, São Paulo, 1974, p. 145-174, 1974.

MARQUES, Ana Cláudia. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

MARQUES, Francisco Claudio Alves. Peias e Espartilhos: sátira popular à moda francesa na Primeira República. *Boitatá*, Londrina-PR, v. 9, n. 17, p. 147-148, jan./jun. 2014a.

_____. *Um pau com formigas ou o mundo às avessas: a sátira na poesia popular de Leandro Gomes de Barros*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2014b.

MAYA, Ivone Ramos da Silva. *O poeta de cordel e a primeira República: a voz visível do popular*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em História Política, Bens Culturais e Projetos Sociais), Rio de Janeiro: FGV-RJ, 2006.

MELLO, Frederico Pernambucano de. Aspectos do banditismo rural nordestino. *Ciência e Trópico*, Recife-PE, v. 2, n. 1, jan./jun. 1974, p. 67-111.

_____. O ciclo do gado no Nordeste do Brasil: uma cultura da violência. *Ciência e Trópico*, Recife-PE, v. 7, n. 2, jul./dez. 1979.

_____. *Guerreiros do Sol: o banditismo no Nordeste do Brasil*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1985.

MELO, José Marques. *Jornalismo Opinativo*. Campos do Jordão-SP: Mantiqueira de Ciência e Arte Ltda, 2003, p. 75.

MELO, Josemir Camilo de. *Modernização e mudanças: o trem inglês nos canaviais do Nordeste (1852-1902)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2000.

MENDES, Sandileuza Pereira da Silva. *A mulher na poesia de cordel de Leandro Gomes de Barros*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2009.

MENDONÇA, Luciara Leite de. *Quatro representações de Zumbi dos Palmares em cordel épico*. Dissertação (Mestrado em Letras-Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras/UFSE, São Cristóvão-SE, 2018.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. SP, nº 34, 1992, p. 9-24.

MESSADIÉ, Gerald. *História Geral do Diabo: da Antiguidade à Idade Contemporânea*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2001.

MOTA, Leonardo. *Cantadores: poesia e linguagem do sertão cearense*. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1976.

_____. *Violeiros do Norte*. 7 ed. Rio de Janeiro / São Paulo / Fortaleza: ABC, 2002.

MOURA, Clóvis. *O preconceito de cor na literatura de cordel*. São Paulo: Resenha Universitária, 1976.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954) – V. I*. Recife-PE: Imprensa Universitária-UFPE, 1966.

_____. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954) – V. II: Diários do Recife (1829/1900)*. Recife-PE: Imprensa Universitária-UFPE, 1966.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no imaginário cristão*. São Paulo: ÁTICA, 1986.

OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José Francisco. *Antonio Silvino: “de Governador dos Sertões a Governador da Detenção” (1875-1944)*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional/Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

OLIVEIRA, Deuzimar Matias de. *Nas trilhas do cangaceiro Antônio Silvino: tensões, conflitos e solidariedades na Paraíba (1897-1914)*. Dissertação (Mestrado em História), Campina Grande-PB: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

ORLANDI, Eni. A noção de “povo” que se constitui em diferentes discursividades. In: DA SILVA, Soeli Maria Schreiber. (Org.). *Sentidos do Povo*. São Carlos: Clara Luz, 2006.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 30, 2002.

_____. O Mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, Pelotas, n. 14, p. 31 - 45, set. 2003.

_____. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. História&literatura: uma velha – nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates*, 2006, p. 07. Disponível em:<http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acesso em: 21 de Janeiro de 2018.

PIRES, Murilo Jose de Souza; RAMOS, Pedro. *O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil*. In: Revista Econômica do Nordeste (REN), V. 40, nº 03, Julho/Setembro de 2009, p. 411-424.

PIVETTI, Michaela. *Planejamento e Representação Gráfica no Jornalismo Impresso: a linguagem jornalística e a experiência nacional*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____. *História do cangaço*. São Paulo: Global, 1986.

QUEIROZ, Doralice Alves de. *Mulheres cordelistas: percepções do universo feminino na Literatura de Cordel*. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2006.

RAMALHO, Christina. *Poemas Épicos: estratégias de leitura*. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2013.

REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e “Annales”: uma articulação possível. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte-MG, v. 23, n. 73, 1996, p. 230-233.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas-SP: Papyrus, 1997, p. 180.

ROCHA, Rejane Cristina. *Da utopia ao ceticismo: a sátira na literatura brasileira contemporânea*. Tese (Doutorado em Estudos Literários), Araraquara-SP: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2006.

ROMERO, Silvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

ROSA, Marcos Alexandre Rinaldi. *O banditismo social em regiões periféricas do Brasil e do México na segunda metade do século XIX: Antonio Silvino e Pancho Villa*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina), São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina/Universidade de São Paulo, 2008.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: República – da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SALVARI, Fábio Maurício. *Setembro de 1889, tramas de uma primavera recifense: os casos Chrispim e Ricardo Guimarães*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Católica de Pernambuco, 2019.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. S. T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Aderaldo Luciano dos. *Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro*. São Paulo: Luzeiro, 2012a.

SANTOS, Dalila Carla dos. *Na trilha do cangaço: as representações das relações de gênero nos filmes Corisco e Dadá e Baile Perfumado*. Dissertação (Mestrado), Salvador-BA: Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/Universidade Federal da Bahia, 2012b.

SANTOS, José Carlos Cariacás Romão dos. *A polifonia do Cordel de simbólica católica: contrapondo reducionismos interpretativos*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. *Os significados do 13 de Maio: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893)*. Tese (doutoramento em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, Campinas-SP, 2014.

SANTOS, Sales Augusto dos; FARIA, Luiz Gustavo de Paiva. Os projetos de abolição de Joaquim Nabuco e Luiz Gama. *Revista Exitus*, Santarém-PA, v. 10, p. 1-31, 2020.

SANTOS, Simão Pedro dos. *Dedos cravejados de brilhantes, chapéus de estrelas carregados: a épica dos cangaceiros na Literatura de Cordel*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas/Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas/UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Alberto César Rodrigues da. *O Recife nas páginas dos jornais: planejamento urbano e discursos sobre a cidade (1927-1933)*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

- SILVA, Anazildo Vasconcelos da; RAMALHO, Christina. *História da epopeia brasileira*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- SILVA, Edivânia Alexandre da. “*O mundo está as avessas*”: relações, tensões e enfrentamentos religiosos nos folhetos de Leandro Gomes de Barros – Recife (1900-1920). Dissertação (mestrado em História), Salvador-BA: PPGH-UFBA, 2007.
- SILVA, José Itamar Sales da. *A representação da sogra na obra de Leandro Gomes de Barros*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2010.
- SILVA, Lucas Victor. *O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*. Tese (doutorado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- SILVA, Maria do Rosário da. *Histórias ambulantes: cultura e cotidiano em folhetos de cordel*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2008.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. João Pessoa: Universitária, 2009.
- SIQUEIRA, Tagore Villarim de. As primeiras ferrovias do Nordeste brasileiro: processo de implantação e o caso da Great Western Railway. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, jun. 2002, p. 169-220.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Liêdo Maranhão de. *O folheto popular: sua capa e seus ilustradores*. Recife-PE: Massangana, 1981.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- TERRA, Ruth Brito Lêmos. *Memória de lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893 a 1930)*. São Paulo: Global, 1983.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 21-42.
- VILLELA, Jorge Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- _____. *Ordem pública e segurança individual: política e polícia no sertão de Pernambuco*. São Paulo: EdUFSCar, 2011.

WIESEBRON, Marianne L. Cangaço e Política: a época de Antonio Silvino na imprensa. *Anos 90*, Porto Alegre-RS, v. 4, n. 6, 1996, p. 81-103.

_____. Processos eleitorais na teoria e na prática no século XIX. Dois municípios pernambucanos no Brasil de 1880 a 1900. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1999, p. 56-77.

_____. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 24, n. 2, p. 417-444, jul./dez, 1996.

ZACARIAS, Aldenice Alves dos Santos. *Legalidade e autoridade: a implantação da República no estado de Pernambuco (1889-1893)*. Dissertação (Mestrado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

_____. *A República oligárquica de Pernambuco: montagem e declínio de Francisco de Assis Rosa e Silva*. Tese (Doutorado em História), Recife-PE: Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, nº 4. São Paulo: Educ, 1985, p. 89-102.

ZUMTHOR, Paul *A Letra e a Voz - a "literatura medieval"*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

FONTES

Fontes Periódicas

A Província, 17 de outubro de 1900.

A Província, 03 de novembro de 1900.

A Província, 07 de maio de 1903.

A Província, 18 de junho de 1903.

A Província, 26 de junho de 1903.

A Província, 28 de junho de 1903.

A Província, 07 de julho de 1903.

A Província, 09 de julho de 1903.

A Província, 10 de julho de 1903.

A Província, 11 de julho de 1903.
A Província, 19 de setembro de 1903.
A Província, 08 de outubro de 1903.
A Província, 10 de outubro de 1903.
A Província, 15 de outubro de 1903.
A Província, 18 de outubro de 1903.
A Província, 10 de novembro de 1903.
A Província, 25 de novembro de 1903.
A Província, 16 de dezembro de 1903.
A Província, 03 de janeiro de 1904.
A Província, 27 de janeiro de 1904.
A Província, 07 de fevereiro de 1904.
A Província, 14 de fevereiro de 1904.
A Província, 02 de março de 1904.
A Província, 03 de março de 1904.
A Província, 10 de maio de 1904.
A Província, 10 de junho de 1904.
A Província, 22 de junho de 1904.
A Província, 01 de julho de 1904.
A Província, 08 de julho de 1904.
A Província, 12 de agosto de 1904.
A Província, 18 de agosto de 1904.
A Província, 10 de setembro de 1904.
A Província, 13 de setembro de 1904.

A Província, 22 de setembro de 1904.

A Província, 12 de outubro de 1904.

A Província, 21 de outubro de 1904.

A Província, 25 de outubro de 1904.

A Província, 26 de outubro de 1904.

A Província, 27 de outubro de 1904.

A Província, 01 de novembro de 1904.

A Província, 09 de novembro de 1904.

A Província, 20 de dezembro de 1904.

A Província, 27 de dezembro de 1904.

A Província, 21 de janeiro de 1905.

A Província, 31 de janeiro de 1905.

A Província, 05 de maio de 1905.

A Província, 28 de julho de 1905.

A Província, 04 de outubro de 1905.

A Província, 18 de novembro de 1905.

A Província, 19 de novembro de 1905.

A Província, 24 de novembro de 1905.

A Província, 30 de novembro de 1905.

A Província, 28 de janeiro de 1906.

A Província, 13 de março de 1906.

A Província, 22 de março de 1906.

A Província, 27 de março de 1906.

A Província, 29 de março de 1906.

A Província, 04 de abril de 1906.
A Província, 05 de abril de 1906.
A Província, 06 de abril de 1906.
A Província, 12 de abril de 1906.
A Província, 18 de abril de 1906.
A Província, 22 de abril de 1906.
A Província, 26 de abril de 1906.
A Província, 22 de maio de 1906.
A Província, 05 de junho de 1906.
A Província, 13 de junho de 1906.
A Província, 19 de junho de 1906.
A Província, 23 de junho de 1906.
A Província, 14 de agosto de 1906.
A Província, 15 de agosto de 1906.
A Província, 24 de agosto de 1906.
A Província, 26 de agosto de 1906.
A Província, 14 de outubro de 1906.
A Província, 10 de novembro de 1906.
A Província, 18 de novembro de 1906.
A Província, 01 de janeiro de 1909.
A Província, 09 de janeiro de 1909.
A Província, 16 de janeiro de 1909.
A Província, 17 de fevereiro de 1909.
A Província, 01 de janeiro de 1910.

A Província, 10 de abril de 1910.

A Província, 05 de junho de 1910.

A Província, 07 de junho de 1910.

A Província, 15 de junho de 1910.

A Província, 17 de maio de 1911.

A Província, 29 de novembro de 1914.

A Província, 01 de dezembro de 1914.

A Província, 07 de março de 1918.

Diário de Pernambuco, 16 de novembro de 1889.

Diário de Pernambuco, 18 de novembro de 1889.

Diário de Pernambuco, 23 de novembro de 1889.

Diário de Pernambuco, 18 de fevereiro de 1903.

Diário de Pernambuco, 16 de julho de 1903.

Diário de Pernambuco, 23 de julho de 1903.

Diário de Pernambuco, 03 de outubro de 1903.

Diário de Pernambuco, 24 de outubro de 1903.

Diário de Pernambuco, 04 de novembro de 1903.

Diário de Pernambuco, 05 de janeiro de 1904.

Diário de Pernambuco, 09 de fevereiro de 1904.

Diário de Pernambuco, 19 de fevereiro de 1904.

Diário de Pernambuco, 03 de março de 1904.

Diário de Pernambuco, 10 de março de 1904.

Diário de Pernambuco, 16 de março de 1904.

Diário de Pernambuco, 29 de março de 1904.

Diário de Pernambuco, 27 de abril de 1904.

Diário de Pernambuco, 03 de maio de 1904.

Diário de Pernambuco, 17 de maio de 1904.

Diário de Pernambuco, 31 de maio de 1904.

Diário de Pernambuco, 29 de agosto de 1904.

Diário de Pernambuco, 23 de setembro de 1904.

Diário de Pernambuco, 25 de outubro de 1904.

Diário de Pernambuco, 27 de outubro de 1904.

Diário de Pernambuco, 08 de novembro de 1904.

Diário de Pernambuco, 17 de outubro de 1905.

Diário de Pernambuco, 26 de novembro de 1905.

Diário de Pernambuco, 28 de novembro de 1905.

Diário de Pernambuco, 11 de janeiro de 1906.

Diário de Pernambuco, 28 de janeiro de 1906.

Diário de Pernambuco, 17 de fevereiro de 1906.

Diário de Pernambuco, 07 de março de 1906.

Diário de Pernambuco, 25 de março de 1906.

Diário de Pernambuco, 28 de março de 1906.

Diário de Pernambuco, 29 de março de 1906.

Diário de Pernambuco, 04 de abril de 1906.

Diário de Pernambuco, 17 de abril de 1906.

Diário de Pernambuco, 19 de abril de 1906.

Diário de Pernambuco, 08 de maio de 1906.

Diário de Pernambuco, 29 de junho de 1906.

Diário de Pernambuco, 29 de julho de 1906.

Diário de Pernambuco, 14 de agosto de 1906.

Diário de Pernambuco, 23 de agosto de 1906.

Diário de Pernambuco, 25 de agosto de 1906.

Diário de Pernambuco, 25 de setembro de 1906.

Diário de Pernambuco, 14 de outubro de 1906.

Diário de Pernambuco, 16 de janeiro de 1907.

Diário de Pernambuco, 27 de janeiro de 1907.

Diário de Pernambuco, 02 de março de 1907.

Diário de Pernambuco, 05 de março de 1907.

Diário de Pernambuco, 07 de março de 1907.

Diário de Pernambuco, 22 de março de 1907.

Diário de Pernambuco, 01 de junho de 1907.

Diário de Pernambuco, 05 de junho de 1907.

Diário de Pernambuco, 21 de julho de 1907.

Diário de Pernambuco, 04 de agosto de 1907.

Diário de Pernambuco, 13 de agosto de 1907.

Diário de Pernambuco, 29 de agosto de 1907.

Diário de Pernambuco, 28 de setembro de 1907.

Diário de Pernambuco, 06 de outubro de 1907.

Diário de Pernambuco, 13 de novembro de 1907.

Diário de Pernambuco, 19 de dezembro de 1907.

Diário de Pernambuco, 01 de janeiro de 1908.

Diário de Pernambuco, 03 de janeiro de 1908.

Diário de Pernambuco, 18 de fevereiro de 1908.

Diário de Pernambuco, 20 de fevereiro de 1908.

Diário de Pernambuco, 25 de fevereiro de 1908.

Diário de Pernambuco, 29 de fevereiro de 1908.

Diário de Pernambuco, 30 de abril de 1908.

Diário de Pernambuco, 03 de maio de 1908.

Diário de Pernambuco, 15 de maio de 1908.

Diário de Pernambuco, 19 de maio de 1908.

Diário de Pernambuco, 21 de maio de 1908.

Diário de Pernambuco, 09 de junho de 1908.

Diário de Pernambuco, 06 de setembro de 1908.

Diário de Pernambuco, 02 de outubro de 1908.

Diário de Pernambuco, 31 de dezembro de 1908.

Diário de Pernambuco, 06 de janeiro de 1909.

Diário de Pernambuco, 09 de janeiro de 1909.

Diário de Pernambuco, 21 de janeiro de 1909.

Diário de Pernambuco, 21 de fevereiro de 1909.

Diário de Pernambuco, 07 de março de 1909.

Diário de Pernambuco, 28 de março de 1909.

Diário de Pernambuco, 23 de julho de 1909.

Diário de Pernambuco, 14 de setembro de 1909.

Diário de Pernambuco, 05 de outubro de 1909.

Diário de Pernambuco, 09 de abril de 1910.

Diário de Pernambuco, 06 de maio de 1910.

Diário de Pernambuco, 01 de junho de 1910.

Diário de Pernambuco, 03 de junho de 1910.

Diário de Pernambuco, 06 de junho de 1910.

Diário de Pernambuco, 12 de junho de 1910.

Diário de Pernambuco, 15 de dezembro de 1910.

Diário de Pernambuco, 23 de janeiro de 1911.

Diário de Pernambuco, 12 de março de 1911.

Diário de Pernambuco, 18 de junho de 1911.

Diário de Pernambuco, 21 de fevereiro de 1913.

Diário de Pernambuco, 16 de junho de 1914.

Diário de Pernambuco, 28 de novembro de 1914.

Diário de Pernambuco, 12 de dezembro de 1914.

Jornal de Recife, 29 de novembro de 1914.

Jornal de Recife, 30 de novembro de 1914.

Jornal de Recife, 02 de dezembro de 1914.

Jornal do Recife, 10 de dezembro de 1914.

Jornal Pequeno, 07 de agosto de 1899.

Jornal Pequeno, 01 de dezembro de 1914.

Jornal Pequeno, 07 de março de 1918.

Fontes Literárias

BARROS, L. G. *Affonso Pena/A Orphã/Uns olhos/O que eu não creio*, 1906.

BARROS L. G. *As miserias da ephoca/O mal em paga do bem/ Queixas geral*, 1906.

BARROS, L. G. *O Azar e a Feiticeira/A Orphã/ Sonho de Ilusão/Sonho de um português*, 1906.

- BARROS, L. G. *Os martyrios de Christo/A Orphã*, 1906.
- BARROS, L. G. *Genios das mulheres/A mulher roubada/Um beijo aspero/A Ave Maria da eleição*, 1907.
- BARROS, L. G. *Os dezeréis do governo/Conclusão de A mulher roubada/Manoel de ABERNAL e Manoel Cabeceira*, 1907.
- BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino/Os calculos de Antonio Silvino*, 1907-1908.
- BARROS, L. G. *O povo na cruz/Mosca, pulga e persevejo/Se algum dia eu morrer/A intriga da aguardente*, 1907-1908.
- BARROS, L. G. *O Recife/Parodia*, 1908.
- BARROS, L. G. *As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade/O sorteio militar*, 1909.
- BARROS, L. G. *Batalha de Ferrabraz com Oliveiros*, 1909.
- BARROS, L. G. *Morte de Tempestade (Antonio Felix)/O homem que virou Urubú/O Reino da Pedra Fina*, 1909.
- BARROS, L. G. *Odinheiro/O casamento do sapo/Ultimas palavras dum papa*, 1909.
- BARROS, L. G. *O Imposto e a Fome/O homem que come vidro/O Reino da Pedra Fina*, 1909.
- BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar/Queixas amorosas*, 1909-1910.
- BARROS, L. G. *A mulher do bicheiro/Morte de Alonso e Vingança de Marina (conclusão)*, 1910.
- BARROS, L. G. *Consequências do casamento/O Encontro de Jovino com Bentinho, em outro Mundo/O Reino de Pedra Fina*, 1910.
- BARROS, L. G. *O cometa/Romano e Ignacio da Catingueira*, 1910.
- BARROS, L. G. *O padre jogador/Morte de Alonso e Vingança de Marina*, 1910.
- BARROS, L. G. *Os filhos do Rei Miséria/A criação da aguardente/(conclusão) do Reino da Pedro Fina*, 1910.
- BARROS, L. G. *A força do amor*, 1910-1912.
- BARROS, L. G. *A ira e a vida de Antonio Silvino/O boi misterioso*, 1910-1912.
- BARROS, L. G. *A mulher e o imposto/Decima de um portuguez a sua namorado/Debate do Serrador com Josué*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *A voz do povo pernambucano*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *As cousas mudadas/(continuação) João da Cruz*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *As Orphãs do Collegio de Jaqueira no Recife/O Boi Misterioso*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *As promessas do governo/A Índia (continuação)*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *Bento, o milagroso de Beberibe/Peleja de Antonio Baptista e Manoel Cabeceira*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *O Diabo confessando um nova-seita/(Conclusão) História de João da Cruz/Padre Nosso do Imposto*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino/A Índia*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *Um pau com formigas/Conclusão de Riachão com Turbana*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *A ressurreição dos bichos/Segundo debate de Josué Romano e Manoel Serrador*, 1911.

BARROS, L. G. *As saias calções/Um susto de minha sogra/A defesa da aguardente*, 1911.

BARROS, L. G. *A alma de um fiscal/Vingança de um filho*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *A morte do bicheiro/O boi misterioso*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *A noiva de um gato/A vingança de um filho*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *A prisão de Oliveiros*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *A visão e Antonio Silvino*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *Casamento a prestação/O testamento de Cancão de Fogo*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *Doutores de 60/Conferência de Chiquinha com Gregório das Batatas/Se algum dia eu morrer*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *Festas do Juazeiro no vencimento da guerra*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *Lamentações do Joazeiro/O cachorro dos Mortos*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino/Vingança de um filho*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *O casamento do velho e um desastre na festa/Vingança de um filho*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *O Diabo na nova-ceita/Vingança de um filho/A tarde*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *O Joazeiro do Pe. Cicero/O cachorro dos Mortos*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *O principio das cousas/O cachorro dos mortos*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *Trez Quengos Finos/Vingança de um filho*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *Antonio Silvino na Cadeia/Antonio Silvino se despedindo do campo*, 1914-1915.

BARROS, L. G. *A crise actual e o aumento do sello/A Urucubaca/O antigo e o moderno*, 1915.

BARROS, L. G. *Acura da quebradeira/O pezo de uma mulher*, 1915.

BARROS, L. G. *Antonio Silvino no jury*, 1915.

BARROS, L. G. *A Secca do Ceará/Panellas que muito mexem*, 1915-1916.

BARROS, L. G. *As aflições da Guerra da Europa*, 1915-1916.

BARROS, L. G. *Os homens da mandioca/Debate de Josué Romano com Amaro Coqueiro do Piauí*, 1915-1916.

BARROS, L. G. *Os colectores da Great Western/Cançoneta dos Morcegos/Peleja de José do Braço com Izidro Gavião*, 1915-1916.

BARROS, L. G. *A mulher na rifa/Vaccina para não ter sogra/Noite phantastica/Chromo*, 1917.

BARROS, L. G. *Branca de Neve e o soldado guerreiro*, 1917.

BARROS, L. G. *Como João Lezo vendeu o bispo*, 1917.

BARROS, L. G. *Defesa feita pelo Doutor Ibiapina em que livrou em que livrou da força um réo já sentenciado*, 1917.

BARROS, L. G. *História de João da Cruz*, 1917.

BARROS, L. G. *O casamento hoje em dias/O azar na casa do funileiro*, 1917.

BARROS, L. G. *O fiscal e a lagarta/O governo e a lagarta contra o fumo/A dor de barriga de um noivo*, 1917.

BARROS, L. G. *O GalloMysterioso marido da Gallinha de dente/Como derribei o marco do meio do mundo*, 1917.

BARROS, L. G. *O príncipe e a fada*, 1917.

- BARROS, L. G. *Os defensores dos inocentes de Garanhuns/Villa Nova na prisão*, 1917.
- BARROS, L. G. *Segundo debate de Riachão com o Diabo fingido em homem chamado Mumbaça*, 1917.
- BARROS, L. G. *Viagem de João Lezo a Serra do Céu*, 1917.
- BARROS, L. G. *O soldado jogador/Tres Quengos finos*, 1917-1918.
- BARROS, L. G. *O sonho de Antonio Silvino na cadeia/Lamentações*, ed. Pedro Baptista, 1918.
- BARROS, L. G. *Os sofrimentos de Alzira*, ed. Pedro Baptista, 1919.
- BARROS, L. G. *O Bataclan Moderno*, s/d.
- BARROS, L. G. *Os martírios de Genoveva*, ed. filhos de José Bernardo da Silva, 1974.

Outras fontes

Recenseamento de 1920 (4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias). Volume IV, 1ª parte. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio – Directoria Geral de Estatística. Realizado em 1º de setembro de 1920. p. X.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, _____ de _____ de 2022.

Erasmu Peixoto de Lacerda